

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares de
Comunidades e Ecologia Social – EICOS

DA ROÇA AO MAR

Estudo de uma comunidade de marisqueiros em Jurujuba, Niterói, RJ.

Paula Durgante Ritter

Rio de Janeiro
2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares de
Comunidades e Ecologia Social – EICOS

DA ROÇA AO MAR

Estudo de uma comunidade de marisqueiros em Jurujuba, Niterói, RJ.

Paula Durgante Ritter

Tese de doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social apresentada no Programa de Pós Graduação em Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob orientação da Profa. Dra. Tania Barros Maciel.

Rio de Janeiro
2007

FOLHA DE APROVAÇÃO

DA ROÇA AO MAR: estudo de uma comunidade de marisqueiros em Jurujuba,
Niteroi, RJ.

Paula Durgante Ritter

Tese submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social – EICOS da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Doutor em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

Aprovada por:

Prof. Dra. Tania Maria de Freitas Barros Maciel (orientadora)
EICOS/IP/UFRJ

Prof. Dra. Elina Gonçalves da Fonte Pessanha – PPGSA/IFCS/UFRJ

Prof. Dra. Icléia Thiesen – PPGMS/UNIRIO

Prof. Dra. Maria Inácia D'Ávila Neto - EICOS/IP/UFRJ

Prof. Dra. Neide Esterici – PPGSA/IFCS/UFRJ

Rio de Janeiro
2007

FICHA CATALOGRÁFICA

Ritter, Paula Durgante

Da Roça ao Mar: Estudo de uma comunidade de marisqueiros em Jurujuba, Niterói (RJ) / Paula Durgante Ritter. Rio de Janeiro, 2007.

XIII 242f..il.

Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social – EICOS) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, 2007.

Orientador: Tania Maria de Freitas Barros Maciel.

1. Maricultura. 2. Comunidade. 3. Desenvolvimento Sustentável. 4. Meio Ambiente. 5. Teses. I. Maciel, Tania Maria de Freitas Barros (Orient.). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social. III. Título

DEDICATÓRIA

Este trabalho é para os meus amores, Marco,
Matheus e Shiva, que compartilharam todos
os momentos ao longo deste caminho.

AGRADECIMENTOS

São muitas as pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho. Cada uma a sua maneira, mas sem as quais esse processo seria mais difícil. Gostaria de agradecer a Prof. Dr. Tania Maciel, que me orientou, propiciou experiências únicas que significaram um grande aprendizado tanto em termos pessoais como acadêmicos. Tania abriu as portas de sua casa, de sua vasta biblioteca e de seu conhecimento.

A coordenação do Programa EICOS pelo empenho no sentido de favorecer minha ida para o exterior. Aos professores do EICOS, especialmente Inácia, Cecília e Rosa, que me propiciaram leituras fundamentais na área das ciências humanas, um novo horizonte que conheci e foi sendo incorporado durante esta trajetória.

A Elina Pessanha, uma amiga que acompanha minha trajetória desde que cheguei na “cidade maravilhosa”. Ao longo deste trabalho contribuiu de forma significativa, sugerindo abordagens antropológicas com as quais simpatizei desde as minhas primeiras leituras nas aulas do Programa EICOS. Com sua maneira doce me auxiliou e me escutou nos momentos de alegria e de dificuldade.

A Icléia Thiesen que se aproximou de mim e do meu trabalho dando importantes sugestões. Seu jeito calmo e sereno foi fundamental ao longo do trabalho, mas, especialmente, no período final.

Tanto Elina como Icléia, com a tranquilidade e doçura que lhes é característica, me deram palavras de conforto e de estímulo nos momentos mais difíceis. A colaboração de ambas foi indispensável. Agradeço profundamente estas duas mulheres e pesquisadoras pelo que fizeram.

A Neide Esterci por ter realizado sugestões ainda quando este trabalho era um projeto. Além disso, acompanhou toda a minha caminhada, propiciando, inclusive, o contato com o professor Afrânio Garcia.

Agradeço a Elina Pessanha, Icléia Thiesen, Neide Esterci e Maria Inácia D'Ávila Neto por terem aceitado participar da banca examinadora.

Ao Afrânio Garcia que me recebeu no Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain na École des Hautes Études en Sciences Sociales (CRBC/EHESS) e que encontrou em sua agenda cheia espaços para dialogar sobre minha pesquisa, indicando bibliografia e contatos. A Denise Jodelet, que no momento inicial me abriu algumas possibilidades de integração em Paris. Recebeu-me no Laboratório de Psicologia Social (LPS/Maison des Sciences de l'Homme) para discussões acerca de minha pesquisa, dando contribuições importantes para o trabalho. A Alliete Geistdoerfer que abriu as portas de seu laboratório no Museu de História Natural de Paris e propiciou leituras interessantes e contato com pesquisadores de outras instituições. Ao Marco Antonio Gonçalves e Philippe Lena pelo diálogo “parisiense” em termos da pesquisa.

À Marisa que estava sempre disposta a resolver os “pepinos” burocráticos.

Aos colegas da turma de Pós com os quais dividi momentos de grande alegria, discussões e trocas. Especialmente a Andréa Morelli, Cecília Trannin, Carla Celina e, Márcio Ranauro. À minha querida Carmen, amiga com quem continuo dividindo ansiedades e alegrias, nos nossos longos telefonemas e nos nossos encontros, mesmo que menos freqüentes.

À Rosa Helena que me acompanha há pelo menos oito anos e me ajuda a encontrar respostas e fazer escolhas.

Ao Marco, que está do meu lado na alegria e na tristeza, na saúde e na doença. Ao longo destes quatro anos compartilhamos experiências e sentimentos que nos mantém cada vez mais unidos, pois fizemos projetos que se concretizaram e nos proporcionaram muitas alegrias. No âmbito acadêmico, sempre estive disposto a me auxiliar com sua magnífica experiência.

Ao Matheusinho que chegou em 2005, o ano de grandes conquistas. Que traz alegrias e novidades a todo instante, que me chama a deixar o trabalho e me divertir com seus brinquedos espalhados pela casa, ou mesmo neste momento final, de sair e ver o dia lá fora.

À minha mãe, que mesmo em Porto Alegre, esteve presente e acompanhou toda esta caminhada. Morou conosco quando do nascimento do Matheus; na França, auxiliando nos cuidados com Matheus, enquanto eu ia para as jornadas de leitura na biblioteca da EHESS. E, sobretudo, por ter aprendido a arte da transcrição de entrevistas para auxiliar no andamento do trabalho.

Aos meus irmãos (Gui e Patrícia) e à Dalva que cuidaram das minhas coisas enquanto estive fora, propiciando certa tranquilidade durante o estágio de doutorando.

Aos amigos que deram força e incentivo ao longo desta trajetória. Kaka, que me acompanha desde Porto alegre e após sua chegada ao Rio compartilha momentos de alegria e de estresse. Ao seu marido Marcelo que me apresentou Jurujuba, me informa e tira dúvidas sobre o mundo pesqueiro. Ao casal Alexandra e Fernando que tiveram paciência para escutar minhas histórias. Aos brasileiros em Paris que acompanharam nosso “sejour” na cidade luz, Luis Frigoletto, Fabiana Heredia e Alisson, Pedro e Catalina.

Aos meus amigos de Jurujuba e da Travessa dos Maricultores que estiveram dispostos a me receber em sua comunidade, em suas casas, me contaram suas histórias e memórias. Permitiram que eu participasse de grande parte de seu cotidiano e sem isso a história que aqui apresento não seria possível. Agradeço especialmente ao Seu Napoleão, Adélia, Seu Jocélio, Seu Bernaldo, Conceição, Seu Coelho, Miriam, Capilé, Nena, Nice, Martinha, Lú, Misael, Zefa, Heleno, Betania, César, Sandra, Célio, Jonas, Teteco, Márcio, Eduardo, Marcelo, Vaval, Cláudia e Davi e a suas respectivas famílias.

Agradeço também a Marcos Bezerra e Cristina Tepper pelas conversas e detalhes sobre o processo que ora analiso.

A CAPES por ter concedido uma bolsa de estudos ao longo do curso de Doutorado, bem como pela manutenção deste recurso durante a estadia em Paris.

Agradeço a todas as pessoas que porventura não foram mencionadas aqui, mas foram importantes nas diferentes etapas do trabalho.

RITTER, Paula D. **Da roça ao mar**: estudo de uma comunidade de marisqueiros em Jurujuba, Niteroi, RJ. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

RESUMO

Neste trabalho analiso a trajetória de um grupo de nordestinos em Jurujuba. Nos anos 1970, eles vieram em busca de emprego formal, mas foi através da atividade com o marisco que conseguiram se estabelecer no local. O extrativismo de mexilhão era considerado desvalorizado, já que a pesca consistia na principal atividade do bairro. Por serem provenientes de uma região estigmatizada e se dedicarem ao extrativismo sofreram com a exclusão social. A partir de um projeto governamental, denominado Projeto Mexilhão-Rio, que visava o gerenciamento da atividade mexilhoneira, o grupo logrou envolver diferentes instâncias governamentais para a sua implementação, conquistou e ampliou as diferentes formas de capital (social, simbólico etc.), resultando no reconhecimento tanto dos moradores de Jurujuba quanto de instituições externas ao bairro. Pode-se dizer que houve uma apropriação do discurso e de práticas da sustentabilidade tanto em busca do reconhecimento enquanto marisqueiros, mas também para enfrentar o problema de exclusão social vivido pelo grupo, ao nível do bairro. Além disso, o Projeto proporcionaria uma ruptura com as relações de “dominação” provenientes da vida no nordeste, que eram praticadas por alguns dos migrantes. Apesar da importância do processo e seu estabelecimento de mais de 30 anos em Jurujuba, não me parece que o grupo tenha sido totalmente incorporado pelos moradores “mais tradicionais” do bairro. Em termos metodológicos, o trabalho se baseou na observação participante, bem como em entrevistas semi-estruturadas com os migrantes e moradores de Jurujuba, privilegiando a memória dos entrevistados.

RITTER, Paula D. **Da roça ao mar**: estudo de uma comunidade de marisqueiros em Jurujuba, Niterói, RJ. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

ABSTRACT

In this study I analysed the trajectory of a group that came from the northeast to Jurujuba, a typical fisher community in Niterói (RJ) during the seventies. They migrated because of the job opportunities in the south east. At that moment, the extraction of mussels was not well seen in the neighbourhood, but was in that activity that the migrants were more involved. In the 1990, a group of technicians from a state governmental agency proposed a project to organize and develop the activity in Jurujuba. For its implementation, it was necessary to establish partnerships with others governmental institutions. It is possible to say that because of the articulation phase and after the project's implementation members of the migrants that were engaged in the process achieved and enlarged many forms of capital (material and symbolic) and conquered recognition within the neighbourhood and by external institutions.

We could also say that there was an appropriation of the sustainable discourse and practices as a manner to manage a social exclusion situation in Jurujuba. Besides that, among the north east group, the Project launched a rupture in the domination relationships practiced by some members. Beside the fact that there are more of 30 years that the migrants are established in Jurujuba, and their recognition, I do not believe in their total incorporation. Concerning methodological approach, it was used semi-structured interviews (focusing on the memory) and observation. I interviewed members of the northeast group but also inhabitants that grew up and were born in the locality.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Foto da Fortaleza de Santa Cruz. 26
- Figura 2 – Foto da praia da Várzea. No alto o forte do Pico. À esquerda o prédio da antiga fábrica de sardinhas Atlantic e ao centro a Travessa dos Maricultores e à direita a Igreja N. Senhora da Conceição. 29
- Figura 3 – Moradores da região do Cascarejo reunidos jogando baralho na Praça da Igreja N. S. da Conceição. Ao fundo a Igreja Evangélica “A Palavra”, que arrenda uma das antigas instalações da fábrica Ribeiro. 31
- Figura 4 - Pescadores tecendo e consertando redes na área que restou após a urbanização do local. 32
- Figura 5 - Região de Jurujuba. A Igreja de São Pedro e ônibus parados no Ponto Final. 33
- Figura 6 – Mapa do bairro. Material cedido pela Prefeitura de Niterói. 37
- Figura 7 - Prédio da antiga Fábrica Santa Iria, na região do Ponto Final. 41
- Figura 8 - Vista do Cais de Jurujuba, com o escritório da Colônia Z-8 na construção branca à direita. 45
- Figura 9 – Escola Estadual Fernando Magalhães, na região da Várzea. 56
- Figura 10 – Vista das condições em que o processamento de marisco se davam na *praia*. 84
- Figura 11 – Mulheres trabalhando no desconchamento do mexilhão em uma das bancas na *praia* antes da construção do Centro de Beneficiamento. 86
- Figura 12 – Reunião de articulação com os marisqueiros de Niterói. 95
- Figura 13 – Prédio do Centro de Beneficiamento após o término da obra. 117

Figura 14 – Imagem da região da Ponta da Ilha com acúmulo de conchas. Na região atuam marisqueiros não associados.	124
Figura 15 – Vista recente da fachada do Centro de Beneficiamento, com as caçambas de lixo utilizadas pelos moradores e onde são depositadas as cascas de marisco.	130
Figura 16 – Limpeza de peixe realizada no pátio em frente do centro de Beneficiamento	133
Figura 17 – Mapa parcial do litoral dos Municípios do Rio de Janeiro e Niterói contendo as ilhas de extração do mexilhão	140
Figura 18 – Material utilizado no processo de extração: cavadeira, pé de pato e máscara de mergulho.	142
Figura 19 – Máquina de lavagem e separação dos mariscos no fundo da ALMARJ com as caixas resultantes do trabalho dos marisqueiros.	145
Figura 20 – Esquema da estrutura de um espinhél.	146
Figura 21 - Corda de cultivo com as sementes após alguns dias no mar.	148
Figura 22 – Vista da Enseada de Jurujuba com a área de cultivo de mexilhões.	150
Figura 23 – Gráfico da Produção de Marisco nos anos de 2005 e 2006.	153
Figura 24 – Gráfico do número de marisqueiros que levaram sua produção para ser beneficiado no Centro de Beneficiamento durante os anos de 2005 e 2006.	155
Figura 25 – Gráfico do número de desconchadeiras que trabalharam no Centro de Beneficiamento ao longo dos anos de 2005 e 2006.	156
Figura 26 - Imagem da responsável por organizar e anotar a produção individual de cada mulher que trabalha no <i>salão</i> .	157
Figura 27 - Mulheres desconchando o mexilhão em uma das quatro mesas do salão do Centro de Beneficiamento.	158
Figura 28 - Imagem do processo de lavagem do marisco depois de desconchado	160

Figura 29 - Marisco em imersão em solução de ácido lático após o processo de lavagem manual.	160
Figura 30 - Foto de uma das mulheres embalando o mexilhão em embalagens da Associação em máquina específica.	161
Figura 31 - Foto das atividades no Cais de Jurujuba	171
Figura 32 - Disposição dos dourados no caminhão da Associação para posterior transporte e comercialização.	172
Figura 33 – Placa indicativa em um dos acessos da Travessa dos Maricultores. Foto da autora.	194
Figura 34 – Panorama da Travessa dos Maricultores vista do alto do Morro do Cascarejo	195
Figura 35 - Vista da Travessa dos Maricultores com as escadas pelas quais se acessa as residências localizadas na laje.	198
Figura 36 - Imagem da Travessa dos Maricultores.	199
Figura 37 – Panfleto de divulgação de reunião elaborado por órgão da Prefeitura de Niterói.	216

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
Sociedade e meio ambiente: reflexões sobre o tema	01
Atracando o barco em jurujuba - a trajetória no campo	16
CAPÍTULO 1	
O bairro de Jurujuba	26
Mapeando este lugar	26
A tradição pesqueira	38
Associação união dos pescadores de jurujuba – AUPJ	46
Um cenário de transformações	50
CAPITULO 2	
DA ROÇA AO MAR: A FORMAÇÃO DA COMUNIDADE	58
CAPITULO 3	
A atividade mexilhoneira em Jurujuba	81
Ser marisqueiro: aprendizado e trabalho	81
Do “mexilhão-rio” à formalização da ALMARJ	93
Uma associação para os marisqueiros de Jurujuba	98
Programa LIFE-BRASIL	111
A parceria entre a comunidade e a universidade	118
Ser ou não ser associado?	121
CAPÍTULO 4	
O processo de produção e as relações trabalho	129
O espaço do centro de beneficiamento	130
Os barcos e sua importância para a Associação	133
O extrativismo do mexilhão	137
Mitilicultura: os associados e seus cultivos	146
O processo produtivo no centro de beneficiamento	151
A comercialização de pescado	165
Um dia no cais	170
CAPÍTULO 5	
Os marisqueiros frente à proteção ambiental e social.	174
O defeso	174
O mar é de quem?	184
CAPITULO 6	
Comunidade e identidade	190
A Travessa dos Maricultores: como é este lugar?	194
Trabalho, família e vizinhança	207
CONSIDERAÇÕES FINAIS	220
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	232
ANEXOS	246

INTRODUÇÃO

SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE: REFLEXÕES SOBRE O TEMA

O homem é uma das forças da natureza, ele é um elemento natural. “Sua história é associada àquilo que está ao seu redor” (Moscovici, 2002: 269).

A relação entre a sociedade e o meio ambiente vem sendo discutida em vários setores da sociedade, isso se evidencia tanto pelas inúmeras pesquisas acadêmicas realizadas, como pelos encontros promovidos para debater a temática que reúnem políticos, administradores, órgãos públicos, empresas e sociedade civil. Passo a apresentar aqui alguns aspectos dessa complexa relação, os quais me levaram a realizar o presente trabalho. Encontrei nesta discussão a possibilidade de articular os conhecimentos de minha formação como bióloga e meus novos interesses na área das ciências sociais.

Este interesse por populações humanas já se manifestava nas aulas de genética de populações, mas também ao longo do estágio no Projeto TAMAR, que realizei ainda durante o curso de graduação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Já no Rio de Janeiro, ao término do mestrado com ecologia de aves na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), tive a oportunidade de trabalhar com Educação Ambiental em comunidades carentes cujas experiências foram fundamentais para a decisão de, no doutorado, buscar um curso que permitisse a interlocução entre a temática ambiental e as formas de organização das comunidades carentes.

No Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS) do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), encontrei o lugar adequado para desenvolver um trabalho de pesquisa com as questões que me inquietavam e seduziam.

A Linha de Pesquisa Comunidades, Desenvolvimento, Meio Ambiente e Inclusão Social agregava tudo que me interessava. E, neste sentido, escolhi a professora Tania Barros Maciel para ser minha orientadora.

A partir dos cursos realizados no Programa compreendi a importância dos recursos naturais para a manutenção das sociedades, sendo que não houve civilização que não os explorasse para a satisfação de suas necessidades básicas; além disso, vimos os caminhos que tal exploração tomou ao longo da história de nossa sociedade e o que isso acarretaria para a mesma.

Nas sociedades tradicionais (pré-industriais ou pré-modernas) a utilização dos recursos ambientais era diferenciada, os ciclos naturais eram respeitados, havendo rotatividade dos recursos explorados, mesmo porque o tamanho dos grupos era reduzido e as necessidades não eram produzidas como a partir da sociedade industrial capitalista. Existia certa “consciência” da dependência da natureza para a reprodução dos grupos, e a exploração era feita em pequena escala, se comparada com a atual.

As práticas culturais geraram formas de percepção próprias a cada cultura que conseqüentemente se traduziam nas formas de apropriação da natureza. Eder (1996) assinala que é a sociedade que separa os indivíduos conforme as formas culturais de interação com a natureza. Desta forma, seria possível dizer que a caracterização de grupos sociais como agrícolas ou pesqueiros estava tanto relacionada com os recursos disponíveis no seu entorno como também pela necessidade da sociedade classificá-los.

Com a modernidade, foram novas formas da sociedade se relacionar com a natureza. O avanço do conhecimento científico, das técnicas e as relações de produção levaram a uma nova percepção desta relação. A idéia de que com o desenvolvimento técnico-científico seria possível gerar um conhecimento acerca do funcionamento da

natureza garantindo sua manipulação e subordinação à sociedade. Essa noção se estende até hoje, de tal forma que ainda é difícil de romper com certas práticas.

As relações de produção que dividiram a sociedade em classes distintas, subordinando as pessoas umas às outras também propiciaram a idéia de que a natureza poderia ser utilizada a fim de atender as necessidades criadas pela sociedade. A natureza, entendida como um elemento não-humano e cujos recursos eram infinitos, tornava-se passível de exploração e poluição.

As florestas foram cortadas para utilização de madeira ou queimadas para produção agro-pecuária; os rios e oceanos foram contaminados com efluentes domésticos e industriais, levando a um comprometimento das espécies aquáticas, e o ar foi poluído pelas indústrias. Esta lógica acarretou vários danos ambientais, que só a partir da segunda metade do século passado, passou a ser reavaliada e discutida, uma vez que começaram a surgir problemas que afetavam diretamente a sociedade. Um dos exemplos que se poderia mencionar foi a situação enfrentada pelo Japão, quando em 1954, um derramamento de mercúrio industrial na Baía de Minamata, foi responsável por uma doença que causava perda da coordenação motora e atrofia cerebral. O mercúrio entrou na cadeia alimentar marinha (da fauna e da flora) e contaminou 132 pessoas, cuja dieta consistia basicamente de organismos marinhos, sem mencionar os animais que se alimentam dos recursos marinhos (Minc, 1997).

A preocupação ambiental se consolidou através de Conferências internacionais que visaram propor novas formas de apropriação dos recursos naturais, uma outra lógica de se relacionar com a natureza. Isso se daria através da re-elaboração dos valores e normas individuais e coletivas, de um novo padrão de aplicabilidade dos conhecimentos e técnicas, da inserção do homem à natureza e de uma nova construção social da

natureza (Larrère e Larrère, 1997; Eder, 1996; Leff, 2002). Tudo isso possibilitou a emergência do que seria um discurso ambiental (Eder, 1996).

A proposta de novas formas de relação sociedade-natureza é baseada na idéia de que o ser humano pertence à natureza, não é externo a ela. Para Moscovici (2002) o homem é uma das forças da natureza, ele é um elemento natural. “Sua história é associada àquilo que está ao seu redor” (Moscovici, 2002: 269). O quê implica em falar de conservação e não em preservação, significa o gerenciamento dos recursos naturais e dos conflitos que surgem, na definição de critérios para a utilização da natureza, conjugando conhecimentos e técnicas, que para Larrère e Larrère (1997) significa “du bon usage”.

La nature ainsi envisagée n’ est pas un matériau inerte, un réservoir de “choses” à notre disposition; elle est la terre, notre “demeure”.....L’usage, à la différence de l’utilité marchande, n’est pas neutre, il se définit comme bon usage (Larrère e Larrère, 1997: 91).

L’homme ne détruit ni ne fabrique la nature, il la perfectionne, selon ses propres lois. On est donc toujours dans l’éthique de la “gérance” que l’on peut trouver dans la Bible (il appartient à l’homme d’accomplir la création divine), mais qui procède également de la conception aristotélicienne du “bon usage”, de l’idée que la technique (et l’activité humaine em general) est capable de parfaire la nature (Larrère e Larrère, 1997: 90).

Diante disso, uma nova terminologia passou a ser utilizada. Por muito tempo falou-se da natureza e da preservação dos recursos não renováveis. À medida que foi se consolidando esta nova “percepção” os referidos conceitos foram substituídos, respectivamente, pelos conceitos de meio ambiente, e conservação dos recursos naturais (sejam eles renováveis ou não), pois a natureza não é inesgotável.

Ao se falar de “meio ambiente” não estamos nos referindo à ecologia, mas à complexidade do mundo, pois o meio ao qual se faz referência envolve aspectos sociais,

culturais, políticos, naturais, econômicos e tecnológicos, e, sobretudo, relações de poder que determinam as formas de apropriação do mundo natural (Leff, 2002). Portanto, meio ambiente pode ser definido como:

o lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação. Essas relações implicam em processos de criação cultural, tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído (Reigota, 2001: 14).

Isso significa dizer que o meio ambiente “não pode ser encarado como um dado isolado, mas sim como um dado da cultura de uma comunidade, isto é, como um processo de interação entre o sócio-cultural, gerado pelo homem e a natureza; não sendo possíveis ações ditas de desenvolvimento, seja de preservação ou modificações sobre o meio ambiente, dissociadas do homem que o habita, e, por conseguinte, de sua dinâmica cultural” (D’Ávila e Maciel, 1992; Maciel e D’Ávila, 1995).

A preservação da natureza remete à externalidade do ser humano e à intocabilidade dos recursos naturais, à ausência de seres humanos em locais específicos e determinados a serem preservados por suas características. Esta idéia de natureza exterior aos seres humanos é que não existe mais, não há motivos para se escolher entre sociedade e natureza, há necessidade de proteger os dois (Larrère e Larrère, 1997). Isso só será e, está sendo, possível a partir dos esforços para a reformulação da representação da natureza, assim como pelas novas normas e condutas para sua utilização.

A mobilização global e a formação de um discurso ambiental têm levado os diversos setores da sociedade a se organizar e refletir acerca da responsabilidade em conservar os ecossistemas (Loureiro, 2000), uma vez que a questão ambiental passou a ser uma questão social e pública. Neste sentido, Lopes (2006) utiliza o termo “ambientalização” que designaria um novo fenômeno ou novas percepções de

fenômenos vistos da perspectiva de um processo histórico, implicando simultaneamente em transformações no Estado, em novos padrões de comportamento e na interiorização por indivíduos e grupos sociais de uma nova ética ambiental.

O processo de “ambientalização” referido por Lopes (2006) teve início com a Conferência de Estocolmo, em 1972. Esta Conferência foi proposta pela Suécia, afetada pela poluição no mar Báltico, pela detecção da chuva ácida e por pesticidas e metais pesados encontrados nos peixes. Tal poluição seria causada não só por indústrias nacionais, mas também por aquelas de países vizinhos, fazendo com que os problemas ambientais contribuíssem para o surgimento de “questões globais”, pois os referidos problemas não se restringem somente às localidades onde são gerados e atingem as diferentes classes sociais, tendendo a se democratizar (Noal, 2000). Os riscos ambientais atingem a todos, independente da classe social, pois “as pessoas tornaram-se iguais, não pelos direitos ou benefícios que alcançam, mas pelos males ambientais que compartilham” (Lenzi, 2005:134), a tendência tem sido procurar minimizar e até solucionar os problemas na ordem do espaço local, reduzindo os efeitos globais.

Nossa sociedade “moderna” e industrializada se caracterizaria pelo que Giddens (1995) denomina de “sociedade de risco”, na qual as ameaças ecológicas são provenientes do conhecimento e da industrialização, os quais geram imprevisibilidades e incertezas. Estes riscos estariam relacionados com o fato do homem estar cada vez mais próximo dos ambientes naturais – invadindo-os, em razão da inequidade de riqueza, bem como em função dos interesses econômicos. Indo na mesma direção, Beck (1995) também caracteriza nossa sociedade como uma sociedade de risco, mas, “reflexiva”, o que significaria que se conhecem alguns riscos e, portanto, os técnicos e especialistas não só teriam condições de propor novas racionalidades, atenuando os

desastres ambientais através de novas tecnologias, mas regulariam as atividades poluidoras, através de instrumentos legais, o que daria à natureza um aspecto político.

Nos países ditos desenvolvidos, percebe-se que as preocupações ambientais ficaram, até certo ponto, restritas aos desastres ecológicos, aliados aos níveis de consumo, desperdício, enquanto nos países ainda em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, as questões ambientais se associaram às questões sociais, à má distribuição de renda, que acarretam falta de infra-estrutura básica (Viola, 1997; Fernandes, 2002). Por essa razão, os problemas ambientais nos países em vias de desenvolvimento são compreendidos numa perspectiva integradora e socioambiental (Layrargues, 2000).

O socioambientalismo, no Brasil, surgiu em meados dos anos 1980, calcado na idéia de que as políticas públicas deveriam incluir e chamar para o debate os grupos detentores de conhecimento empírico e de práticas de conservação e manejo dos recursos. Além disso, as políticas de desenvolvimento propostas pelo movimento deveriam ir além da sustentabilidade ambiental, garantindo a sustentabilidade social, valorizando a diversidade cultural e a manutenção de suas práticas, adotando políticas que visassem a redução da pobreza, promovendo a justiça e a equidade social (Santilli, 2005). O socioambientalismo ganhou força quando da Rio-92, na qual foram propostas ações que estavam em consonância com as idéias que norteavam as políticas e as demandas do movimento.

A Rio-92 foi realizada em Junho de 1992 no Rio de Janeiro, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas (ONU). Ela ocorreu 20 anos após a primeira Conferência, que teve lugar em Estocolmo, na Suécia, e que tratou do Desenvolvimento Humano. Em Estocolmo foram discutidos principalmente “os Limites do Crescimento” da sociedade e seus impactos ambientais, tema do Relatório elaborado para nortear a

Conferência¹. Durante esse evento houve o amadurecimento da idéia preservacionista/conservacionista para uma outra, concentrada na preocupação em termos de gestão ambiental. Foi nesta oportunidade que Maurice Strong apresentou o conceito de Ecodesenvolvimento, que foi aprimorado por Ignacy Sachs, evoluindo para a idéia de Desenvolvimento Sustentável (Maciel, 2000).

O Ecodesenvolvimento foi a primeira proposta a rever o desenvolvimento baseado no viés econômico, considerando o meio ambiente nas satisfações do ser humano. O conceito entende que “o homem deve ser o centro e o objetivo do desenvolvimento, o que exige uma reorganização da dinâmica mercado - sociedade - Estado, existente na perspectiva economicista, de modo a se conseguir alcançar um bem-estar humano” (Maciel, 2003:51). O Ecodesenvolvimento apontava para duas questões primordiais para se pensar o desenvolvimento: a valorização dos recursos locais e a participação da população.

Seria necessário que se utilizassem os recursos financeiros, técnicos, humanos (habilidades e capacidades) e ambientais para que os cidadãos locais indicassem o caminho a seguir a partir de seu conhecimento, potencialidades, aspirações e dificuldades. Nesta perspectiva, a proposta criticava a maneira como as regiões mais pobres procuravam prosperar – baseadas em um padrão imitativo que geraria dependência e poderia estar fadado ao fracasso.

A Rio-92 é considerada um marco na política ambiental internacional, pois não só surgiram propostas de acordos internacionais², como a Convenção da

1 O Brasil esteve representado em Estocolmo, mas, naquele momento, para o nosso país a temática ambiental tinha pouca relevância, pois a prioridade era o crescimento econômico, que resultaria, supostamente, na diminuição dos problemas sociais (Viola, 1992).

2 Ficou estabelecido que os países industrializados deveriam colaborar com 0,7% do seu PIB para ações de Desenvolvimento Sustentável nos países subdesenvolvidos. Entretanto, esta meta não tem sido cumprida e o aporte financeiro dos países ricos tem diminuído sistematicamente (Duarte, 2003; Passet, 2003).

Biodiversidade, a Convenção sobre Mudanças Climáticas³ e a Agenda-21⁴ Global, como divulgou-se o conceito de Desenvolvimento Sustentável.

A maior contribuição da Conferência foi estimular a participação da sociedade civil, trazer a questão ambiental para o debate o que favoreceu um aumento da consciência ambiental mundial (Leis, 2001, Viola e Leis, 2001; Blanco, 2002).

O Desenvolvimento Sustentável, apresentado pelo relatório “Nosso Futuro Comum” ou Brundtland (1987), é aquele que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades. Este conceito ainda carrega as noções de participação, a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas; programas de educação e a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral (Tureck e Oliveira, 2003). A idéia de um desenvolvimento sustentável está alicerçada em cinco pilares, as dimensões social, ambiental, territorial, econômica e política (Sachs, 2004).

A dimensão social prevê que as iniciativas de desenvolvimento devem contribuir para a redução das desigualdades, abrindo possibilidades de geração de emprego e renda. Através dela também se busca maior aceitação da diversidade social a qual possibilitaria sua inclusão na participação das decisões políticas sobre o bem comum.

3 Os Estados Unidos até hoje (2007) não é signatário.

4 Agenda-21, um documento que não tem força legal, mas serve como guia orientador para que cada país, estado, município elabore a sua Agenda. A Agenda-21 Brasileira foi lançada em 2000 e nos seus 40 capítulos aborda temáticas relacionadas aos padrões de consumo, combate à pobreza, conservação da biodiversidade, fortalecimento dos trabalhadores, populações indígenas e das ONG's entre outras, visando a sustentabilidade social, econômica e ambiental. O documento destaca a necessidade de as pessoas de todos os setores da sociedade assumirem responsabilidades conjuntas na tomada de decisão sobre o(s) processo(s) de desenvolvimento (Knowles e Onesini, s/d:26). Ele aponta, ainda, para a necessidade de propiciar relações mais horizontais entre os setores sociais. Neste sentido, estimula-se a elaboração de agendas locais, com a participação e consenso de todos os envolvidos.

A dimensão ambiental está preocupada com as iniciativas de desenvolvimento utilizem técnicas e práticas que propiciem a conservação da biodiversidade, incluindo-se também as formas de manejo com os resíduos.

A questão geográfica é fundamental no sentido de que sejam aproveitados os recursos naturais, sociais e culturais da região para a promoção de tal desenvolvimento; enquanto a eficiência econômica busca maior apoio institucional para o desenvolvimento local (Knowles e Onestini, s/d), internalizando os custos sociais e ambientais do processo de desenvolvimento.

Nenhum desses aspectos se equaciona sem que haja uma sólida sustentabilidade político-institucional, na qual o Estado tem papel crucial de regulamentar (que se traduzem em normas, leis e instrumentos econômicos) e promover políticas públicas includentes, que favoreçam a participação de todos os setores da sociedade.

Se por um lado a participação da sociedade civil nos processos decisórios é fundamental, pois fortalece a relação entre os componentes de grupos sociais, estimula sua mobilização e articulação, gera um sentido de responsabilidade e de pertencimento a um grupo, classe, comunidade e local; por outro, há possibilidade de divergências de interesses, posições distintas na hierarquia do poder e nas negociações, diferentes grupos procuram fazer prevalecer as suas posições (Dagnino, 2002; Buarque, 2002). Dagnino (2002) ainda aponta para o fato da sociedade civil nem sempre estar capacitada técnica e politicamente para participar do debate político e, neste sentido, Acserald (1992), chama atenção para o fato de que:

cada vez mais a sociedade vem abrindo espaços de participação, porém, estes espaços têm sido “participativos” em sua composição, mas ao mesmo tempo podem se tornar menos decisórios em sua pauta e mais passíveis de apropriação de uma política-espetáculo (p.38)...tais espaços não apresentam efetiva influência nas decisões públicas, ...os atores podem estar submetidos às relações de poder político ou ao domínio do discurso de especialistas (p.41).

O conceito de Desenvolvimento Sustentável divulgado pelo relatório Brundtland é amplamente utilizado pelos mais diversos setores da sociedade e vem norteando as políticas públicas brasileiras, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida de grupos sociais, através da participação social, articulação e parcerias institucionais.

Neste sentido, uma série de políticas e leis ambientais têm sido implementadas para garantir o uso “racional” dos recursos. Se por um lado, alguns segmentos sociais necessitam de regras para a conservação dos recursos; em outros, as regras são estabelecidas internamente e são mantidas e respeitadas pelos grupos. Este é o caso das comunidades ditas tradicionais, como por exemplo, algumas tribos indígenas e algumas comunidades pesqueiras, que é o objeto desta investigação.

Estudar uma comunidade pesqueira seria revelador para compreender como se estabelecem as relações entre sociedade e meio ambiente, pois os pescadores dependem do mar e seus recursos para sua manutenção e reprodução. A percepção da importância da pesca artesanal na conservação dos recursos e na proteção de ambientes marinhos, costeiros e de águas interiores levou à elaboração do Tratado sobre a Pesca, no Fórum Global das ONGs, em 1992 (Cardoso, 2001).

O bairro de Jurujuba, em Niterói, foi escolhido para a realização deste estudo, pois o mesmo foi diretamente afetado pela política pesqueira nacional, empreendida pela Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), por instrumento legal de 1967, que transformou a pesca artesanal em industrial, sendo responsável pela descaracterização de várias comunidades pesqueiras.

Este processo acarretou uma redução das espécies marinhas na Baía de Guanabara, fazendo com que os pescadores procurassem áreas mais distantes para pescar. A política da SUDEPE também favoreceu a implantação de três fábricas de enlatamento de sardinha no bairro, que tanto contribuíram para a poluição da Baía de

Guanabara como também estimularam a exploração irracional das espécies de pescado. Ambos os fatores levaram a uma redução dos estoques pesqueiros no interior da Baía.

Os armadores, donos de embarcações, de Jurujuba se organizaram em uma associação formalizada em 1984 para tentar suportar a crise do setor deflagrada pela política pesqueira. Além disso, no final dos anos 1980, técnicos de um órgão estadual envolvidos com a temática (Fundação Instituto de Pesca do Rio de Janeiro – FIPERJ), preocupados com o gerenciamento dos recursos pesqueiros no bairro e, em certa medida, influenciados pelo discurso da sustentabilidade, propuseram um projeto de maricultura que alavancou um processo de Associativismo e envolveu um grupo de marisqueiros locais.

A maricultura reflete a nova racionalidade, que inclui o ser humano no meio ambiente e busca soluções “sustentáveis” através de técnicas e do gerenciamento dos recursos naturais. Em Jurujuba, esta experiência é realizada pela Associação Livre dos Maricultores de Jurujuba (ALMARJ), que é formada, principalmente, por migrantes nordestinos que se estabeleceram no bairro a partir dos anos 1970. É neste grupo que o presente estudo está interessado. Entretanto, para compreender a organização e dinâmica comunitária deste grupo de migrantes foi necessário ampliar a abordagem conceitual.

Ao se estabelecer em Jurujuba, uma “comunidade” tradicionalmente pesqueira, o grupo sofreu um processo de exclusão, seja pela sua condição de migrante como também pelas atividades às quais se dedicava e ainda se dedica. O trabalho com o marisco foi responsável pela sua inserção no local embora fosse considerado um trabalho desqualificado para os então pescadores de Jurujuba, aumentando assim as questões relacionadas com a exclusão. Porém, foi esta atividade que propiciou ao grupo, um outro *status*, uma nova condição social quando do seu engajamento na ALMARJ,

que extrapola os limites do bairro. Poderia se dizer que através do “acordo” firmado entre a proposta dos técnicos da FIPERJ que levaria à formalização da ALMARJ, os nordestinos conquistaram o reconhecimento dos demais moradores de Jurujuba, assim como ampliaram, em seu favor, as diferentes formas de capital que estão em jogo na sociedade.

Este estudo está interessado em analisar a organização social dos nordestinos e as estratégias utilizadas no sentido de enfrentar as “tensões” ocorridas considerando-se as disputas espaciais entre os grupos já estabelecidos e os que vinham “de fora” em busca de trabalho e moradia. Junta-se a isso a análise do processo desencadeado com a formação da Associação para o grupo e em relação aos moradores da comunidade, pois a formalização da ALMARJ parece significar um “divisor de águas” na história da organização dos moradores de Jurujuba.

Jurujuba parecia o lugar ideal para o desenvolvimento desta investigação, pois havia interesse em ressaltar questões de âmbito comunitário que ainda não foram exploradas por outros pesquisadores no bairro. Vários trabalhos foram realizados no local sobre a temática da pesca, entre eles o clássico estudo de Duarte (1999) que analisou, nos anos 1970, como a política de modernização das técnicas pesqueiras influenciou nas formas de organização da produção de pescado, verificando também os reflexos na sociabilidade dos pescadores. Por sua vez, Wenerbach (2002) e Soares *et al.* (2005) estudaram as mudanças no bairro em função das políticas pesqueiras. Já D’Avignon (2001) pesquisou as implicações das políticas de licenciamento ambiental tomando como exemplo a atividade da maricultura. Por fim, Teixeira e Bessa (2006) investigaram os impactos da modernização do processo de produção do marisco na Associação de Maricultores de Jurujuba.

Estes estudos foram importantes suportes para compreender melhor a organização dos pescadores e marisqueiros da localidade. No sentido de entender a história e as formas de organização do grupo de marisqueiros, objeto deste trabalho, estruturei a tese em seis capítulos.

No primeiro capítulo intitulado *O bairro de Jurujuba* apresento ao leitor o local e sua divisão sócio-espacial que é uma característica importante na medida em que separa socialmente seus moradores. O capítulo foi elaborado principalmente a partir de dados colhidos na fase exploratória da pesquisa e é fundamental para compreender o que contexto em que as questões analisadas nesta tese, ocorrem.

O segundo capítulo, de título *Da roça ao mar: a formação da comunidade* analisa o processo migratório e o estabelecimento dos nordestinos que se tornariam marisqueiros em Jurujuba, enfatizando as atividades às quais eles se dedicaram logo após sua chegada e as dificuldades em se instalar junto a uma “comunidade” tradicional pesqueira.

No terceiro capítulo *A atividade mexilhoneira em Jurujuba*, analiso dois momentos importantes concernentes à atividade mexilhoneira no bairro. Em um primeiro momento, apresento como os nordestinos foram atores importantes para impulsionar tal atividade. Em uma segunda parte discorro acerca do processo de formação da Associação de Maricultores e Construção de um Centro de Beneficiamento de mexilhão, resultado de uma convergência de interesses que contou com apoio governamental e culminou com um reconhecimento do grupo que extrapola os limites do bairro, assim como, deflagrou conflitos entre aqueles que se dedicam ao trabalho no marisco.

O capítulo quarto intitulado *O processo de produção e as relações trabalho*, descreve como se efetiva o trabalho dos marisqueiros e desconchadeiras após a

Construção do Centro de Beneficiamento. Além disso, trata da nova frente de trabalho baseada na comercialização de pescado, na qual se engajaram membros da Associação.

O capítulo quinto, *Os marisqueiros frente à proteção ambiental e social* aborda de que maneira a Associação de Maricultores, bem como os marisqueiros a ela vinculados, vem tendo de se adequar à legislação ambiental, verificando os impactos sociais trazidos por esse processo.

O sexto e último capítulo, *Comunidade e Identidade* descreve e analisa a vida cotidiana do grupo estudado, na “comunidade”, abordando a sua relação com o trabalho, o lazer, a vizinhança, a religiosidade e as formas de solidariedade por ele desenvolvidas. Isso é feito tendo como fios condutores as relações de controle e poder desenvolvidas entre seus membros.

Após esta introdução, passo para a apresentação da metodologia empregada e as condições em que o trabalho foi realizado.

ATRACANDO O BARCO EM JURUJUBA - A TRAJETÓRIA NO CAMPO

A primeira visita ao campo se deu através de um professor do departamento de Biologia Marinha da UFRJ, em março de 2004. Na oportunidade, foi estabelecido contato com o Presidente da Associação Livre dos Maricultores de Jurujuba (ALMARJ). Isso se deu após o primeiro ano de doutoramento e resolvi estudá-la aplicando os meus mais recentes conhecimentos da área de sociologia e antropologia, abordados nos cursos do Programa EICOS.

No sentido de viabilizar a pesquisa utilizei técnicas de pesquisa qualitativa, como entrevistas e observação, pois a realidade social, a qual consiste no dinamismo entre a vida individual e coletiva e todos os significados dela resultantes, não pode ser quantificada (Minayo, 2002). Os dados coletados buscaram a compreensão dos fatos sociais a partir das diferenças e particularidades comunitárias. O trabalho de campo foi realizado em dois momentos distintos.

O primeiro, um período exploratório, se deu em 2004, tendo em vista a necessidade de mapear espacial e socialmente o bairro. O segundo, principalmente, após o retorno do estágio de doutoramento, no Centre de Recherche sur le Brésil Contemporain (CRBC), na École des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS), em Paris (setembro/2006 a fevereiro de 2007).

O objetivo inicial era focar o estudo na organização social e do trabalho na Associação de Maricultores (ALMARJ). Porém, na segunda visita à Associação não faltaram, nas conversas, menção às inúmeras pesquisas realizadas no local. “Já se fez muitos estudos por aqui...” , “já se sabe tudo sobre o mexilhão⁵...”, “para fazer trabalho

⁵ A maioria dos estudos realizados na Associação de Maricultores refere-se a análises bioquímicas de contaminação tanto da água quanto na carne do marisco como o de Jorge *et al.* (2002), Pereira (1998), Pinheiro Jr. (2000), Borges (2002) e Valente (2004).

aqui tem que deixar alguma coisa⁶.....” , “a gente só está abrindo para você porque você é amiga do Professor”. Diante destas falas percebi que o grupo tinha certa resistência ao desenvolvimento do trabalho, o que me levou a buscar outras questões para o meu estudo.

Solicitei, então, ao Presidente da ALMARJ que me apresentasse ao presidente da Associação de Moradores (AMORJ), onde senti que as “portas estavam mais abertas” para a realização da pesquisa. Teve início a fase exploratória do trabalho, através da qual conheceria o bairro, definiria os objetivos e o marco teórico conceitual.

As entrevistas e a observação foram as ferramentas metodológicas utilizadas ao longo da pesquisa de campo. Na etapa exploratória, a rede de entrevistados foi sendo construída, principalmente, mas não só, com apoio da Associação de Moradores, contando com moradores pertencentes às famílias mais antigas do bairro, gente nascida em Jurujuba, pessoas que vieram de outras localidades, mas que constituíram famílias com “gente do lugar”, passando a fazer parte da “comunidade”. Portanto, incluiu moradores que vivenciaram as transformações culturais ali ocorridas e aquelas referentes à política pesqueira nacional, colocada em prática a partir da segunda metade do século passado e que re-configurou a atividade no bairro.

Vários entrevistados da fase exploratória tinham alguma relação com o então presidente da Associação de Moradores, fosse familiar ou de amizade. As entrevistas realizadas neste período foram importantes para conhecer a história de Jurujuba e algumas das transformações ocorridas. A partir dos relatos e dos novos temas que surgiam nas entrevistas havia necessidade de procurar outros moradores e, com isso, houve um incremento da rede de entrevistados.

⁶ Membros da Associação de Maricultores fazendo referência a um projeto realizado anteriormente na Associação, fato que só foi compreendido ao longo da pesquisa de campo.

Na primeira etapa, as entrevistas foram, em sua maioria, gravadas e realizadas de forma livre, pois este tipo de entrevista propiciaria uma maior riqueza de detalhes que auxiliariam na compreensão da dinâmica social comunitária.

O argumento a favor de uma entrevista completamente livre em seu fluir fica mais forte quando seu principal objetivo não é a busca de informações ou evidências que valham por si mesmo, mas sim fazer um registro “subjetivo” de como [uma pessoa] olha para trás e enxerga a própria vida.....O modo como fala sobre ela, como a ordena, a que dá destaque, o que deixa de lado, as palavras que escolhe (Thompson, 1998: 258).

Nesta fase estava buscando elementos nos relatos para construir o objeto desta investigação. Ao longo de 2004 entrevistei 11 pessoas, enfocando a história e as mudanças socioambientais ocorridas no bairro, que propiciaram a elaboração de um panorama geral da localidade.

A sede da Associação de Moradores foi utilizada para realização de algumas enquetes e, em várias ocasiões, o Presidente da Associação esteve presente, participando, comentando e expondo seus pontos de vista. Sua presença poderia significar uma forma de controlar o que estava sendo dito, inibindo o posicionamento dos entrevistados, no que Thompson (1998) chama de pressão “para um testemunho socialmente aceitável”. Santana (2000) observou o mesmo tipo de ocorrência em sua pesquisa com os trabalhadores Metalúrgicos no Rio de Janeiro. Nesse sentido, buscou-se entrevistar as pessoas em suas residências garantindo-lhes uma maior liberdade.

A fase exploratória foi marcada pela temática da pesca e tudo que este assunto compreende, como as relações de parentesco e de compadrio, as políticas pesqueiras, as formas de sociabilidade e de trabalho dos pescadores. A geografia do bairro, que é marcada por morros e baixadas, configurando espaços distintos, também foi abordada. As diferenças entre as regiões do bairro foram assinaladas, especialmente quando os relatos tratavam das comemorações (festas populares) e formas de sociabilidade. As

diferenças espaciais poderiam estar relacionadas ao fato de algumas áreas terem sido mais valorizadas que outras, produzindo tensões entre os moradores.

Outro tema destacado pelos entrevistados na fase exploratória dizia respeito às festas populares (Festa de São Pedro e o Carnaval) e às mudanças em sua organização ocorridas ao longo dos anos. Isso muito me atraía, pois entendia que este tema poderia revelar aspectos da dinâmica comunitária.

Algumas das características mencionadas pelos moradores me faziam sonhar com uma comunidade idealizada, em que todos se conheciam, que todos viviam da pesca, um lugar onde todos se ajudavam. Porém, com minhas sucessivas visitas, observações e conversas, foi sendo possível perceber que o espírito idealizado de comunidade já não existia ou estava transformado, ou ainda, possivelmente, nunca teria existido.

Como estava interessada em realizar um “estudo de comunidade” e o grupo de marisqueiros da ALMARJ parecia um grupo coeso, talvez ali eu pudesse ter a comunidade que idealizava. Além disso, apresentava certa resistência à realização desta investigação, e isso me instigava ainda mais.

Os membros desse grupo são provenientes, em sua maioria, do Estado de Alagoas, tendo se tornado marisqueiros após a vinda para Juruuba e aparentemente constituíam um “grupo fechado”. Isso possibilitava um estudo mais coerente com a linha de pesquisa (Comunidades, Desenvolvimento, Meio Ambiente e Inclusão Social) em que eu estava inserida no Programa EICOS. A ALMARJ desenvolve o cultivo de mexilhões e para isso tinha passado por um processo de organização social, visando o desenvolvimento comunitário e da atividade mexilhoneira. Este processo poderia ser pensado como uma experiência de desenvolvimento sustentável, entretanto outros temas deveriam ser abordados para a compreensão da dinâmica comunitária, como a

migração, o estigma e a inclusão/exclusão social. Foi, então na história deste grupo de migrantes, no seu processo de organização e de inserção no bairro, que este trabalho se focou.

Assim, o estudo deste grupo se deu em uma segunda etapa de campo quando decidi investir na sua análise. A metodologia empregada consistiu na utilização de entrevistas semi-estruturadas (que privilegiaram a memória dos atores) e na observação direta das atividades desenvolvidas pelo grupo.

A observação realizada na pesquisa permitiu a coleta de dados através da participação da vida cotidiana do grupo, estabelecendo o diálogo com seus membros (entrevistas informais), permitindo descobrir, como indicado por Becker (1993), as interpretações que o grupo tem sobre os acontecimentos por ele vividos. A observação atenta dos detalhes põe o pesquisador dentro do cenário da investigação, permitindo a compreensão, mesmo que não imediata dos fatos, pois situações que podem parecer pouco significativas em um dado momento podem se tornar muito relevantes, favorecendo uma interlocução mais competente entre pesquisador e pesquisado (Zanelli, 1992). Neste sentido, de forma sistemática, foram realizadas anotações de relatos informais e de fatos observados para análise posterior.

A utilização de entrevistas foi um recurso importante no sentido de obter informações, mas principalmente para compreender as relações sociais (de solidariedade, de trabalho, de dominação e de exclusão) que estavam em “jogo” na “comunidade” e no bairro. Tanto as entrevistas quanto as conversas informais foram fundamentais, mas foi a partir das últimas que obtive as informações mais reveladoras. Os relatos orais serviram também à medida que contribuem para o entendimento da construção da memória individual e coletiva, fornecendo informações objetivas e

subjetivas (Amado e Ferreira, 1996) e privilegiando a memória e as lembranças de cada entrevistado.

A memória, que Halbwachs (1990) denominou de Memória Coletiva, está relacionada àquelas experiências que foram experimentadas pela coletividade e que a mesma determinou que podem e devem ser lembradas. Os acontecimentos que foram vivenciados pelo grupo estão gravados e são facilmente acessados porque são frequentemente retomados (Bosi, 1983), existindo, portanto, uma memória “no” grupo e não “do” grupo (Santos, 2003), pois seus membros se apóiam na memória dos outros, confundindo seu passado com o passado do grupo do qual faz parte.

As entrevistas foram realizadas com membros do grupo (moradores ou não da Travessa dos Maricultores), bem como com técnicos envolvidos na consolidação do Projeto Mexilhão-Rio⁷. Nesta segunda etapa, utilizei entrevistas semi-estruturadas, sendo elaborados roteiros distintos para cada grupo de entrevistados. Para aqueles provenientes da região Nordeste, as entrevistas enfocaram as histórias de vida, os motivos pelos quais vieram para o Rio de Janeiro, as relações de parentesco⁸, abordando o trabalho do grupo com o mexilhão e, posteriormente, a formação da Associação de Maricultores.

Apesar dos eixos propostos no roteiro de entrevistas, foram os entrevistados que direcionaram seus relatos e suas experiências, mesmo que durante a entrevista os temas de interesse para o trabalho fossem questionados. As respostas refletiam as percepções de cada entrevistado e sua “posição social” no grupo, pois a Memória Coletiva depende tanto da interação e do testemunho entre membros do grupo, quanto da estrutura social

⁷ O Projeto Mexilhão-Rio, que será abordado em mais detalhes posteriormente, foi uma proposta da Fundação Instituto de Pesca do Rio de Janeiro (FIPERJ) que propiciou a formação da Associação de Maricultores, bem como a construção do Centro de Beneficiamento de Mexilhão do bairro. Foram entrevistados o idealizador do Projeto e uma bióloga marinha que participou da implementação do Projeto na comunidade. Ambos mantêm vínculos até hoje com a ALMARJ.

⁸ Um dos maricultores identificou minha investigação como sendo um trabalho sobre famílias mais do que com o trabalho no mexilhão.

as quais pertencem/pertenceram os grupos e, neste sentido, os indivíduos trariam para as interações presentes, posições adquiridas nesta estrutura. Em sendo assim, o que é lembrado não pode ser separado de como foi lembrado e quem é/quem foi o sujeito que lembrou (Bosi, 1983; Halbwachs, 1990).

O local onde as entrevistas foram realizadas também parecia definir aquilo que poderia ser dito e o que não deveria sê-lo. Procurei entrevistar as pessoas em suas residências ou na sede da ALMARJ, buscando espaços que não comprometessem nem a qualidade das gravações nem deixassem o entrevistado intimidado. Apesar desse esforço, isso nem sempre foi possível.

Alguns entrevistados que residiam em casas bastante simples optaram por serem entrevistados em locais públicos, já que na Travessa as áreas externas são utilizadas como uma extensão das residências. De todo modo, isso não comprometeu o teor das entrevistas. Em um caso, um marisqueiro que não residia na Travessa optou por ser entrevistado logo após seu retorno do mar, sugerindo um dos bares situados no local. Neste dia, o estabelecimento reunia vários marisqueiros e o entrevistado não se sentiu à vontade para responder algumas questões propostas, afirmando não se lembrar ou que eu deveria me informar junto à direção da ALMARJ.

A opção por iniciar as entrevistas pelas histórias individuais se deu principalmente porque através destes relatos seria possível compreender processos sociais mais amplos, desde a sua vinda para o bairro como também sua inserção no local. Além disso, foi uma maneira de valorizar cada entrevistado e minimizar as possíveis resistências.

Através das histórias individuais foi possível reconstituir a história de um grupo específico, história que ainda permanece na lembrança de seus membros e que não foi documentada. Um dos moradores da Travessa e liderança da ALMARJ mencionou que

“se tivesse a cabeça que tem hoje, teria registrado através de fotos, e material publicado na imprensa sobre o grupo”, indicando seu interesse pela sua história, para que fatos tão importantes não caíssem no esquecimento. Neste sentido, a memória pode ser entendida como uma tentativa dos grupos de salvaguardar e reforçar sentimentos de pertencimento, de vínculo e de identidade, bem como demarcar fronteiras sociais, através dela se mantém os elos e vínculos com membros de um grupo, e seu esquecimento pode significar a perda dos elos comunitários (Halbwachs, 1990; Bosi, 1983; Pollak, 1989; Candau, 1996; Santos, 2003).

Este momento no campo significou um difícil re-começo. Além da já conhecida dificuldade de obter informações por parte dos diretores da Associação, “que estão sempre envolvidos com o trabalho, reuniões, e sem tempo para conversar”, teria que identificar a comunidade, conquistar a confiança dos moradores da Travessa⁹ e dos demais marisqueiros envolvidos na Associação, formando uma nova rede de entrevistados. Re-estabeleci o contato, anteriormente firmado, com uma moradora da Travessa, a qual me apresentou os demais moradores da *praia*.

A partir do momento que mostrei meu interesse pelo grupo, pelo trabalho realizado e, com minhas “visitas” quase que diárias, fui conquistando certa “confiança”. As resistências foram diminuindo e, especialmente, os moradores foram se demonstrando interessados em participar. Cicourel (1975) assinala a importância de se ter apoio das pessoas que “controlam” as comunidades pesquisadas¹⁰, pois é através deles que podem ser estabelecidos novos contatos e os informantes se sentiriam mais à vontade para relatar suas experiências.

9 A Travessa do Marisqueiros (ou a *praia*, como chamam), foi o local da pesquisa propriamente dito. Em um primeiro momento, esses moradores aparecem no discurso “oficial” dos dirigentes da Associação como sendo os marisqueiros envolvidos na sua organização.

¹⁰ Essas poderiam ser indivíduos com *status* na hierarquia de poder ou pessoas em posições informais que impõem respeito.

As primeiras entrevistas foram realizadas com as mulheres e alguns homens aceitaram relatar as suas experiências. Arriscaria afirmar que o fato dos marisqueiros terem aceitado conceder entrevista, passou pelo fato de que com minha presença e minhas observações, as entrevistas seriam uma maneira de explicitar verbalmente o que eu, em parte, verificava.

Apesar disso, a obtenção de informações, especialmente, aquelas que dizem respeito ao trabalho na Associação não foi um processo fácil. Pude verificar que existem assuntos de âmbito comunitário que não são mencionados, em uma tentativa de preservar a “comunidade”.

Em duas situações, duas lideranças distintas me procuraram para conversar e expor seus pontos de vista, já que observavam que eu conversava com os moradores da comunidade, que poderiam ter revelado temas aos quais eu não deveria ter acesso. Seria importante explicitar também que no final do trabalho de campo, percebi que alguns potenciais entrevistados não estavam querendo falar sobre suas histórias e, principalmente, sobre as experiências no mexilhão. Fiquei sabendo, posteriormente, que uma liderança teria afirmado “que eu estava querendo saber demais”, fato que explica a resistência em conceder entrevistas por parte de alguns membros do grupo.

Mesmo com todas as minhas explicações (no início de cada entrevista ou durante as conversas informais com os moradores) sobre os objetivos do trabalho e que as entrevistas seriam utilizadas para a elaboração do mesmo, o grupo demonstrou desconfiança e preocupação com relação à finalidade do estudo, perguntando se os resultados seriam publicados “em algum jornal”. Isso corrobora a afirmação de Thompson (1998) sobre comunidades muito fechadas e que sofreram algum tipo de perseguição, as quais temem que as informações possam cair nas mãos de autoridades ou sejam utilizadas contra elas.

Estas preocupações se justificam pelas inúmeras situações vivenciadas pelo grupo no bairro, que foram relatadas e observadas durante o trabalho de campo. O grupo sofreu perseguições quando da formação da Associação e, posteriormente, foi alvo de denúncias não comprovadas¹¹. As dificuldades encontradas podem, também, estar associadas à percepção do grupo em relação aos resultados de outras pesquisas realizadas no âmbito da ALMARJ.

Diante deste contexto, os entrevistados tiveram seus nomes substituídos por nomes fictícios com o objetivo de preservar sua identidade. No caso dos nordestinos, esta foi uma opção fundamental tendo em vista sua história no bairro, e suas dúvidas em relação à pesquisa. No terceiro capítulo tive a necessidade de fazer uso dos nomes fictícios, porém nos capítulos seguintes optei por apresentar os trechos das entrevistas sem identificar os informantes, pois a fonte da informação se tornaria óbvia com a leitura do perfil dos entrevistados do Anexo I.

No Anexo I pode-se visualizar um perfil dos entrevistados, onde é possível conhecer cada um deles, suas contribuições e sua participação na pesquisa, o contexto em que foi realizada cada uma das entrevistas e, no caso dos nordestinos, também pode auxiliar na compreensão dos laços de parentesco apresentados no Anexo II.

No próximo capítulo apresento o contexto onde se desenvolvem as questões analisadas nessa tese.

¹¹ Em relação às denúncias, o grupo foi acusado de lançar nas águas da Baía vísceras de peixe, poluindo-a. Presenciei uma situação na qual um dos dirigentes da Associação solicitava para um grupo que trabalha com filetagem de peixe, em uma área próxima, que não descartassem tal resíduo, tão próximo das residências, uma vez que a maré o traria para a beira da praia, onde moram. Foram também acusados do seu produto não ser de qualidade, pois tiveram as embalagens da Associação “clonadas” e comercializadas para uma grande empresa de supermercados com produto que provocou doenças nos consumidores. Após investigação, foi identificado que o número do registro contido na embalagem falsificada não coincidia com o da Associação.

CAPÍTULO 1 – O BAIRRO DE JURUJUBA

MAPEANDO ESTE LUGAR

Ir a Jurujuba conhecendo um pouco da história do Brasil é, de certa forma, uma viagem no tempo. Apesar do aspecto de comunidade carente ainda preserva sítios históricos e um ar bucólico em função da atividade pesqueira que caracterizou por muito tempo o local.

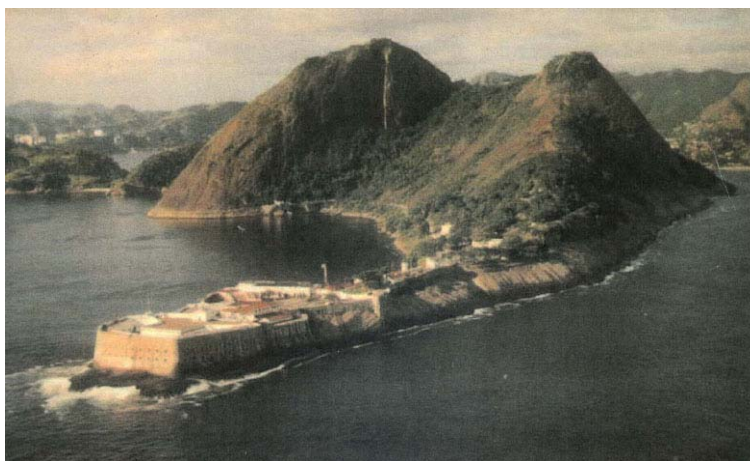


Figura 1 – Foto da Fortaleza de Santa Cruz. Material cedido por Marcos Bezerra de Menezes.

O bairro teve significativa importância histórica, que data das investidas portuguesas para a colonização do Brasil e do Rio de Janeiro. Nome indígena, Jurujuba ou Ajurujubas significa “papagaios amarelos” (Wehrs, 1984:202), “pescoço amarelo ou barba amarela” (Backheuser, 1994), pois era assim que os índios Tamoios chamavam os franceses, primeiros invasores das águas da Baía de Guanabara, que eram louros e estavam sempre a falar¹².

A região de Jurujuba que se estendia de São Francisco até a entrada da Baía integrava a Sesmaria dos Jesuítas, onde havia a Igreja de São Francisco Xavier. As

¹² Informação obtida no site <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jurujuba> em 16/02/2007.

atividades de caridade dessa Igreja deram nome à localidade de Charitas¹³. Devido a este histórico, os limites do bairro de Jurujuba ainda se confundem com os de Charitas e com os do morro do Preventório.

A localização de Jurujuba é estratégica, consistindo em uma península limitada por águas oceânicas e pelas da Baía da Guanabara, pode se dizer que é uma área “isolada”, pois há uma única via de acesso por terra a partir do bairro de Charitas.

A geografia, uma das características do local, delimita os espaços influenciando na organização social dos moradores. O bairro conta hoje com aproximadamente 5.000 habitantes distribuídos pelos morros e baixadas, os quais o dividem nas regiões do Peixe-Galo (antigamente, Morro do Freixegal), Samanguaiá (Sambagoiá, Sambaguaiá ou Sambagaiá), Salinas, Várzea (praia da Vargem), Cascarejo, Lazareto, Ponta da Ilha, Cangunga, Brasília, Jurujuba ou Ponto Final e Pau Ferro. Estes nomes estão relacionados à história do lugar, mas também às suas características. Estas áreas não são muito bem definidas para quem é de fora, mas apresentam características próprias em termos visuais e socioambientais.

Jurujuba “começa” após o Clube Naval de Charitas onde se avista uma placa indicativa do limite do bairro. Ainda que os marcos colocados pela prefeitura definam concretamente o que seriam as fronteiras do bairro; na fala dos moradores, pode-se perceber algo um tanto diferente, relacionando-as às representações simbólicas dos grupos sociais.

A: Eu acho complicado essa divisão territorial é porque, por exemplo, eu acho que Jurujuba é onde abrange a Associação de Moradores abrange do Restaurante Cantinho da Pedra, para cá, até onde a gente foi [Fortaleza de Santa Cruz]. Porque ali já começa outra Associação de Moradores que é a do Preventório.

B: Topograficamente, Jurujuba começava depois...ali na saída, no Preventório para cá. Preventório sempre fez parte de Jurujuba, então o Hospital Psiquiátrico estava dentro de Jurujuba, como o Naval

13 Só mais recentemente, com o decreto 4895, de 1986, é que surgiu efetivamente o bairro de Charitas.

também. Agora, foram tirando as coisas boas e tirando de Jurujuba. Ai o Hospital Psiquiátrico ficou de Jurujuba. A Estação da Barca ali, é Charitas, o Naval, é Charitas. Mas o Hospital Psiquiátrico, Charitas não quis! Então ficou de Jurujuba. Quer dizer, Charitas vem tomando conta para cá do que presta. O que eles acham que não presta eles deixaram para Jurujuba! É isso, isso aí é o próprio povo que vai fazendo!.... Agora, se você for perguntar, pelo mapeamento da prefeitura, onde começa Jurujuba. Não sei. Eu sei que antigamente começava no Preventório, agora não sei, que já mudou tanta coisa.

Os relatos evidenciam como a própria delimitação do espaço no bairro é duvidosa para os moradores, especialmente a partir da intervenção da administração municipal.

A principal via de acesso ao local, a Avenida Carlos Ermelindo Marins tem cerca de 3 Km e atravessa todas as regiões do bairro até Jurujuba ou Ponto Final, onde a Estrada Eurico Gaspar Dutra irá conduzir ao seu ponto mais distante –a Fortaleza de Santa Cruz.

Logo depois do Clube Naval de Charitas, ao lado esquerdo da estrada é possível visualizar uma pedreira ainda em atividade. Seguindo o trajeto e já subindo o morro do Peixe Galo temos ao lado esquerdo da pista, uma parede de pedras onde ao alto se pode observar algumas residências simples com características de favela. No lado direito, na região do Samanguaiá, na casa onde funcionava o famoso restaurante *Samanguaiá*, freqüentado pela elite carioca nos anos 50-60 (Jornal Local, *O Fluminense*), hoje, está instalada a nova sede do Projeto Grael¹⁴ (Projeto social e escola de remo, idealizados pelos velejadores Lars Grael, Torben Grael e Marcelo Ferreira). Esta região é assim denominada, pois samanguaiá é um molusco que pode ser consumido e era abundante no local.

14 Das pessoas entrevistadas, nenhuma fez referência ao Projeto Grael. Conforme relatado por um marisqueiro, somente no final de 2006 houve divulgação do projeto para o Bairro de Jurujuba através da Associação de Moradores. Um dado importante aqui é que há pouca circulação entre as áreas do bairro o que poderia justificar o fato das pessoas não saberem da existência do Projeto.

Do alto se tem uma vista privilegiada da enseada de Jurujuba - a praia da Vargem, hoje conhecida como Várzea. Ao final da descida, para a esquerda, chega-se à região da Salinas.

O nome Salinas, deve-se ao fato de que, no passado, ali era produzido sal *“faziam sal ali, ainda tem ali o tanque, tem até hoje um tanque ali, faziam sal. ... O morador, o pouco morador que tinha, era sobrevivência né!*. Esta região conta com um pequeno comércio, um campo de futebol, uma Associação Recreativa da Salinas e uma Igreja da denominação religiosa Testemunhas de Jeová.

Em uma das esquinas do campo de Futebol, na direção da Várzea, visualiza-se uma construção onde funcionava a fábrica de sardinha Atlantic.



Figura 2 – Foto da praia da Várzea. No alto o forte do Pico. À esquerda o prédio da antiga fábrica de sardinhas Atlantic, ao centro a Travessa dos Maricultores e à direita a Igreja N. Senhora da Conceição. Foto da autora.

Ainda é neste ponto que se tem acesso ao Forte do Rio Branco, por onde se pode visitar o Forte do Pico, um dos sítios históricos do bairro. Através do Forte do Rio Branco se dá o acesso às praias do Forte Rio Branco e Imbuí, onde se localiza o Forte do Imbuí, porém o acesso é restrito, por se tratar de uma área militar.

Em frente ao prédio da antiga fábrica Atlantic existe uma pequena praça com algumas mesas e bancos sombreadas por amendoeiras, que reúne ora ou outra moradores das proximidades. Ao lado, um prédio onde funcionou a Associação União de Pescadores de Jurujuba (AUPJ), hoje desativada.

Na Várzea, além de alguns estabelecimentos comerciais, situam-se, além da AUPJ, as Associações de Moradores de Jurujuba (AMORJ) e a dos Maricultores (Associação Livre dos Maricultores do Rio de Janeiro - ALMARJ). Ao lado da ALMARJ está o Colégio Estadual Fernando Magalhães. É nos fundos da escola, na Travessa dos Maricultores, que residem vários nordestinos, os quais são o objeto desta pesquisa.

Na frente da Escola existe a Policlínica Comunitária, fundada em 1982 e um campo de futebol, gerenciado pela AMORJ. Ao lado da Policlínica há um estacionamento, que pertencia à fábrica Ribeiro. Esta se localizava na lateral da Escola, contendo duas edificações. Hoje, em uma delas funciona um depósito de calçados, que não apresenta qualquer placa informativa; a outra está alugada a uma Igreja Evangélica. Entre as duas edificações da antiga Ribeiro, através de uma pequena rua, se tem acesso ao Cascarejo e à Ponta da Ilha.

Ao final desta rua chega-se a uma praça com algumas mesas de cimento que propiciam a socialização dos moradores das redondezas, para partidas de jogos de baralho. Na praça se situa a Igreja N. S. da Conceição, construída entre 1627 e 1677, e que, mais recentemente, foi restaurada¹⁵. Ali também existe um Coreto, frequentemente utilizado para o concerto de redes de pesca. Neste local há espaço para o estacionamento de uma parcela dos automóveis dos moradores da região. Deste ponto em diante o acesso para a Ponta da Ilha e outras áreas do morro do Cascarejo/Lazareto se dá à pé. O

15 Nas dependências da igreja é oferecido um curso de artesanato, no entanto, a comunidade de nordestinos estudada não o frequenta.

morro do Cascarejo/Lazareto passou a ser ocupado, há cerca de 40 anos, por pessoas provenientes de outras localidades e pelos novos núcleos familiares que se formavam a partir dos casamentos de membros das famílias tradicionais do bairro.



Figura 3 – Moradores da região do Cascarejo reunidos jogando baralho na Praça da Igreja N. S. da Conceição. Ao fundo a Igreja Evangélica “A Palavra”, que arrenda uma das antigas instalações da fábrica Ribeiro. Foto da autora.

Para alguns moradores a parte mais plana e voltada para a enseada de Jurujuba é conhecida com Cascarejo. Segundo informação de uma moradora antiga da região, o nome Cascarejo está relacionado às cascas, visto que no local se concentra a produção de marisco. A parte do alto do morro, voltada para o Iate Clube é chamada de Lazareto que, na linguagem local, é referida como Lazaredo. A denominação de Lazareto está relacionada ao fato de ter havido na Região da Enseada da Boa Viagem, no século XIX (1810), um projeto de construção de um Lazareto, que nunca foi efetivado, mas a área serviu de ancoradouro para os navios provenientes de portos suspeitos e que ficavam de quarentena¹⁶.

16 Em 1851 um prédio na Enseada de Jurujuba foi transformado em um hospital de isolamento, recebendo doentes, portadores de varíola, febre amarela e cólera, de inúmeros navios que chegavam ao

Seguindo pela estrada Carlos Ermerindo Marins, existe mais um dos acessos ao morro mencionado acima, um pequeno comércio (com mercearia, mercado, lojas de roupa) e a entrada para o Cais e para o Iate Clube de Jurujuba, fundado em 1958, que se encontra em uma área denominada Cangunga.

A Prefeitura de Niterói construiu uma área de lazer que anteriormente era utilizada pelos pescadores para secagem e conserto de redes. Além disso, uma das casas que estava abandonada foi reformada para sediar uma a Escola Municipal Lucia Maria Silveira da Rocha, a partir de uma parceria entre Associação de Moradores e a Secretaria Municipal de Educação.



Figura 4 - Pescadores tecendo e consertando redes na área que restou após a urbanização do local. Foto da autora.

Em frente a área de lazer, ocupando uma parcela da encosta, existem residências de classe média, algumas destas são de propriedade de dentistas, militares aposentados,

Rio de Janeiro. Mais tarde, recebeu o nome de Hospital Marítimo Santa Isabel e, posteriormente, em 1953, Hospital Paula Cândido. Mais tarde, o hospital foi transformado em Preventório para abrigar crianças com necessidade de isolamento. Anos depois, nas suas dependências, foi estabelecida a Escola de Enfermagem e o Educandário Paula Cândido (FEEM) onde atualmente funciona a Fundação da Infância e da Adolescência (FIA). Um antigo morador relatou: *Agora na ponta aqui, aquela Ponta da Ilha, que você vê o Cascarejo, ali tem também um antigo hospital também de doenças infectas que só tem as paredes, há muitos anos eu era criança ele já tava destruído. Foi no tempo da bexiga, aquela doença espanhola doença da década de 10 a 16.*

advogados etc. Nas proximidades, está instalada uma casa de festas chamada “Flamboyant”, ao lado da qual se tem acesso ao condomínio Brasília.

Logo em seguida, depois do *morrinho e da curva*, chega-se à Jurujuba ou Ponto Final, como é conhecida pelos moradores. Ali existe a sede da cooperativa de vans de Jurujuba. No Ponto Final pode-se passear por uma calçada arborizada pela margem da praia, de onde se avistam, ao longo de toda a caminhada, barcos de todo tipo (traineiras e canoas).

A praia de Jurujuba é utilizada como área de lazer das crianças que nadam nas águas da Baía, sobem nos barcos e dali mergulham. Do lado esquerdo da pista, visualizam-se várias construções, entre elas a antiga sede da Colônia de Pesca Z-8, o restaurante “Bicho Papão”, um bar e a Igreja Batista.



Figura 5 - Região de Jurujuba. A Igreja de São Pedro e ônibus parados no Ponto Final. Foto da autora.

Logo se avistam os ônibus da empresa Niteroiense Miramar (a única que atende o bairro) e as vans, cujo ponto final é nas imediações da Igreja de São Pedro. Existiam ali quatro “trailers”, onde descansavam e se socializavam, entre uma saída e outra, os motoristas e pessoas que trabalham no sistema de transportes. Em 2007, quando de uma

visita ao Ponto Final os “trailers” havia sido retirados pela prefeitura, sentiu-se uma certa dispersão nas práticas anteriormente ali realizadas.

A Igreja de São Pedro, antiga capela em madeira, que só em 1945 ganhou uma construção em alvenaria, não tem sua entrada principal voltada para a praia, mas sim para uma rua secundária do bairro. Esta rua dá acesso às residências da parte plana e as do morro do Pau-Ferro, bem como ao prédio onde funcionava a antiga fábrica de sardinhas Santa Iria.

Em frente à Igreja existe um Coreto, onde era realizado o Leilão da Festa de São Pedro, hoje é gradeado abrigando uma imagem do Santo. Ainda nas proximidades há mais um restaurante – Berbigão. Na próxima esquina se tem acesso à Fortaleza de Santa Cruz e às praias de Adão e Eva, através da Estrada Eurico Gaspar Dutra, construída no século XX.

Do lado esquerdo da pista existem várias residências, inclusive outros acessos ao Morro do Pau Ferro. Já do lado direito da via pública existe uma área verde, o Morro dos Morcegos, que é de propriedade particular; e a Praia das Maças, a qual é fechada ao público.

Essas áreas foram sendo nomeadas de acordo com a história, mas também em função das suas particularidades e atividades desenvolvidas em cada uma delas. Sua delimitação, concreta e simbólica, acaba por deflagrar uma situação de oposições entre os moradores que são acionadas conforme o contexto, como indicou Duarte (2007) em comunicação pessoal. Tal fato pode ser evidenciado no relato de duas moradoras do Ponto Final:

B: Aí começaram a botar nome: Preventório, Peixe Galo, Salinas, Várzea, até chegar aqui o Final. Então Jurujuba ficou só no final.

A: Então aqui tem essa rivalidade... vaidade... de divisão territorial.

B: Sabe onde é que termina. Eu Jurujuba termina ali no morrinho. Chegou ali no morrinho, acabou Jurujuba. Para lá já não é mais, porque eles, a população não considera. Se você perguntar a alguém da Várzea, você mora aonde? Duvido que vá dizer que mora na

Jurujuba, mora na Várzea, moro na Brasília, moro no Canguanga, Cascarejo. Mora onde? Peixe Galo. Ninguém diz que é Jurujuba. Então Jurujuba agora está restrito ali do morrinho para cá. A realidade é essa.

Esse relato demonstra que além da delimitação geográfica, há uma divisão do espaço social, separando os moradores, suas atividades e seu cotidiano. O fato da atividade comercial de mexilhão ser realizada quase que exclusivamente por moradores da Várzea, do Cascarejo e Ponta da Ilha, é um exemplo, e o trecho abaixo é bastante ilustrativo.

O pessoal de Jurujuba, eles tem a área lá, eles já tem a área deles lá e nunca vieram para esse lado de cá. Só quem trabalho na área de marisco foi só esse pessoal daqui, só daqui do Cascarejo e alguns daqui da parte da Salinas, que é 2% só. Jurujuba, eles tiravam, tiram mexilhão lá só para o uso deles. Mas Jurujuba não, cada um tem sua área aqui.

Durante a fase exploratória foi relatado que havia uma “rixa” entre moradores de Jurujuba (Ponto Final) e da Várzea, locais das duas Igrejas católicas do bairro. Porém, tal tema era apenas mencionado pelos moradores, os quais não permitiam que fosse examinado com maior profundidade, negando, silenciando ou mudando de assunto. Para alguns, o tema já “são águas passadas”, para outros ele se configura de maneira mais branda. Um morador antigo da região da Várzea assumiu que existia um certo “ciúme”.

As divergências, quando se concretizavam, se estabeleciam nas mais diferentes instâncias da vida comunitária. Nas competições esportivas eram comuns as brigas entre as equipes formadas pelos moradores das duas regiões. Durante o carnaval esta tensão se objetivava através da competição entre os blocos da Várzea e de Jurujuba, que disputavam para ver quem tinha mais instrumentos e quando se encontravam no meio do caminho poderia resultar em briga. As famílias de uma área também não apoiavam os casamentos entre seus filhos com um membro de uma família da outra região.

Entretanto, isso não influenciava a atividade da pesca nem a Festa de São Pedro. No caso da Festa de São Pedro, podemos pensar que, como afirmou DaMatta (1997), as festas religiosas são agregadoras e não segregadoras. Já no que concerne à pesca, Maldonado (2000) indica que a imensidão do mar e a incerteza em relação a seus perigos sugerem um espírito cooperativo e uma ética de igualdade entre os pescadores. Talvez, por essa razão, não houvesse disputas entre os pescadores quando da atividade pesqueira.

Além disso, caberia fazer menção ao fato de que a principal e única rua de acesso ao bairro, Av. Bento Maria da Costa, teve seu nome alterado para Carlos Ermelindo Marins, em homenagem a um morador de Salinas. Os relatos indicam que este morador esteve envolvido com atividades “ilegais”, tendo uma das entrevistadas, moradora do Ponto Final, afirmado que não houve consenso da população na troca de nome da rua.

Wilma Leitão (2003) em seu trabalho na Ilha de Paquetá verificou uma situação semelhante à de Jurujuba, indicando que até hoje há uma distinção muito marcante entre os moradores das duas regiões da Ilha.

Pode-se pensar que esta tensão estaria ligada, entre outras coisas, ao fato de que toda a tradição, estrutura e atividade pesqueira do bairro estavam localizadas em Jurujuba, fazendo com que os pescadores tivessem que para ali se deslocar para exercerem sua atividade de pescadores.

A TRADIÇÃO PESQUEIRA

A tradição pesqueira de Jurujuba já vem desde a ocupação indígena (Duarte, 1999), evidenciando a relação das práticas sociais com os recursos disponíveis no entorno. Antes dos anos 1950, a pesca era realizada praticamente em pequenas embarcações a remo, mas, a partir desta data, já começam a surgir em Jurujuba os primeiros motores. Isto implicou em que a pesca realizada nas áreas próximas, dentro da Baía de Guanabara, passasse a ser praticada também em locais mais distantes, como Flamengo e Icaraí, favorecendo não só a utilização de rede “traineira”, como a pesca de arrasto.

Estas mudanças são resultado da política adotada pela SUDEPE¹⁷, que em 1967, através do decreto 221, “decidiu fazer da pesca uma atividade industrial de base – aumentando os incentivos fiscais¹⁸ – criando uma pesca empresarial-capitalista no país, levando ao desaparecimento dos pequenos produtores que foram transformados em proletários do mar” (Diegues 1983:3).

Até então, a pesca artesanal era realizada para a auto-subsistência e/ou nos moldes da pequena produção mercantil, os instrumentos de produção pertenciam à coletividade e o resultado da pescaria era comercializado sendo que cada “camarada” (parentes ou vizinhos) tinha sua parte nos lucros de acordo com sua função na “companha¹⁹”. Tal processo sofreu grandes modificações. Embora na pesca artesanal a

17 Além da SUDEPE, o gerenciamento da pesca já passou pelo Ministério da Marinha (Capitania dos Portos), Agricultura (Secretaria de Agricultura) e atualmente é de responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente (MMA/IBAMA) juntamente com a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), criada em 2003. O IBAMA é responsável pela fiscalização enquanto as demais medidas sejam de responsabilidade da SEAP.

18 Como exemplo dos incentivos fiscais temos a isenção de impostos para o estabelecimento de indústrias de pesca, financiamento de frotas, isenção de taxas de importação de equipamentos (Cardoso, 1996: 13).

19 A companha é o conjunto de companheiros que trabalham em uma mesma unidade de produção. Além disso, este tipo de associação sugere um verdadeiro companheirismo, como fraternidade engajada em um projeto comum de reprodução social através do trabalho na pesca (Duarte, 1987:175). O termo é de

captura do peixe fosse a principal atividade econômica, os pescadores também podiam se dedicar a outras atividades como o extrativismo ou às roças²⁰ familiares, complementando suas necessidades. Duarte (1999) identificou que em Jurujuba a atividade “complementar” era possível, mas devido ao reduzido espaço das residências, quando ela se dava era na forma da engorda anual de um porco ou na criação de algumas galinhas soltas, o que aumentava o risco de roubo.

A política da SUDEPE enquadrou a pesca nos padrões da produção capitalista, facilitou a aquisição de novas tecnologias desenvolvidas para o setor (barcos a motor, os instrumentos de pesca, combustível e equipamentos) reduzindo os impostos para os “novos empresários”, os quais, em sua maioria, não tinham relação com a pesca (Diegues, 1983). Além disso, ela também favoreceu a implantação de unidades de beneficiamento de pescado, como as fábricas de sardinha (Diegues, 1983; Cardoso, 2001), especialmente nas regiões Sul e Sudeste²¹, pois os investimentos da SUDEPE foram canalizados para estas regiões (Diegues, 1983; Cardoso, 1996).

Esta política de modernizar²² a pesca possibilitou a captura e exploração (uso de técnicas não seletivas e predadoras) de várias espécies, levando a redução dos estoques

origem Portuguesa e se refere a sociedade ou grupo de pescadores que trabalham juntos de forma igualitária (Diegues, 1983:122).

20 Não é raro os pescadores artesanais utilizarem recursos obtidos na terra através do extrativismo ou de atividades agropecuárias, não dependendo só da água para seu sustento (Furtado, 1994; Adams, 2000; Silva, 1998). Os recursos fornecidos pela terra complementam a vida material e social deste grupo, proporcionando-lhes materiais para construir instrumentos de trabalho, para alimentação e habitação. A terra ainda serve para a roça, criação de galinhas e porcos, coleta de caranguejos, ostras e moluscos que são alternativas de subsistência (Marcílio apud Adams, 2000). As atividades “complementares” à pesca, variam em função do grupo em questão e podem ser uma tarefa exclusivamente feminina ou pode envolver outros membros da família, como os filhos, indicando que pode haver uma divisão de tarefas de acordo com o gênero e também em relação à idade.

21 No município do Rio de Janeiro, mais particularmente na Baía de Guanabara, a pesca teve forte influência de imigrantes portugueses e espanhóis, além, é claro, das práticas indígenas. A pesca da sardinha realizada com a traina nas traineiras foi herança espanhola (Diegues, 1983; Carvalho, 2004). Estas práticas ainda “sobrevivem” em algumas comunidades pesqueiras, mas em conjunto com práticas mais destrutivas e modernas.

22 Nas palavras do Ministro da Pesca durante o II SEGAP a SUDEPE, com sua política, teria incentivado uma “revolução verde nas águas”, sem preocupação com a sustentabilidade. Já o IBAMA teria investido nas ações de preservação mais do que de fomento. A SEAP preocupada com a situação do setor pesqueiro está investindo tanto no fomento (seis linhas de crédito: PROPESCA, PROAQUA, PESCART, destinadas aos pescadores das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, FINAME, PRONAF, PRODEAGRO, para as

pesqueiros, tanto pela sobrepesca como pela poluição das águas (pelas fábricas); além de também ter re-configurado a organização do trabalho, as relações sociais e econômicas. Este processo resultou na exclusão social, privatização dos lucros e socialização dos danos ambientais.

Com a facilidade de adquirir barcos e equipamentos, os empresários, nem sempre pescadores, acabaram eliminando a pesca artesanal, e o pequeno produtor se encontrou “obrigado” a trabalhar nos grandes barcos. Além disso, as “novas” embarcações passam a utilizar as áreas próximas ao litoral, local onde era realizada a pesca artesanal (Diegues, 1983). Isso também foi verificado para Jurujuba, onde os grandes barcos passaram a “competir” com as pequenas embarcações (Duarte, 1999).

Em Jurujuba, a equipe que trabalhava nos grandes barcos, já não tinha o mesmo sentido cooperativo dos pescadores de canoa, passaram a ser assalariados, trabalhar para um patrão que não pertencia mais à equipe, sendo que a introdução das traineiras enfraqueceu a organização em companhia (Duarte, 1987). As traineiras possibilitaram o surgimento de funções com maior grau de especialização como motoristas (responsáveis pela casa de máquinas), cozinheiros (responsáveis pelo rancho e pela alimentação do grupo) e os homens do convés que lidam com as redes e com os equipamentos de pesca.

As traineiras representaram a “modernidade”, a especialização, em relação às canoas que passaram a ser vistas como “o antigo” e mesmo “o marginal”. Essas embarcações enfrentavam a instabilidade do mar e também a inconstância do peixe, podiam passar pela barra, sair para o mar, onde ficavam vários dias. Isso tinha implicações diretas na vida familiar do pescador que ficava por longos períodos sem retornar para o contato familiar (Duarte, 1999).

atividades de aquíicultura e, PROFROTA que objetiva auxiliar a categoria na compra de embarcações), quanto na gestão dos recursos pesqueiros através de uma política de inclusão social do pescador.

Os patrões, donos dos barcos ou armadores, mesmo que fossem naturais de Jurujuba, passavam por um momento conflituoso, entre o “ser do lugar e ser pescador” e o “ser armador e ser rico”, indicando um distanciamento do pescador, era uma nova identidade a ser formada e novas formas de relacionamento social (Duarte, 1999).

Além dos armadores, uma nova categoria começou a fazer parte do cenário de Jurujuba, os atravessadores, responsáveis pela comercialização e distribuição do pescado. Um terceiro ator foram às fábricas enlatadoras de sardinha (Atlantic, Ribeiro e Santa Iria), que empregavam mão de obra tanto dos moradores quanto de pessoas de fora, como foi o caso dos imigrantes nordestinos. Os atravessadores/intermediários passaram a ter seu espaço reduzido, já que os compradores das fábricas de sardinha negociavam o pescado direto com o armador.



Figura 7 - Prédio da antiga Fábrica Santa Iria, na região do Ponto Final. Foto da autora.

As fábricas, em um primeiro momento, foram as principais compradoras de sardinha das traineiras de Jurujuba, abrindo espaço para que os armadores investissem na frota de embarcações apropriada para a pesca da sardinha. Os armadores negociavam a venda de pescado com as fábricas e descontavam do pescador 5% do seu pagamento,

alegando que o pagamento da fábrica não era imediato à entrega do produto (Duarte, 1999).

Porém, com o tempo, as fábricas passaram a ter sua própria frota de traineiras, o que preocupou os armadores locais pelo fato de que as empresas poderiam reduzir os ganhos dos mesmos no mercado. O sistema pesqueiro em vigor (com as traineiras, atravessadores e armadores) acabou por reduzir a renda familiar dos pescadores.

As empresas de sardinha foram importantes no sentido de que as mulheres começaram a trabalhar ali no processamento de pescado, contribuindo na renda familiar e também possibilitando que os homens continuassem embarcados. Desta forma, os empresários, donos das fábricas, acabavam sendo vistos como aliados das famílias de pescadores, mesmo sendo agentes poluidores das águas da Baía de Guanabara, ao contrário dos atravessadores e dos armadores (Wernesbach, 2002:73).

As novas tecnologias pesqueiras, a poluição e a conseqüente degradação do ambiente marinho, reduziram drasticamente a quantidade e a diversidade de espécies de pescado da Baía de Guanabara, o que afetou diretamente a produção das fábricas, como pode ser observado abaixo no relato de um morador do Morro do Lazareto:

E quando a sardinha começou a ficar escassa, eles começaram a trabalhar com peixe de qualidade bem inferior que é a Savelha e Boca Torta. Porque não conseguiam a sardinha eles pegavam esses peixes. As fábricas pegavam, comercializavam e enlatavam. Então com isso aí, a venda da indústria começou a decair muito e eles começaram a parar, começaram a dispensar muitos empregados. A maioria já estava com muito tempo, tempo de aposentaria, foram aposentando que eles mesmo estavam encaminhando para se desfazer dos compromissos e foi começando a fecha uma por uma. Começou a Ribeiro, foi a primeira a fechar, a Atlantic veio logo em seguida, e por último agora, foi a Santa Iria que deve ter mais ou menos uns seis meses que ela deixou de funcionar.

As fábricas também foram responsáveis pela poluição do ar e o cheiro exalado resultante do processo de beneficiamento da sardinha era sentido em todo o bairro,

chegando mesmo a “espantar” os turistas que se dirigiam à Jurujuba para almoçar nos restaurantes locais (Varandas Bar, Berbigão, Celina’s, Bicho Papão).

A Atlantic começou a funcionar com isso aí que tinha sábado, domingo, que eram os piores dias. Final de semana, ela exalava um mau cheiro tão grande que aquela parte que dá lá perto pro Iate Clube dava para sentir esse mau cheiro. Aqui tem um restaurante, o Varandas Bar, muitas vezes os fregueses chegavam aí, voltavam porque não dava para suportar o mau cheiro – era horrível mesmo.

A empresa Atlantic não se adequou às exigências ambientais e, por diversas vezes, foi desativada pelo órgão ambiental competente, mas voltava suas atividades algum tempo depois. A Santa Iria, localizada no Ponto Final, segundo os relatos, era a “melhor” das fábricas, pois além de ajudar a comunidade, auxiliando na organização da Festa de São Pedro, investiu na adequação dos equipamentos para reduzir a poluição das águas da Baía e do ar. Atualmente está arrendada e a estrutura frigorífica da antiga fábrica tem sido utilizada para armazenar o peixe congelado e revendê-lo fora da safra. A Santa Iria, além do cumprimento das exigências dos órgãos ambientais, ainda respeitava o trabalhador, mantendo-o legalizado, ao contrário da Atlantic, isso pode ser observado nos relatos de dois moradores do bairro, dispostos a seguir.

A Atlantic trabalhava com pessoal cooperativado, que quase ninguém era aqui da comunidade, se tinha 5% da comunidade era muito, o restante era tudo pessoas de outras comunidades. E eles não tinham condição de pagar o pessoal. Chegava final de semana, dava 15 reais a um, 20 a outro. Pessoal vinha trabalhar acho que só para não ficar em casa porque a situação que eles permaneciam em termos de pagamento - Insustentável.

No padrão sempre foi a Santa Iria, ela sempre foi uma fábrica até agora, no final mesmo, de dela fecha, ela sempre trabalhou dentro do cronograma exigido pelo município, pelo estado e nunca teve problema. Eles tinham um sistema de tratamento que não poluía, não exalava mau cheiro, nem nada. e ela pagava certinho os funcionários. Na Santa Iria era tudo funcionário, registro da própria fábrica.

O desembarque do pescado era realizado diretamente no cais da Praça XV. O Cais de Jurujuba que ainda se localiza na região do Cangunga, consistia em uma simples ponte de madeira, sendo utilizado, principalmente, pelos quartéis e fábricas locais. Anos mais tarde, a Colônia de pescadores Z-8, conseguiu que o referido cais fosse ampliado e passasse a ser utilizado para desembarque dos barcos pesqueiros. Atualmente, o Cais de Jurujuba tem uma área relativamente ampla, mas que se torna pequena quando da grande agitação da comercialização de pescado. Além dos atravessadores, o cais reúne pessoas que vem comprar peixe diretamente dos barcos pesqueiros e ainda moradores mais carentes que vem pedir peixe aos mestres ou dinheiro dos compradores.

Existe uma ponte que é utilizada para atracar os barcos e estacionar os caminhões que serão carregados com o pescado que chega nos barcos. Ao lado da ponte, bem próximo do atracadouro existe um depósito de gelo que abastece tanto os barcos quanto os caminhões que fazem o transporte, no caso de não serem caminhões frigoríficos. Ainda se poderia mencionar a existência de uma bomba de óleo para abastecer as embarcações.

O cais pertence à Colônia de pescadores Z-8, que teve sua origem no bairro de Jurujuba. A administração do Cais é realizada por membros da diretoria que o arrendaram e cobram pela utilização e pelos serviços. No ano de 2007, segundo informação de membros da Associação de Maricultores para atracar um barco era necessário pagar uma taxa de R\$ 25,00 reais, além de deixar 5% do valor comercializado para o arrendatário. No Cais, o preço cobrado pelo óleo diesel é mais caro do que o combustível comercializado nos postos de gasolina. Além disso, cada peça de gelo tem custado cerca de R\$ 3,00.

A política de administração do cais parece não favorecer efetivamente os pescadores, como pode ser evidenciado na fala dos moradores a seguir.

A: Só facilitava a vida do pescador que em vez de ir para longe, tinha aqui perto.

B: Facilidade pro pescador, na tinha não diminuiu o tempo que o pescador levaria para abastecer, mas pelo contrário, pescador abastece o barco dele gastando talvez até mais aqui do que se sair para abastecer!...A dificuldade aqui, torna-se maior porque eles aqui não aceitam 30 dias do pescado e lá na fábrica, lá embaixo, aceitavam 30 dias. Eles aqui não dão crédito ao pescador de ir ao mar e deixa uma conta.

C: Se não pagar a primeira não pode pegar a segunda. Quando nós criamos ali, colocamos a bomba de óleo e gelo, era esse sistema aí, você ia apanhava, ia pro mar quando vinha pagava aquele e apanhava outra. Agora é diferente, mudou, agora tem que pagar, se não pagar não pode abastecer.

O cais é arrendado, pagam o aluguel ali por mês para arrendar o espaço. E são os diretores mesmo da Colônia que fazem isso. Os diretores da Colônia têm a bomba e o gelo ali, mas eles fazem isso particularmente. A Colônia só ganha o aluguel. Eles na época, eles criticavam esse processo. Eles criticavam e aplicam esse mesmo processo e o pior ainda do que era antes, e exploram muito mais.

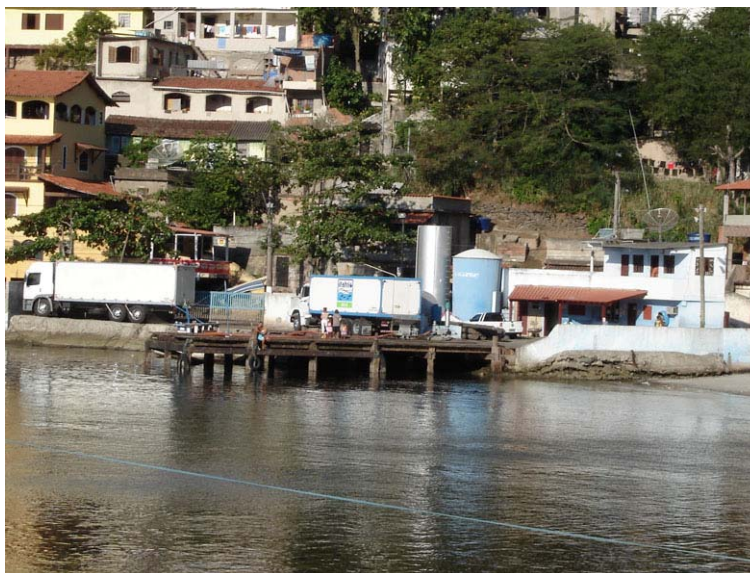


Figura 8 - Vista do Cais de Jurujuba, com o escritório da Colônia Z-8 na construção branca à direita. Foto da autora.

Atualmente a Sede da Colônia Z-8, situa-se no centro de Niterói, junto ao mercado São Pedro, porém mantém um escritório no cais de Jurujuba, o que facilita o

pescador uma vez que a maioria dos procedimentos burocráticos podem ser dali encaminhados. A Colônia Z-8 é a maior do estado em termos de abrangência. Ela inclui os pontos de desembarque de Jurujuba, Ponta da Areia, Praia Grande, Ilha da Conceição, Gradim, Itaoca e Itambi²³. Quando a Colônia tinha sede no bairro, entre os serviços prestados foram mencionados um médico, dentista e barbeiro.

Os interesses políticos da Colônia nem sempre correspondem aos dos pescadores, o que poderia explicar o aumento no número de Associações na área de abrangência da Colônia. Estas Associações geralmente carregam em seu nome o “Livre”, indicando uma separação do Sistema de Colônias. Esse é o caso da Associação Livre dos Maricultores de Jurujuba (ALMARJ). Além da ALMARJ, que será analisada em capítulo posterior, o bairro sediou uma experiência associativista no âmbito da pesca que merece ser mencionada, qual seja, a da Associação União dos Pescadores de Jurujuba (AUPJ).

ASSOCIAÇÃO UNIÃO DOS PESCADORES DE JURUJUBA – AUPJ.

No ano de 1984 foi formada uma Associação dos Armadores de Jurujuba, através do Programa Pesca-RIO, uma iniciativa governamental. Este projeto era vinculado à Secretaria de Planejamento do Estado do Rio de Janeiro na época do governo Leonel Brizola. Um dos articuladores do Projeto foi o mesmo que mais tarde, em 1992, iria ser também o articulador e elaborador do Projeto Mexilhão-RIO, responsável, em certa medida, pela formação da Associação Livre de Maricultores de Jurujuba.

²³ Informação obtida no site <http://www.portalbaiadeguanabara.org.br/portal/pesca.asp>, em 06/02/2007.

A AUPJ foi criada com financiamento do Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro - BD-RIO, com o nome de Associação União de Pescadores de Jurujuba (AUPJ). O objetivo da AUPJ era vender e distribuir o pescado, diretamente do produtor (armador) para o consumidor, no caso, as comunidades carentes, evitando a intermediação. Entre as Associações envolvidas no Pesca-RIO se poderiam mencionar as Associações de Arraial do Cabo, Itaipu, Jurujuba e Caju.

O financiamento pelo BD-RIO propiciou a construção da sede assim como a aquisição de equipamentos (fábrica de gelo) e carros para transporte (caminhões e kombis). No entanto, no mandato do Governador Moreira Franco, a partir de 1986, o projeto da AUPJ começou a apresentar sinais de decadência, assim como o BD-RIO passou a ser desativado²⁴.

Segundo informações de uma liderança comunitária vinculada ao projeto, a Associação União de Pescadores de Jurujuba foi criada com 22 armadores, em sua maioria do Ponto Final (Jurujuba). Com o tempo foi ganhando novos associados. Porém, em função da ausência de estímulos governamentais e problemas de gerenciamento, acabou sendo desativada.

Devido à falta de manutenção, os equipamentos foram sendo destruídos pela maresia, como indica o depoimento abaixo que, inclusive, aponta para problemas de aplicação de recursos.

Nós pagamos tudo, nós tínhamos Kombi, algumas Kombi, tinha um caminhão. Hoje tudo se perdeu. Hoje em dia nos temos uma Kombi, mesmo porque eu tive que pegar três e fazer uma só. Na beira da praia ali. Que é ferro, maresia, tudo parado e nós criamos, em 1985, através desse financiamento do BD-RIO. Então de 1985 a 1990, início de 95 foi transcorrendo normalmente só que a gestão que estava... o presidente não soube aplicar direito o dinheiro que nós conseguimos. Tinha que podia ter comprado uma outra máquina de fabricar gelo e deixar guardada, mas isso não foi feito.

24 Informação obtida no site <http://www.pdt-rj.org.br/primeirapagina.asp?id=352>, em 23/02/2007.

O presidente da Associação, que permanece no cargo desde 1995, revelou em sua entrevista que na época em que assumiu a presidência da instituição a mesma já estava falida, como é evidenciado no trecho a seguir.

Assumi uma massa falida porque o antigo presidente largou a associação ela já estava cheia de dívidas na praça, com problema de Inss, FGTS de empregado, uma série de problemas, férias vencidas. E venho segurando a Associação até hoje, inclusive coloquei recurso meu na Associação.... Sou chamado de ladrão, que sou dono da....infelizmente bairro pequeno as pessoas falam besteira, sabe! Ficam fora só falando mal das pessoas que estão lá segurando.

Há, por parte do presidente, uma tentativa de manter a Associação, e neste sentido tem buscado diversas estratégias. Firmou uma parceria com a Associação de Moradores e Prefeitura, sediando o Programa Médico de Família²⁵, ficando isenta de pagar o IPTU. Sublocou espaços da AUPJ para empreendimentos comerciais. Um deles foi alugado para um dos atravessadores de mexilhão que atua no bairro e não é vinculado à ALMARJ. Além disso, também se instalaram, entre outros, um estacionamento, um lava-jato, um restaurante e uma mercearia. Isso é evidenciado na sua fala: *Então a alternativa que eu vi foi um fazer estacionamento, guardar o gelo alugar para um, para outro. Eu subaluguei aquilo para poder ter uma rendazinha, para manter mais ou menos os compromissos.*

Durante a entrevista, o presidente relatou que tinha interesse de criar uma cooperativa, mantendo a Associação. Através da primeira seriam efetivadas todas as transações comerciais; cabendo à segunda, já existente, manter a função social da organização. O objetivo desse projeto era comprar o pescado (e/ou armazenar o produto dos cooperados) e fazer a venda direta ao consumidor, que no caso, incluiria as

25 O Programa Médico de Família funciona no bairro desde 1990, tendo sido transferido, entre os anos de 2005/2006, para as instalações da Policlínica de Jurujuba.

comunidades carentes do município. De certa maneira essa idéia retomaria a concepção inicial quando da formação da Associação.

O projeto poderia ter sido efetivado com financiamento da Petrobras, no entanto, ele foi submetido, mas não foi contemplado. Não tive mais contato com o referido Presidente da Associação, mas tudo leva a crer que a situação da AUPJ continua muito similar ao que foi relatado, pois é possível observar que os pequenos comércios continuam funcionando na área interna da Associação e não houve re-estruturação na fachada do prédio.

A AUPJ se situa na Várzea, ao lado da Associação Livre de Maricultores de Jurujuba (ALMARJ), sendo separadas apenas por um muro. A criação da AUPJ pode indicar uma estratégia dos armadores para lidar com a crise do setor que já se configurava na época de sua criação. Já a formação da ALMARJ poderia refletir, de certa forma, “os novos tempos”, época de pouco peixe, de poluição e de preocupações socioambientais, o que será analisado posteriormente.

Se por muitos anos a pesca foi a principal atividade econômica do bairro, o marisco foi conquistando seu espaço e sua comercialização passou a ser fonte de renda para muitos moradores de Jurujuba, especialmente para aqueles da Várzea, Cascarejo e Ponta da Ilha. Duarte (2007), em comunicação pessoal, afirmou que na época de sua pesquisa nos anos 1970, principalmente com os pescadores do Ponto Final, catava-se marisco como lazer nas pedras e costões um pouco por toda parte.

Minhas entrevistas indicam que, no final dos anos 1970, os marisqueiros já comercializavam sua produção no mercado da Praça XV, no Rio de Janeiro. Em meados dos anos 1980, com o fechamento do referido mercado e o aumento do consumo em São Paulo surgiu a figura do atravessador de mexilhão que passa a comprar a produção

local e distribuí-la em outros centros. Isso indicaria como se deu o fortalecimento dessa nova atividade em um bairro de tradição pesqueira.

UM CENÁRIO DE TRANSFORMAÇÕES

Se no passado a organização dos moradores de Jurujuba girava em torno da pesca, tendo a mesma sofrido grandes alterações, isso se refletiu nas práticas atuais. Alguns dos moradores ainda “vivem” da pesca, embora a maioria se dedique a outras atividades oferecidas no município de Niterói. Como bem afirma Ferreira (1994), a falta de peixe fez com que muitos abandonassem o ofício e fossem buscar o sustento de suas famílias em subempregos. Aos poucos a tradição foi se perdendo e as técnicas, que eram passadas de pai para filho, foram sendo esquecidas (Ferreira, 1994:29). Duarte (1999) indicou que os pescadores de Jurujuba, nos anos 1970, já apresentavam preocupações com o futuro dos filhos, sendo assim, estimulavam os mais jovens a prestar serviço militar e investir nos estudos, indicando que estudar significava a abertura para o mercado de trabalho externo à Jurujuba e à pesca, uma vez que a baixa escolaridade os manteria na pesca, inviabilizando sua saída do bairro.

Nesta mesma linha, Soares *et al* (2005) mostram uma redução do percentual de pescadores de Jurujuba. Na década de 1970, Duarte apontou para o fato que 25% da população era composta por pescadores, na pesquisa destes autores, em 2005 o índice era de 7,1%. Para os autores, os resultados indicam que muitos moradores de Jurujuba se assemelham em termos de ocupação aos demais moradores de bairros pobres do município, apesar do esforço dos moradores em manter, para as instituições de fora do bairro, as características de uma comunidade pesqueira.

Anteriormente eram os próprios pescadores e suas famílias que se envolviam na manutenção do material da pescaria. Hoje esse trabalho é realizado por quem conhece o ofício e tenta incrementar a renda, pois a pescaria não é mais suficiente para suprir as necessidades. Na região próxima ao Cais, a Prefeitura de Niterói construiu uma área de lazer que antes era utilizada pelos pescadores para secagem e conserto de redes. Os pescadores continuam utilizando um pequeno espaço que restou, na sombra das amendoeiras, para este ofício, muito embora as pessoas que executam este serviço cobrem diárias.

A enseada de Jurujuba, que era utilizada para a pesca servindo também de atracadouro dos barcos, com o passar dos anos passou a ser utilizada para esportes náuticos. Em 1958 foi criado o Iate Clube de Jurujuba, próximo ao Cais; em 1983, o Clube Naval de Charitas. Cabe dizer que os moradores do bairro não têm acesso aos clubes somente quando convidados para alguma festa. Mais recentemente, em 2005, como já mencionado, a sede do projeto Grael foi transferida de Charitas para a região do Samanguaiá.

Além disso, a partir de 2004, a região passou a contar com o Terminal Hidroviário de Charitas, onde catamarãs fazem a travessia de Charitas à Praça XV no Rio de Janeiro. A estação foi projetada por Oscar Niemeyer, conta com um pequeno comércio e um restaurante. Este empreendimento foi realizado pela empresa Barcas S.A., que é do grupo empresarial 1001. Cabe mencionar que o transporte por catamarãs não é utilizado pelos moradores das imediações, por ser de custo elevado. O tráfego das embarcações, mais especificamente a velocidade com que as embarcações chegam a estação de Charitas tem trazido alguns transtornos para o bairro, especialmente para as atividades relacionadas à pesca e às atividades náuticas.

As ondas causadas pelo trânsito dos Catamarãs prejudicam os pescadores ao danificar seus barcos e mexer na águas, o que acaba por espantar os peixes. A nova estação das barcas está prejudicando a comunidade de Jurujuba, por enquanto apenas nas ondas que está trazendo aqui no nosso litoral. Temos notificado embarcações quebradas devido às ondas que tem feito. O que ficou acertado nas reuniões que nós fizemos em alguns momentos foi que deveriam ter sido feitas bóias balizando as lanchas. Mas não foi feito isso - disse Benedito, antigo pescador da região²⁶.

Conforme relatado, a velocidade dos Catamarãs só foi reduzida após alguns incidentes com as embarcações do Clube Naval que tiveram os mastros quebrados por baterem uns nos outros em função das ondas provocadas pelas embarcações. Para os maricultores, a velocidade, mesmo reduzida, afeta o cultivo de mexilhão.

Os moradores de Jurujuba também têm sentido as transformações relacionadas às crenças religiosas. No passado existiam duas Igrejas católicas, a de São Pedro e a Nossa Senhora da Conceição. Hoje se percebem várias Igrejas de outras denominações religiosas, entre elas, Testemunhas de Jeová, Batista e Assembléia de Deus.

Durante a fase exploratória a maioria dos moradores se referiu ao bairro como um local seguro, apesar de que já se tinham registros de pequenos furtos e uso de drogas por alguns moradores. No que concerne aos furtos é interessante assinalar que os entrevistados geralmente têm frisado que os mesmos não são cometidos “por gente da comunidade”, mas por pessoas de fora que se relacionam com os moradores. Já no que diz respeito ao consumo de drogas, é afirmado que muitos moradores consomem, mas que não há tráfico, nem “boca de fumo”.

Apesar destes indícios, os moradores ainda enfatizaram que Jurujuba é um bairro diferente dos demais, onde a maioria dos moradores se conhece, e ainda há uma certa “segurança comunitária”. No passado, as relações entre os moradores eram

26 Informação retirada do site www.nitideal.com.br/newnit/index.php?display=MATERIAS&action=2&id=1364, em 30/01/07

fundamentais, como pode ser verificado no relato de uma moradora, filha de pescador, que trabalhava em uma rede de serviços no bairro:

O pessoal chega lá já me chama pelo nome. Não porque eu botei um crachá que a empresa fez eu botar, que o pessoal vai me chama pelo nome. Tem um que já chega lá “ô filha de X”, me chama pelo nome de meu pai. Eu não sei quem é, mas ele sabe que sou filha de X, os mais antigos.

Outro trecho da entrevista revela que mesmo tendo a Prefeitura atribuído nomes as ruas dos morros do Bairro, as relações de “conhecimento” entre os moradores de Jurujuba ainda são mais importantes do que seus endereços:

As cartas são um negócio tão engraçado! As cartas daqui [que chegam na AMORJ], eu estou separando tudo, não por rua, mas por nome, e entreguei ao menino que foi buscar uma daqui, da esposa dele. Falei oh! passa na casa de fulano e entrega isso, na casa de sicrano e entrega aquilo e na casa de beltrano e entrega aquilo. Entendeu! A gente conhece assim e agora tá mais difícil nessa...Travessa Almerinda, onde fica isso? Descobri que é lá no morro do Peixe Galo..., essa é do Peixe Galo, essa é do Peixe Galo e essa é do Peixe Galo. Me dá para cá que eu levo e é assim, e foi assim que a gente foi distribuindo, entendeu porque a gente conhece muitas pessoas e fica difícil para eu fazer as coisas da forma que deve se feita.

A referida segurança era e continua sendo atribuída, pelos moradores, em grande medida, pelo fato da comunidade ter uma única via de acesso e ter em cada um dos extremos quartéis do exército. O exército, que propicia segurança, no passado também exercia o controle da área. Esse controle passava por impedir que os moradores construíssem suas casas de alvenaria no bairro, aplicando multas em alguns casos. Entre as estratégias de burlar a pressão do exército, relatos indicam que os moradores construíaam suas casas de alvenaria por dentro das residências de madeira. Os entrevistados nunca relataram apoio por parte da instituição, salvo um morador que relatou:

E a comunidade nossa aqui, não tinha polícia, era tudo com o quartel. Nós aqui, a comunidade toda aqui, devemos tudo ao exército. O exército aqui era tudo para nós, devemos tudo. Era medico, era tudo!

Em épocas passadas, como a vida era restrita as atividades no bairro, as pessoas se locomoviam fosse para ir pescar nos barcos do Ponto Final, fosse para estudar na única escola, assim como se socializar. No entanto, hoje como há necessidade de sair de Jurujuba para resolver a maioria dos problemas, os moradores transitam pouco pelo bairro. Em uma das entrevistas realizadas na primeira fase da pesquisa, um morador residente no Cascarejo, há muitos anos não freqüentava o Ponto Final.

Se no passado as carências relatadas eram da ordem da falta de energia elétrica, de transporte, de água e de assistência médica, com o passar dos anos, os problemas se tornaram diferentes. Pode-se citar, por exemplo, problemas de moradia²⁷, de esgotamento sanitário, água, ocupações em áreas proibidas e educação. Na tentativa de solucioná-los os moradores estão, de alguma forma, organizados e estabelecem parcerias com a Prefeitura de Niterói, com as Secretarias Estaduais, com instituições privadas e ONGs, participando inclusive do Programa do Orçamento Participativo de Niterói (OP) .

Em 2004, Jurujuba contava com cinco garis comunitários através da Empresa de Limpeza Urbana (CLIN). A empresa Águas de Niterói, em parceria com o Estado, estava em vias de aprimorar a rede de esgotamento sanitário do bairro. Neste projeto estava prevista a construção de uma Estação de Tratamento de Esgoto - ETE. Havia certo impedimento para o início das obras da ETE uma vez que o terreno escolhido não era apropriado e os técnicos estavam em busca de um novo local. Em 2006, a ETE já

27 Duarte (1999:190) verificou que em Jurujuba “o padrão de habitação oscila entre a ocupação de um cantinho do terreno da família para aquelas que possuem a propriedade do terreno no vale e a construção de mais um “barraco” no morro onde a terra livre atualmente só é encontrada no topo de acesso íngreme”. É importante chamar a atenção para o fato que no morro do Cascarejo e na Salinas, observei alguns casos de famílias que tem suas casas em um mesmo terreno.

tinha sido inaugurada e o local escolhido para sua construção foi atrás da Policlínica do bairro, na Várzea. Embora já estivesse funcionando ainda não atendia todos os moradores do local.

Na Associação de Moradores (AMORJ), em 2004, estavam em andamento: um projeto de artesanato, a Creche Comunitária, uma parceria com Setor de Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (UFF) para regularizar a posse de terra no morro do Lazareto/Cascarejo²⁸. Ainda funcionava na AMORJ um sistema denominado Rede Fácil, onde os moradores poderiam pagar a grande maioria de suas contas evitando o deslocamento ao centro de Niterói. Tal serviço foi cancelado em meados de 2005.

O bairro integra desde 1998 o Programa do Orçamento Participativo. Durante a primeira fase os moradores se mobilizaram e elegeram 11 delegados das diferentes regiões do bairro. Segundo informações do presidente da Associação dos Moradores as regiões do Peixe Galo e do Cascarejo, por serem áreas mais necessitadas em termos de estrutura, se mobilizaram mais que as outras, como por exemplo, Jurujuba. No morro do Cascarejo os moradores auxiliaram os funcionários da prefeitura na construção de uma praça e da escada que dá acesso ao morro, em esquema de mutirão.

Ainda, através do Orçamento Participativo foram realizadas as obras de encosta no morro do Peixe Galo, de esgotamento sanitário no morro do Cascarejo, pavimentação de ruas da Salinas, bem como a escola primária (E. M. Lúcia Maria Silveira da Rocha).

Em 2005, a Escola Municipal Lucia Maria Silveira da Rocha²⁹ foi inaugurada. Para sua implantação foi escolhida uma das casas que estava abandonada, próximo aos

28 Como alguns moradores não preencheram o questionário necessário para dar entrada de forma conjunta no processo, estava ocorrendo certa demora na regularização da situação dos moradores como um todo. Uma das principais resistências dos moradores estava relacionada ao fato de que com a legalização viriam também os impostos e as contas.

29 A Escola M. Lucia Maria Silveira Rocha atende cerca de 250 crianças da Educação Infantil até a quarta série do Ensino Fundamental. Nesta escola funciona um curso de computação do Programa

cais, a qual foi reformada. Para este processo a Associação de Moradores firmou uma parceria com a Secretaria Municipal de Educação.



Figura 9 – Escola Estadual Fernando Magalhães, na região da Várzea. Foto da autora.

O Colégio Estadual Fernando Magalhães, a escola mais antiga do bairro foi fundada em 1945³⁰ e localiza-se na várzea entre a sede da ALMARJ e a antiga fábrica Ribeiro, onde hoje funciona um depósito de calçados. Nos fundos da escola, é que residem vários nordestinos na Travessa dos Maricultores, os quais foram o objeto desta pesquisa. As casas da Travessa não são avistadas da Rua Carlos Ermelindo Marins, pois se situam entre o muro da Escola e a Baía de Guanabara.

Tentei, aqui, mostrar alguns aspectos de Jurujuba que auxiliarão no entendimento das questões abordadas neste trabalho, evidenciando, também, em que contexto se deu a chegada dos nordestinos. Em sendo assim, os migrantes tiveram que

Telecentro que objetiva reduzir a exclusão digital nas áreas carentes do município. O Programa foi implementado pela Fundação Municipal de Educação por meio da Sub-Secretaria de Modernização Administrativa.

30 Em 2007 atendia cerca de 1.000 alunos, que segundo a direção, consistiam em 50% de alunos do bairro, 40% do Preventório e 10% de outras localidades de Niterói. A Escola oferece do ensino fundamental ao ensino médio e a noite oferece educação para jovens e adultos da quinta a oitava série.

se adaptar a essa nova situação e, hoje, fazem parte desta história, apesar do pouco envolvimento que mantêm com as demais organizações do bairro. Assim, os próximos capítulos serão destinados a descrever e analisar o processo de inserção e de organização dos nordestinos em Jurujuba.

CAPITULO 2 – DA ROÇA AO MAR: A FORMAÇÃO DA COMUNIDADE

A memória está presente em tudo e em todos. Nós somos tudo aquilo que lembramos; nós somos a memória que temos. A memória não é só pensamento, imaginação e construção social; ela é também uma experiência de vida capaz de transformar outras experiências (Santos, 2003:25).

Os migrantes nordestinos que habitam na Travessa dos Maricultores³¹, em Jurujuba, são provenientes de Alagoas, dos municípios de Jacuípe, Marechal Deodoro e Maceió. Jacuípe é uma cidade pequena do interior do estado, na divisa com Pernambuco. *Dá duas Jacuípe aqui em Jurujuba*, me relatou um entrevistado. Em 2005, segundo o IBGE, o município contava com cerca de 7200 moradores, distribuídos em uma área de 217 Km², e tendo como principais atividades a agricultura e os engenhos de açúcar³². Por sua vez, Marechal Deodoro, cidade de grande valor histórico por ter sido a primeira capital do estado, situa-se a 18 km da capital, tem cerca de 36 mil habitantes, distribuídos em uma área de 363 Km². O município se caracteriza pelas atividades com a cana-de-açúcar, a pesca, o coco e o turismo³³. Já Maceió é a capital do estado e, segundo dados do IBGE contava, em 2004, em sua área de 511 Km², com aproximadamente 885 mil habitantes, tendo como setores econômicos principais a indústria, o comércio, os serviços e a agropecuária³⁴.

³¹ Neste capítulo procurei utilizar “praia” quando fazia referência ao lugar ocupado pelos migrantes nordestinos, pois o nome Travessa dos Maricultores só foi definido com a legalização de terras, processo desencadeado a partir do Projeto Mexilhão-Rio, nos anos 1990.

³² Informações obtidas no site

<http://www.maceiobrasil.com.br/2007/municipios.php?acao=noticia¬icia=1191&titulo=Jacuípe>.

³³ Informações obtidas no site

<http://www.maceiobrasil.com.br/2007/municipios.php?acao=noticia¬icia=1191&titulo=Marechal%20Deodoro>.

³⁴ Informações obtidas no site <http://www.maceio.al.gov.br/>

De Jacuípe migraram membros de três famílias. De Marechal Deodoro e de Maceió, uma família, respectivamente. Algumas delas já vieram constituídas do local de origem, enquanto outras foram formadas através de casamentos em Jurujuba, tanto entre os nordestinos ou, alguns poucos, com pessoas do bairro. Nem todos os migrantes do grupo residem na Travessa dos Maricultores, se encontram pelo Cascarejo ou Ponta da Ilha. Alguns optaram por fixar residência no Morro do Preventório, em diferentes regiões de Niterói e mesmo em outros municípios.

A vinda para o Rio de Janeiro não se deu, obrigatoriamente, direto de Jacuípe, ou Marechal Deodoro, várias pessoas passaram por Maceió, onde estabeleceram relações com pessoas da capital, algumas das quais também migraram para Niterói. Em Maceió, as redes de sociabilidade foram ampliadas e são, de certa maneira, reproduzidas em Jurujuba.

Com a chegada dos migrantes nordestinos em Jurujuba, poderia se dizer que houve um choque entre duas lógicas culturais distintas. O espaço físico e social ocupado pelos migrantes não era o mesmo, dos então moradores do bairro. A história do grupo em análise é marcada por uma trajetória de dificuldades presentes a todo instante, desde a chegada ao local onde residem, na *praia* e, principalmente, quando se lembram do passado no *norte*³⁵ e no próprio bairro.

A memória dos alagoanos, uma construção social derivada das suas relações sociais e de suas experiências, tem efeitos simbólicos notáveis que permitiram sua distinção, passada e presente, no bairro de tradição pesqueira. Essa distinção depende da

³⁵ Povia Neto (1994) faz uma breve, porém, elucidativa reflexão de como o processo histórico do país teria influenciado na “formação” da região Nordeste, que até os anos 1930, não tinha significado, pois o que existia era uma divisão do país em Norte (abrangia Amazônia e Nordeste) e Sul. Para o autor a consolidação da região Nordeste se deu a partir de dois processos distintos. O primeiro estaria relacionado com a diferenciação da região Norte (Amazônia, cuja atividade econômica era baseada na borracha) através da sua identificação enquanto região produtora de cana de açúcar. O segundo diz respeito à migração de nordestinos para outras regiões, particularmente para a região Sudeste. O Sudeste passou por cima de seus preconceitos e recorreu a essa mão-de-obra para garantir a dominação em nível nacional, fazendo presente um enorme contingente de migrantes, anunciando e consolidando a existência de uma região Nordeste.

posição social dos indivíduos dentro do grupo, bem como do grupo na estrutura social já consolidada em Jurujuba.

Nos anos 1970, época em que migraram para o *Sul*, o nordeste se caracterizava pelo trabalho nas roças, mas principalmente nas fazendas de cana de açúcar. As transformações relativas ao processo de trabalho na cana, e sendo essa uma das únicas alternativas para os moradores das áreas rurais, impulsionaram, de certa maneira, muitos nordestinos para locais com maior possibilidade de trabalho, como a região sudeste. Durante o trabalho de campo foi relatada a insatisfação do grupo em ter na cana a única opção de trabalho, fato que é demonstrado no trecho “*Cortar cana, não vou, limpar cana não vou, roçar mato, não vou, não tenho estudo para trabalhar em serviço melhor... Isso não é para mim, vou tentar a vida lá fora [fora de Jacuípe]*”.

O trabalho nas propriedades canavieiras era caracterizado por uma dependência e subordinação dos trabalhadores em relação aos proprietários. A maioria dos trabalhadores vivia nas áreas da fazenda com suas famílias. Morar na propriedade significava trabalhar na cana. Além disso, quanto maior o *número de braços* na família do trabalhador com os quais poderia dispor para o trabalho na propriedade, maior sua chance de conseguir uma moradia nos limites da fazenda (Garcia Jr., 1989).

Os moradores que residiam nas fazendas com suas famílias poderiam pleitear terras para pequenos roçados. Dentro da propriedade também moravam homens solteiros, os quais não tinham direito a casa e nem a terra. Habitavam nos *arruados* que consistiam em casas enfileiradas ou em uma única construção subdividida em diferentes unidades, através de meias paredes. Em cada unidade havia apenas uma porta e não existiam janelas. A esse tipo de casa dava-se o nome de *barracas* e nelas moravam os solteiros, quase sempre em grupos³⁶ (Sigaud, 1979).

³⁶ Cabe ressaltar que houve quase que uma incorporação deste tipo de construção quando do estabelecimento do grupo em Jurujuba, o que será descrito posteriormente. Costa (1994) ao entrevistar

O espaço para morada incluía uma área de roçado para a subsistência familiar e as espécies cultivadas, nesta área, dependiam da relação com o *senhor*. Uma relação privilegiada com o proprietário poderia garantir ao morador, ter um sítio, que se localizava dentro da propriedade e os produtos daí resultantes poderiam ser vendidos na feira da cidade (Garcia Jr., 1989).

A dependência dos moradores aumentava uma vez que os trabalhadores tendiam a fazer suas compras no *barracão* da fazenda, onde compravam “fiado”, já que seus roçados tinham tamanho insuficiente para a manutenção familiar. A relação assimétrica de dependência dos trabalhadores e o número de moradores aumentavam o poder social dos *senhores*.

Sigaud (1979) relata que ser morador, implicava estar à disposição do proprietário fosse para o trabalho na propriedade como também engajar-se em suas lutas, votar com ele e entregar parte de sua produção, além de não trabalhar para outro proprietário, o que não era definido em nenhum contrato formal.

Com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, e do Estatuto da Terra, em 1964, que asseguravam aos trabalhadores direitos trabalhistas, criaram-se entraves para a manutenção dos moradores dentro das propriedades canavieiras, no antigo sistema de relações entre proprietário e usineiros; houve então uma saída em massa dos então moradores das fazendas (Sigaud, 1979).

Além disso, outros dois fatores atuaram conjuntamente para o enfraquecimento das relações de dominação entre os senhores e os trabalhadores, bem como para uma certa decadência do setor canavieiro. O primeiro, está relacionado à implantação das usinas canavieiras em substituição aos engenhos. O segundo, diz respeito à

membros do grupo pesquisado mostra que há nos relatos uma incorporação dos arruados para descrever o local onde moravam no bairro, quando da sua chegada.

possibilidade das migrações para as principais cidades da região Sudeste, após os anos 1950 (Sigaud, 1979; Garcia Jr., 1989).

A partir da década de 1930, os engenhos passaram a ser usinas, que consistiam em grandes unidades agroindustriais formadas pelo agrupamento de vários engenhos (Garcia Jr., 1989). Dantas (2006) menciona tal fato na sua pesquisa realizada no Brejo paraibano.

As usinas que se instalaram no Brejo foram decisivas para levar boa parte dos engenhos da região à condição de “fogo morto”³⁷, principalmente a partir da década de 1950. Com o advento do Programa Nacional do Alcool, em 1975, as usinas locais aumentaram sua capacidade de produção, exercendo uma forte pressão sobre as propriedades rurais que cultivavam cana-de-açúcar, arrendando-as ou, até mesmo, comprando-as (Dantas, 2006: 10 *apud* Almeida, 1994).

Com a instalação das usinas aumentou a demanda de trabalho e foram reduzidas as áreas de roçado dos moradores. Isso levou os trabalhadores a deixarem as fazendas. Ao saírem das fazendas os moradores se mudaram para áreas urbanas, transformaram-se em trabalhadores “da rua” e segmentaram-se em duas categorias: os “legais”, que tinham um contrato formal ou legal, localmente denominados como “fichados” e; os “ilegais”, que eram recrutados por *empreiteiros*³⁸/arregimentadores e denominados como “clandestinos” (Sigaud, 1979:129). Os trabalhadores *ilegais* eram empregados temporariamente e circulavam entre as localidades da área canavieira.

Ao ir morar na rua, os trabalhadores passavam a trabalhar por diárias ou por empreitada, podendo atuar em diferentes propriedades em uma mesma safra. A

³⁷ Muitos senhores de engenho passaram a simples fornecedores de matéria prima aos usineiros que se tornaram bem mais poderosos que os senhores, a esta condição social de decadência dos senhores, é referida como fogo morto

³⁸ O empreiteiro é geralmente um ex-trabalhador que tem leitura e conhece o trabalho. É responsável por mobilizar os trabalhadores, dirigi-los ao local de trabalho no transporte cedido pelos proprietários. Fiscaliza o trabalho e paga o trabalhadores com dinheiro que recebe do proprietário. O empreiteiro não reside na fazenda e desta forma não tem compromisso com o proprietário, tampouco com os trabalhadores que agrupa.

obrigação do empregado acabava no final da tarefa e a do patrão com o pagamento em espécie no final do dia ou ao término do serviço (Garcia Jr.,1989).

As famílias de Jacuípe tiveram sua origem principalmente ligada aos engenhos e usinas de cana de açúcar e as transformações do setor influenciaram o grupo. Sua origem demonstra que os migrantes de lá provenientes não tinham experiência nem na pesca e tampouco no mar, diferindo de alguns membros vindos de Marechal Deodoro, pois o esposo de Vilma chegou a pescar com os irmãos na Lagoa próxima à cidade.

Em referência ao trabalho na cana, há relatos de que, quando eram crianças, acompanhavam os pais no canavial, seja porque viviam nas fazendas ou eram dos filhos os mais novos e não tinham com quem ficar, já que os irmãos mais velhos já tinham seus afazeres. Acompanhar os pais significava auxiliá-los no sentido de incrementar a produção e, conseqüentemente, a renda familiar. Matheus é um exemplo disso, morava em uma Fazenda com a família e, acompanhou o pai no canavial desde os cinco anos de idade. Ao se mudar para a cidade, tanto ele como o pai, passaram a trabalhar pelo sistema de diária, ainda na cana, mas em outras fazendas. O relato de Vanda, sobre a experiência em Marechal Deodoro, demonstra processo similar ao de Matheus, em Jacuípe.

Meu pai trabalhava para o fazendeiro e nós podíamos fazer roça em algum terreno da fazenda, a gente criava também. A gente saiu da fazenda porque os donos começaram com plantação de cana, não deixavam mais a gente fazer roça nem criação, que era nosso sustento. Fomos morar mais perto da cidade, muita gente saiu de lá porque eles começaram a botar usina – meu pai botou uma barraquinha em casa e criava no quintal.

A família de Dalila e Carmem se dedicava ao comércio. O pai, era *marchante*³⁹, comprava e abatia gado para venda na feira de domingo da cidade. A mãe se encarregava de cozinhar os miúdos, o “fato”, que eram comercializados na mesma feira.

A mãe de Vitor Hugo trabalhou na cana enquanto o pai era funcionário da prefeitura municipal, atuando como mestre de obras. Seus irmãos trabalharam na cana, em olaria, em pedreira e ainda como vendedores de picolé, numa tentativa de contribuir para a renda familiar.

Leda, cujos irmãos trabalhavam nas fazendas, morava na *rua* e costurava, ofício que aprendeu com a mãe. Casou-se com seu Hermes, que trabalhava *clandestino*⁴⁰ como lenhador para um patrão. Dos sete irmãos de Leda, quatro eram moradores da *rua*, um era *empreiteiro* e dois moravam nas dependências de uma fazenda, os quais foram beneficiados com terras pelo processo de Reforma agrária efetivada no estado.

Este cenário levou muitos nordestinos a migrarem para regiões mais promissoras. Menezes (2002) em estudo na Paraíba observou que a maioria de seus entrevistados já tinha realizado deslocamentos para a região Sudeste, no sentido de melhorar o padrão de vida quando do retorno para a cidade natal, através da aquisição de terras e/ou de gado no nordeste, transformando-os em pequenos proprietários. Isso implicaria em uma nova posição social ocupada no local de origem após o retorno do *Sul*.

Apesar de o *Sul* representar um local mais promissor para os Nordestinos, o grupo estudado realizou um primeiro deslocamento para Maceió, indicando que a decadência do setor canavieiro influenciou diretamente a atividade em seu local de

³⁹ No trabalho de Garcia Jr. (1989), *marchante* é aquele que negocia com carne de porco, ele pode ser também agricultor, mas venderia sua produção para os responsáveis pela revenda do tipo de produto. Um agricultor que possuísse suínos os venderia ao *marchante* que o revenderia na feira. As feiras se davam um dia em cada cidade ou povoado, implicando em deslocamentos sistemáticos para frequentar as feiras da região.

⁴⁰ Trabalhar *clandestino* significa não ter carteira assinada. Termos como esses são, ainda hoje, utilizados pelo grupo.

origem. O cenário desencadeado levou a uma exclusão de oportunidades de trabalho, de acesso à terra e de bens materiais e culturais.

Em Jacuípe o grupo se conectava por sua origem social e territorial comuns, reforçadas pelos elos de parentesco e de amizade, que por sua vez possibilitavam relações de solidariedade; as quais, quando do seu deslocamento para Maceió, foram efetivadas. Esse fato corrobora a afirmação de Galeski (1977) que a pertença comum e as solidariedades daí resultantes extrapolariam os níveis comunitários sendo, de certo modo, reproduzidos em outras localidades. Neste sentido, as primeiras famílias que residiam em Maceió acolhiam os amigos de Jacuípe, até que os mesmos se estabelecessem na capital⁴¹. Para exemplificar esta situação poderia mencionar o caso de Vitor Hugo, que quando da sua ida para Maceió, para prestar serviço militar, ficou hospedado na casa da irmã, a qual tinha sido acolhida pela mãe de Carmem e Dalila.

Os jovens de Jacuípe, além de prestarem serviço militar em Maceió, trabalharam em fábrica de pipoca ou ainda no comércio de verduras. Carmem chegou a Maceió aos 17 anos após a morte do pai para buscar melhores condições de vida que em Jacuípe. Ela e seu companheiro foram hospedados por seu irmão mais velho que já estava na capital. Carmem trabalhou no comércio de verduras com parte de seus irmãos que também se deslocaram para Maceió.

Foi através da amizade entre dois rapazes, um de Jacuípe e outro de Marechal Deodoro, colegas de trabalho na empresa de pipoca, que se deu o vínculo entre as famílias destes municípios. Essa amizade resultou no casamento de Dalila (irmã do pipoqueiro de Jacuípe) com o irmão, já falecido, de Vilma e Vanda (de Marechal Deodoro). Dos moradores de Maceió, entrevistados, um trabalhava em um posto de gasolina e outro trabalhou em um abatedouro de frango. Uma das famílias de Maceió

⁴¹ Os bairros de Maceió onde residiam estas famílias, quando mencionados nas entrevistas são o de Ponta Grossa, Feitosa e Vergel.

estabeleceu uma amizade com a mãe de Dalila e Carmem. Esta relação, de certo modo, propiciou a vinda da família natural de Maceió para Jurujuba.

A passagem das jovens moças⁴² do interior por Maceió foi marcada pelo trabalho *em casa de família*⁴³, em fábricas e no mercado de verduras. Nos relatos sobre o trabalho de doméstica, as mulheres afirmam que mesmo na capital ganhavam pouco e eram “mal tratadas”, enquanto que, na região Sudeste, este tipo de serviço era mais valorizado e ganhavam mais.

Apesar de terem ido para a capital alagoana, foi no Rio de Janeiro que o grupo conseguiu se estabelecer de forma mais condizente com seus sonhos. Nenhuma das cidades de Alagoas permitiu ao grupo uma condição mais digna em função do seu baixo grau de instrução, onde a maioria dos membros não possui o primeiro grau completo.

As cidades da região sudeste já eram os grandes atrativos para os jovens tentarem ganhar a vida uma vez que a região oferecia uma ampla gama de empregos em seus parques industriais. Menezes (2002) indica que as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo são parte importante do movimento populacional das áreas rurais do Nordeste e que este tipo de deslocamento teria iniciado na década de 1930, sendo intensificado a partir dos anos 1950.

Carmem, a primeira a migrar, viu no Rio de Janeiro uma possibilidade de recomeçar sua vida após o rompimento afetivo com seu companheiro. Chegou em 1972 e nunca retornou para o *norte*. Segundo seu depoimento, *re-nasci aqui, pois foi aqui que as coisas melhoraram para mim*. Embora o padrão encontrado na maioria dos estudos sobre migração consista em um primeiro deslocamento masculino e os homens depois

⁴² Uma delas, Vilma, retornou para Marechal Deodoro, onde se casou e, além das tarefas do lar, passou a se dedicar a venda do artesanato de filé na capital, confeccionado por um grupo de amigas.

⁴³ Em nenhuma entrevista ou conversa informal, as mulheres se denominam empregadas domésticas. Tanto aquelas que trabalharam no passado, quanto as que trabalham atualmente na profissão, dizem que trabalham em casa de família.

de estabelecidos trazem suas famílias; no caso desta pesquisa, foi observado que o primeiro migrante tratava-se de uma mulher.

Uma vez no Rio de Janeiro, Carmem se estabeleceu em São Gonçalo, na casa de uma pessoa conhecida da família que residia no bairro do Porto do Rosa, fato que demonstra a importância das relações no local de origem que viabilizam o processo migratório. Ao migrar, deixou sua filha sob cuidados da mãe em Maceió, para quem enviava, sistematicamente, auxílio financeiro. Em Niterói, trabalhou em casa de família, mas não conseguiu se acostumar com o tipo de serviço, pois sua família sempre trabalhou de forma independente.

Após algum tempo no Rio de Janeiro conseguiu, através de contato pessoal, um posto na fábrica de Sardinha Atlantic, em Jurujuba. Mudou-se para o bairro onde passou a morar em um *barraco*, como se referem às primeiras moradias, na *praia*.

Esta área se localizava atrás da Escola Fernando Magalhães. Existiam duas casas de alvenaria de moradores mais antigos do bairro e alguns *barracos*⁴⁴, onde já moravam pessoas de outros municípios do Rio de Janeiro, como por exemplo, Duque de Caxias e Saquarema, os quais retornaram para suas cidades de origem. Antes destes moradores, o local era utilizado pelos pescadores de Jurujuba⁴⁵, para guardar os petrechos de pesca e para isso construíam *barracos* de madeira. Segundo relatado por uma moradora, proveniente de uma das famílias tradicionais do Cascarejo, a região era de praia de areias claras, *era tudo limpinho*, com alguns *barracos* de madeira. Isso evidencia que houve uma apropriação do espaço utilizado pelos pescadores do bairro por pessoas de outros lugares e que os nordestinos não foram os primeiros a se instalar no local.

⁴⁴ Quem vive na *praia* (Travessa dos Maricultores) são, em sua maioria, pessoas naturais do Estado de Alagoas, há também algumas famílias naturais de Jurujuba, cujos familiares se dedicavam à pesca.

⁴⁵ Pessanha (2003), em sua pesquisa em Itaipu, Niterói, demonstra a importância dos “terrenos da marinha” para os pescadores guardarem seus instrumentos de pesca, onde construíam tanto galpões para a guarda de canoas como suas residências.

Neri que veio de Saquarema ainda jovem para morar com um tio, já residia no local e trabalhava no mexilhão, quando Carmem chegou. Tanto o fato da *praia* ter sido ocupada por membros de “fora”, como ter sido utilizada para uma atividade menos valorizada que a pesca, que caracterizava o bairro, levou a uma desvalorização do local. Isso corrobora o padrão dos estudos sobre migração nos quais os migrantes acabam por se dedicar a atividades menos qualificadas e por ocupar áreas menos valorizadas.

O depoimento de um nordestino evidencia como a atividade do mexilhão era desqualificada:

P: E como era a relação de vocês que estavam trabalhando com marisco e os pescadores já que moravam aqui há mais tempo?

E: A relação a gente sempre.... Não tinha assim aquela coisa de embate, não tinha embate, agora falava-se ... era como o marisqueiro na época fosse o lixeiro de alguns tempos. Mas na época não se tinha essa consciência – aí lixeiro, assim era o marisqueiro. O marisqueiro lá. As mulheres que trabalhavam no marisco, elas tinham vergonha, se você chegasse dentro no ônibus e falasse com ela assim “vai pro marisco hoje?” ela não te respondia... Só se você perguntasse baixo, baixinho, no ouvido, aí ela: “vou sim” mas ninguém ia escutar, você está me entendendo?! Que elas tinham vergonha porque era uma situação assim.... O marisqueiro era um coisa assim igual a uma profissão que não tinha um valor, tinha seu valor, não era reconhecido, agora, hoje, não. Hoje as mulheres trabalham no marisco, não tem vergonha de dizer que são marisqueiras do Centro de Beneficiamento.

Apesar disso, na avaliação de Carmem, a atividade, pouco explorada comercialmente, era uma possibilidade de trabalho para seus irmãos ainda no *Norte*. Carmem mantinha contato através de carta, nas quais relatava os aspectos positivos da sua experiência e a possibilidade de trabalho nas fábricas de sardinha de Jurujuba ou, alternativamente, no mexilhão: *Eu não trabalhava no marisco, mas vi que o negócio dava para meus irmãos e comecei a escrever por carta para eles. Aí eles foram vindo e ficaram no barraco comigo. A partir dos estímulos de Carmem, veio um de seus irmãos juntamente com dois amigos, membros de famílias de Jacuípe e que moravam em Maceió.*

Os três amigos (entre eles Vitor Hugo – o único entrevistado) chegaram em 1973 e ficaram *sob a guarda* de Carmem, que já estava aqui. Vitor Hugo relatou que a preocupação que tinham era em relação ao custo de vida e às oportunidades de trabalho. Não se interessavam em saber como era o local da futura moradia e nem pronunciavam corretamente o nome do bairro. O trabalho na Atlantic foi o primeiro emprego dos recém chegados, que foi conseguido por Carmem. A vinda se deu em busca de trabalho e o grupo não vislumbrava outra coisa senão trabalhar em algo cujo retorno financeiro fosse maior e em melhores condições do que a labuta na cana, o que é evidenciado por Vitor Hugo:

Olha só, nós viemos para trabalhar, nós saímos de lá no sentido de arrumar um trabalho. Poderia ser o de pescador, poderia ser o de marisqueiro, conforme foi. Você vê que eu trabalhei na fábrica de sardinha, trabalhei dois anos, trabalhei em duas fábricas de sardinha. Você está me entendendo! Então quer dizer... Não tinha assim uma coisa “Ah não, eu vou para lá que eu vou trabalha no Mexilhão, não”. Eu vou, no sentido de arrumar um emprego, um trabalho seja ele qual for. Deu sorte da gente entrar aqui no mexilhão pelo local de você se alojar ter sido aqui.

Em outro trecho de seu relato o entrevistado mostra a importância das redes de amizade e parentesco estabelecidas no local de origem e que propiciam os processos de deslocamento.

Pois veja bem, quando nós saímos de lá para vir para aqui, automaticamente você vem para casa de alguém. Quando você sai de lá, você sai sem dinheiro, né?! Você sai com o dinheiro da passagem então o que que acontece, você tem que fazer contato com um amigo ou com um irmão, um parente, uma coisa... no sentido de te abrigar ali. Como ela [Carmem] morava aqui, aí quer dizer, o local que a gente tinha para ficar, seria aqui, e assim foi ...ficamos na casa dela, dali fizemos um barraquinho também do lado, que tinha um espaçozinho e fui fazendo e aí se alojamos aqui, foi esta a razão. Entendeu? Se você, quando tem dinheiro você vem compra casa em qualquer outro lugar. Mas o nosso caso foi assim.

Após o deslocamento solitário de Carmem, seguido do de seu irmão com dois amigos, várias outras famílias vieram para Jurujuba estimuladas pelas experiências

relatadas por carta ou pelas visitas à família que permanecia no *norte*. O que demonstra a importância das relações de parentesco dos migrantes de origem camponesa para a integração no contexto urbano, mesmo que de maneira transformada e renovada (Costa, 2001).

Em 1975 chegaram ao bairro Vanda⁴⁶, seu irmão (hoje falecido) casado com Dalila e seus dois filhos, acompanhados de outros três familiares (entre eles Tomás), os quais ocuparam um barraco na praia até que fossem providenciadas outras instalações. Trabalharam, no primeiro momento, principalmente nas fábricas de sardinha do bairro e no mexilhão. Vanda se casou com um colega de uma das fábricas, cuja família era proveniente de São Fidélis (RJ). Nas fábricas trabalhou por cerca de quatro anos, mas com a chegada dos filhos, passou a cuidar da família. O marido aposentou-se pela fábrica e juntos abriram uma das barracas na *praia*, para vendas de bebidas, balas etc.

No ano de 1977, Mateus, que estava sem trabalho há pelo menos seis meses em Jacuípe, veio para Jurujuba, estimulado por Tomás que já trabalhava na comercialização do marisco e foi visitar familiares na cidade. Nesse mesmo ano, Vilma e um de seus irmãos vieram do *norte* com suas respectivas famílias para a casa de seus irmãos que já estavam em Jurujuba. Transcorridos dois meses, enfrentando alguns problemas, retornaram para Marechal Deodoro.

Em 1979 veio Urias, com a irmã e seus seis sobrinhos. Ao chegarem instalaram-se no barraco de Mateus e Tereza que já estavam em Jurujuba. Tereza é a filha mais velha da irmã de Urias e Vitor Hugo. Urias já iniciou trabalhando no mexilhão e, posteriormente, passou a atravessador no bairro. Casou-se já em Jurujuba com uma das irmãs de Rubens. A família de Leda também veio neste ano e se hospedaram na casa de

⁴⁶ Dos irmãos de Vanda e Vilma, somente uma continua em Marechal Deodoro. A maioria mora em Niterói ou em outros municípios do estado do Rio de Janeiro.

seu irmão⁴⁷, na Ponta da Ilha, até conseguirem um barraco na praia. Com a família do irmão, o esposo e os filhos de Leda aprenderam a arte de ser marisqueiros. Entretanto, nenhum de seus filhos se dedica exclusivamente à extração e cultivo do marisco. Rubens também veio em 1979, junto com seu irmão, para a casa de uma tia. Quando seus pais vieram, foi morar com eles na *praia*. Rubens começou a trabalhar no mexilhão segurando caíco⁴⁸, passando depois a ser pescador.

Em 1986, Vilma retornou para Niterói com o esposo e seis filhos. A família morou em diversos locais da cidade e só se estabeleceu definitivamente na *praia* após o casamento de uma de suas filhas com um dos filhos de Leda e seu Hermes⁴⁹. Neste mesmo ano chegam à *praia* a mãe e o irmão mais novo de Vitor Hugo, Adeir. Esse último trabalhou com mexilhão, mas também em outras atividades como em uma fábrica de sorvetes e em uma pizzaria. Hoje é casado com uma das filhas de Carmem e não reside na Travessa.

Estes deslocamentos eram propiciados com auxílio financeiro de membros da família, com a venda de pertences, ou ainda com recursos acumulados de suas atividades no *norte*. Neste sentido, Sayad (1998 e 1995) nos mostra que os migrantes deixam o local de origem efetivamente a partir do momento que tem um contato inicial, um local para ficar. São as relações familiares ou as relações de amizade e vizinhança que, de certo modo, propiciam esses deslocamentos, uma vez os mesmos só são efetivados a partir do momento em que o migrante tenha condições financeiras para viajar, bem como para hospedar-se. Isso se verifica no caso de Mateus que veio sozinho em 1977, estimulado pelas dificuldades vivenciadas com a família em Jacuípe.

⁴⁷ No sentido de mapear as relações de parentesco, o irmão que hospedou Leda e sua família é casado com uma das irmãs de Dalila e Carmem, e um de seus filhos é casado com uma das irmãs de Rubens.

⁴⁸ Caícos foram as primeiras embarcações à remo utilizadas pelos marisqueiros. Diferiam das baleeiras, utilizadas atualmente, por serem mais estreitas e por terem ambas as extremidades pontiagudas.

⁴⁹ No sentido de mapear as relações de parentesco cabe mencionar que três filhas de Vilma se casaram com três filhos de Leda e seu Hermes.

P: Você já tinha família aqui? Porque você veio para Jurujuba?

E 1: Tinha a tia dela....

E 2: Minha tia [já falecida]. Ai conheceu Tomás e X [dois irmãos de Dalila e Carmem] foram fazer um passeio lá, eles já estavam aqui, vieram de Maceió para cá e, foram fazer um passeio em Jacuípe. Lá em Jacuípe foram visitar a gente, que fazia seis meses que ele não tava trabalhando e eu trabalhando lá ...

E 1: Ela estava dando aula lá, ensinando no Mobral

E 2: É, à noite. Daí o Mobral ficava três, quatro cinco meses sem pagar. Demorava mas pagava...A gente morava de aluguel sem ter dinheiro para pagar, e o povo em cima. Teve uma época que tivemos que sair e morar na casa da mãe dela. Aí Tomás disse: Aí rapaz você não quer ir pro Rio de Janeiro, não? Ai minha mãe perguntou a ele se ele quisesse vir que ela arrumava o dinheiro da passagem para ele vir,...que era bom esse serviço que eles estavam fazendo, que era tirando mexilhão, que tava dando para ganha muito bom, muito bom dinheiro que deu até para eles viajarem.

Os primeiros a chegar construíram seus próprios *barracos*. Enquanto que aqueles que vieram posteriormente eram comunicados da possibilidade de adquirir ou alugar um *barraco*, quando por algum motivo os moradores da praia se deslocavam para outros locais. Carmem e Neri deixaram a *praia* para residir na Ponta da Ilha, entretanto, Carmem reside, atualmente, no morro do Preventório.

Os *barracos*⁵⁰ eram de madeira, com frestas entre uma madeira e outra, e cobertos com telhas *Brasilit*, de tamanho reduzido e, em alguns casos, divididos através de meias paredes, numa configuração similar as casas dos arruados nas fazendas do *norte*, já referido anteriormente. As pessoas que chegavam do *norte* se instalavam juntas em *barracos* providenciados pelos já moradores, ou na casa de familiares em condições precárias, como pode ser observado no seguinte relato:

Quando a gente chegou aqui era um barraquinho pequenininho... Não tinha lugar de botar cama nem nada. Também quando a gente vem só traz roupa, mais nada. As camas da gente quando a gente chegou aqui era bolsas da Sendas, aqueles barracos de assoalho que a água vinha lavava por baixo dos barracos. Ai a gente botava aquelas bolsas forradas assim, botava pano, lençol e dormia assim. Eram nove pessoas [sendo duas crianças] dentro do barraquinho. Tudo assim

⁵⁰ Com o tempo, as condições começaram a melhorar e os moradores conseguiram construir suas casas de alvenaria no local dos barracos de madeira.

dormindo um em cima do outro, minhas pernas serviam de travesseiro para eles. Eu acordava de noite com as pernas dormentes.

Os barracos não tinham as mínimas condições sanitárias (esgoto e água - que era buscada em uma área próxima, ao lado do restaurante Samanguaiá e armazenada para o consumo diário dos moradores⁵¹). Sua estrutura não era capaz de evitar que a água entrasse, fosse proveniente de chuvas ou da maré. Quando a maré subia, a água entrava pela frente e pelo assoalho. Em algumas ocasiões tiveram que deixar as casas em função da maré e, nesses momentos, muitos dos já residentes demonstravam sua insatisfação com os novos moradores dizendo “*É hoje que os paraibas⁵² voltam para o norte de caixote....*

Quando dava maré de.... essas cabeças d’água que você vê ai no litoral que sai derrubando tudo, para nos aqui não era diferente. A gente, quando acontecia isso, nós éramos obrigados a ficar fora, né..., saía dos nossos barracos, esperava a maré descer, e a vizinhança toda olhando, falando o seguinte “Ih! agora aquele pessoal... a maré vai levar os barracos deles” e as vezes até achavam graça dessa situação.

Este relato já evidencia que o grupo sofreu com a exclusão social dos “filhos de Jurujuba”, pois entraram em contato duas lógicas distintas de normas e valores. Além disso, eram vistos como concorrentes aos postos de trabalho, não tinham relações de amizade ou parentesco com os antigos moradores e ainda eram provenientes de uma região estigmatizada. *Antes olhavam para gente como sem-terra que vinha atrás de serviço... diziam: os sem-terra chegaram aqui e tomaram a casa da gente!*⁵³

Os alagoanos, nas mais variadas situações sociais, como por exemplo, nas fábricas de sardinha do bairro, eram chamados de *paraíba* pelas pessoas, como se pode observar no relato de uma moradora da *praia*:

⁵¹ Anos mais tarde foi implantada uma bica na frente da associação e os moradores pegavam água ali. Algum tempo depois a partir deste cano os moradores puxaram os canos de água para suas casas.

⁵² Povoá Neto (1994) faz referência à denominação que os nordestinos recebiam no Rio de Janeiro.

⁵³ Penso ser importante relatar aqui que durante a pesquisa, em um momento descontraído, uma das mulheres, membro de família do bairro e, casada com um nordestino, se referiu ao trabalho como “a invasão nordestina” em Jurujuba.

P: Teve preconceito de quem já morava aqui?

E: Ah teve. Muitos não, muitos passam a gostar da gente, a fazer amizade outros não, outros já acha que Ah! chegou do norte esses paraíba, já vem lá do lugar esses paraíba. O cara chama a gente de paraíba sabe. Aí acham que a gente está invadindo o lugar deles. Acha que é do norte, não tem direito a nada, trata a gente de paraíba, tratam a gente com diferença. Só falta ser paraíba! Não sabe ele, que quando a gente vem, vem para trabalhar, se a gente não tivesse vontade de trabalhar a gente ficava no lugar da gente passando dificuldade. Se fosse para viver de boniteza, lugar mais bonito que o nosso, as praias são as praias mais maravilhosas, né?! São lugares divertidos, as festas...a gente chega aqui, a gente estranha. Aqui a gente passa Natal em casa, lá tem muito divertimento vai para festa em lugar público.

Esse preconceito não era só vinculado à sua origem, às suas características que se diferenciavam dos moradores do bairro, mas também em relação às suas condições de vida e ao trabalho no mexilhão. Um aspecto que merece ser mencionado é que quando chegaram não existiam relações com outros moradores do bairro. Isto é evidenciado no depoimento de um *filho de Jurujuba* que sinaliza a dificuldade de entrosamento nos primeiros momentos e aponta para o fato de que o trabalho no marisco foi em parte responsável pela aproximação com famílias mais antigas do bairro.

A relação do pessoal daqui, a princípio, foi assim... não muito aconchegante por causa da afinidade né...ninguém se conhecia, eles não tinham parente aqui. Quer dizer que ficou uma coisa para eles, assim meio vazio. Mas com a continuidade dos daqui que já trabalhavam aqui com o mexilhão com eles, começou a formar uma amizade até porque que iam para o mercado junto. As famílias começaram a trabalhar com eles, na limpeza do mexilhão, porque não eles tinham a quantidade de pessoas para debulhá-lo. Então foi criando um vínculo e hoje a amizade. Aí é tão grande quanto filho do lugar, porque Jurujuba é uma comunidade assim muito aconchegante, a facilidade né?! de acolher as pessoas.

Além disso, o relato ainda indica que a presença de desconhecidos no bairro era geralmente de pessoas que mantinham vínculos familiares ou de amizade com os moradores. Comerford (2003) observou situação semelhante em sua pesquisa na zona rural de Minas Gerais, quando os moradores sistematicamente perguntavam a relação de

parentesco do pesquisador com as famílias da região, numa tentativa de localizar e mapear os vínculos de indivíduos de fora, com a localização geográfica da área rural bem como à reputação das famílias.

Embora o relato acima indique que o trabalho no mexilhão foi um propulsor na integração do grupo no bairro, o fato do mexilhão ser uma atividade desvalorizada pelos pescadores e outros moradores, levava e mantinha o processo de estigmatização. A própria região ocupada pelos nordestinos passou a ser vista como uma área degradada dentro do bairro. Tanto em função do grupo que reunia como também da atividade com o mexilhão, cujo processamento era feito em frente às residências: *Os filhos de Jurujuba dizem que aqui é como favela e que fede.*

Elias (2000) evidenciou como o preconceito e o estigma agiram sobre um grupo de migrantes os quais eram, para os antigos residentes do vilarejo de Winston Parva (na Inglaterra), potenciais ameaças em termos de trabalho assim como uma ameaça a manutenção da vida social, costumes e das normas, já incorporados. No estudo de Elias, os migrantes eram provenientes da própria Inglaterra, e se deslocaram para o vilarejo com o objetivo de trabalhar nas fábricas locais. Porém, eram impedidos de participar da vida social e compartilhar os valores dos membros mais antigos, que, através de mecanismos sociais de exclusão, inviabilizavam a participação dos novos moradores. Ao fazerem uso de tais mecanismos, os *estabelecidos*, reforçavam sua coesão e seu poder. Wieviorka (1997) afirma que a obra de Elias é uma demonstração de que a exclusão dos *outsiders*, em Winston Parva, é um fato socialmente criado e construído.

Após a instalação dos primeiros alagoanos, a formação e ampliação das redes sociais, outras atividades foram sendo exercidas, como por exemplo, nos estaleiros de

Niterói⁵⁴, nos clubes do bairro; ou no Rio de Janeiro, como faxineiros e porteiros, o que lhes garantia trabalhar “fichados”, com a carteira assinada. Os empregos mencionados são atividades nas quais não necessitavam de instrução, embora lhes assegurasse os direitos trabalhistas, como foi relatado: *Aqui não precisava estudo para arrumar emprego em fábrica*. Para Sayad (1998) é através do trabalho que se constituem enquanto migrantes, pois é o trabalho que os caracteriza e que os identifica. É um trabalho, específico para um imigrante, que requer um imigrante, pois é visto como desqualificado por parte daqueles que já estão no local há mais tempo. Ao chegarem à cidade sofrem com a exclusão social pela dificuldade de acesso ao trabalho, bem como com o preconceito, pois são vistos pela ótica de sua diferença dos então moradores dos locais onde se estabelecem.

Apesar disso, é o trabalho que os insere no contexto urbano, contribuindo para a formação e ampliação das redes sociais. Vitor Hugo trabalhou na Atlantic, na Santa Iria (outra fábrica de sardinha do bairro) e depois no estaleiro Mac Laren, situado na Ilha da Conceição, em Niterói. A partir de suas amizades no bairro conheceu sua primeira esposa e decidiram tentar a vida em São Paulo, onde residiram com os pais dela. Na capital paulista trabalhou em três empresas de eletricidade, onde aprendeu o ofício e, posteriormente, abriu sua própria oficina. Dois de seus irmãos foram tentar a vida próximo ao irmão, mas como não se acostumaram com “agitação” da capital, voltaram para a *praia*, junto dos familiares e dos amigos. Vitor Hugo retornou a Jurujuba em 1986, após um grave acidente em São Paulo. Após sua recuperação se envolveu, principalmente, na organização da Associação de Maricultores.

Aqueles que chegaram a partir de 1975 tinham a oportunidade de começar suas atividades diretamente no mexilhão, uma vez que alguns nordestinos já tinham

⁵⁴ A construção naval, nos sete estaleiros localizados na Baía de Guanabara, gerava um volume significativo de empregos, ver Ferreira (1994).

aprendido o trabalho e se dedicavam à ela, até que outras possibilidades surgissem. Para alguns, o trabalho com o marisco era e ainda é visto como uma estratégia de sobrevivência na falta de emprego formal. Enquanto para outros foi a principal atividade. Este grupo é o que mais se engajou quando da formação da ALMARJ.

O dinheiro proveniente das atividades desenvolvidas no *Sul* e do trabalho no marisco possibilitava, inclusive, que as pessoas voltassem ao *norte* para visitar os familiares. Nessas visitas relatavam as experiências e as possibilidades de ganhar dinheiro, atraindo outras famílias.

Entretanto, essas viagens eram mais freqüentes na época em que os pais estavam vivos ou mantinham residência em Alagoas. Elas foram se tornando mais escassas à medida que os membros da família foram falecendo ou vindo para o município, salvo um dos moradores que mantém esposa e filhos em Jacuípe e que os visita anualmente.

Para os familiares e amigos que permaneceram no *norte*, a imagem que têm do grupo que reside em Jurujuba é de que as pessoas estão em boa situação financeira, como demonstra o relato: *pensam que estamos ricos, eu também pensava assim*. Ao verem seus familiares retornando à cidade natal sistematicamente e presenteando os familiares, não imaginavam como seria a vida no local sonhado como a “terra prometida”. Muitas das mulheres relataram que, ao encontrar tais condições, tinham vontade de retornar para o *norte* e que só não o fizeram em função da falta de condições financeiras.

Nem imaginava o que a gente ia passar aqui, não passamos fome, mas quase passamos fome depois que viemos para cá...Não tinha cama para dormir, não tinha fogão para cozinhar... passamos um sufoco. Aquele sonho que eu tinha de chegar num lugar grande assim aí eu ia viver outra vida, viver assim uma vida bem boa, uma casa boa, vou ter tudo...é ilusão... mas eu não acho que quebrei a cara não, para mim eu estou bem aqui!

Sayad (1998) evidencia uma situação semelhante quando transcreve o relato de Mohand A., um argelino que migrou para a França e retornou durante as férias para a cidade natal. Porém, poucas pessoas da cidade, que estavam retornando da França para o período de férias, sabiam que ele acabara de chegar do país.

Não, nunca nos explicam a França como ela é antes que a conheçamos. A gente os vê voltar, estão bem vestidos, trazem malas cheias, dinheiro nos bolsos, a gente os vê gastar esse dinheiro sem cuidar; eles estão bonitos, estão gordos. E, quando falam, o que dizem? Eles falam de seu trabalho. Quando dizem: “Faço um trabalho difícil”, a gente admira..De todo o resto ninguém fala.....

Quase todos os nordestinos entrevistados nesta pesquisa disseram que nas cartas que enviavam para os familiares, falavam das possibilidades de emprego, indicando que as dificuldades não eram relatadas. Carmem foi a única que explicitou que não relatava os problemas experimentados para não preocupar a família.

Apesar das dificuldades enfrentadas quando da chegada a Jurujuba, a entrevistada, citada anteriormente, que fala de sua expectativa em relação ao *Sul* deixa claro que hoje está satisfeita com as conquistas individuais e coletivas do grupo.

O sonho dos nordestinos de uma vida melhor em áreas mais promissoras se deve ao próprio imaginário nordestino de que pessoas do *Sul* teriam maiores condições financeiras. Isso apareceu em uma das falas em que uma das entrevistadas mencionou que *até os táxis cobram mais quando percebem que as pessoas são do Rio*, ou ainda pelo fato de que os membros que se estabeleciam no Rio realizavam viagens quase que anuais para rever a família, nas quais levavam presentes, como televisores, bens que não eram possíveis de serem adquiridos com o trabalho no *norte*.

Menezes (2002: 159) observou as diferentes imagens que as esposas elaboravam de seus maridos após a passagem pelo *Sul* e quando do deslocamento temporário para o trabalho no canavial em Pernambuco

Quando eles vão pra o Pernambuco, que passa um mês que chega aqui, você não reconhece mais de tão acabado que estão. Parece que passa dentro da cinza e não tem mais nem fisionomia daquela mesma pessoa. Chega tudo amarelo, desfigurado, sei lá, meu Deus, tudo quebra uns quatro quilos de cada um.

Em contraposição ao retorno do Rio de Janeiro

Quando ele vai pra o Rio, é bem legal, quando chega, as roupa é tudo limpa, tudo limpinha, tudo cheirosa, ele chega bem gordo, uma pele limpa, aquelas carne dele, eu sinto que ele ta nutrido sabe. Porque a gente conhece gente que está desnutrido .

A representação de quem optou por se estabelecer no Sul está melhor de vida, foi relativizada pelos irmãos de Leda que se tornaram pequenos produtores, beneficiados pelo sistema de Reforma Agrária efetivada no estado de Alagoas⁵⁵. Além disso, a idéia de que o grupo de nordestinos está em situação privilegiada foi conquistada pelos migrantes dentro do próprio bairro, através do seu trabalho, que é reconhecido por grande parte dos moradores de Jurujuba. Embora as condições logo na sua chegada à Jurujuba fosse oposta à vivida atualmente, os migrantes assumem, hoje, uma posição de destaque. Uma senhora natural de Jurujuba moradora da Travessa, que foi entrevistada informalmente, quando se refere aos nordestinos diz: *Eles estão melhor que nós, estão sempre indo para o norte, viajam todo ano*. Um outro morador do Ponto Final relata:

Cresceram muito, tem carreta, eles tem tudo, adquiriram com isso ...Agora eles entraram no peixe. Estão comprando peixe. As carretas vão ali arrematam dos barcos que vem. Já estão tornando-se uma camada mais alta. Mas isso aí é a vida do homem, ele trabalha para isso. Então eu acho que ninguém tem direito de condenar.

⁵⁵ Em 1998 foram desapropriadas, pelo menos, duas áreas rurais para fins de Reforma agrária, as fazendas Canafístula (em 03/08/1988) e São Francisco (10/11/1998). E, em 2004, o Engenho Araguari foi desapropriado através do decreto de 16/09/2004. Dados obtidos no site https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Dnn/Dnn10286.htm em 07/03/2007

Isso foi muito bem percebido por uma moradora da Travessa quando avalia o processo e diz que *mudaram da favela para Alphaville*. Na mesma linha segue uma liderança do grupo que compara: *é como se morássemos na Rocinha e passássemos a morar na Avenida Atlântica*. Isso se deu por causa do trabalho no mexilhão e, fundamentalmente, do engajamento na ALMARJ, o qual será visto em capítulo posterior.

O próximo capítulo é dedicado a apresentar como se deu a inserção do grupo, quando da sua chegada em Jurujuba, através do processo de trabalho no mexilhão.

CAPITULO 3 – A ATIVIDADE MEXILHONEIRA EM JURUJUBA

SER MARISQUEIRO: APRENDIZADO E TRABALHO

Se por muitos anos a pesca foi a principal atividade econômica de Jurujuba, o marisco foi conquistando seu espaço e sua comercialização passou a ser fonte de renda para muitos moradores do bairro. Como já dito, o mexilhão já era extraído dos costões e comercializado em pequena escala na Praça XV, por alguns dos moradores do local, principalmente pelos da Várzea, do Cascarejo e da Ponta da Ilha. Com a chegada dos nordestinos, a atividade recebeu um forte impulso.

Um dos entrevistados afirmou que em uma determinada época 99% dos marisqueiros eram nordestinos. Aos poucos, os moradores da região se envolveram na atividade, ao perceberem a possibilidade de viver do marisco. Foi relatado que quando uma das primeiras famílias a trabalhar com o marisco adquiriu um televisor a cores (*era como se a gente comprasse um carro hoje...*), atraiu a atenção de muitos e estimulou o ingresso na atividade, inclusive de alguns pescadores que deixaram a pesca.

Isso fez com que Costa (1994) identificasse no bairro a maior comunidade de marisqueiros da Baía de Guanabara, formada por 25 grupos. Na época de sua pesquisa, os marisqueiros de Jurujuba eram os mais prósperos quando comparados aos outros grupos da Baía, pois possuíam barcos a motor, com os quais saíam para o mar grupos de dois ou três marisqueiros para a extração de mexilhão.

Os nordestinos aprenderam a “ser marisqueiro” com as famílias que residiam na *praia* e realizavam a extração e comercialização do mexilhão. Esse aprendizado consistia em aprender sobre o molusco e sobre o mar. “Ser marisqueiro” implicava em

sair para o mar nos caícos, aprender a ser segurador⁵⁶, mergulhador, conhecer os bancos mexilhoneiros, se familiarizar com o mexilhão, com o processo de comercialização e, fundamentalmente, reconhecer as características de ventos e marés, o que lhes possibilitaria as investidas no mar.

Alguns entrevistados relatam o caso de parentes que buscaram outras opções de trabalho, por exemplo, trabalhar na empresa de ônibus que atende o bairro ou na pintura, pois não se adaptaram ao mar. Quando indagados sobre as primeiras saídas para o mar, poucos verbalizaram a questão do medo⁵⁷. O balanço do mar e os animais marinhos, como botos, foram motivos de estranheza do novo trabalho; porém, tiveram que se acostumar.

No início, os barcos do grupo eram a remo, limitando a extração do marisco às áreas próximas no interior da Baía de Guanabara. Locais como a Ponta da Ilha, Ilha dos Amores, as praias da Boa Viagem, Icaraí e costões da Fortaleza de Santa Cruz, eram alguns dos locais de onde o grupo retirava marisco logo que chegou. A abundância de marisco facilitava a sua retirada destes locais, não sendo preciso efetuar mergulhos profundos e sistemáticos, como atualmente. Entretanto, com o aumento da poluição e da atividade mexilhoneira, se iniciou um processo de decadência em termos de produtividade que se estende até hoje. Um dos antigos moradores do bairro afirma que em Jurujuba, mariscos e ostras eram abundantes. Atribuiu a decadência destas espécies à exploração demasiada.

Tudo isso acabou por causa dos marisqueiros. Estão acabando com tudo. Na praia de Adão e Eva, aquilo tudo tinha lá. Tinha marisco e ostra demais. Não tem porque eles raspam, eles não escolhem os graúdos, tiram tudo. Entendeu? E aquela história se você levar ao conhecimento do Ibama, vai prejudicar uma classe, sofrida também.

⁵⁶ Indivíduo que fica segurando a embarcação enquanto os marisqueiros extraem o mexilhão.

⁵⁷ Acredito que os entrevistados não mencionem a questão do medo em função do fato de eu ser mulher, mas também em função de seus valores. Durante uma de minhas incursões ao campo presenciei um relato de que a diretoria da ALMARJ gostaria que um dos membros fizesse um curso para ser mestre do barco de pesca, no entanto esse membro que tinha acabado de voltar do mar, não estava disposto, em função de um suposto medo das incertezas e perigos que o mar representa.

Eles lutam. Agora eles já estão indo lá para fora da barra. Pegar lá na fortaleza de Santa Cruz, na ponta de fora, porque na parte de dentro já não tem mais nada. Pegam na ilha da Cotunduba, na ilha das Cagarras, na ilha de Maricá, ali na dos Pai, de fora, aquelas ilhas que têm em Itaipu. Pai e mãe né! Aquelas duas ilhas, estão tudo careca e lá no Imbuí, está tudo pelado. Que é a sobrevivência deles, então se a gente for abrir uma polêmica, coitados, já chega o que tem, né?!

O processo produtivo se dava basicamente de modo familiar e seguia o padrão de divisão das tarefas em função do gênero, a qual é relatada nas pesquisas referentes à organização do trabalho na pesca, assim como a dicotomia do trabalho em terra e no mar. No mexilhão, sair para o mar é de responsabilidade dos homens. O chefe de família ia para o mar, junto com um filho, sobrinho ou algum conhecido, que seria o segurador. As mulheres, por sua vez, ficavam na expectativa do seu retorno para o trabalho de processamento (cocção e limpeza), pois descascar o marisco em terra é uma atribuição feminina. Carmem foi a única mulher, que teve conhecimento, que trabalhou nas atividades masculinas do processo, inclusive mergulhando. Muitos homens se lembram dela como alguém que colocava *muito homem no chinelo*.

Quando do retorno do mar, com o mexilhão fresco, o produto era processado em bancas que se localizavam ao longo da praia da enseada, onde até hoje atuam os demais marisqueiros do bairro não vinculados à Associação⁵⁸.

Com o tempo, as bancas dos nordestinos passaram a ser na porta de suas casas. Elas consistem em mesas de madeira com uma cobertura de telhas *Brasilit*.

O marisco era cozido em latões de óleo de 20 litros e o fogo era feito com lenha encontrada no mar, que era colocada para secar e, só após, utilizada para o cozimento, muito embora quando da falta de madeira para o fogo, utilizassem pneus e outros materiais. A fumaça resultante do cozimento atrapalhava o andamento das aulas na

⁵⁸ Eles são chamados pelos membros da Associação de marisqueiros *piratas*. São aqueles que não mantêm vínculos com a Associação, sendo seu produto vendido para os atravessadores do bairro. Eles continuam processando o mexilhão em bancas de madeira cobertas com telhas *Brasilit* e cozinham com lenha e em latões de óleo.

escola Fernando Magalhães e, por algumas vezes, os marisqueiros chegaram a cozinhar o produto à noite, após o término das aulas na escola. Uma entrevistada relatou o caso de uma diretora que queria *tirar a gente daqui, contratou um cara para tirar os barracos daqui!*⁵⁹



Figura 10 – Vista das condições em que o processamento de marisco se davam na *praia*. Foto cedida por Marcos Bezerra de Menezes.

Foi através de uma iniciativa da Legião Brasileira de Assistência (LBA) que o grupo conseguiu doação de estruturas (fogões) para utilização de gás no processo de cocção, fato que facilitaria o trabalho dos marisqueiros, evitando tensões com a escola.

A LBA foi a primeira instituição que proveu algum tipo de auxílio para os marisqueiros. O contato com a instituição foi feito pelas mulheres, que se dirigiam ao posto de atendimento em São Francisco, em busca de leite em pó para crianças. A partir desta assistência, o grupo conseguiu apoio de uma das representantes da instituição que se mobilizou em ajudar os migrantes e conseguiu os fogões a gás para a cocção do marisco. Teria sido ela a primeira pessoa a cogitar a possibilidade dos marisqueiros se associarem. Foi relatado que houve a tentativa de adquirir um barco para os

⁵⁹ Além disso, o exército, talvez a principal ameaça, chegou a aplicar multas aos moradores. Em muitos casos, as multas tampouco foram entregues aos moradores, pois os mesmos estavam no trabalho. Uma moradora relatou que foi pedir autorização na marinha, na praça Mauá e quem lhe atendeu perguntou mas quem manda em área costeira não é a marinha? Indicando uma possível sobreposição e briga de poderes. Visando amenizar e mesmo resolver o problema com o exército, alguns moradores tomaram a iniciativa de divulgar a situação em rádios e programas de televisão, como o programa de Sérgio Cavalcante

marisqueiros através da LBA. Entretanto, a verba destinada ao barco teria sido desviada ao longo do processo.

Durante o processamento do mexilhão, não havia preocupação com a higiene, tampouco com o descarte adequado das cascas do produto. A forma com que o trabalho era realizado comprometia tanto a qualidade de vida das pessoas que moravam na praia, como transformavam o ambiente. Costa (1994) afirmou que os marisqueiros não eram somente vítimas da má qualidade ambiental, mas também eram responsáveis pelos processos de mudança na configuração espacial dos locais onde trabalhavam.

As conchas, por exemplo, eram depositadas na areia e foram, pouco a pouco, transformando a região de praia, aterrando o local, assoreando a Baía e hoje já integram a paisagem. O acúmulo das conchas com restos de mexilhão, atraía vetores de doenças, como os ratos, os quais entravam nos barracos durante a noite e, em pelo menos dois casos, foi relatado que os animais morderam moradores. Além disso, foi mencionado que as cascas do molusco foram utilizadas como aterro para a construção de algumas residências de alvenaria.

As mulheres trabalhavam sem luvas, sujeitas a se cortarem com as conchas. Muitos consumiam o marisco tão logo saísse do fogo, pois, por vezes, não tinham possibilidade de parar para almoçar⁶⁰. As bancas, quando não estavam sendo utilizadas para o processamento do marisco, eram ocupadas pelos animais domésticos que dormiam e transitavam por elas.

Os marisqueiros trabalhavam durante o dia no marisco e, ao entardecer, dirigiam-se ao mercado da Praça XV, que funcionava a noite, utilizando transporte público (ônibus e barcas), pois não possuíam automóveis. Quando não conseguiam

⁶⁰ Em função das poucas condições materiais logo que chegaram à Jurujuba, foi relatado que por vezes a disponibilidade de alimento era basicamente o peixe e o marisco, produtos que eram facilmente acessados pelo grupo. Essa situação deixou marcas profundas e hoje várias mulheres relatam que não conseguem *nem ver o mexilhão pela frente*. Atualmente o marisco não faz parte da alimentação diária das famílias.

vender o produto, eram obrigados a descartar o mexilhão, uma vez que o mesmo tinha permanecido a noite toda fora do gelo e não havia possibilidade de revendê-lo na noite seguinte. Isso causava perdas materiais e simbólicas, pois significava um dia de trabalho praticamente em vão e a perda da possibilidade de fazer algum dinheiro.



Figura 11 – Mulheres trabalhando no desconchamento do mexilhão em uma das bancas na *praia* antes da construção do Centro de Beneficiamento. Foto cedida por Marcos Bezerra de Menezes.

Após as negociações na Praça XV, como dependiam de transporte público, aguardavam até que a primeira barca saísse rumo à Niterói, fazendo com que chegassem à Jurujuba ao clarear do dia, quando tomavam um café e saíam para o mar para mais um dia de trabalho. Carmem, que também participava dessa rotina, relatou que até hoje tem dificuldade para dormir e atribui isso às *noites em claro*, em função do trabalho no mercado.

Alguns homens que trabalhavam nos serviços gerais de prédios no Rio, se mantinham no marisco para aumentar a renda familiar. Quando do final do expediente tomavam a barca no sentido Niterói e, ainda na estação, encontravam suas esposas, que tinham descascado o mexilhão durante o dia, as quais lhes entregavam as bolsas com o produto a ser comercializado no mercado. Esses homens voltavam para o Rio na mesma embarcação para economizar o dinheiro da passagem.

Uma família de nordestinos, *com tino para os negócios*, adquiriu um automóvel e passou a comprar o mexilhão dos marisqueiros (tanto nordestinos quanto do bairro) para a revenda na Praça XV. Entretanto, mantinham com os mesmos uma relação muito severa. Costa (1994) indica que a precariedade das técnicas de beneficiamento deixava os marisqueiros nas mãos dos atravessadores.

Com o fechamento do mercado da Praça XV e sua transferência para o CEASA-RJ perdeu-se o local das transações comerciais, onde se negociava com pessoas de várias localidades, inclusive, com atravessadores que passariam a freqüentar Jurujuba. De fato, alguns atravessadores de fora do bairro, na iminência da mudança do mercado, passaram a se dirigir à Jurujuba poucos meses antes e a comprar o produto daqueles que já tinham conseguido se “firmar” como atravessadores no bairro. Estes se responsabilizavam por armazenar e revender o mexilhão⁶¹.

Desde o início de sua operação, a família que se tornara atravessadora a nível local, despertou o interesse de outros nordestinos, pois estes percebiam que tanto os intermediários locais quanto os “de fora” tinham melhores condições financeiras e um *status* superior. O relato de um marisqueiro indica tal fato.

A gente via os vendedores com melhor condição de vida...e pensei, eu também posso fazer isso, e comecei a vender, não tenho leitura⁶², mas tenho inteligência, eu posso fazer o que eles fazem.

Este marisqueiro, que quando chegou do nordeste, aprendeu o ofício da extração do mexilhão e começou a freqüentar o mercado para ajudar um conhecido também do *norte*. Percebia que o sonho de melhorar de vida no Rio de Janeiro não poderia ser concretizado com o que ganhava nas funções que exercia. Portanto, ingressou no ramo

⁶¹ Segundo Costa (1994:17), baseando-se em informante local, eram produzidas ali mais de uma tonelada de mexilhão por dia. Contudo, a autora também assinala que “os números de produção são incertos, economia artesanal tem pouca estatística. A Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente (FEEMA) estima que são retiradas da baía em média 20 toneladas mensais do mexilhão da espécie *perna-perna*”.

⁶² Não ter leitura significa, para o grupo de nordestinos, não ter concluído o ensino fundamental.

da comercialização, tornando-se atravessador no bairro, como demonstra o trecho abaixo.

Comecei a vender e fui vendendo cada vez mais, e fui gostando, ganhando dinheiro, mas eu era perseguido pelos compradores que tinha aqui. Eu não tinha carro, pegava ônibus, barca para chegar ao mercado – eu levava duas bolsas que escorria porque o mexilhão era fresco, as pessoas reclamavam da água e do cheiro forte. Eu saía de casa às seis horas da tarde, o mercado abria a meia noite, eu vendia até uma, uma e meia da madrugada, pegava a barca e o ônibus – chegava em casa ao clarear do dia, era muito cansativo, meu sobrinho me acompanhava. Aí eu chegava e ia para o mar. Aí quando as vendas ficaram boas, eu não ia mais para o mar...

Os atravessadores “de fora” de Jurujuba não comercializavam pescado, compravam o marisco, levando o produto para restaurantes e supermercados de suas cidades. A figura do intermediário, tanto “local” quanto “de fora”, teve aspectos positivos por um lado e negativos por outro, como pode ser verificado na fala de uma liderança dos marisqueiros:

Com o passar do tempo entrou, nesse meio, a figura do atravessador, que começou a comprar...Por um lado foi bom, porque evitava de você, trabalhar durante o dia e enfrentar o mercado à noite e no dia seguinte você não conseguia dormir. Você retornava você ia para o mar, só ia dormir depois que você vinha do mar, que você trabalhava até, vamos dizer assim, até umas seis horas, cozinhando o marisco. Cozinhava o marisco até umas seis horas ou até um pouco menos e então naquele espaço você tomava um banho ia descansar, ia dormir um sono para umas dez horas você se levantar e ir vender o marisco. Quer dizer, naquele momento, o atravessador, ele foi um mal necessário, né?! Mas ele trouxe a oportunidade de você não ir ao mercado, dormir, descansar mais, mas em compensação ele te pagava o preço mais barato e, se houvesse uma fiscalização e por ventura jogasse creolina no mexilhão ou apreendesse o mexilhão, quem perdia não era ele, era nós que perdíamos. Ele não pagava a gente....entendeu? Quer dizer, houve uma facilidade dum lado, e de outro, ele te prejudicou. Houve essa situação toda ai, bom... Aí quer dizer e fomos trabalhando né?! O preço era mais barato, que dizer, ele ficaria com o resultado e nós com a dívida.

Esse relato evidencia que era comum esses comerciantes (de São Paulo) não pagarem regularmente aos produtores. Em um determinado momento, um dos

atravessadores tanto não pagou como também não mais apareceu para pegar o mexilhão, ficando devendo a vários marisqueiros.

Entrar nesse ramo era extremamente difícil, pois implicava na diminuição dos lucros dos já estabelecidos. Tendo em vista que alguns desses atravessadores eram nordestinos, isso poderia desencadear um grande mal estar entre os migrantes, entre as famílias que eram conhecidas de Jacuípe e que mantinham laços familiares e de solidariedade. O depoimento de um dos nordestinos, que passou a atuar como atravessador, descreve como era a configuração da venda do mexilhão no passado em Jurujuba.

Os compradores daqui vendiam para São Paulo, eu fazia o mercado do Rio – eles pagavam por semana, mas o pessoal queria o dinheiro no sábado. Eu usava a Kombi do X e do Y e não descontava o frete – eles sim, então meu lucro era menor. Quando eu tinha muito mexilhão para vender eles me obrigavam a dar uma parte para eles. O pessoal de São Paulo começou a me pressionar, combinei que venderia para eles de segunda a quinta feira e sexta eu ia vender no mercado para levantar dinheiro. Como eles exploravam os marisqueiros e eu não, eles começaram a me boicotar de todo o jeito.

...Existia uma certa fidelidade, se vendia para o A tinha que vender sempre para ele.

...A era comprador, pegava a produção e levava para São Paulo. Y e X tinham as pessoas que tiravam só para eles. O mexilhão passava primeiro pelo Y e depois para o A. E eu fui vender direto meu mexilhão no mercado. Eu fui ingênuo. Se eles pagavam um real eu queria pagar R\$ 2,50. Se eu vendia a seis eu queria ficar com R\$ 2,00, mas ficava só com R\$ 1,00 e daí ainda saía minha despesa, aí eu não fazia capital. Os caras ganhavam muito e se achavam poderosos. O A quase não existe mais porque deu prejuízo para o pessoal... provocou uma certa decadência no mexilhão, quem tomou prejuízo se afastou. Depois eu fui ficando mais esperto. Eu já pagava o mesmo ou um pouco acima do preço do atravessador. Aí vem o episódio do calote que o A me aplicou. Levou minha produção de vários dias e nunca me pagou, nunca mais voltou aqui.

Este entrevistado dependia dos outros atravessadores, os quais, de certa forma, lhe propiciaram a entrada no ramo, pois não tinha como transportar o produto para o mercado. Fato que pode ser verificado no trecho a seguir:

Eu quis levar o mexilhão para o mercado e o cara que me prometeu levar de kombi deu para trás, eu não tive outra opção senão entregar para o A...

Fui trabalhar com meu irmão tirando mexilhão de segunda a sábado. E domingo, virado, eu tirava o mexilhão e vendia no mercado a um preço melhor....aí chegou a situação da sexta feira que eu não tinha saída. Aí me deu uma luz. C tinha um fusquinha e tirava mexilhão e vendia para Y (C, Y e X são irmãos). Aí convidei ele para vender comigo – eu disse para ele: C só você pode me salvar; os que vieram para cá e começaram a ganhar dinheiro, começaram também a ficar com o rei na barriga. C era uma pessoa normal. – eu estou com mexilhão na mão, teus irmãos não vão me levar para o mercado. A está esperando que eu vá me humilhar ...Ele me emprestou o carro...deu certo paguei todo mundo. Comecei a “cantar” o A para a gente trabalhar junto. Ele aceitou. Arrumou um atrito com os irmãos, enfrentou os irmãos. Os caras xingaram a gente, mas fomos trabalhar juntos e a gente tinha uns 20 trabalhando para a gente, passamos a ser o Y da vida.

Esta fala ainda demonstra que os atravessadores locais tinham um *status* superior perante o grupo dos marisqueiros. Posição que era garantida tanto pelas condições de vida propiciadas pela comercialização do marisco, como também no tratamento direto com os produtores. Poderia se pensar no grupo de nordestinos seguindo Bourdieu (2003) quando o autor faz referência ao trabalho de Weber e distingue classe social de grupo de *status*. Os migrantes seriam entendidos enquanto uma classe social, pois ela reúne indivíduos que tem as mesmas chances no mercado de bens e de trabalho, as mesmas condições de existência e de experiências pessoais. Apesar disso, no seu interior existiria um grupo de *status* que estaria relacionado à forma com que lançam mão dos elementos simbólicos, fazendo uso dos bens materiais e propiciando a estes membros posições de honra e de prestígio. Ao privilegiar a maneira de utilizar os bens materiais marcam distinções da sua posição diferente na estrutura social.

Os nordestinos vendiam seu produto para X e Y, pois eram provenientes e amigos da mesma cidade. No entanto, a relação foi tomando nova configuração, uma relação de subordinação e de humilhação. As situações relatadas ao longo do trabalho indicavam que caso algum marisqueiro não vendesse o produto para quem estava

acostumado a vender, rompendo com a “fidelidade”, o atravessador poderia não querer comprar o produto no dia seguinte. Além disso, se o produtor não fosse trabalhar, por motivo de doença, de cansaço ou qualquer outro, poderia ser suspenso pelos atravessadores. Os atravessadores ainda viajavam com suas famílias em épocas de férias fazendo questão de mostrar que o dinheiro utilizado tinha sido proveniente do trabalho dos *babacas*.

Entretanto, o entrevistado referido acima continua seu relato demonstrando que tentava se diferenciar dos demais pelo tratamento mais “humano” dado aos marisqueiros.

Mas eu não queria tratar as pessoas como o Y fazia. Y tratava as pessoas com mão de ferro, eu tratava na conversa. Y já estava estabelecido, ele perdeu um pouco do poder que tinha (passou a ter menos pessoas trabalhando para ele), eu me estruturei melhor, a gente já tinha Kombi para trabalhar, porquê o tratamento que eu dava era melhor que o dele...

Com a possibilidade da formalização da ALMARJ, o entrevistado e C que trabalhavam juntos optaram por se engajar na Associação e passaram a atuar como os responsáveis pela comercialização no âmbito da organização. Um dos atravessadores, de origem também nordestina, optou por não se engajar na Associação e continua comercializando o marisco processado pelos grupos de marisqueiros que não se associaram.

Y está no mercado marisqueiro que não simpatiza com a gente – eles combatem a gente, não quiseram se associar para melhorar de vida. Preferem entregar para Y por causa do preço, apesar das garantias e melhores condições que nós [Associação] damos.O preço não dá para competir porque a gente tem custo (caldeira, embalagens, encargos).

Os elementos apresentados até aqui permitem dizer que ao mesmo tempo em que alguns membros do grupo reproduzem as relações estabelecidas no nordeste,

indicando uma continuidade, um outro optou por reconfigurá-las, indicando uma ruptura.

Seria possível pensar que estas relações de dominação que eram colocadas em prática em Jurujuba, nas atividades do mexilhão seriam, de alguma maneira, uma reprodução das relações dos senhores de engenho com os trabalhadores, as quais marcaram a vida dos migrantes em sua terra natal. E talvez por isso não tenham se engajado na associação, pois a ALMARJ significava a ruptura de um passado marcado pela subordinação e exclusão social.

Assim, diria que outra parte dos migrantes procurou lutar contra esta situação de exclusão social, estabelecendo uma outra forma de trabalho e se engajando na formalização da Associação. Estes vislumbravam que o Projeto *Mexilhão-Rio*, uma iniciativa governamental, que seria implementado na “comunidade” poderia ser uma estratégia para modificar a realidade, conforme Berger e Luckmann (1991).

Os processos migratórios podem ser entendidos como formas de transformação, de destruição e de recriação tanto do modo de vida, das relações com o espaço físico e social, como também dos referenciais simbólicos os quais os migrantes trouxeram de suas experiências anteriores. Entretanto, isso só seria realmente efetivado pela confluência de situações que possibilitou o engajamento deste grupo de migrante na ALMARJ. Ao selarem uma parceria com um órgão do governo e, conseqüentemente, com uma nova racionalidade que estava sendo proposta, eles conseguiram efetivar um deslocamento no seu espaço social. Parte desta trajetória será apresentada na próxima seção, pois esta nova situação foi fundamental para que o grupo de nordestinos transformasse sua história.

DO “MEXILHÃO-RIO” À FORMALIZAÇÃO DA ALMARJ

No final dos anos 1970, um técnico e representante do governo do Estado, ligado à Secretaria Estadual de Agricultura⁶³, entrou em contato com o grupo de marisqueiros de Jurujuba com a proposta de formar uma organização em conjunto com os pescadores de Ramos, na tentativa de solucionar um conflito entre os dois grupos. Ambos realizavam o extrativismo de mexilhão nos pilares da Ponte Rio-Niterói, que se tornaram bancos mexilhoneiros, após sua inauguração (no ano de 1974), e disputavam o espaço “a ferro e fogo”.

A “união” dos dois grupos não foi possível, de acordo com a visão do técnico, principalmente em função da identidade distinta dos dois grupos. Enquanto os pescadores de Ramos tinham “tradição” na atividade pesqueira; os marisqueiros de Jurujuba, não.

Após esta aproximação com os marisqueiros de Jurujuba, o técnico manteve contato com os pescadores do bairro, sendo que, no ano de 1984, participou da formação e articulação da Associação União de Pescadores de Jurujuba (AUPJ), como descrito anteriormente.

Em 1989, já na Fundação Instituto de Pesca do Rio de Janeiro (FIPERJ) e responsável pelos projetos de Extensão Pesqueira da instituição, viu a possibilidade de realizar um de seus sonhos pessoais que consistia em propiciar melhores condições de trabalho para os marisqueiros que atuavam na Baía de Guanabara. Neste mesmo período também ministrava aulas em uma faculdade de Niterói, através da qual mantinha uma unidade demonstrativa de cultivo de mexilhão na Praia de Boa Viagem, que servia como base para as aulas práticas realizadas com os alunos.

É importante dizer que a temática ambiental já era uma questão pensada no âmbito dos órgãos públicos, os quais tentavam de alguma forma promover uma política de gerenciamento e conservação da biodiversidade.

Na FIPERJ idealizou o Projeto *Maricultura e Beneficiamento Comunitário de Mexilhão - Mexilhão-Rio*⁶⁴, contando com apoio dos técnicos da instituição tanto para a elaboração quanto para a implementação do mesmo. Durante a fase de articulação e elaboração, os técnicos procuravam envolver os grupos na proposta, apontando para os benefícios que seriam gerados com a mesma. Isso se deu através de reuniões e visitas à unidade demonstrativa da praia de Boa Viagem para conhecerem um cultivo de mexilhões, compreender sua estrutura, funcionamento e relevância para a conservação dos estoques naturais.

O Projeto tinha como objetivo organizar a atividade mexilhoneira em quatro comunidades de Niterói (Jurujuba, Praia das Flexas, Boa Viagem e Praia Grande), onde existiam grupos que se dedicavam à extração do mexilhão e consistia em sete “sub-projetos”, a saber:

- 1 Associação,
- 2 Fixação de Larvas para obtenção de semente de mexilhão,
- 3 Engorda de mexilhão em espinhéis suspensos,
- 4 Higiene e sanidade na água do cultivo, na manipulação e no Beneficiamento,
- 5 Melhoria da Distribuição e da comercialização,
- 6 Manejo comunitário da exploração auto-sustentada dos bancos mexilhoneiros,
- 7 Monitoramento Sócio Econômico.

O orçamento para a viabilização do mesmo foi de R\$ 700.000,00, incluindo equipamentos (como balanças, freezer, triturador de conchas, caixas plásticas, mesas,

⁶⁴ Tive acesso a uma das versões do referido projeto através do contato estabelecido com o então representante da FIPERJ, que ainda mantém vínculo com o grupo de marisqueiros.

materiais para confecção de espinhéis⁶⁵) e obra para construir um Centro de Beneficiamento de Mexilhão. No entanto, uma série de situações, entre elas dificuldades técnicas para unir todos os grupos e o debate em torno do local de instalação do referido Centro, fez com que a única comunidade contemplada fosse a de Jurujuba.



Figura 12 – Reunião de articulação com os marisqueiros de Niterói. Imagem cedida por Marcos Bezerra de Menezes.

No bairro havia um grupo que se apresentava muito envolvido, formado em sua maioria pelos nordestinos, e na avaliação dos técnicos esse engajamento permitiria o êxito da proposta. Assim o Projeto foi reformulado e focado no beneficiamento dos marisqueiros de Jurujuba, tendo o orçamento sido reduzido para cerca R\$ 130.000,00. Em 1992 o Projeto *Mexilhão-Rio* foi aprovado, ano também da formação da Associação Livre dos Maricultores de Jurujuba (ALMARJ).

A ALMARJ foi formalizada com duas perspectivas. A primeira, no sentido de organizar e fortalecer os marisqueiros do bairro. A segunda visando possibilitar o repasse de verba governamental para desenvolver a atividade mexilhoneira no local.

⁶⁵ Espinhéis são estruturas flutuantes, presas ao substrato marinho através de poitas de concreto. Sua estrutura permite a colocação de cordas com indivíduos pequenos de marisco para que os mesmos se desenvolvam até o momento da comercialização.

Durante a fase de articulação, em Jurujuba, tanto o técnico quanto uma de suas alunas⁶⁶ foram fundamentais para a consolidação da Associação. Suas atuações consistiram em estimular os marisqueiros a se engajar na proposta, auxiliar nos trâmites burocráticos para formalizar a Associação e, posteriormente, para a construção do Centro de Beneficiamento.

Ambos os técnicos ainda foram responsáveis pela primeira iniciativa de sensibilização dos marisqueiros acerca da importância de conservar os recursos naturais. Entre os marisqueiros, o atual presidente da ALMARJ foi um importante motivador de tal iniciativa, à medida que o mesmo já pensava em formar uma organização que reunisse o grupo de marisqueiros. Neste sentido, sua idéia ia ao encontro do projeto proposto pela agência Estadual.

Para a implementação do Projeto *Mexilhão-Rio* em Jurujuba foi firmada uma parceria entre o Governo Estadual e a Prefeitura Municipal de Niterói. Sendo que as obras do Centro de Beneficiamento foram realizadas com a verba proveniente, principalmente, do Município, enquanto o Estado financiou o material para confecção dos espinhéis, aquisição de equipamentos e capacitação técnica dos marisqueiros. Segundo Menezes (2003), em 1996, ambas as instâncias contribuíram com recursos iguais equivalentes a R\$ 65.000,00.

Caberia chamar atenção para a confluência dos objetivos do Projeto com os do Desenvolvimento Sustentável. Em termos ambientais, a conservação dos estoques se daria através dos cultivos, fixação das larvas e do manejo dos bancos mexilhoneiros. Em termos econômicos e sociais, a atividade da mitilicultura propulsionaria a inserção dos marisqueiros através de emprego e aumento da renda. E com a construção de um Centro de Beneficiamento, haveria um incremento na qualidade do produto e uma

⁶⁶ Esta estudante, hoje bióloga marinha, até hoje, mantém vínculo com a organização, participando da elaboração e execução de projetos. No final de 2006 foi chamada pela direção da ALMARJ para elaborar o projeto de legalização da área de cultivo e atuar como a técnica responsável pelo empreendimento.

ampliação do mercado consumidor em termos da localidade. Além disso, a capacidade do Projeto de promover o envolvimento dos grupos sociais e de várias instâncias governamentais na sua implementação demonstra mais uma característica referente à idéia do Desenvolvimento Sustentável.

Pode-se dizer que através deste projeto foi possível realizar o desenvolvimento local comunitário, propiciando que a atividade extrativista se desse em bases minimamente sustentáveis. Mesmo sendo uma proposta externa ao grupo, ela estava em consonância com os anseios de alguns marisqueiros, os quais entendiam que a melhoria das condições de trabalho e a possibilidade de romper com a situação de exclusão poderia se concretizar com a formalização de uma organização.

Deste modo, foi verificado que a iniciativa governamental impulsionou, em Jurujuba, um processo de Associativismo e a realização da mitilicultura, que consistia na engorda de mexilhão em espinhéis suspensos. Além disso, o Projeto possibilitou o acompanhamento da “qualidade ambiental” através de parcerias institucionais (execução de testes laboratoriais de amostras de água através de convênios com Universidades) e a construção do Centro de Beneficiamento em 1998.

Durante o trabalho de campo foi possível verificar que algumas metas da proposta inicial foram atingidas. Entre as melhorias efetivamente obtidas com a transferência do trabalho, que era realizado nas bancas ao longo da *praia*, para um Centro de Beneficiamento pode-se mencionar: a promoção de emprego e aumento da renda das famílias, a melhoria das condições de trabalho para as mulheres e marisqueiros, certa autonomia na comercialização, e, principalmente, um aumento na qualidade do produto. Além disso, o trabalho sendo realizado no Centro de Beneficiamento, resultou em uma melhoria nas condições de vida da comunidade que vivia na *praia*.

Outras metas ainda estão sendo aprimoradas como é o caso da comercialização e da Fixação de larvas para obtenção de sementes de mexilhão. No que concerne ao Monitoramento Sócio Econômico, embora não tenham sido encontrados estudos que demonstrassem a melhoria das condições de vida dos marisqueiros, seus relatos indicam que houve um aumento das possibilidades de consumo do grupo estudado⁶⁷.

A idéia inicial de atrair a maioria dos produtores do bairro e das adjacências para que a produção fosse beneficiada pelas descascadeiras no Centro de Beneficiamento não foi plenamente atingida. Isso se deu devido a uma série de situações conflituosas que se configuraram ao longo do processo, as quais serão abordadas a seguir.

UMA ASSOCIAÇÃO PARA OS MARISQUEIROS DE JURUJUBA

A ALMARJ foi criada em 1992 e sua sede se localizava na *praia*, junto às residências dos moradores. Hoje, a antiga sede mantém sua estrutura original, um galpão de madeira, com as tábuas bastante separadas umas das outras, podendo se ver o seu interior. É utilizada tanto como depósito de materiais, mas também para a confecção e conserto de pequenas baleeiras⁶⁸.

Como já mencionado, o grupo que mais se engajou na proposta foi o oriundo do nordeste, que vivia na *praia* em condições mais desfavoráveis frente aos demais marisqueiros do bairro. Segundo o responsável técnico da FIPERJ na época, os marisqueiros de famílias há mais tempo no bairro, mesmo que morassem “no morro” residiam em casas de alvenaria ou, se de madeira, não eram *barracos* como os da *praia*.

O interesse do grupo em formar a Associação Maricultores se deu em função dos benefícios que ela lhe propiciaria, especialmente no campo simbólico. A Associação

⁶⁷ Caberia mencionar que esta mudança não deve ser somente atribuída ao trabalho direto no marisco, já que os membros do grupo buscaram, em outras atividades, fontes de renda mais estáveis.

⁶⁸ Pequenos barcos de madeira a remo, mas que, em alguns casos, podem ser motorizados.

significava uma oportunidade para concretizarem o sonho de “melhorar de vida”, aquele que os havia trazido do *norte*, e se diferenciarem no bairro, onde eram discriminados. Wiewiorka (1997:18) afirma que a “exclusão é produto da incapacidade dos indivíduos se constituírem enquanto atores ...e como se faz parte de um grupo pouco estruturado e organizado é difícil de escapar individualmente à estigmatização do grupo”. A consolidação da ALMARJ significava a possibilidade deste grupo de migrantes se fortalecer e se constituir como atores sociais importantes no bairro e fora dele.

O interesse pela formalização da organização viabilizando a implementação do Projeto Mexilhão-Rio em Jurujuba se deu também em função da redução de mexilhão no interior da Baía de Guanabara, verificada pelos marisqueiros. Esta situação fez com que muitos deles fossem buscar em outras atividades formas de manter suas famílias. Uma vez que o Projeto propunha o cultivo de mexilhões (técnica que garantiria a produtividade dos marisqueiros) esta era uma estratégia interessante para que o grupo se mantivesse na atividade. Essa situação pode ser observada no relato de uma das lideranças do grupo de nordestinos:

Eu acho bom a gente pegar essa oportunidade, porque em 1985 para 1986 houve grande escassez de mexilhão aqui dentro da Baía de Guanabara. A maioria dos marisqueiros, cada um pegou uma atividade, um foi ser servente de pedreiro, outro foi trabalhar de faxineiro, enfim, cada um procurou alguma coisa, porque você não tinha o mexilhão aqui dentro da Baía de Guanabara.

Durante a etapa de apresentação e de discussão da proposta governamental dois processos de articulação foram iniciados concomitantemente. O primeiro, referente à organização dos marisqueiros no bairro; e um segundo, que visava o fortalecimento e a inserção do grupo no âmbito da pesca.

Tendo em vista que os nordestinos não tinham tradição na atividade pesqueira, era necessário todo um investimento para que os mesmos se interessassem e aprendessem

sobre o “mundo da pesca”. Neste sentido, alguns técnicos da FIPERJ se ocupavam em levar as lideranças dos marisqueiros de Jurujuba para conhecer as experiências associativistas de outras comunidades pesqueiras do estado e participar das discussões políticas nas quais estavam engajadas, em um processo de articulação importante a nível estadual.

A partir do momento em que o grupo passou a ser visto com membros das instituições governamentais, com os quais se reuniam no bairro e/ou saíam para participar de encontros com outros pescadores, se pode inferir que os nordestinos passaram a marcar sua diferença e a construir uma nova identidade. Tendo em vista que não tinham sido totalmente incorporados no bairro e que as dificuldades persistiam, a proposta governamental era uma possibilidade para que o grupo seguisse seu caminho independentemente.

Este processo evidencia, como aponta Wieviorka (2005), o fato de que por um lado eles estariam reivindicando sua pertença a uma identidade coletiva e, por outro, estariam dando início a um movimento de re-invenção da diferença, modificando-a e atribuindo-lhe novos significados.

Nesse sentido, tanto Wieviorka (2005) quanto Goffman (1975) afirmam que as mudanças de significado do preconceito ou do estigma em busca de uma identidade coletiva podem ser possibilitadas e facilitadas através de apoio de pessoas, grupos ou instituições, tais como a igreja, intelectuais e pessoas ligadas à mídia. Para Goffman (1975:57) o indivíduo estigmatizado, ao estabelecer um “relacionamento ‘com’ alguém de nossa sociedade”, ser visto com esta pessoa, pode fazer com que “a identidade social daqueles com quem o indivíduo está acompanhado pode ser usada como fonte de informação sobre sua própria identidade social, supondo-se que ele é o que os outros são”.

Estas articulações externas resultaram em alianças que possibilitaram o engajamento da ALMARJ na FAPESCA⁶⁹ (Federação de Pescadores Artesanais do Estado do Rio de Janeiro). A FAPESCA é uma das organizações políticas dos pescadores do estado do Rio de Janeiro, a qual busca, entre suas diretrizes e lutas, a emancipação dos pescadores do sistema das Colônias de Pesca.

Poderia se dizer que através das possibilidades de conhecimento e articulação iniciadas pelo contato com técnicos da FIPERJ, o grupo passou por um processo de conquista e ampliação de capital social⁷⁰. O estabelecimento de novas redes sociais e parcerias baseadas em interesses convergentes, mas também na confiança entre diferentes atores, proporcionaram um engajamento político da Associação em um universo mais abrangente que o do próprio bairro. A confiança no Estado, visto como um parceiro importante durante o processo de consolidação da ALMARJ, pode, inclusive, ter levado alguns membros do grupo a pensarem que “somente” através das relações políticas partidárias poderiam obter a solução para alguns dos problemas enfrentados, como foi percebido ao longo do trabalho. Independente disso foi este processo que lhes conferiu um *status* superior no bairro, permitindo inúmeras conquistas posteriores, as quais, de certa forma, ainda estão em curso.

No que diz respeito à articulação no âmbito do bairro foram organizadas reuniões, as quais eram realizadas em vários locais, como no coreto, em frente à Igreja Nossa Senhora da Conceição e também na *praia*, em frente às casas dos nordestinos.

Segundo relato do técnico da FIPERJ, todos os marisqueiros do bairro foram convidados a participar tanto das reuniões, como da Associação. Há algumas divergências no que tange a esta questão. Existem relatos que afirmam que “todos” os

⁶⁹ A FAPESCA reúne cerca de 66 associações de pescadores no estado do Rio de Janeiro e foi fundada em 1994.

⁷⁰ Capital social pode ser entendido como redes de relações de ajuda mútua que são mobilizadas por indivíduos ou grupos como a base de um processo de acumulação que lhes permite maior êxito na competição social (Bourdieu, 1993).

marisqueiros da enseada de Jurujuba foram convidados a participar, “mas alguns não acreditavam” que o processo fosse se concretizar. Em outros casos, há quem afirme que “somente um grupo dos marisqueiros” foi convidado.

Exemplos disso podem ser observados nos depoimentos abaixo. Uma desconchadeira assinala que:

X convidou todo mundo para vir trabalhar na Associação. Eles não quiseram ir, teve gente que disse que não ia se aliar a uns pé rapado que nem nós, e ficaram lá. Tem um montão de gente lá. Tiram o marisco das pedras e todo o dia tem aquela fumaceira lá.

Já um marisqueiro apresenta uma visão diferente do processo quando indagado sobre ele:

P: Todos foram chamados para participar da Associação ou só o pessoal da praia?

E: O pessoal da praia foi e mais alguns de fora, outros não, todos não. Agora eles se esforçam e chamam para trabalhar lá dentro, mas agora os caras não querem trabalhar lá não.

O relato de um morador do Cascarejo, que na época da formação da Associação era marisqueiro, também evidencia algumas ambigüidades.

Quando eu trabalhava no mexilhão, eles fizeram a cooperativa. Da cooperativa eles criaram uma diretoria e os sócios. Eles não deixaram entrar como sócios, eles não aceitaram como sócios. “Ah! está fechada inscrição como sócio” ... Eu não entrei de sócio para lá porque na época eles falaram para mim que estava encerrado, que estavam dando um tempo e que depois eles iam abrir de novo, para colocarem mais sócios.

Os trechos acima demonstram que ao longo da articulação no bairro houve problemas para que todos os marisqueiros fossem engajados no processo. Os atravessadores locais, que conquistaram uma posição social destacada dentro do grupo, não estavam dispostos a se submeter às regras de funcionamento da Associação e aumentaram o preço do mexilhão para manter os marisqueiros vendendo sua produção

para eles. Isso fica claro na fala de um morador de Jurujuba que era marisqueiro na época da formação da ALMARJ.

Então eles...o pessoal que comprava independente deles [da associação], sempre colocavam um preço maior do que o deles, entendeu? Então essas pessoas foram ficando, foram ficando e dando continuidade porque esses caras... essas pessoas que compram o mexilhão para passar para outras, eles são as pessoas certas. Pessoas que todo final de semana, para encerrar a semana pagam tudo certinho. Então eles não têm problema quanto a isso, então preço melhor, pessoas de confiança, eles deram continuidade e ficaram esse tempo todo, entendeu?

Além das questões identitárias, de interesses divergentes, grande parte dos marisqueiros pensava que a proposta era inviável em se tratando de um projeto governamental. Isso demonstrava o descrédito do poder público junto às camadas mais carentes da população. Os entrevistados mencionaram que vários marisqueiros diziam: *Já viu o governo dar alguma coisa para alguém?*⁷¹

Após a formalização da ALMARJ, cerca de cinco nordestinos assumiram a responsabilidade de acompanhar o processo, para que o Projeto *Mexilhão-Rio* fosse implementado na comunidade. O que significava, em termos materiais, construir o Centro de Beneficiamento com a sede para a Associação e adquirir equipamentos. Isso implicava em verificar se recursos públicos tinham sido liberados e se as secretarias tinham se articulado para viabilizar a obra do Centro de Beneficiamento, aquisição de material, bem como pela cessão de terras da União para o Estado.

Os membros envolvidos neste processo realizavam idas aos gabinetes de vereadores e secretários municipais e estaduais no sentido de acompanhar o andamento das negociações. Há relatos de que, por várias vezes, esperaram para ser atendidos ou

⁷¹ Caberia relatar que a AUPJ, também formada por uma iniciativa governamental e com participação do mesmo técnico, já apresentava problemas internos e de gerenciamento de recursos. Embora a experiência da AUPJ não tenha sido mencionada, pelos entrevistados, como um fator para o descrédito do projeto, quando indaguei para um dos maricultores sobre essa experiência o mesmo respondeu que certamente essa relação existia.

em algumas situações tinham de retornar posteriormente. Além destas dificuldades ainda não tinham recursos suficientes para o transporte e nem para a alimentação, já que passavam os dias negociando com representantes governamentais. Em vários momentos contaram com ajuda financeira de outros membros do grupo que “acreditavam” no Projeto como uma possibilidade de melhorar de vida. Um dos marisqueiros que participou ativamente desta etapa, assinala:

No início chamaram a gente de “os três mosqueteiros”, “os bobão”. Que isso era mais uma historinha de governo, que não ia sair. Mas botamos na nossa cabeça que tinha que melhorar e... Deus ajudando... e a gente foi correr atrás. Muitos desacreditavam. “Se esse projeto sair eu corto meu pescoço”, outro dizia: “eu me joga da ponte”.

Diante de tal cenário, quando indagados sobre o motivo pelo qual decidiram fazer parte da Associação as respostas dos marisqueiros se baseiam no fato de que todos os moradores da *praia* estavam participando: *Há anos sou sócio da Associação, desde o início. Entrei porque todo mundo entrou.* E também pelo fato de que as lideranças diziam que seria bom para todos.

O nome dado à Associação veio de um movimento nacional de pescadores insatisfeitos com as normas e políticas adotadas pela maioria das Colônias de Pesca. A reunião de fundação da Associação de Maricultores e de posse da primeira diretoria foi realizada na Associação de Moradores do bairro, em 03/01/1992. Ela teve como objetivo apresentar, esclarecer e aprovar o estatuto, assim como apresentar os sócios componentes da primeira diretoria. Na reunião estavam presentes: o então presidente da Colônia de Pescadores Z-8, os técnicos da FIPERJ responsáveis tanto pela elaboração do projeto como pelo trabalho de articulação, dois membros da associação de Pescadores da Ilha da Conceição, pescadores locais, além dos marisqueiros envolvidos no processo.

O primeiro presidente foi um pescador da região, que mais tarde se tornaria Presidente da Colônia Z-7, em Itaipu. Um entrevistado apontou para o fato de que, ao longo do processo de organização para alocar os marisqueiros nos cargos previstos no estatuto, alguns membros do grupo não se sentiam capazes para assumir determinadas responsabilidades.

Muitos por não terem estudo diziam: isso não é para mim não! Presidente! Presidente é uma coisa muito grande! Tesoureiro! Secretário! Aí juntamos uma força, que a gente queria melhorar mesmo, queria mudar de vida, ter um produto com nome na praça. Aí vamos fazer, quem tem estudo melhorzinho a gente bota como presidente, que tem estudo mais razoável a gente bota como secretário.

Uma liderança relatou que a escolha do primeiro presidente foi uma estratégia pensada para viabilizar as próximas etapas do Projeto. Esta pessoa tinha envolvimento anterior com a temática pesqueira, maior grau de instrução e melhores condições financeiras. Entretanto, pouco tempo depois, devido ao seu reduzido engajamento nas causas da Associação, foi substituído pelo atual presidente. Este último, que permanece no cargo há cerca de 15 anos, quando da fundação da Associação era tesoureiro⁷².

O estatuto da Associação foi elaborado pelo responsável técnico da expansão pesqueira da FIPERJ e, conforme indicado nas entrevistas, precisa ser reformulado. De acordo com o estatuto existem sócios efetivos e amigos. Porém, na linguagem local, os sócios efetivos são identificados como sócios fundadores. As duas categorias de sócios foram redefinidas em reuniões posteriores à fundação da ALMARJ e registradas em ata. Atualmente, os associados são divididos em fundadores e produtores. Os sócios fundadores são aqueles que estiveram envolvidos desde o início do processo e acreditaram na proposta; enquanto os produtores, os que vendem o mexilhão para a ALMARJ.

⁷² Embora, ao longo destes anos, já tenham sido realizadas eleições para substituições dos cargos da diretoria, vários membros ainda permanecem os mesmos.

Somente os sócios fundadores têm direito ao voto para eleger um novo presidente. Entretanto, para isso, é preciso estar em dia com o pagamento das mensalidades. A contribuição mensal é “obrigatória”, equivalendo ao preço de um quilo de mexilhão, embora, os associados não tenham o hábito de pagá-la. Aqueles sócios que podem votar, geralmente, acertam o pagamento das mensalidades somente quando do momento das votações, segundo informado por um dos associados. Em relatório elaborado pelos pesquisadores da COPPE/UFRJ, foi indicado que a maioria dos associados não tinha conhecimento da obrigatoriedade da mensalidade.

Como vimos, o presidente atual ocupa o cargo desde praticamente o início da organização. Por um lado, isto garante a continuidade de ações; mas, por outro, pode tornar a Associação fechada e pouco democrática, o que é motivo de reclamação por parte de alguns sócios, que afirmam não poder votar. Diogo (2002) verificou que na cooperativa de Canto Grande, em Bombinhas (SC), havia pouco estímulo à participação dos associados nas reuniões. Na visão da maioria dos cooperados, a cooperativa pertenceria à diretoria cabendo a esta o gerenciamento e a condução das atividades.

Durante uma conversa com o presidente, o mesmo demonstrou vontade de deixar o cargo. Isso se daria após a concretização de dois projetos: a construção do píer na sede da Associação e a implantação de uma máquina de fabricação de gelo. O píer seria essencial para reduzir os gastos no cais de Jurujuba, e propiciaria que barcos de outras localidades descarregassem seu pescado na própria Associação, evitando deslocamentos com o caminhão para regiões distantes. A fábrica de gelo constitui outro projeto importante no sentido de reduzir os custos, já que alguns depoimentos apontam para o fato de que os gastos com a compra de gelo são superiores àqueles com o

combustível para o transporte⁷³. Os projetos da Associação visam a sua independência, principalmente no que concerne a sua atividade dentro de Jurujuba.

A maior preocupação do atual presidente era com a pessoa que tivesse a capacidade para substituí-lo. Percebe-se que ele concentra todas as tarefas de gerenciamento da organização, desde as negociações políticas com órgãos externos, pagamento dos pescadores e transporte de mexilhão para uma churrascaria com quem o grupo negocia seus produtos. Um depoimento assinala que um possível movimento para a substituição do presidente, não partiria dos associados, a não ser do próprio presidente, para evitar tensões internas.

No que diz respeito aos 25 sócios fundadores, vale mencionar que 14 eram membros das três famílias provenientes do Nordeste. Este dado demonstra a importância dos laços de parentesco na constituição da Associação, mas também indica que nem todos os familiares participaram da fundação da ALMARJ. Ao longo destes anos alguns sócios fundadores se desligaram e/ou foram desligados, sendo que de acordo com a listagem original permanecem cerca de 15 pessoas. No que se refere aos sócios produtores, os relatos apontam para um número de cerca de 60, porém as informações não são precisas. Através de um relatório, ao qual tive acesso, que mostra o nome dos marisqueiros que colocam sua produção no Centro de Beneficiamento foi possível identificar cerca de 25 produtores para os anos de 2005 e 2006.

Os motivos pelos quais membros do grupo não se engajaram no processo de formação da organização passam por conflitos familiares, envolvimento em outras atividades, ausência durante o processo e também por descreditarem que o Projeto seria efetivamente implementado. Caberia mencionar que pelo menos dois dos irmãos

73 Caberia dizer que ambos os caminhões da Associação não possuem sistema de resfriamento e por isso dependem da aquisição de gelo para o transporte do mexilhão e do pescado.

do atual presidente, e que são marisqueiros, não são sócios fundadores. Um deles, quando indagados sobre esta situação, respondeu:

P: Você acompanhou o início da associação?

E: Tinha reunião, mas a gente não acreditava que ia conseguir. Eu só via o mar na minha frente, não enxergava alto, tanto é que não sou sócio fundador. ... Parece que a Associação tem 19 ou 20 sócios fundadores. Eu fui na reunião [de fundação da ALMARJ], mas já estava formada, com os nomes lá. Não sei porque eu não sou sócio fundador, quem pode responder é o presidente, os cabeças. Querer eu quero, mas não posso, não sei porque.

P: Quando os técnicos faziam reuniões, você participava?

E: Quando tratavam de grana a gente estava lá, não posso falar muito talvez eu não apareci no momento certo.

Os conflitos familiares, que poderiam justificar a não participação de alguns membros como sócios fundadores, não foram mencionados, como uma provável tentativa de demonstrar coesão interna. Um dos entrevistados verbalizou essa situação em seu relato afirmando *aqui dizem que são parentes, mas é um querendo comer o outro.*

Pelo estatuto, a Associação é composta pela Diretoria Executiva (Presidente, Secretário e Tesoureiro), Conselho Fiscal e Assembléia Geral. Foi mencionado que houve a necessidade de criar o cargo de Diretor de Patrimônio, vislumbrando assegurar o patrimônio da Associação (barcos, caminhões e maquinário - adquiridos com recursos próprios ou através de doações e projetos). Isso se explicaria tendo em vista os diferentes interesses e engajamento de seus membros. Com o crescimento da Associação alguns membros do grupo chegaram a cogitar a possibilidade de vender o patrimônio para saldar as possíveis dívidas, repartindo o dinheiro restante entre os associados. Este foi o principal motivo que levou o grupo a optar por não formar uma cooperativa, quando proposto por algumas instituições, como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que atuou na ALMARJ após a construção do Centro de Beneficiamento.

Para ser sócio da Associação é preciso desenvolver a atividade da maricultura em Jurujuba ou ainda ser morador da comunidade, sendo indicado por um dos sócios fundadores. A solicitação para ser sócio passa pela avaliação e decisão da diretoria. Algumas entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo apontam para o fato de que já houve casos em que os marisqueiros foram aceitos como sócios, mas não se adequaram à forma como o trabalho é realizado no âmbito da Associação. Em outros casos, marisqueiros procuraram a Associação para tornarem-se sócios quando houve alguma pressão dos órgãos fiscalizadores, simplesmente para estarem protegidos temporariamente, não permanecendo depois na organização. Em sendo assim, a diretoria da ALMARJ enfrenta uma situação delicada ao ser procurada por marisqueiros que vislumbram se associar ou mesmo de abrir suas portas para a incorporação de novos associados.

No caso da experiência da Associação dos Maricultores do Norte da Ilha (AMANI), na região de Florianópolis, Arana (2000) verificou que o estatuto prevê que compete à associação, em assembléia geral, decidir sobre a admissão de associados, isto é, sobre quem pode e quem não pode ter acesso aos locais demarcados pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural e Santa Catarina (EPAGRI)⁷⁴ para a instalação de unidades de cultivo. Uma vez que os cultivos são praticados em áreas da União, nenhum maricultor pode vender suas áreas de cultivo. Em caso de abandono ou de falecimento do titular sem herdeiros, as áreas de cultivo voltam às mãos das associações para nova distribuição.

Em termos gerais, as associações seguem os seus estatutos para legitimar suas decisões a respeito do acesso aos recursos costeiros, bem como a transferência dos direitos de acesso. O caso analisado por Arana (2000) mostra como a questão da

⁷⁴ A EPAGRI é o órgão estadual responsável pelo gerenciamento da atividade em Santa Catarina.

utilização das áreas marinhas para a maricultura é um tema que ganhou evidência nos últimos anos em função do aumento da atividade mexilhoneira. Isso levou também à formulação de normas que regulam esta apropriação, já sendo incorporado no estatuto da associação analisada em Santa Catarina.

No caso do Estatuto da ALMARJ não há menção às formas de propriedade e utilização das áreas de cultivo. Isso se justificaria pelo fato de que, no momento de sua criação, o debate sobre esta questão ainda não estava em evidência. Além disso, os associados da ALMARJ estavam por iniciar a maricultura. Entretanto, no contexto atual seria fundamental uma re-estruturação de seu estatuto prevendo as formas de apropriação e transferência das unidades de cultivo.

Como já referido, desde sua formação, a ALMARJ tem conseguido manter suas atividades a partir de esforços e participação dos associados que têm como principal atividade o trabalho na Associação. Além disso, a estrutura atual do Centro de Beneficiamento e a visibilidade conquistada pelo grupo se deve a uma série de fatores.

Neste sentido, poderiam se destacar as relações políticas estabelecidas ao longo dos anos, propiciadas, em parte, através do técnico em Extensão Pesqueira da FIPERJ, quando das negociações para a implementação do Projeto *Mexilhão-Rio*. Isso levou ao apoio financeiro recebido do Fundo LIFE/PNUD, que equipou o Centro de Beneficiamento, e ao projeto realizado pela COPPE/UFRJ, com financiamento da Petrobras, que também foi significativo para a configuração deste cenário, na medida em que se ampliou o parque de cultivo de mexilhão.

Várias outras instituições colaboraram para o quadro atual da Associação, entre elas universidades (PUC-RIO, UFF, UFRRJ) e o SEBRAE, através do qual havia a possibilidade da formação de uma cooperativa. Tendo em vista que estas instituições tiveram participações pontuais, as quais não resultaram em benefícios substanciais para

a organização, talvez por isso não recebessem tanta ênfase nas falas dos entrevistados. Por esta razão, serão abordados, mesmo que de forma breve, as duas iniciativas (Fundo LIFE/PNUD e Projeto COPPE/Petrobras) mais presentes nas falas dos marisqueiros e que fazem parte da memória coletiva do grupo.

PROGRAMA LIFE-BRASIL

O contato com os técnicos do Fundo LIFE se deu, de certa forma, por “acaso” em 1993, quando o técnico da Extensão Pesqueira da FIPERJ, ao procurar um amigo, em uma das secretarias governamentais, ficou sabendo que o mesmo participava de uma conferência do PNUD. Na ocasião, os técnicos do Fundo LIFE/PNUD apresentavam a proposta para financiar Projetos de cunho sustentável na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Ao entrar na reunião, o então técnico da FIPERJ percebeu que o projeto *Mexilhão-Rio*, o qual tinha elaborado com sua equipe, se enquadrava nas propostas do Fundo. Neste sentido, articulou-se à ONG Instituto de Tecnologia para o Cidadão (ITC) e adequou o Projeto *Mexilhão-Rio* às exigências do Fundo, que foi contemplado com R\$ 60 mil.

O Programa LIFE (Local Initiative for Urban Environment) foi lançado no âmbito da Rio-92, após o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) ter sido incumbido, nos anos 1990, de promover o Desenvolvimento Sustentável em países em vias de desenvolvimento. No Brasil, o programa LIFE não era propriamente executado pelo escritório do PNUD e sim pelo Office for Project Service

(OPS)⁷⁵, sediado em Nova Iorque. Desta forma, o PNUD se restringia a um apoio para a execução, que estaria a cargo do OPS e da ONG brasileira ITC, cujo diretor era o coordenador nacional do Programa LIFE.

O LIFE, que era voltado para pequenos projetos, distinguia-se do PNUD/Brasil o qual trabalha com grandes projetos de relevância nacional. O principal objetivo do Programa era a promoção do diálogo entre atores locais, que, através das soluções comunitárias e participativas, seriam fundamentais para solucionar os problemas de caráter ambiental. Visando a melhora de condições de vida das camadas mais desfavorecidas da população, investiu no fortalecimento das capacidades das organizações de base comunitária, de ONGs e das autoridades locais, propiciando a integração de diferentes atores sociais e envolvendo-os no desenvolvimento e processos de governança local.

O Programa selecionou 12 países em vias de desenvolvimento para serem contemplados com recursos das Nações Unidas ao longo de duas fases distintas. A primeira, entre 1992-1993 (Tailândia, Paquistão, Tanzânia, Senegal, Brasil, Jamaica e Egito); e a segunda, de 1994 a 1996 (Bangladesh, África do Sul, Colômbia). Uma terceira fase, de 1997-2000, iria dar continuidade aos projetos iniciados entre 1992 e 1996, financiar novas ações baseadas no princípio do fortalecimento das organizações de base comunitária, facilitando a cooperação entre instituições locais⁷⁶.

⁷⁵ Caberia dizer que não consegui informações sobre o Programa LIFE/Brasil junto ao PNUD. E, junto à ALMARJ, somente relatos foram feitos acerca do processo. Soube da existência de um relatório elaborado pelos técnicos do LIFE/Brasil, porém não obtive acesso ao mesmo.

⁷⁶ Informações obtidas no site <http://mirror.undp.org/magnet/Docs/dec/LIFE.pdf> em 09/04/2007.

O Brasil foi contemplado na primeira fase⁷⁷ e o Projeto *Mexilhão-Rio*, devido ao seu caráter socioambiental, que articulava vários setores da sociedade, foi contemplado para ser implementado no período de cinco anos (1995-1999). Inicialmente, o LIFE investiria US\$ 30.000 em 1997 e o mesmo montante em 1998. Para o repasse da verba do Fundo LIFE houve uma solenidade em Jurujuba que envolveu representantes do LIFE, do Estado do Rio de Janeiro e do Município de Niterói, mobilizando a comunidade estudada.

Com a visibilidade que o projeto *Mexilhão-Rio* ganhou a partir do financiamento recebido pelo LIFE/PNUD, ele recebeu alguns prêmios internacionais. A título de exemplo, poderia mencionar aqui que a experiência foi selecionada no Concurso de Boas Práticas, em Dubai, no ano de 2000.

O processo desde a formação da ALMARJ até a construção do Centro de Beneficiamento foi bastante lento. O aparato burocrático de cada uma das instâncias governamentais envolvidas na parceria para viabilizar o Projeto *Mexilhão-Rio* demandou uma série de ajustes. O relato abaixo sintetiza o processo descrito até aqui na visão de um dos diretores da ALMARJ.

*Aí foi quando o X falou: um Centro de Beneficiamento!
Então é isso aí, vamos trabalhar em cima disso!
Ele fez o projeto aí foi outra batalha. A gente tinha que unir a UNIÃO,
porque nós não tínhamos o terreno, nós tínhamos que unir o ESTADO,
para a construção junto com a PREFEITURA. Aí conseguimos fazer
essa união... a união dos três poderes. A UNIÃO cedeu o espaço, a
área para a construção, e também o aforamento para o nosso povo e até
era o aforamento na época, mas hoje já se tornou propriedade de cada*

⁷⁷ Informações obtidas no site

http://www.programmelifepnud.org/index.php?option=com_content&task=view&id=21&Itemid=31
em 09/04/2007. Na cidade do Rio de Janeiro foram beneficiados seis projetos; além do Projeto Mexilhão-Rio, as ONGS Multicoop (reciclagem de resíduos sólidos), GRUDE (Conservação ambiental), Roda Viva (Educação Ambiental), Os Verdes (Conservação e Educação Ambiental) e, Defensores da Terra (Reflorestamento e Educação Ambiental). Em Belo Horizonte foram contemplados dois, um de reciclagem executado pela ONG ASMARE, e o outro realizado pela ONG REDE com objetivo de estimular a agricultura urbana, visando a redução da erosão do solo. Em Recife a ONG ARRUAR propôs e executou um projeto de urbanização de esgotamento sanitário.

um que foi uma proposta de compra e venda do domínio útil de cada cidadão aqui. Fizemos o projeto e encaminhamos lá para o ESTADO. O ESTADO fez a parceria com a PREFEITURA na construção lá do Centro de Beneficiamento. Na época houve a oportunidade que a ONU lançou a oportunidade de bons projetos ligados ao meio ambiente. O X vendo essa oportunidade, já estava estabelecido uma parceria com a FIPERJ. Fizemos um projeto e encaminhamos para ser analisado. Nessas análises, o projeto passou, foi aprovado. Aí foi outra seleção, também fomos aprovados, aí ficamos só no aguardo da liberação da verba. Mas ficou condicionado a liberação, que a PREFEITURA fazia parte dela e o ESTADO fazia parte, e aí a ONU entraria com a parte que cabia, aquilo que ficou acertado. Aí nós aproveitando essa oportunidade como era a Nações Unidas, o projeto estava atrapalhado, não queria andar, estava emperrado. Nós chamávamos o jornal, e aí a ONU dava o depoimento dele, o representante da ONU daqui do Brasil e nós também falávamos sobre a situação da comunidade e assim foi, foi essa briga constante, até que chegamos a essa situação.

Nesse trecho o entrevistado mostra a importância das parcerias estabelecidas e algumas problemáticas que estavam em jogo no que diz respeito à liberação da verba pela ONU. O entrevistado continua a sua análise indicando como cada uma das instâncias contribuiu para a viabilidade do trabalho dos marisqueiros sob novas condições.

Que o ESTADO fez a parte dele, a PREFEITURA levantou a construção deixou o ponto do acabamento e o Estado fez a parte de acabamento. O PNUD, que é o Programa das Nações Unidas fez o repasse do recurso, nós compramos o equipamentos né?! As mesas, a balança e o cozinhador, as panelas de cozimento; aí começamos a trabalhar. Também vieram as garrafas de gás que faziam parte do equipamento e com isso nos começamos a trabalhar... aí nós passamos a comprar nossos tabuleiros que não tinha, não estavam previstos e outras coisinhas que com o trabalho nós fomos comprando. Hoje nós já mudamos os equipamentos, daqueles antigos só tem mesmo as mesas né?! Foi uma coisa que não pode mudar. O cozinhador hoje ele é contínuo, quer dizer, agilizou o processo.

A primeira fala evidencia que a verba do Fundo LIFE estava atrelada à conclusão da obra do Centro de Beneficiamento, a qual, por sua vez, dependia da legalização da área. Esse processo se daria com o repasse da propriedade da União para o Estado. O Governo Estadual gestionou junto ao governo federal (Serviço do

Patrimônio da União - SPU) a legalização da área na qual seria construída a unidade de beneficiamento (Menezes, 2003). Em 1996, a União cedeu as terras, em caráter de aforamento, então ocupadas pelos marisqueiros, para a Governo do Estado que as repassou para Associação de Maricultores. Foi no âmbito deste processo que a *praia* recebeu a denominação de Travessa dos Maricultores. A escolha do nome refletiu a identidade coletiva de seus moradores, marcando sua posição enquanto maricultores.

Na Travessa dos Maricultores existem três edificações que pertencem a Associação, o prédio do Centro de Beneficiamento, a antiga sede em madeira da Associação e uma das residências. Os demais moradores, que já ocupavam o local, passaram a ter uma documentação provisória de suas residências através da Secretaria Municipal de Urbanismo de Habitação.

A Secretaria Municipal de Urbanismo de Habitação, através da Empresa Municipal de Urbanização e Saneamento, realizou a medição das casas para que os moradores tivessem a documentação das mesmas e da propriedade do terreno onde se localizavam. Neste sentido, os moradores pagaram uma taxa mensal que seria revertida na urbanização do local. Este processo ainda está curso, pois muitos moradores ampliaram a área de suas moradias, o que demandou uma nova situação no processo de legalização da área. Diante disso, ainda não pagam o IPTU.

No entendimento dos moradores da Travessa, esta foi uma das principais conquistas da associação em termos comunitários, pois os moradores estão em vias de conseguir a documentação definitiva de suas casas.

Esse fato tem imenso valor simbólico para o grupo, uma vez que no local de origem, a maioria, não possuía sua casa própria, vivendo de aluguel ou nos limites das fazendas canavieiras. No bairro, representam um grupo privilegiado, pois grande parte dos moradores de Juruuba reside em áreas de ocupação irregular. Além disso, conforme

relatado, foi somente a partir da legalização da terra e das casas que o exército deixou de controlar a área.

Diante deste cenário novos conflitos se instauraram. Dentre as inúmeras situações ocorridas ao longo do processo, uma foi relatada durante o trabalho de campo. Um dos atravessadores locais, que não estava envolvido na Associação, e, portanto, não seria beneficiado com a legalização do terreno, tentou construir um barraco na Travessa, para armazenar o mexilhão. Tendo em vista que não era permitida a ampliação da área construída na Travessa, quando ele foi advertido pelos associados, que chamariam a polícia caso não parasse a obra, o mesmo teria ameaçado de morte, uma das lideranças da ALMARJ.

Além disso, uma negociação foi efetivada com a Escola Estadual Fernando Magalhães e com um antigo morador de Jurujuba, cujos terrenos se estendiam até o local da construção do Centro de Beneficiamento. A escola cedeu parte de seu terreno para a Associação em contrapartida o Estado construiu uma área de recreação para as crianças. Como a Escola não atende mais crianças de idade inferior a sete anos, a área de recreação foi substituída por uma quadra poli-esportiva. No que concerne ao terreno do antigo morador, o mesmo foi cedido com a promessa de que a ALMARJ o auxiliaria na reforma de sua casa. Porém, com o falecimento de membros desta família, novas negociações foram realizadas com a Associação e a reforma não precisou ser feita.

O processo de cessão das terras foi lento, atrasando tanto o início das obras do Centro de Beneficiamento como o repasse de verbas por parte do LIFE. As obras que começariam em maio de 1996 e deveriam ser concluídas em maio de 1998, terminaram em setembro de 1998. No local onde o prédio do Centro de Beneficiamento foi construído existiam pedras, que foram retiradas, e o terreno foi aterrado,

desconfigurando a paisagem original. Durante as obras do Centro o acesso para a Travessa era realizado pela Igreja N. Senhora da Conceição.

Com o Centro de Beneficiamento concluído e equipado com a primeira parte do financiamento do LIFE, faltava treinamento para o processo de beneficiamento, então em setembro de 1998, a segunda parte do financiamento do LIFE foi liberada⁷⁸ e destinada à capacitação dos associados através de cursos para manusear e processar o mexilhão.



Figura 13 – Prédio do Centro de Beneficiamento após o término da obra. Imagem cedida por Marcos Bezerra de Menezes.

Em 1999, uma equipe de técnicos da COPPE/UFRJ se aproximou dos marisqueiros de Jurujuba com apoio da Oficina Social do Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (COEP)⁷⁹. Tal aproximação objetivava a elaboração de um projeto de intervenção na comunidade, em conformidade com as necessidades da Associação. O projeto tinha a possibilidade de ser financiado pela Petrobras, como o foi efetivamente.

⁷⁸ Informações obtidas no site <http://habitat.aq.upm.es/dubai/00/bp557.html> em 09/04/2007.

⁷⁹ O COEP é um órgão ligado à empresa FURNAS.

A PARCERIA ENTRE A COMUNIDADE E A UNIVERSIDADE

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), através de pesquisadores e técnicos do Instituto Virtual Internacional de Mudanças Globais (IVIG), da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia (COPPE/UFRJ), elaborou um projeto intitulado “Gestão Ambiental na Atividade Comunitária de Cultivo, Extração, Beneficiamento e Comercialização de Mexilhões na Baía de Guanabara – Uma Proposta de Transformação da Atividade Artesanal em uma Atividade Industrial da Produção Local, Economicamente Sustentável”. Este projeto tinha como objetivo auxiliar na melhoria das condições de trabalho com o mexilhão no âmbito da ALMARJ e, no âmbito acadêmico, o de fixação de pesquisadores na Universidade.

Segundo relatado por uma das pesquisadoras da COPPE/UFRJ, em 1999, quando a equipe se aproximou dos marisqueiros de Jurujuba, além de elaborarem o Projeto também realizaram um vídeo⁸⁰ de sensibilização, que foi utilizado para pleitear o financiamento pela Petrobras. A empresa que é uma das principais poluidoras das águas da Baía de Guanabara investe sistematicamente em projetos socioambientais nas comunidades potencialmente sujeitas aos riscos de poluição. Estes financiamentos estão inseridos na política de responsabilidade social da empresa. O interesse da Petrobras, segundo relato de uma das pesquisadoras, era também avaliar a condição das águas da Baía, através do mexilhão que é um organismo filtrador e, por esta característica, funciona como um bio-indicador da qualidade ambiental.

Segundo a pesquisadora, o projeto elaborado pelos técnicos da UFRJ utilizou a metodologia participativa desde o início, inclusive na processo de elaboração o qual foi

⁸⁰ O vídeo realizado pelo Coep está disponibilizado na internet no site:
<http://www.coepbrasil.org.br/coepteve/>

baseado nas demandas da diretoria da Associação. O referido Projeto foi orçado em R\$ 45.150,00 para ser desenvolvido em dois anos, entre 2002-2004. Entre os objetivos, pode se mencionar: a aquisição de material (bóias para espinhéis, cordas, material de construção - cimento – para confecção de poitas, redes para o cultivo, meias apropriadas para a *semeadura* do mexilhão, tabuleiros, balança e um barco); análises da água e do mexilhão; fortalecimento da ALMARJ (através do apoio da COPPE/UFRJ na articulação da instituição com outros atores sociais) e a realização sistemática de oficinas de trabalho.

Entre as metas do Projeto estavam a ampliação e a consolidação de um Parque de Cultivo que já funcionava em pequena escala nas imediações da Fortaleza de Santa Cruz⁸¹. Um área próxima a Ilha dos Veados foi identificada pelos técnicos da COPPE/UFRJ como uma possibilidade para instalação do Parque de Cultivo. Para a confecção dos espinhéis, houve uma mobilização da comunidade (tanto os homens quanto as mulheres) que foi dividida em equipes no sentido de organizar o mutirão.

Análises da água e do mexilhão através de cooperação acadêmica com a PUC-RIO e UFF as quais realizaram, em períodos distintos, análises e monitoramento da água dos locais de extração e cultivo, bem como do produto (mexilhão), também foram fundamentais, para garantir a qualidade do produto comercializado pela ALMARJ. Atualmente esse monitoramento vem sendo realizado pelo Laboratório Matos e Matos, que é pago com recursos da própria Associação.

Em termos de articulação, a equipe técnica do projeto participou, através da Oficina Social, de uma reunião no BNDES no sentido de tentar um financiamento, o

⁸¹ Essa área passou a ser utilizada para o cultivo de mexilhões desde o início do Projeto *Mexilhão-Rio* e para isso foi feita uma parceria institucional com o Comando da Fortaleza de Santa Cruz. No entanto, tal parceria, a cada troca de comandante estava sujeita a renegociação. Esta dificuldade levou os marisqueiros a optarem por transferir, em 2004, seu cultivo para a Enseada de Jurujuba, em frente as suas residências. A enseada sempre foi utilizada para a fixação das sementes nas redes, que após cerca de 10 dias eram transferidas para a Fortaleza. Quando em 2004, os testes bioquímicos de qualidade da água apresentaram resultados em conformidade com a legislação vigente, o cultivo foi transferido definitivamente para a enseada.

qual não teve desdobramentos. Além disso, se reuniu com o comandante da Fortaleza de Santa Cruz para pleitear uma cooperação institucional, que também não foi bem sucedida em função da preocupação dos militares com a questão da segurança. Outra atividade realizada pelos técnicos do Projeto foi em relação à articulação com a Incubadora de Cooperativa da COPPE, a qual ministrou um curso de cooperativismo, mas o grupo da ALMARJ chegou à conclusão de que a organização empresarial era inadequada.

O fortalecimento interno dos membros da Associação e a integração dos próprios moradores da Travessa, assim como com maricultores de outras localidades, também ocorreram via oficinas de trabalho⁸², nas quais eram discutidas as técnicas de cultivo e beneficiamento. De acordo com relato de uma das pesquisadoras do projeto realizado pela COPPE/UFRJ, os convites para a participação eram realizados pelos próprios associados e membros da diretoria.

Uma avaliação breve da atuação da Universidade pode ser esboçada a partir das entrevistas com os maricultores. Embora o projeto tenha impulsionado uma série de discussões no âmbito da Associação e tenha fornecido base material para o desenvolvimento do trabalho, o objetivo de transformar a atividade artesanal para uma forma industrial, não foi totalmente atingido. O trabalho das desconchadeiras e o processo de cozimento do produto continua, em certa medida, sendo realizado nas bancas situadas na Travessa.

Na opinião de pessoas que participaram da organização da comunidade e que ainda mantêm vínculos com os nordestinos, o principal benefício para o grupo foi a aquisição de um barco e as análises laboratoriais da água e do marisco. Os marisqueiros,

⁸² Quarto relatório técnico do Projeto “Gestão Ambiental na Atividade Comunitária de Cultivo, Extração, Beneficiamento e Comercialização de Mexilhões na Baía de Guanabara – Uma Proposta de Transformação da Atividade Artesanal em uma Atividade Industrial da Produção Local, Economicamente Sustentável”.

quando fazem referência à atuação dos técnicos do projeto, afirmam que os mesmos propunham técnicas mais sofisticadas e custosas em substituição às práticas utilizadas e que tinham bons resultados. Isso demonstra que o emprego de técnicas externas e mais modernas nem sempre correspondem às necessidades dos grupos sociais (Hô, 2006).

O autor ainda aponta que nem sempre projetos de desenvolvimento de base participativa, resultam na incorporação e substituição das práticas propostas. Para ele, “não pode haver participação verdadeira fora da cultura, porque são os valores culturais que lhe conferem sentido” (Hô, 2006:69).

Relatos também apontam para o fato de que a Associação não precisava da Universidade, mas era a Universidade que precisava da organização para a realização de suas pesquisas. A partir destes depoimentos, percebi como e porque as pesquisas acadêmicas sofrem certas restrições quando não trazem algum “retorno” para o grupo. Esse fato, atrelado com a história dos nordestinos quando de sua chegada e com a formação da associação, auxiliou na compreensão de sua resistência para ceder informações para este trabalho, que teve início imediatamente à conclusão da parceria com COPPE/UFRJ.

SER OU NÃO SER ASSOCIADO?

Desde os seus primórdios, a Associação precisou lidar com a existência de marisqueiros que atuavam “por fora” dela. Fazer parte da Associação implica em ter certos “deveres”. Entre eles o de que, como é a instituição que propicia o material para a confecção dos espinhéis e é proprietária dos barcos, os produtores devem colocar sua produção dentro da ALMARJ, para que a organização o beneficie e o revenda.

Estar associado pode trazer também algumas vantagens. Nesse rol incluem-se, por exemplo, o fato de que através da Associação o grupo contou com certas

facilidades, como quando da confecção das carteiras da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP). Nessa ocasião, um representante da Secretaria foi até a Associação recolher a documentação dos associados para encaminhar os processos junto ao órgão competente. Além disso, a visibilidade da Associação possibilita aos marisqueiros e moradores da comunidade contatos e trocas de experiências com pesquisadores e técnicos “de fora”.

Como veremos posteriormente, a Associação propicia também aos marisqueiros que a venda do produto esteja legalizada durante o período do defeso. Ela ainda está se encarregando pelo processo de legalização da atividade junto aos órgãos ambientais. Caso os marisqueiros não estivessem associados teriam de providenciar por conta própria ou continuar com os cultivos ilegais.

Contudo, apesar do que seriam suas vantagens, para alguns, ela pode apresentar desvantagens, dificultando a aproximação para os seus quadros. Em um dado momento, estabeleceu-se uma política de atração junto aos marisqueiros de Jurujuba. Entretanto, caso esta política fosse plenamente efetivada, os atravessadores do bairro perderiam sua posição. Neste sentido, os atravessadores se apropriaram das tensões do passado e aumentaram o preço do mexilhão pago aos produtores. Isso fez com que o preço pago pela ALMARJ ficasse muito aquém daquele pago por eles. Como resultado tal prática garantiu que os marisqueiros continuassem trabalhando fora da Associação.

Em função dos custos que a instituição tem com equipamentos e pagamento dos funcionários, o preço pago por ela é menor. Esse tem sido o principal argumento presente nas falas tanto das lideranças da ALMARJ quanto dos demais marisqueiros, o que justificaria seu não engajamento na Associação. Contudo, foi relatado também, por um dos técnicos que acompanharam o processo de formação da Associação, que as

“questões pessoais” tiveram grande peso, sendo o principal motivo pelo qual alguns marisqueiros de Jurujuba não se interessaram em se associar.

Além disso, participar da organização também passa por se adequar às normas institucionais, o que muitos não aceitam, como pode ser observado no trecho a seguir:

P: Porque tem muito marisqueiro que não entrou na associação?

E: Porque tem que fazer o que eles querem, eles pagam muito mal, os de fora pagam melhor... o pagamento para nós [da associação] é por quinzena.

Segundo depoimento de uma marisqueira que não se engajou na ALMARJ, houve mesmo uma tentativa de inviabilizar o trabalho fora do âmbito da ALMARJ, como pode ser observado abaixo:

Eles implicaram muito, que iam virar o mexilhão no mar se não botasse para lá, que iam chegar ali e jogar creolina. Falei, vem jogar, vai tem que vir, mas vai ter que vir um policial, um...vocês chegar aqui e jogar, vocês não são malucos! ...Eles queriam obrigar, todo mundo. Vai ter que botar para cá porque se não colocar para cá, não vai trabalhar lá fora. É querer obrigar a pessoa...aí não, aí que nós não vamos mesmo, e muita gente ali de baixo não foi ...Nem festa lá a gente participa eles também não convidam, a gente também não vai. Também não somos de lá né?! Cada um na sua... As descascadeiras tiram mais aqui fora. Para ganhar a mesma coisa tem descascar muito mexilhão lá dentro.

Ainda no sentido de atrair mais marisqueiros para a associação, segundo depoimentos, a instituição teria encontrado uma nova questão a reclamar: as cascas do mexilhão. Relatos indicam que os marisqueiros não associados deveriam levar o dejetos para uma caçamba de lixo no bairro ou deveriam providenciar uma própria, não podendo utilizar a da Associação.



Figura 14 – Imagem da região da Ponta da Ilha com acúmulo de conchas. Na região, atuam marisqueiros não associados. Foto da autora.

O problema do descarte das conchas de mexilhão é uma questão que passa por preocupações dos órgãos ambientais, uma vez que assoreia as regiões litorâneas, reduzindo sua área, e atraindo animais vetores de doenças⁸³. Em Jurujuba, a situação não é diferente e o assunto foi publicizado na imprensa. Parte da matéria⁸⁴ pode ser lida abaixo.

Apontado pela PF como nocivo ao meio ambiente e à saúde pública, o depósito de cascas de mexilhões na comunidade do Cascarejo, em Jurujuba, é um problema que vem se arrastando há décadas. O FLUMINENSE constatou que um grupo de marisqueiros joga a casca

⁸³ Tendo em vista a quantidade de cálcio das conchas do marisco, pesquisas realizadas pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALE), em Santa Catarina, indicam a possibilidade de sua incorporação no mármore (Manzoni, 2006, em comunicação pessoal). As conchas de outros moluscos, como as ostras são mais propícias para o uso na correção do pH dos solos muito ácidos. Já a do mexilhão não se adequa a esta finalidade, pois a quantidade de cálcio é menor que a das ostras, por exemplo. Além disso, outra medida que pode ser implementada é moer as cascas, reduzindo seu volume antes das mesmas serem descartadas. Apesar destes indícios, ainda não foi encontrada uma solução “sustentável” para o problema e as cascas continuam sendo descartadas, na maioria dos casos, próximo às áreas de processamento de mexilhão.

⁸⁴ “União para salvar três praias em Niterói”, Jornal O FLUMINENSE, edição de 10/07/2006. Informação obtida no site <http://www.ibcn.com.br/interna.asp?idCliente=122&acao=noticia&id=12645Mariscos>, em 09/04/2007. Os nomes das pessoas mencionadas na reportagem foram retirados.

dos animais na encosta dos barracões, formando verdadeiras montanhas de carapaças dos moluscos.

O depósito irregular das cascas, ressalta o subsecretário de Desenvolvimento, Agricultura e Pesca, atrai ratos, baratas, e, com o tempo, provoca o aterro das encostas. "Já iniciamos um trabalho para ordenar a atividade dos marisqueiros de Jurujuba. Em breve faremos uma reunião com eles para discutirmos soluções. Não queremos reprimir as atividades, até porque são os meios de sobrevivência de muitas famílias. Mas queremos convencê-los a criar cooperativas para organizar o trabalho", afirma.

Questionado pela PF sobre o acúmulo das cascas, o presidente da Associação Livre dos Maricultores de Jurujuba, defende-se garantindo que a entidade nada tem a ver com a irregularidade:

"São marisqueiros que não estão ligados à associação. Aqui, temos Certificado de Inspeção Estadual, e todas as conchas são recolhidas pela Clin. Fui intimado pela Polícia Federal sem ter relação com o problema. Acontece que estas cerca de 50 famílias de marisqueiros acabam vítimas dos atravessadores, que os convencem a não se associarem", denuncia. "Estamos de portas abertas a todos os que quiserem se associar", avisa.

Nascido na comunidade do Cascarejo, um marisqueiro que trabalha na atividade desde os cinco, critica a falta de assistência e diz que a cooperativa não comporta todos os marisqueiros da região: "Trabalhamos catando mariscos há mais de 40 anos e nunca recebemos ajuda. Nem sequer uma caçamba para recolhermos as cascas. Mas temos que sobreviver, não tem jeito. Se for proibido de catar mariscos aqui, vou para outro lugar".

Não foi possível verificar se o fato deveu-se verdadeiramente a uma tentativa de atrair os demais marisqueiros, o que poderia resultar na inviabilização do trabalho que mantinha muitas famílias do bairro. De todo modo, o resultado do ocorrido pode ter aumentado ainda mais as tensões com os outros marisqueiros do bairro, fazendo com que os mesmos não desejassem se associar.

O relato da marisqueira explicita o motivo pelo qual ela optou por não se engajar na associação.

Essa cooperativa aí é novinha, novinha. Mas só para gente não deu não. Para entrar para lá não deu não porque eles pagavam muito pouco, e pagam o mexilhão muito pouco. ...Aquilo ali foi feito para ajudar os marisqueiros e, no entanto, para mim não ajudou a ninguém, ajudou só a eles mesmos que já trabalhavam lá dentro. Porque o mexilhão que é vendido aqui fora, por exemplo, a três reais, eles ali querem pagar R\$ 1,00...Você entregava ali com casca eles fazem o processo todo, cozinham, descascam, ensacam, tudo eles pagam R\$

1,00, não valia a pena...então para a gente não valeu a pena. Nós não entramos ali não.

Na ótica desta marisqueira, a Associação não trouxe benefícios para os marisqueiros do bairro.

Em Itaipu deu certo, em Cabo Frio parece também que deu certo, porque ajudou a população, a comunidade né?! Não ajudou o pessoal aqui, não. Aquilo ali não serviu para isso não. Infelizmente, não serviu não. Botam quem querem para trabalhar. As pessoas que precisam não estão ali. Se ali dentro fosse bom, aqui fora não tinha uma limpadeira...e a fábrica aquilo ali era para todo mundo...Digo que “Vocês destruíram a vida de muita gente”. Têm muitos que foram trabalhar como porteiro, faxineiro, foram para a pesca....

No entendimento da entrevistada, a ALMARJ, de certa forma, beneficiou um pequeno grupo, principalmente a comunidade de nordestinos. Embora, possa se dizer que, no grupo de nordestinos, exista uma pequena parcela que pode se beneficiar mais com as práticas internas, deflagrando tensões entre os associados. Um deles, por exemplo, indicou que: *Eu não sou sócio fundador...são só eles porque tem uma panelinha ali, são sempre os mesmos, as reuniões, as votações, são só entre eles.*

Durante o processo de tensões produziram-se classificações que buscavam delimitar o espaço social dos atores em conflito. Aqueles vinculados a Associação e que realizavam a maricultura, passam então, a configurar os “maricultores”. Os outros marisqueiros do bairro são chamados pelos associados de *piratas*. O termo *pirata* designaria um ator, uma atividade e um produto. Segundo associados, o mexilhão *pirata* é embalado em sacos plásticos transparentes numa prática conhecida como “enfeitar” a embalagem, a qual consiste em colocar os mariscos maiores por fora e por dentro os menores.

Na luta das classificações, ao se referirem aos demais marisqueiros como *piratas*, os associados assumem para si uma legitimidade que, na sua concepção, os

outros marisqueiros não têm. Como bem assinala Esterici (2002:51), em seu estudo na Amazônia, os critérios empregados para estas classificações

não emanam das qualidades naturais das coisas, dos seres e das pessoas. Eles vêm da vida social..., são partes de processos sociais complexos, nos quais intervêm decisivamente ações e lutas políticas nas quais estão envolvidas agências e instituições nacionais e estrangeiras, do estado e da sociedade civil (ONGs, Igrejas, entidades de representação) e, ligados a esta ou àquela instituição, por último, mas não menos importantes, os pesquisadores que exercem também sua parcela de poder de nomear, de fazer reconhecer e de arbitrar quando há disputas em torno das classificações. Todos esses atores operam a partir das posições que ocupam no campo político ambiental e suas intervenções são orientadas pelas regras e critérios dos grupos e instituições aos quais pertencem.

O quadro de tensões, para “dentro” e para “fora”, pode refletir, em alguma medida, a maior ou menor dedicação dos marisqueiros para com a Associação, o que geraria distinções no grupo. Associe-se a isso o empreendimento de algumas estratégias, para a adequação a um novo padrão de trabalho e de gerenciamento da atividade, um novo universo, o qual não era conhecido.

No que diz respeito ao plano interno, a transferência do trabalho de cozimento e desconchamento do mexilhão para o Centro de Beneficiamento, a comercialização que seria realizada pela própria Associação e as novas relações de trabalho significavam profundas mudanças nas práticas já conhecidas. O fato dos entrevistados se referirem ao trabalho no Centro como sendo o trabalho na *fábrica* indicam as mudanças.

O grupo não parece ter sido preparado efetivamente para enfrentar este novo universo o qual passou a integrar, apesar de ter recebido treinamento e cursos em várias áreas. Neste sentido, é relevante mencionar que nem sempre a linguagem utilizada nestes cursos foi apropriada para permitir uma total assimilação pelos membros do grupo. Pode-se indicar que, com os equipamentos elétricos em funcionamento, gastos

com telefone, pagamento de novas taxas, as contas a pagar eram altas e na avaliação de alguns membros do grupo as despesas eram superiores ao retorno que tinham com a venda do mexilhão. A solução encontrada foi abrir uma nova frente de recursos, como se verá posteriormente.

Neste capítulo demonstrei em linhas gerais a importância da formação da Associação e alguns benefícios que foram propiciados pelo projeto Mexilhão Rio, bem como as formas pelas quais houve também a geração e reconfiguração de conflitos a partir de seu funcionamento e atuação. No próximo capítulo descrevo o processo de produção propriamente dito.

CAPÍTULO 4 – O PROCESSO DE PRODUÇÃO E AS RELAÇÕES TRABALHO

Ao longo dos anos de atuação da ALMARJ, a instituição foi se fortalecendo com a ampliação e consolidação das redes sociais, o que resultou em uma série de benefícios materiais e simbólicos, como já mencionado. Através de seu reconhecimento, alianças e parcerias, a organização conta hoje com uma estrutura privilegiada, quando comparada aos demais marisqueiros do bairro e mesmo de outras regiões do país. Ela possui um Centro de Beneficiamento, dois caminhões⁸⁵, dois barcos e equipamentos que lhe garantem condições que favorecem o trabalho no mexilhão. Dentre os equipamentos pode-se mencionar, inclusive, uma máquina de lavagem que separa os mexilhões com tamanho adequado para a comercialização.

Os caminhões e as máquinas que equipam o Centro de Beneficiamento foram adquiridos com recursos próprios, já os barcos foram doados através de parcerias institucionais com a Fundação Banco do Brasil e COPPE/UFRJ.

Dada a sazonalidade da produção, os marisqueiros enfrentam dificuldades, necessitando suprir certas necessidades. Nessa situação, eles se utilizaram do reconhecimento e fortalecimento da organização, no sentido de abrir uma nova frente de trabalho, que seria a comercialização de pescado. Esta atividade tem propiciado boa parte dos recursos materiais que garante as atividades da Associação e do Centro de Beneficiamento.

Um Centro de Beneficiamento favorece a centralização das atividades e dos marisqueiros, propicia a estocagem do produto, pode ter local para comercialização, e

85 Os caminhões foram adquiridos com recursos da própria Associação, quando o grupo avaliou o crescimento das atividades. A compra destes bens só foi efetivada a partir de empréstimos em um banco privado. O contato com este banco se deu através da revendedora de automóveis, quando da compra do primeiro caminhão. Uma liderança relatou que nem um banco estatal concedeu empréstimo para a Associação. Além disso, não parecem se interessar pelas linhas de fomento concedidas aos pescadores através das agências que regulam e promovem a atividade pesqueira. Afirmam que o valor destas linhas de crédito não seria suficiente e exigem garantias materiais.

garante a possibilidade do consumidor de rastrear sua origem em casos de problemas e viabiliza o controle de qualidade exercido pelos órgãos responsáveis (como a Vigilância Sanitária e o Serviço de Inspeção Estadual e/ou Federal), que dão a certificação de qualidade do produto (Moraes, 2005).

O prédio do Centro de Beneficiamento da ALMARJ, além das características mencionadas acima é um espaço onde se configuram relações sociais. Este local enquanto espaço físico e social será brevemente descrito a seguir.



Figura 15 – Vista recente da fachada do Centro de Beneficiamento, com as caçambas de lixo utilizadas pelos moradores da Travessa e onde são depositadas as cascas de marisco. Foto da autora.

O ESPAÇO DO CENTRO DE BENEFICIAMENTO⁸⁶.

O prédio do Centro de Beneficiamento, onde também funciona a sede da Associação, tem dois pavimentos. A área do prédio é de aproximadamente 300m² e conta com área para recepção, estocagem, lavagem e seleção, tratamento térmico e resfriamento, desconchamento e lavagem, banho de imersão, embalagem, resfriamento,

⁸⁶ Deve-se dizer que o Centro de Beneficiamento de Jurujuba é o único existente no estado do Rio de Janeiro.

acondicionamento, expedição e *peixaria* (Menezes, 2003). Na parte inferior e pela frente da construção, se tem acesso à *peixaria*⁸⁷, ao escritório, à sala dos técnicos, ao banheiro, ao vestiário e às duas salas do Centro de Beneficiamento propriamente dito, uma bastante espaçosa, chamada de *salão* e uma menor onde ocorre a embalagem.

Na *peixaria* é comercializada pequena parte da produção de marisco e pescado. Se dirigem à *peixaria* pequenos comerciantes locais, pessoas que a conhecem e que desejam adquirir marisco ou peixe em pouca quantidade. É neste local que se reúnem, por vezes, pescadores que vem receber pelo pescado vendido à Associação, bem como marisqueiros e moradores da Travessa que ali se agrupam para uma conversa informal com o responsável. Este espaço também agrega todo tipo de correspondência para os moradores da Travessa, já que a maioria das pessoas utiliza este acesso. A *peixaria* funciona como um portão de entrada tanto para a Travessa como para o escritório da Associação. É a ela que se dirigem os “de fora” para solicitar alguma informação, avisar que estão se dirigindo à casa de algum morador ou que estão procurando membros da diretoria.

O escritório é onde se dá parte do trabalho burocrático, reunindo alguns documentos e relatórios. É onde a secretária confecciona planilhas de produtividade e auxilia no pagamento, que ocorre aos sábados, para os marisqueiros e desconchadeiras. A partir da criação de uma pequena empresa, em 2006, para a comercialização do pescado, a secretária vem dividindo o espaço com a atual vendedora da Associação que efetiva e recebe telefonemas das empresas potenciais compradoras dos produtos da ALMARJ.

A sala dos técnicos é, de certa forma, sub-utilizada pelos mesmos, já que as reuniões e conversas se dão na sala da Associação, que fica no andar superior. Esta sala

⁸⁷ A *peixaria* é como os marisqueiros e moradores da Travessa dos Maricultores se referem ao ponto de venda do Centro de Beneficiamento.

foi utilizada para realizar algumas das entrevistas e é usada para carimbar as embalagens com a data do processamento do mexilhão que será estocado, em um dos frigoríficos para ser vendido.

Pela parte externa do prédio tem-se acesso a uma das câmaras frigoríficas e, ao lado, a um pequeno *hall*, onde há uma janela que dá acesso ao Centro de Beneficiamento. Esta janela serve tanto para facilitar a circulação de ar dentro do “salão” quanto para passar as caixas cheias de cascas de mexilhão, que ficam armazenadas no *hall* para serem descartadas nas duas caçambas de lixo próximas à *peixaria*.

Na área externa, em frente ao prédio, que é murado, são realizadas várias atividades. Entre elas pode se mencionar a pesagem de pescado, realizada em uma balança ali situada, quando trazido por um pequeno produtor que deseje vendê-lo para a Associação; a limpeza de peixes vendidos pela *peixaria* e o armazenamento de caixas plásticas de pescado para carregar o caminhão. Ao se encerrarem as atividades, este pátio é utilizado como garagem de um dos caminhões da Associação enquanto o outro é guardado em um estacionamento privado do bairro, pago mensalmente.

Na parte de trás, de onde se tem a vista para a Baía de Guanabara, se localiza uma câmara frigorífica, que não é utilizada e as máquinas de lavagem e de cocção do mexilhão. Por uma escada independente se tem acesso às duas salas, do pavimento superior, onde funciona a sede da Associação. Nela se realizam reuniões entre diretoria e técnicos, se estabelecem parcerias institucionais e se debatem e resolvem problemas de toda ordem com os associados. É aí que se dá o controle financeiro das atividades de compra e venda de pescado e também o controle deste processo no cais de Jurujuaba. Isso é feito através de uma rede interna de televisão⁸⁸, que permite à diretoria

88 Este sistema de TV comunitária e, atualmente, paga foi organizado pelos membros da Colônia de pesca Z-8 que arrendam o cais. Em fevereiro de 2007 a mensalidade era de cerca de R\$ 12,00 reais.

acompanhar a movimentação no cais. Embora a comercialização de pescado constitua uma atividade importante na ALMARJ; é a extração e o cultivo de marisco que a caracteriza. Neste sentido, passo a descrever como se efetiva o processo produtivo do mexilhão no âmbito da Associação.



Figura 16 – Limpeza de peixe realizada no pátio em frente do centro de Beneficiamento. Foto da autora.

OS BARCOS E SUA IMPORTÂNCIA PARA A ASSOCIAÇÃO

A Associação possui dois barcos, de tamanhos e origem distintos. O maior deles, com 11,5 metros, o Maricultores de Jurujuba I ou *Maricultor I*, como é denominado pelo grupo, foi o primeiro obtido pela Associação. Este barco foi doado pela Fundação Banco do Brasil, através do então Deputado Federal Francisco Dornelles, em fins dos anos 1990. Já o segundo, o Maricultores de Jurujuba II (*Maricultor II*), tem 9,60 metros e, foi doado através da parceria COPPE/Petrobras, a partir do projeto executado pela COPPE na Associação.

O *Maricultor II* é, prioritariamente, utilizado para conduzir os marisqueiros até os bancos mexilhoneiros. Entretanto, durante a época do defeso⁸⁹ do mexilhão (de setembro a dezembro), ambos os barcos podem ser utilizados para a pesca. Observou-se que se a comercialização de pescado tem sido fundamental para a Associação, a mesma tem também ensaiado um investimento na pesca.

Para tanto, a organização contrata mestres, com experiência e parte dos pescadores. Alguns associados e moradores da Travessa já participaram das pescarias para auxiliar e aprender a arte da pesca. Há indícios que a diretoria gostaria que um dos encarregados pelas embarcações fizesse o curso para “mestrar” os barcos da Associação durante a temporada de pesca. Este associado, que já participou de pescarias, diante das situações experimentadas em alto mar, não demonstra interesse em assumir tal responsabilidade.

Existem dois associados que são encarregados pelos barcos (o quê implica na sua manutenção, na decisão de quando sair para o mar para extrair o mexilhão e, também, na organização do grupo que irá), cuja atuação tem um significado importante, propiciando o trabalho no Centro de Beneficiamento e a comercialização, pelo menos do mexilhão.

Os barcos têm fundamental importância para aqueles associados que não têm condições de adquirir suas próprias embarcações. Elas são meios de trabalho essenciais para o exercício da atividade, uma vez que os produtores dependem delas para chegarem até os bancos mexilhoneiros que se localizam nas ilhas oceânicas.

Embora os barcos sejam de uso coletivo (assim como as caixas plásticas nas quais são depositadas as pencas de marisco quando retiradas do mar), a cada saída, os marisqueiros pagam R\$ 0,60 por quilo de mexilhão processado no Centro de

⁸⁹ O período de defeso é a época em que a atividade extrativa fica legalmente proibida, para a reprodução das espécies.

Beneficiamento. Esta taxa serve para o abastecimento e manutenção dos barcos, bem como para o pagamento das duas pessoas responsáveis pelas embarcações. Entretanto, o material necessário para o mergulho (pé de pato, máscara, snorkel, luvas etc) quando da extração do marisco nos costões, assim como as baleeiras⁹⁰ (embarcações de madeira motorizadas ou a remo) são de responsabilidade e propriedade individual. As baleeiras podem ser adquiridas em parceria, como é o caso de três irmãos que trabalham juntos na extração do mexilhão.

Quando os barcos estão estragados e requerem manutenção, o grupo não pode sair para o mar, inviabilizando a produção da própria Associação, gerando, inclusive, um problema para os marisqueiros, pois “quem não trabalha, não ganha”. Ser associado e utilizar a infra-estrutura da organização impõe certas normas de conduta. A medida que os associados saem nas embarcações da organização para a extração de sua produção de mexilhão, “devem” levar o produto para ser processado no Centro de Beneficiamento.

Já aqueles associados que tem barcos próprios têm certa autonomia em relação ao trabalho no mar e também na comercialização. Existem dois casos de associados que não residem na Travessa dos Maricultores e são proprietários de embarcações. Sua produção não é vendida exclusivamente para a Associação, como é declarado no relato de um marisqueiro:

[Aquela família] só sai no barco deles para não depender da Associação...eles botam mexilhão na Associação e também para eles [atravessadores].

90 Uma baleeira custa para o marisqueiro cerca de R\$1500,00 incluindo material e a mão de obra. Esta informação foi obtida em janeiro de 2007, quando observei a confecção de uma destas embarcações.

Foi relatado por um dos marisqueiros, proprietário de embarcação e irmão de dois membros da diretoria, que na ocasião que seu barco necessitou de reparo, foi a Associação que “emprestou” parte da quantia para o conserto.

Situação oposta é vivida pelos maricultores que dependem das embarcações da instituição para sobreviver. Estava na comunidade quando surgiu um boato de que um dos marisqueiros seria desligado da Associação por não ter “colocado” sua produção na Associação, nem ter comunicado sua intenção de revender o produto para os atravessadores do bairro. Faz parte da política local comunicar às lideranças da ALMARJ sobre a revenda do produto para os atravessadores, solicitando anuência aos mesmos. Isso pode ser verificado no relato de um marisqueiro:

P: Hoje a fábrica está funcionando e seu marisco está aqui fora.

E: Porque tem muito mexilhão lá hoje, aí ia ficar para outro dia e eu tenho mesa, material e gente para trabalhar. Eu tenho uma entrega para fazer e X me liberou, eu tenho vínculo com a casa e não posso passar para atravessador, isso é só de vez em quando. Às vezes tem alguma entrega rápida e o serviço lá dentro está lento, aí a gente também entrega.

Apesar dos esforços da Associação para atender às necessidades dos associados, isso nem sempre acontece. Tendo em vista que o pagamento não se dá obrigatoriamente por semana, há casos em que os marisqueiros têm problemas inesperados e são levados a vender seu produto para os atravessadores do bairro.

O marisqueiro que foi advertido continua na Associação, mas foi necessária uma “conversa” com as lideranças que envolveu a intermediação de um outro associado. É interessante ressaltar que existem associados “mais próximos” à diretoria e que, portanto, gozam de certo prestígio no âmbito da organização. Esta situação demonstra como as relações pessoais são fundamentais para a configuração do quadro dos associados. Além disso, evidencia um dos mecanismos de regulação, de controle e

poder que a Associação exerce sobre os associados, mas também as diferentes relações de poder em jogo na organização. As formas de controle perpassam tanto o processo de trabalho quanto a vida comunitária dos moradores da Travessa.

O EXTRATIVISMO DO MEXILHÃO

A extração do marisco no mar consiste tanto em retirar as sementes⁹¹ para o cultivo como também na retirada do mexilhão adulto do ambiente natural. Existem três formas de se obterem as sementes de mexilhão: a raspagem dos costões, coletores artificiais (estruturas específicas para a fixação natural das larvas) e a reprodução em laboratório (a qual não é praticada ainda no Brasil) (Arana, 2000). O autor ainda ressalta que, em virtude do mexilhão *Perna perna* ser uma espécie nativa e que ocorre naturalmente nas regiões costeiras do Sul e do Sudeste, numerosas sementes estão disponíveis na água à espera de um local para se fixar e começar seu crescimento. Ferreira (2005) observa que as larvas de mexilhão se fixam primeiro em um substrato filamentosos seguindo para um definitivo, mais rígido, uma maneira de evitar a competição com organismos adultos⁹². Sendo assim por razões econômicas e de preservação ambiental, o sistema de fixação artificial é o mais recomendável (Arana, 2000).

Em Jurujuba, as sementes podem ser retiradas tanto dos costões das ilhas oceânicas como de locais relativamente próximos dentro da Baía de Guanabara, como por exemplo, dos costões das Praias Adão e Eva (em Jurujuba), na praia de Boa

91 Indivíduos com aproximadamente 2,0 cm de comprimento (Manzoni, 2005).

92 Foi relatado que na época em que os técnicos da FIPERJ avaliavam junto ao grupo os melhores bancos mexilhoneiros e explicavam os mecanismos de fixação das larvas de mexilhão ao grupo, visitaram um local que não favorecia a fixação das larvas por já estar em um processo de sucessão avançado. Alguns dias após, um dos marisqueiros relatou a uma das técnicas que “agora o costão estava preparado”, pois o mesmo tinha se dirigido até o local e retirado todos os organismos, que na sua concepção impediam o estabelecimento das larvas de mexilhão.

Viagem, no Flamengo ou na Urca. A retirada de sementes é importante para o “cultivo”, ou seja, para o processo de engorda dos mexilhões. Sua extração dos costões depende, basicamente, do estágio do mexilhão nas cordas de cada produtor, pois os marisqueiros só as buscam quando da retirada do mexilhão para comercialização.

No caso de ser realizada nas proximidades ela não depende dos barcos da Associação uma vez que os marisqueiros podem ir em suas “baleeiras”. Quando vários marisqueiros estão precisando encher suas redes com sementes, o grupo se organiza e utiliza um dos barcos da Associação.

Diferentemente do processo de extração de mexilhão adulto, que será processado no Centro de Beneficiamento, para a extração de sementes não há tanta rigidez no horário de saída para o mar. Ela não é considerada pelo grupo como uma tarefa difícil, uma vez que não é necessário realizar mergulhos profundos para a obtenção das mesmas.

Para a extração de mexilhões adultos os marisqueiros saem para o mar em torno das seis horas da manhã, retornando às onze horas. O horário de volta deve, de certo modo, ser cumprido para que não se comprometa o trabalho das mulheres no Centro de Beneficiamento. Para os proprietários de barco que optarem por não vender seu produto para a Associação, o horário de retorno não é tão rígido, pois será processado nas bancas, e as descascadeiras já terão sido contatadas no dia anterior. Um entrevistado, proprietário de barco, afirma:

Quando meu barco quebra, eu já fiz algumas viagens com o barco da Associação, prefiro ir no meu porque no barco da Associação vão várias pessoas e eu tenho que obedecer normas e eu gosto de fazer meu horário.

O *Maricultor II* que é, prioritariamente, destinado ao trabalho no mexilhão comporta cerca de oito pessoas. Em épocas de abundância de mexilhão nos ambientes

naturais e havendo outros associados interessados em efetivar saídas com a equipe, os responsáveis pelos barcos se organizam para sair no *Maricultor I* ou mesmo utilizar as duas embarcações.

A escolha de um costão para a realização da atividade extrativa é determinada por vários fatores. Pode-se mencionar a observação das condições em relação à abundância de marisco e à sua qualidade, caso tenham trabalhado no local na véspera; a troca de informações com outros marisqueiros e, fundamentalmente, as condições climáticas. Chegar na “barra” (da Baía de Guanabara), avaliar a direção do vento e a maré são fatores decisivos na escolha de qual a direção seguir ou em algumas ocasiões retornar para casa. Quando o vento vem da direção Sudoeste ou do Leste o grupo não se arrisca no mar.

Os principais bancos mexilhoneiros utilizados pelo grupo são aqueles das ilhas Cagarras, Tijuca, Bananal, Redonda, dos Veados e a *dos Pai*⁹³, as quais podem ser visualizadas no mapa da página seguinte.

Tendo em vista que os costões das ilhas mencionadas são utilizados por inúmeros grupos de marisqueiros, e considerando as formas de apropriação dos espaços pesqueiros descritos por pesquisadores para as populações de pescadores artesanais (Cordell, 2001; Maldonado, 2000), me interessei em saber se não ocorriam conflitos com outros marisqueiros. Os entrevistados indicaram que *há espaço para todos*, não havendo conflitos. Embora tenham relatado que os pescadores de Itaipu *não gostam de ver o barco da Associação chegando com as várias baleeiras*. Pessanha (2003) já tinha indicado em sua pesquisa em Itaipu no ano de 1975, que os pescadores daquela localidade prezavam e defendiam seus locais de pesca. Embora o estudo das formas de apropriação dos bancos mexilhoneiros para a implementação de políticas de

93 As ilhas *dos Pai*, como eles designam, são um conjunto de três ilhas (Ilha do Pai, I. da Mãe e I. da menininha) localizadas nas proximidades de Itaipu.

gerenciamento e ordenamento da atividade extrativa, seja fundamental, este tema não pode ser desenvolvido ao longo do trabalho.

No que diz respeito á saída para o mar, geralmente, são levadas cerca de 60 caixas plásticas apropriadas para pescado, onde serão armazenadas as *penca*s de mexilhão. Conforme a média de mexilhão retirada, cada marisqueiro ou grupo de marisqueiro utiliza cerca de 20 caixas. Esta é, em certa medida, uma maneira de uniformizar a produção do grupo. Nem sempre as 20 caixas serão utilizadas, isso dependerá da disposição do mergulhador, de sua agilidade e da facilidade em retirar as *penca*s dos costões.

Quando o barco chega ao local escolhido, as baleeiras que foram no convés do barco junto com os marisqueiros, são colocadas na água. Cada marisqueiro, com seu segurador⁹⁴, coloca 10 caixas plásticas na baleeira, seguindo a remo até próximo ao costão. Os marisqueiros mergulham para retirar as *penca*s de mexilhão enquanto o segurador rema no sentido de manter a baleeira próxima ao marisqueiro.

A figura do segurador, que pode ser um membro da família ou conhecido, além de facilitar o trabalho, auxilia na segurança do mergulhador, pois exerce também uma função de vigia. O segurador recebe do marisqueiro cerca de R\$ 20,00 por dia de trabalho. Há casos em que os marisqueiros se “aventuram” em um trabalho solitário no mar, amarrando uma corda no corpo e a outra extremidade na baleeira para poderem mergulhar e extrair o mexilhão.

Cada mergulho “deve” resultar em uma *penca* de marisco. A mesma será entregue ao segurador, que a depositará em uma das caixas plásticas dispostas na baleeira. Quando as primeiras 10 caixas estiverem preenchidas, marisqueiro e segurador

94 Cada marisqueiro leva uma pessoa para segurar a baleeira enquanto mergulha. Na falta do segurador o trabalho torna-se mais difícil e perigoso.

vão até o barco onde as depositam na área do convés destinada a eles⁹⁵. Retornam com outras 10 caixas plásticas para novos mergulhos, que, se bem sucedidos, resultarão no seu preenchimento. Ao final do trabalho, com as caixas de marisco alocadas no convés do barco, as baleeiras são rebocadas para Jurujuba.

O mergulho é feito com máscara de mergulho e a maioria também utiliza pé de pato. As luvas são adotadas por alguns para evitar cortes nas mãos pelas conchas do molusco. A maioria não utiliza snorkel, nem roupa de mergulho para se proteger da água fria. Estes materiais são individuais. Como são de custo elevado, uma estratégia é comprar equipamentos de segunda mão dos conhecidos.

A cavadeira é uma ferramenta fundamental para a extração das *penas* do marisco dos costões. Esta ferramenta se assemelha a uma pá de jardinagem e tem um longo cabo de madeira. Ao mergulharem, identificam os melhores mexilhões e o retiram com a cavadeira. Seguram a cavadeira com as duas mãos na posição horizontal para soltar a penca e, quando a mesma estiver solta, passam o instrumento para uma das mãos e com a outra seguram a penca de mexilhão.



Figura 18 – Material utilizado no processo de extração: cavadeira, pé de pato e máscara de mergulho. Foto da autora.

⁹⁵ O convés do *Maricultor II* foi pintado com faixas pretas, delimitando quatro áreas, para que cada marisqueiro tenha um local determinado para armazenar sua produção.

Um procedimento realizado pelos marisqueiros, ainda na água, é pegar alguns indivíduos de mexilhão e quebrar suas conchas, se esta formar uma camada de gordura, o mexilhão está “gordo”. Estar “gordo” e “grande” são dois critérios importantes na extração do molusco, pois resultarão em uma maior produtividade e retorno financeiro.

Manzoni (2005) apresenta em sua tese as três fases de desenvolvimento pelas quais passa o mexilhão, auxiliando na compreensão da terminologia (mexilhão gordo e mexilhão magro) utilizada pelos marisqueiros. O estágio 1 (Organismos imaturos, presença de esboços foliculares das gônadas, sendo impossível distinguir, através da coloração do manto, machos e fêmeas), o estágio 2 (Organismos em maturação, com folículos visíveis, o manto começa a apresentar um aspecto mais característico, de coloração branca para os machos e salmão para as fêmeas) e o estágio 3 (Organismos sexualmente maduros, com o máximo de desenvolvimento dos folículos nas gônadas e maior espessura do manto. Nas fêmeas o manto é alaranjado e nos machos branco creme). No primeiro estágio o marisco é considerado “magro”, pois é um indivíduo imaturo e desovado. No estágio 2 o marisco está em processo de maturação, engordando, e no último estágio o mexilhão é considerado “gordo” pois está maduro, cheio, estando ideal para a comercialização.

Caso os mariscos sejam de “boa qualidade” no costão da ilha escolhida e as condições climáticas estiverem favoráveis, os marisqueiros podem retornar ao local por vários dias consecutivos. Os relatos indicam que a retirada das pencas se torna mais fácil a partir do momento em que já houve extração anterior. Alguns entrevistados apontaram que o grupo de associados já foi informado por técnicos de órgãos ambientais, que o mexilhão deveria ser retirado do costão em faixas de 2,0 metros intercaladas com regiões de 2,0 metros não exploradas, uma vez que este espaço

“vazio” seria recolonizado com organismos provenientes das áreas adjacentes, que continuam com mexilhão.

Este fato indica que os marisqueiros ainda não realizam uma gestão dos bancos mexilhoneiros, que consistiria em explorar o local dando o tempo necessário para que novos indivíduos de mexilhão se estabelecessem e atingissem o tamanho adulto, ideal para a extração. O gerenciamento e o ordenamento da atividade extrativa do mexilhão incluído na primeira concepção do *Projeto Mexilhão-Rio* como “Manejo comunitário da exploração auto-sustentada dos bancos mexilhoneiros”, demandaria um grande investimento técnico e econômico por parte das agências ambientais, bem como parcerias institucionais. Seria necessário envolver e sensibilizar todos os marisqueiros que realizam a extração do marisco nas ilhas oceânicas ao longo da costa dos Municípios do Rio de Janeiro e Niterói. Esta sensibilização poderia ser efetivada através de ações de educação ambiental com os diversos grupos que se dedicam à atividade, que poderiam viabilizar uma mudança nas práticas extrativas.

Terminado o trabalho de extração os marisqueiros amarram suas baleeiras no barco da Associação, para que as mesmas sejam rebocadas, pois neste momento o barco já está com o convés ocupado com a produção e com os membros do grupo. Do barco⁹⁶, um dos marisqueiros pode avisar a Associação, pelo celular, que estão retornando, de forma que o responsável pelo cozimento do marisco, ligue a caldeira, para que os trabalhos de lavagem e cozimento se iniciem tão logo o grupo chegue.

Na Enseada de Jurujuba, atracam o barco na bóia e, com a ajuda do segurador, os marisqueiros colocam as caixas com o molusco nas baleeiras e se deslocam para a praia. Retiradas da baleeira, as caixas são encaminhadas para a Associação. A partir deste momento a equipe de marisqueiro e segurador estão liberados e quem assume esta

96 Aqueles associados que possuem embarcações próprias e optarem por vender seu produto a outros compradores, processam seu mexilhão nas bancas da Travessa, ou, caso não residam ali e haja estrutura em suas residências, assim o fazem nos moldes artesanais.

nova etapa são os dois funcionários da Associação e as mulheres contratadas para desconchar o molusco.

Uma estratégia adotada pelo grupo consiste em um revezamento entre os marisqueiros para que a cada nova jornada um tenha sua produção cozida e beneficiada primeiro. Esse sistema de rodízio foi estabelecido para evitar a competição entre os marisqueiros e organizar o processo.



Figura 19 – Máquina de lavagem e separação dos mariscos no fundo da ALMARJ com as caixas resultantes do trabalho dos marisqueiros. Foto da autora.

No pátio da Associação, as caixas são empilhadas próximas à máquina de lavagem, onde o marisco será lavado com água doce a temperatura ambiente. A máquina tem um sistema de separação dos indivíduos de mexilhão, sendo que somente os indivíduos adultos seguem pela esteira para a máquina de cocção.

Para alguns marisqueiros a máquina de lavagem, com seu sistema de separação, pode diminuir a produtividade e o lucro individual. Os indivíduos menores podem ser utilizados para as cordas de “cultivo”, entretanto, há relatos de que, em muitos casos,

estas “sementes” não se desenvolvem. Da caldeira o mexilhão já sai diretamente por uma canaleta de alumínio dentro do “salão” do Centro de Beneficiamento.

MITILICULTURA: OS ASSOCIADOS E SEUS CULTIVOS

O “cultivo” realizado pelos marisqueiros de Jurujuba consiste na engorda de sementes em espinhéis tipo *long-line*. Os espinhéis consistem em bombonas plásticas que ficam unidas umas às outras por cordas e nas duas extremidades são fixas por duas poitas de concreto no fundo da Baía.

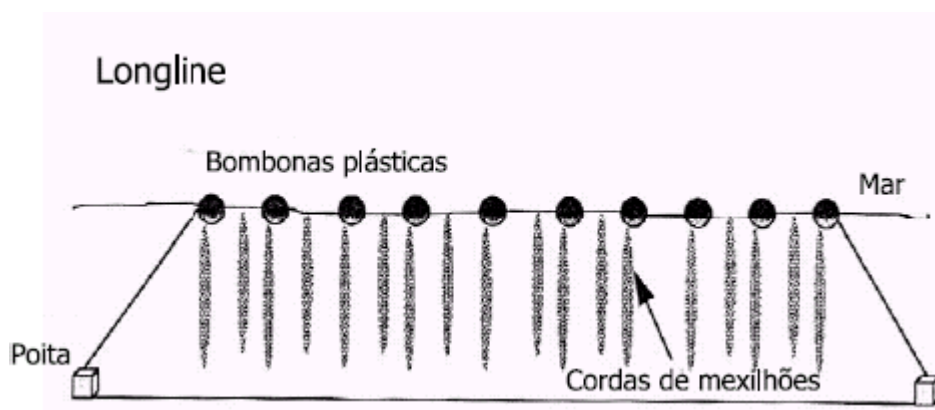


Figura 20 – Esquema da estrutura de um espinhel.

Na área escolhida para o cultivo, dentro da Baía, a profundidade varia entre 1,5 e 3,0 metros, dependendo da maré. Os primeiros espinhéis foram confeccionados no início do Projeto com recurso governamental, sendo colocados em áreas próximas à Fortaleza de Santa Cruz, em caráter experimental. A maioria dos espinhéis foi confeccionada, como já dito, com auxílio técnico e financeiro do projeto realizado pela COPPE/UFRJ, em esquema de mutirão.

Em média um espinhél tem cerca de 50 metros, com aproximadamente 100 redes de mexilhão. As redes são amarradas por uma corda no cabo que liga uma bombona a outra. É importante ressaltar que com o processo de legalização da área de cultivo, que

está em curso, será necessário um padrão no tamanho do espinhél e do número de redes em cada um deles. Somente desta maneira será possível um gerenciamento da atividade no local, bem como informações mais precisas sobre a produção.

O comprimento das redes de cultivo variam entre 1,5 e 2,0 metros, sendo assim, com as variações da maré algumas redes encostam no fundo e o marisco da porção inferior pode morrer. As redes são confeccionadas com náilon tipo barbante, e cada rolo é adquirido por cerca de R\$ 10,00. As redes são tecidas pelos próprios marisqueiros ou com ajuda de seus familiares. Podem ser confeccionadas inteiras utilizando todo o rolo de náilon e depois cortadas, ou ainda, tecidas do tamanho desejado. Com cada rolo de náilon é possível tecer cerca 60 redes de 1,5 metros. Quando prontas para utilizar, as redes têm forma de saco aberto nas duas extremidades.

Para o enchimento das redes com as sementes, o primeiro passo é dar um nó em uma das extremidades, inserir um cano de PVC de 100 ou 150 mm de diâmetro e cerca de 1,0 metro de altura. As sementes vão sendo colocadas dentro do cano, em pencas ou individualizadas, e à medida que se acomodam no fundo da rede, o cano vai sendo retirado e as redes preenchidas. Quando cheias de “sementes” é dado um nó na extremidade superior com uma corda que será amarrada no cabo do espinhél.

De acordo com as instruções técnicas recebidas pelos marisqueiros, a corda que fixa a rede de cultivo ao espinhél deve ser amarrada no nó da parte inferior da rede. Porém, alguns marisqueiros não adotam esta prática, argumentando que há uma economia de cordas, tendo em vista que a extensão da corda que percorre toda a altura da rede, ficaria subutilizada. No caso destes marisqueiros, eles amarram as redes, na porção superior e daí diretamente ao cabo do espinhél. Entretanto, para aqueles que continuam usando a técnica inicial, esta “inovação” pode levar a perda da rede.



Figura 21 - Corda de cultivo com as sementes após alguns dias no mar.
Foto cedida por Marcos Bezerra de Menezes.

Outro procedimento utilizado por alguns do grupo quando da “semeadura” é a utilização de uma meia especial de algodão⁹⁷ internamente à rede para auxiliar na fixação das sementes. Esta meia se deteriora na água em alguns dias, porém, neste momento, as sementes já estarão mais fixas ao novo “substrato”. Segundo relatado, as sementes provenientes de áreas da Baía de Guanabara, morrem quando a meia é utilizada, neste caso ela é evitada. Para alguns membros do grupo a meia não é mais utilizada porque perceberam a sua “inutilidade” mas, principalmente, visando a redução dos gastos.

O mexilhão das cordas de cultivo, dos marisqueiros vinculados à ALMARJ, fica no mar por um tempo que varia de seis a oito meses para a engorda. Alguns marisqueiros informaram a opção por realizar o “plantio” utilizando sementes de tamanho maior no sentido de reduzir o tempo de crescimento, assim visando um retorno financeiro mais rápido.

Manzoni (2005) fazendo referência a pesquisas realizadas em Cabo Frio-RJ, assinala que indivíduos com 3,0 cm, quando colocados nas redes de cultivo, atingiram

97 A “meia” utilizada é uma adaptação feita pelos marisqueiros locais. Aqueles que ainda a utilizam, compram um material da marca Neveline, utilizado no processo de engessar.

tamanho comercial (70 a 80 cm) entre oito a doze meses. O autor ainda cita um trabalho realizado na Baía de Guanabara, na qual foi detectado que as sementes com 2,0 cm atingiram 8,0 cm após seis meses de cultivo. A alta taxa de crescimento observada foi devido ao grau de eutrofização do local, resultante do lançamento de efluentes domésticos, chamando a atenção para a necessidade de um processo de depuração anterior à comercialização. Neste sentido, Nascimento (1996) afirma que a produtividade de mexilhão no Brasil pode ser considerada, sem dúvida alguma, a maior do mundo, pois os relatos para a Espanha, França e Holanda são de que os mexilhões alcançam o tamanho comercial somente após 18, 24 e 36 meses, respectivamente.

Em Santa Catarina, onde a atividade é mais desenvolvida do que no resto do país, os pequenos produtores de mexilhão realizam seus cultivos em áreas de até 1,0 hectare (Arana, 2000), sendo que cada maricultor pode possuir de duas a quatro mil cordas de cultivo (Nascimento, 1996)⁹⁸. Os criadores de mexilhões (mitilicultores) declararam que produzem aproximadamente de 6.000 a 12.000 kg/ano de marisco descascado (sem concha), sendo que a renda média mensal de cada mitilicultor pode chegar a cinco salários mínimos⁹⁹. Neste estado, a produção varia durante o ano, sendo que no verão obtêm-se os melhores resultados.

Cabe mencionar que, em Jurujuba, cada marisqueiro tem poucos espinhéis de cultivo, variando entre um a dois quando de propriedade individual. Se em parceria, este número pode ser de quatro. Uma única família que não reside na Travessa, tem mais de quatro espinhéis porque tem vários membros engajados na atividade.

O cultivo da ALMARJ é realizado em uma área de 100m x 200m, perfazendo uma área de 2,0 hectares, e não existem dados exatos acerca de sua produtividade.

98 Caso um maricultor tenha quatro espinhéis com 90 redes, o máximo de redes que ele terá serão 360 redes, o que pode ser considerado pouco para sua sobrevivência tendo em vista os dados para o estado de Santa Catarina.

99 Em Jurujuba foi indicado que a renda média dos marisqueiros associados não é inferior a dois salários mínimos, entretanto esse dado não é preciso.

Somente com o processo de legalização da área é que poderão contar com estatísticas mais precisas tendo em vista as exigências dos órgãos ambientais.



Figura 22 – Vista da Enseada de Jurujuba com a área de cultivo de mexilhões. Foto da autora.

Além disso, a “semeadura” é realizada em momentos distintos, sendo que cada espinhél pode conter redes com mexilhão em diferentes estágios de desenvolvimento. Alguns marisqueiros mantêm um controle, anotando a data em que encheram as redes, enquanto outros o fazem somente através da observação. Para alguns maricultores cada rede produz cerca de três quilos de mexilhão enquanto para outros a produtividade em cada rede é de oito quilos. Manzoni (2005) fazendo menção a uma pesquisa realizada no Estado de Santa Catarina indicando que nos cultivos realizados em locais com profundidade inferior a quatro metros, cujas redes tinham tamanho de 1,5 metros, a produtividade variou de 12 a 15 quilos por metro de corda de cultivo.

A maioria dos marisqueiros entrevistados informou que faz a limpeza das redes mexilhoneiras num intervalo de tempo que pode variar de quinze dias a uma vez por mês, porém foi relatado um caso em que a limpeza não é realizada. Limpar as redes

consiste em retirar as redes da água, deixá-las no sol por um período, retirar as cracas e outros organismos que se acumulam entre os indivíduos de mexilhão. A limpeza é geralmente realizada pelos próprios marisqueiros.

Além do processo de limpeza, há necessidade de acompanhar o crescimento e a engorda dos mexilhões nas cordas. Quando os mariscos estão grandes as cordas ficam pesadas e as *pencas* de mexilhão podem cair. Tal fato leva, inevitavelmente, a perda da produção, pois o marisco morre ao entrar em contato com o lodo do fundo (não tem mais condições de se alimentar e obter oxigênio). Como o movimento das ondas na Enseada de Juruçuba foi acentuado em função do trânsito dos catamarãs que fazem a travessia Praça XV/RJ-Charitas, caso o mexilhão esteja adequado para ser retirado e o movimento da água se intensifique, o marisqueiro pode perder sua produção.

Quando o marisco das cordas atinge o tamanho ideal para comercialização e está gordo, é retirado das cordas, podendo seguir para o Centro de Beneficiamento. Porém, nem sempre a quantidade de marisco retirada pelos marisqueiros é suficiente¹⁰⁰ para ligar a máquina de cocção da Associação, que é elétrica. Nestes casos, os produtores podem cozinhar o mexilhão nos moldes “antigos”, nas bancas em frente às casas e o comercializam independentemente.

O PROCESSO PRODUTIVO NO CENTRO DE BENEFICIAMENTO

O Centro de Beneficiamento começou a funcionar em 2000. Em termos de sua operação central ele consiste no *salão* e na sala de embalagem. No *salão*, há quatro mesas de alumínio para cerca de 10 mulheres; e duas bancadas, uma para a lavagem do marisco e outra para a pesagem da produção individual, realizada com balança digital.

100 Segundo informações de uma entrevistada, significa uma quantidade superior a 100 kg de marisco.

Na sala menor, o marisco é pesado em outra balança digital e embalado em sacos plásticos da Associação. No *salão* as mulheres se agrupam nas mesas, para a execução do trabalho, de acordo com as relações de proximidade estabelecidas no âmbito da vida social.

Seu funcionamento depende da sazonalidade do mexilhão, das condições climáticas e também do período do defeso. A atividade se concentra nos meses de verão, quando o mar está mais calmo, coincidindo com o final do período de defeso. O trabalho no Centro é prioritariamente feminino. Ele só se efetiva a partir da produção dos marisqueiros, que saem para o mar ou retiram o mexilhão das cordas do “cultivo”. Essa dicotomia entre a terra, enquanto espaço feminino, e o mar como um espaço masculino, já foi assinalada para a pesca tradicional (Silva, 1989; Diegues, 1983 e 1988; Adams, 2000), onde as mulheres se ocupam do cuidado do lar e da família, assim como de atividades que complementam a vida do pescador, através do extrativismo, cultivo ou criação, enquanto o trabalho no mar e na pescaria é realizado pelos homens.

A sazonalidade do mexilhão no Centro de Beneficiamento pode ser verificada no gráfico abaixo, que mostra a produção trazida pelos marisqueiros. Embora ela se apresente um tanto distorcida, pois inclui tanto o mexilhão extraído do ambiente natural como aquele proveniente do cultivo. Este gráfico foi elaborado a partir de planilhas de produção dos anos 2005 e 2006 cedidas pela Associação.

Produção mensal dos marisqueiros

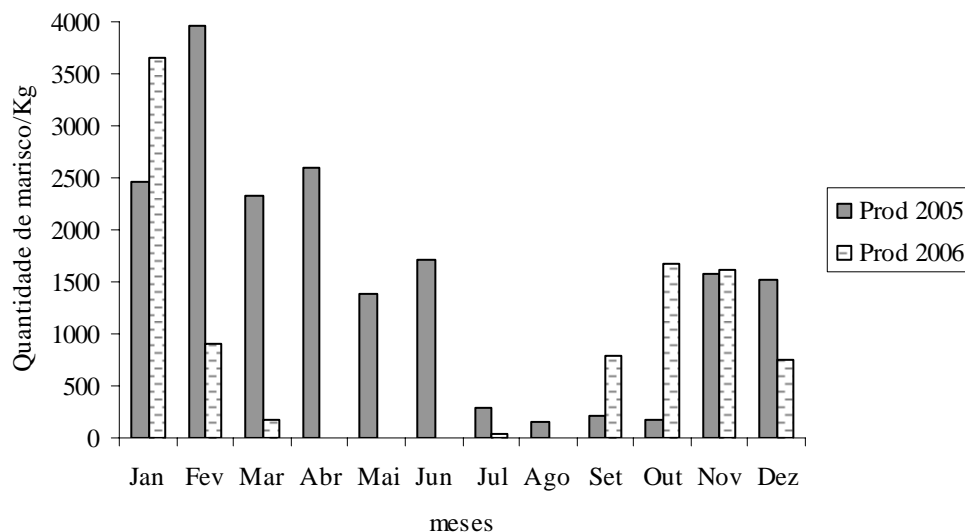


Figura 23 – Gráfico da Produção de Marisco nos anos de 2005 e 2006.

A primeira conclusão evidenciada pelo gráfico é que ao longo de 2005 a produção mensal de marisco processado no Centro de Beneficiamento foi maior do que em 2006, havendo uma diminuição nos meses de julho, agosto, setembro e outubro.

Uma segunda análise permite verificar que a maior produtividade ocorreu nos meses mais quentes, corroborando as informações dos marisqueiros que nos meses de inverno o mar está mais agitado, prejudicando a produção. Na concepção dos marisqueiros o período de defeso deveria ser estabelecido nestes meses. Uma liderança afirmou que a produção do ano de 2006 foi menor do que a dos anos anteriores em função das exigências dos órgãos ambientais durante o defeso. O entrevistado ainda indicou que, nos primeiros anos quando a política foi implementada, a fiscalização não se era tão rigorosa. Mas, com o crescimento da atividade mexilhoneira no âmbito nacional, foi necessário um investimento das agências ambientais para um controle mais rígido da atividade. Neste sentido, foram criados mecanismos que impõem às próprias instituições, como a ALMARJ, um gerenciamento interno de suas atividades.

Este cenário está levando o grupo a se adaptar a nova situação, principalmente quando diz respeito ao “cultivo”. Cabe lembrar que o mexilhão, para ser retirado do cultivo, deve ter um tamanho adequado para a comercialização e isso depende de quando as sementes foram colocadas nas cordas. Como não existe uma época específica para a “semeadura”, as cordas apresentam mexilhões em vários estágios de desenvolvimento. Nesse momento, os marisqueiros estão se adequando à “semeadura” nos meses de verão, para que o produto esteja com tamanho apropriado para ser retirado do “cultivo” durante o defeso.

Tal fato poderia explicar a quantidade reduzida de mexilhão beneficiado no Centro de Beneficiamento no ano de 2006. Além disso, a produtividade também está atrelada ao número de marisqueiros que trabalharam na extração ou que retiraram o marisco de seus cultivos. O gráfico abaixo mostra o número de marisqueiros que levaram o mexilhão para ser beneficiado no Centro de Beneficiamento, durante os anos de 2005 e 2006.

No ano de 2005, 21 marisqueiros levaram sua produção para o Centro de Beneficiamento; destes, 15 se mantiveram em 2006. Cinco deles não trabalharam para a Associação em 2006, sendo compensados por outros cinco marisqueiros. Caberia dizer que o único marisqueiro que levou sua produção para a Associação em julho de 2006 é proprietário de barco e não tem cultivo, trabalhando independentemente.

Número de Marisqueiros no Centro de Beneficiamento

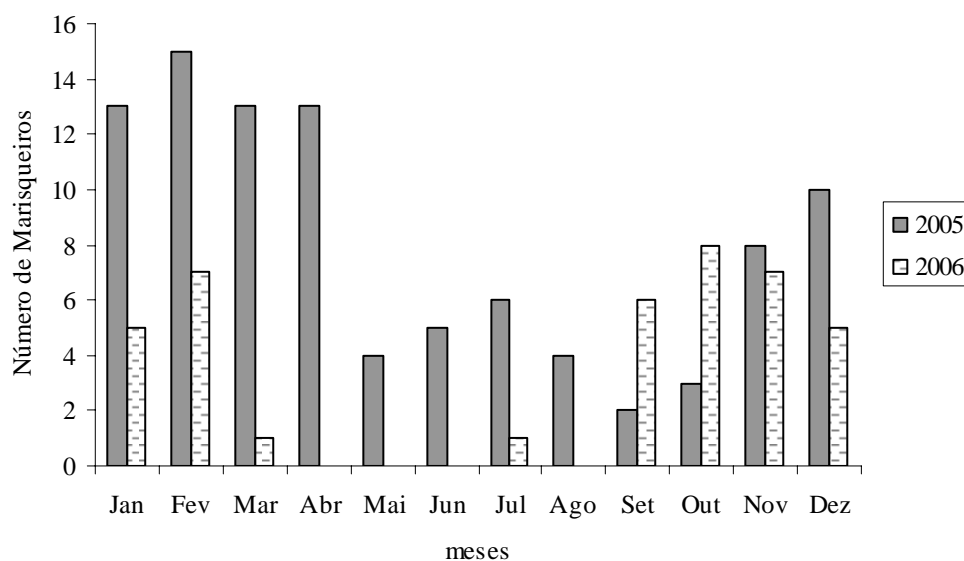


Figura 24 – Gráfico do número de marisqueiros que levaram sua produção para ser beneficiado no Centro de Beneficiamento durante os anos de 2005 e 2006.

Durante o defeso, o Centro de Beneficiamento funciona em ocasiões quando a quantidade de marisco retirada das cordas de cultivo pelos marisqueiros justifica ligar os equipamentos, bem como chamar as desconchadeiras do bairro. Essa sazonalidade afeta diretamente a economia familiar, como exemplifica uma das entrevistadas: *Na fábrica não é todo dia, não é regular e são poucos dias na semana, o que não dá para pagar as contas*. Esta entrevistada optou por trabalhar “em casa de família”, com carteira assinada, a se submeter à irregularidade do trabalho no mexilhão.

Existe um grupo responsável por “chamar” as mulheres para trabalhar no “salão”, assim como divulgar no bairro quando há “vagas” para desconchadeiras, fato que está relacionado à quantidade de marisco trazida pelos marisqueiros. O gráfico a seguir indica a variação mensal do número de desconchadeiras para o período de 2005-2006.

Número de desconchadeiras no Centro de Beneficiamento

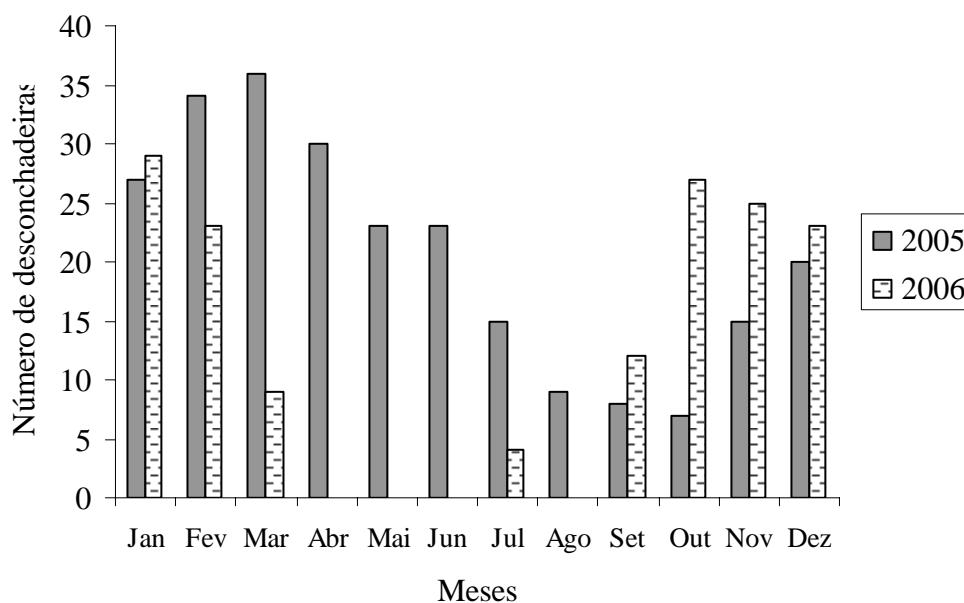


Figura 25 – Gráfico do número de desconchadeiras que trabalharam no Centro de Beneficiamento ao longo dos anos de 2005 e 2006.

Uma das entrevistadas afirmou que a Associação está de portas abertas, dependendo exclusivamente do interesse de cada mulher em se apresentar para descascar o marisco. Isso independeria da quantidade de mexilhão a ser processado, já que o pagamento se dá por produção. Entretanto, há divergências neste aspecto, sendo que houve relatos também de que algumas mulheres já foram dispensadas devido à grande quantidade de descascadeiras no *salão*.

Uma das mulheres, natural de Jurujuba, que trabalha há muito com os nordestinos como desconchadeira e tem relação de parentesco com a secretária da Associação, é responsável diretamente pelo trabalho no *salão*. O início das atividades no mesmo fica condicionado a sua presença. Ela anota a produção individual e a repassa para a secretária. De posse destes dados, a secretária irá elaborar planilhas de produtividade que subsidiarão o pagamento, ocorrido aos sábados.

A Associação ainda mantém dois funcionários que se encarregam da máquina de lavagem, pela caldeira, transferindo o mexilhão para as mesas onde o marisco será desconchado. Estes funcionários irão também retirar as cascas de marisco do local, levando-as para as caçambas apropriadas.



Figura 26 - Imagem da responsável por organizar e anotar a produção individual de cada mulher que trabalha no *salão*. Foto da autora.

A minha visita ao Centro, para observar o trabalho das mulheres, dependeu da autorização do veterinário da ALMARJ. Ele é o antigo técnico¹⁰¹ da FIPERJ e se responsabiliza, junto à Vigilância Sanitária, pela qualidade do processamento do produto que será comercializado, garantindo à Associação o SIE – Selo de Inspeção Estadual.

101 O antigo técnico da FIPERJ, que atua na Associação até hoje, representa um parceiro importante, com o qual o presidente se aconselha para a maioria dos assuntos. Quando do início da comercialização de pescado, este técnico, segundo seu relato, foi contrário a atividade, pois a mesma poderia descaracterizar a Associação, porém o grupo viu na atividade uma possibilidade de aumentar os lucros e pagar o empréstimo que tinha feito em um banco privado para a aquisição de um caminhão. Por outro lado, a diretoria aceita as opiniões deste técnico quanto à condução de certas negociações com outros órgãos, da necessidade de procurar melhorar as condições de higiene do produto, da ampliação da rede de comercialização, passando também pela sugestão do nome da firma que foi aberta para comercializar seus produtos.

No dia em que tive a oportunidade de acompanhar o trabalho, as 15 mulheres já estavam trabalhando, distribuídas nas quatro mesas de alumínio. Para o trabalho no *salão*, as mulheres devem usar botas brancas, luvas cirúrgicas, touca na cabeça e máscara tipo de dentista e avental. Neste dia, porém, a maioria não estava de máscara.

Em entrevista posterior foi informado que a utilização da mesma dificulta a respiração e aumenta a sensação de calor, já que o mexilhão chega à mesa em temperatura elevada. Quando do início das atividades no Centro a Associação cedeu um conjunto de uniforme para as mulheres. Entretanto, muitas levavam para suas casas para realizar a limpeza do mesmo e, em alguns casos, o utilizavam para outros fins, fato que diminuía a vida útil do material. Atualmente, cada interessada deve ter o seu material próprio, que é adquirido ou pedido emprestado, como foi observado. Aquelas que trabalham com regularidade no Centro podem optar por deixar seu “uniforme” no vestiário.



Figura 27 - Mulheres desconchando o mexilhão em uma das quatro mesas do *salão* do Centro de Beneficiamento. Foto da autora.

No que concerne ao processo de cozimento, o mexilhão que saía da cocção era levado para as mesas de alumínio por um funcionário em caixas plásticas. Cada mulher possuía bandejas plásticas brancas e menores aonde iam armazenando o mexilhão já descascado. As conchas iam sendo jogadas em caixas plásticas que estavam no chão, e utilizadas por duas trabalhadoras. No momento em que os recipientes estavam cheios, um dos funcionários os substituía.

Assim que as bandejas individuais estavam completas de marisco, as mulheres comunicavam à responsável e se dirigiam para a balança digital no sentido de pesar e anotar a produção individual. Esta balança está ao fundo do salão em uma bancada própria. O mexilhão pesado era depositado em caixas maiores que seria lavado, primeiro com água corrente e depois na solução de ácido láctico.

Em uma segunda bancada situada ao lado da porta de acesso, o marisco era lavado em água corrente em um processo de quatro etapas visando à retirada dos possíveis grãos de areia, pedaços de concha e outras impurezas. Com uma mangueira (borracha), dentro de uma primeira caixa plástica, as lavadeiras iam mexendo o mexilhão com as mãos, para verificar e retirar as impurezas. Processo era repetido por mais três vezes. Depois desta lavagem o mexilhão era colocado dentro de caixas plásticas em uma tina de fibra com uma solução de ácido láctico, onde permanecia por cinco minutos.

As mulheres encarregadas pela lavagem, colocavam o mexilhão na tina de fibra e encaminhavam o produto para a sala de embalagem. Ali, o marisco era embalado em sacos da Associação, pesado para que totalizasse meio quilo, sendo posteriormente lacrado com equipamento específico.

A secretária, quando chegou após o almoço, foi para a sala dos técnicos para carimbar as embalagens com a data do processamento e a validade de seis meses, se o

produto for congelado. Após beneficiado, o produto seguiu para o frigorífico onde foi armazenado para futura comercialização.



Figura 28 - Imagem do processo de lavagem do marisco depois de desconchado. Foto da autora.



Figura 29 - Marisco em imersão na solução de ácido láctico após o processo de lavagem manual. Foto da autora.



Figura 30 - Foto de uma das mulheres lacrando a embalagem de mexilhão em máquina específica. Foto da autora.

Durante minha observação fui informada que existe diferença no preço pago pela Associação, dependendo da tarefa realizada no “salão”. Em novembro de 2006, uma desconchadeira recebia R\$ 0,70/kg de marisco descascado, já as duas “lavadeiras” e a responsável pelo “salão” recebiam R\$ 0,08 do total da produção. Cabe mencionar que tanto a pessoa responsável pelo salão, como a secretária da Associação também realizam função de descascadeiras.

Entre uma e outra conversa foi possível perceber que existem mulheres com mais prática, sendo mais rápidas que as outras. Isso se refletirá no peso de marisco por elas desconchado e, portanto, em seu pagamento. Esse fato também faz com que lhes sejam atribuídos *status* diferentes em relação ao trabalho. Como foi mencionado por uma das mulheres: *X é a melhor desta mesa, e a filha vai pelo mesmo caminho!* Este fato já tinha sido apontado em um dos relatórios da pesquisa realizada pela COPPE/UFRJ (2003), o qual verificou uma rivalidade entre as mulheres que se configurava através da competição para avaliar quem teve maior produtividade.

Em termos de seu posicionamento nas mesas, como já dito, elas o fazem de acordo com suas afinidades e com as relações estabelecidas fora do *salão*. Um fato que me chamou a atenção foi que as mesmas não conversavam como fazem quando trabalham por diária nas bancas. Em uma entrevista posterior, perguntei sobre o pouco diálogo que observei e a entrevistada relatou que naquele dia o “fiscal” estava presente e, por isso, não estavam conversando. A ausência do uso da máscara e a presença do “fiscal”, explicaria o pouco diálogo observado. O fiscal a que se referia a entrevistada é o antigo técnico da FIPERJ, que autorizou minha entrada no salão. Como é o técnico que tem a responsabilidade de responder pela qualidade do mexilhão da Associação, é visto como “fiscal”.

Quando do início das atividades na *fábrica*¹⁰², o pagamento era realizado por diária. Entretanto, segundo um dos associados, as mulheres deixavam o *salão* por muito tempo, sobrecarregando as que permaneciam. Assim, a diretoria resolveu que a melhor estratégia seria o pagamento por produção.

Foi relatado por algumas das entrevistadas que o fato da Associação pagá-las por produção reduz seus ganhos, pois é necessário trabalhar intensamente para receber a mesma quantia da diária que é paga pelo trabalho nas bancas, que varia entre R\$ 15,00 e R\$ 20,00. Uma das entrevistadas que já trabalhou na *fábrica* relatou: *Só vou voltar para fábrica quando todos colocarem mexilhão lá dentro*. Na sua avaliação, somente com grande quantidade de marisco no Centro de Beneficiamento é possível ter retorno financeiro que compense trabalhar ali.

Ao longo do trabalho de campo fui informada de que, quando do início das atividades no Centro de Beneficiamento, as mulheres que passaram a trabalhar no seu

102 As mulheres que passaram a trabalhar no Centro de Beneficiamento, no processo de seu estabelecimento, receberam cerca de quatro cursos de capacitação sobre higiene e manipulação do mexilhão. Entretanto, a maioria das mulheres que participaram destes cursos não vem atuando regularmente no Centro de Beneficiamento. O Laboratório Matos & Matos, que atualmente realiza as análises bioquímicas da água e de amostras de mexilhão, também ofereceu um destes cursos.

interior eram aquelas que trabalhavam no esquema familiar na Travessa dos Maricultores. Muitas das moradoras entrevistadas se afastaram da atividade ou da *fábrica* por uma série de motivos pessoais (doença, filhos etc.) e/ou financeiros. Atualmente as mulheres que atuam na *fábrica* são provenientes de outras regiões do bairro ou mesmo de outros locais, como o Preventório.

Uma das entrevistadas que trabalhou por nove anos no mexilhão, no sistema familiar, afirmou: *Fui vendo que a gente foi regredindo, regredindo com o trabalho na fábrica...O mexilhão já foi tempo de ganhar, hoje não é lucro não!* Manzoni (2005) faz referência a pesquisas realizadas no Estado de São Paulo onde foi observado que o sistema familiar mostrou-se mais viável, independente da condição de manejo e do preço pago pelo produto, devido ao menor investimento e custo deste sistema.

O fato de existir uma pessoa responsável pelo trabalho que não é do *Norte* e das mulheres terem que se adequar a algumas normas internas, acaba afastando muitas das mulheres do *Norte* do Centro de Beneficiamento.

Se por um lado há um descontentamento de algumas trabalhadoras em relação ao retorno financeiro; por outro, trabalhar na *fábrica* significa ter mais independência, pois existe a possibilidade de sair quando necessário, avisar que se chegará ou sairá mais cedo etc. Quando se trabalha fora da *fábrica*, por diária, ela assume um compromisso com o marisqueiro, tendo que permanecer até a finalização do trabalho. Foi observado que algumas mulheres que optaram pelo trabalho em casa de família, durante seu período de férias, trabalham no Centro de Beneficiamento para garantir uma renda extra.

Tendo em vista a sazonalidade do trabalho, imposta pelas condições climáticas e pela legislação ambiental, quando não há trabalho no Centro, muitas mulheres que atuam na *fábrica* e moram no bairro se dividem entre os marisqueiros que processam o

mexilhão fora do âmbito da Associação. Esta é uma maneira tanto de garantir uma renda mensal, como também de se manter vinculada na antiga forma de trabalho, mantendo suas relações de sociabilidade.

Aos sábados as descascadeiras se dirigem até a sede da Associação para receber. O pagamento foi acompanhado em uma ocasião quando pude observar que as mulheres não tinham idéia de sua produção semanal. Algumas ficaram mesmo surpresas com a quantia recebida. Aquelas que não podem ir até a Associação, pegam seu pagamento posteriormente. Neste caso, a secretária organiza a quantia de cada trabalhadora em pequenos envelopes, confeccionados por ela mesma, deixando-os separados para a entrega.

O pagamento dos marisqueiros também se dá aos sábados, no entanto, isto não acontece, obrigatoriamente, semanalmente, podendo ocorrer a cada quinzena, como evidenciado neste relato de um dos associados: *às vezes pagam por semana, ou quinze dias, ou dão um cheque...às vezes é muito mexilhão e a venda cai. Quando dá para pagar semanal, eles pagam.*

Quando não há possibilidade de pagar o valor integral da produção aos pequenos produtores, a diretoria lhes fornece um adiantamento. Presenciei um dos marisqueiros, que precisava do pagamento para manutenção de seu barco, esperar até o final do pagamento dos pescadores¹⁰³ para que recebesse parte do que lhe cabia pela sua produção. A Associação ainda trabalha com os “vales”, sendo que neste quesito, há relatos de que poderia haver uma política diferenciada de fornecimento dos mesmos. Isso evidencia as relações de proximidade com a diretoria que dependem da confiança, lealdade e dedicação aos projetos da organização.

103 Aos sábados também é realizado o pagamento para alguns pescadores que negociam com a Associação.

Um marisqueiro explicitou uma outra posição em relação ao pagamento e ao trabalho da Associação e do Centro de Beneficiamento, segundo ele: *Na Associação se trabalha o dia que eles querem, eles pagam o preço que querem...dizem que o mercado está ruim, que tem que tirar nota.*

O relato traz à tona a questão do preço pago pela ALMARJ para os marisqueiros, que é inferior ao pago pelos atravessadores do bairro¹⁰⁴. No período do trabalho de campo a Associação pagava ao marisqueiro R\$ 3,00 por quilo de mexilhão, alegando os gastos que tem para manter a estrutura do Centro de Beneficiamento. Os atravessadores locais pagavam em torno de R\$ 5,00, podendo chegar a R\$ 6,00, dependendo da qualidade (tamanho e se o marisco estivesse gordo) do produto.

O problema “da nota” também mencionado acima diz respeito ao fato de que, legalmente, uma Associação não pode emitir nota fiscal de compra e venda, dificultando a comercialização do mexilhão. Segundo informações, vários estabelecimentos comerciais não adquirem o produto pela falta de nota fiscal. A solução encontrada pelo grupo foi a de formalizar uma pequena empresa de pescado, no final de 2006, o que aumentará as possibilidades de comercialização de seus produtos¹⁰⁵.

A COMERCIALIZAÇÃO DE PESCADO

Como já indicado anteriormente, em função da queda na produtividade do mexilhão, que dificultava o pagamento de empréstimos tomados pela ALMARJ no

104 Os dois principais atravessadores que atuam no bairro, levam o produto para o Mercado São Pedro e mantêm contato com um vendedor de São Paulo. A comercialização realizada pela ALMARJ se dá basicamente no CEASA, para uma churrascaria e para pessoas que compram em pequena quantidade.

105 A questão da nota fiscal é um problema antigo. Ainda nos anos 1980 o grupo estabeleceu uma parceria com uma rede de supermercados. Mas não foi possível continuar revendendo o mexilhão para tal empresa, uma vez que a mesma passou a exigir nota fiscal.

sentido da aquisição de maquinário e de um dos caminhões, a comercialização de pescado foi iniciada como uma alternativa.

Nós compramos o caminhão para ser pago com o marisco, já que o grosso do nosso trabalho era o mexilhão, mas sempre vinha um pouco de peixe. Mas a necessidade e a visão para frente nos fez trabalhar também com o peixe.

O relato acima, de um dos responsáveis pela comercialização de peixe, mostra que durante a comercialização do marisco já revendiam peixe que era pescado por associados. Naquele momento, o grupo observava quais espécies de pescado eram comercializadas, aprendendo sobre valores, potenciais compradores e sazonalidade das espécies.

As primeiras grandes compras de pescado foram feitas com pescadores da região que costumavam vender seu produto no cais de Jurujuba. Entretanto, existiam na época dois atravessadores que combinavam o preço a ser pago aos pescadores e, a opção para entrar no ramo da pesca, foi oferecer um preço maior àquele dos atravessadores. Com isso, mantendo-se com eles uma relação distinta, pagando à vista, ou propondo uma negociação mais interessante para o pescador. Dada a ampliação das redes de comercialização, os pescadores passaram a comunicar aos responsáveis da ALMARJ o local onde iriam desembarcar. O grupo para lá se dirigia no sentido de efetivar a compra do peixe. Desse modo, a Associação evitaria passar pelo cais de Jurujuba.

O bom relacionamento com os pescadores mantido pela Associação e as relações estabelecidas ao longo dos anos são fundamentais para sua atuação no mercado. Isso é explicitado, sendo também valorizado, por um entrevistado que assinala: *Temos um bom relacionamento com todos. A gente procura respeitar as pessoas e elas nos recomendam para os outros, é uma propaganda de boca em boca.* Quando compara o

relacionamento de outros atravessadores com os pescadores, afirma. *O X vende peixe para gente também, mas ele não trata bem o pescador, não.*

Outro aspecto que os entrevistados costumam valorizar é o fato de que trabalham pegando peixe inclusive nos finais de semana, que é comercializado no CEASA na segunda-feira. *Nós pegamos o peixe, inclusive sábado e domingo, aí gela para levar para o CEASA na segunda. O atravessador não trabalha sábado e domingo. Nós sim, porque a gente quer vencer!*

As bases em que se dão as negociações se refletem nas situações em que são procurados pelos pescadores de várias regiões do estado. Durante a safra do dourado, em que estava no campo, foram chamados por pescadores de Angra dos Reis para que fossem buscar seu pescado. Os dois caminhões da Associação se dirigiram para a região, com os responsáveis pela comercialização, cerca de quatro pessoas. Ao chegar em Angra, outros barcos ofereceram o produto, sendo necessário alugar mais um caminhão e solicitar ajuda de um morador da comunidade para dirigi-lo. Caberia mencionar que este morador não é associado nem trabalha com o mexilhão, mas é cunhado de um dos membros da Associação ligado à comercialização.

A ALMARJ compra pescado de aproximadamente 50 barcos do Estado, principalmente das regiões de Angra dos Reis, Parati, Cabo Frio, Rio das Ostras e Macaé. Algumas estimativas realizadas pela diretoria da ALMARJ demonstram que, de 2005 até o encerramento deste trabalho (fevereiro de 2007), foram realizadas cerca de 140 transações comerciais com barcos de diversas regiões do estado. Hoje, a ALMARJ já atua no Cais de Jurujuba, mas a ocupação deste espaço não se deu sem tensões, como se pode verificar a partir do relato de um dos responsáveis pela comercialização:

A gente teve que aprender, porque é um mundo todo diferente. Tivemos que peitar os caras. Se o cara pagava R\$ 15,00 nós pagávamos R\$

20,00 porque nós queríamos este espaço também. Aí chegava no mercado e dava R\$ 18,00 aí a gente saía perdendo. Como tudo na nossa vida, foi na raça!

Este trecho aponta para as dificuldades de entrar no ramo da comercialização de pescado. Como já foi assinalado este aprendizado passou por conhecer as espécies mais valorizadas e suas sazonalidades. Além disso, dependeu de disputar e conquistar um novo espaço. Quando passaram a freqüentar o Cais de Jurujuba, muitos pescadores não acreditaram que o grupo conseguisse se estabelecer e resistir à pressão dos dois atravessadores. Muito embora, a determinação do grupo tenha sido fundamental para o ingresso na nova atividade.

Atualmente, é ela que garante a continuidade dos projetos da Associação. No entanto, ao mesmo tempo em que propicia bases materiais para o trabalho no marisco, existe uma preocupação com a “identidade” da organização. O próprio idealizador do *Mexilhão-Rio* tinha dúvidas se esta seria a melhor estratégia para enfrentar as dificuldades experimentadas. Neste sentido, houve abertura de um flanco que tem sido utilizado por outros marisqueiros para criticar e, possivelmente, enfraquecer o grupo. Isso é evidenciado no relato de uma entrevistada que não é associada:

E por fim ali virou uma peixaria, porque eles compram peixe. E agora eles estão com negócio de comprar peixe. Botaram até barco, compraram barco, né?! O pessoal, os graúdo né?! que eu não sei quem é, lá de cima que ajudaram eles que fizeram isso aí, soltava verba, botou barcos, dois barcos, até. Eles chegaram a botar para o mexilhão, depois para pesca. Então aquilo não é maricultor aquilo ali é uma peixaria. Você pode ir lá na peixaria dali que tem peixe para vender que não era para ter. Aquilo ali não é para peixe.

Assim, no entender da entrevistada estaria ocorrendo certa descaracterização na atuação da Associação. Em função de ser sido formalizada para ser uma associação de maricultores e devido a sua história, as atividades com o marisco “devem” continuar

sendo realizadas. O relato abaixo demonstra que seria necessário manter a atividade do mexilhão para que a Associação guarde suas características iniciais.

Eu estou com espinhél, eu tenho que ter espinhél, né?! Porque o espinhél é nossa vida. A gente não pode deixar de cultivar isso aí, não. Porque é a forma que a gente começou a nossa vida. A gente sabe que é uma forma de buscar nossa sobrevivência.

A entrada neste novo ramo também deflagrou conflitos internos, pois ela envolve, principalmente, um grupo de cerca de seis pessoas. Já a com o marisco, envolve grande parte dos associados. Isso é demonstrado no relato de um dos marisqueiros.

Eu sou sócio do mexilhão, do peixe não entra lucro para o nosso bolso. O lucro do peixe é só para o bolso deles [da diretoria e dos familiares e sócios envolvidos com a comercialização do pescado].

Assim é possível observar que ao ingressar no ramo da pesca o grupo não só acirrou as tensões com outros grupos de marisqueiros, mas também com membros associados. Além disso, a “nova” atividade é percebida como uma forma que poderia descaracterizar a identidade do grupo que foi arduamente conquistada. Pois, desde o momento da instalação dos migrantes em Jurujuba, o grupo sofreu com a resistência dos antigos moradores. Foi somente com a formação da Associação e todo um processo de articulação, ampliação e consolidação das redes sociais que uma identidade de marisqueiros foi construída.

Por uma vez, no cais de Jurujuba, tive a oportunidade de acompanhar o trabalho nessa nova atividade de comercialização do pescado, o qual passo a descrever a seguir.

UM DIA NO CAIS

Era manhã ensolarada de uma sexta-feira, cheguei à *peixaria* e ao indagar se meu entrevistado estava na Associação fui informada que ele estava no cais. Resolvi ir até lá procurá-lo junto com um dos associados que estava a caminho. Ao encontrar o representante da ALMARJ que iria entrevistar o mesmo me adiantou que naquele dia não seria possível conceder entrevista, pois ele estava muito atarefado. Era “época do dourado”. O dourado é um peixe nobre, responsável pelos maiores lucros da Associação. A opção foi solicitar para acompanhar seu trabalho, que foi prontamente aceito.

A equipe e o caminhão já estavam lá, aguardando para que um caminhão que ocupava a ponte do cais terminasse de ser carregado por um barco. Neste compasso de espera, meu entrevistado me mostrava tudo, dizia: *olha esse peixe aqui, quer fotografar?* E eu quase não conseguia ver nada diante da agitação do cais. O calor do dia era pouco sentido se comparado ao calor das negociações. Mestres, pescadores, compradores, observadores e pedintes estavam todos reunidos.

Enfim, o barco atracou. *Pega a balança! Está no caminhão! Vamos tarar!* Balança colocada sobre caixas plásticas e, finalmente, teve início o desembarque do dourado. Do porão do barco para as caixas plásticas, das caixas para a balança e depois para o caminhão. O peso indicado na balança era anotado em um bloquinho confeccionado com papel rascunho pela secretária da Associação.

Ei, vamos trabalhar? Claro! Respondi. Passei então a anotar o peso de cada pesagem, que era negociada entre o mestre da embarcação e o representante da ALMARJ. Dos 50 quilos de dourado indicados na balança, eu anotava 47 kg, resultado da negociação. *Deu X, anota Y, anotou?* E, assim, minha “entrevista” transcorreu.

Agora deu 20 kg, essa balança está com problema! Vamos providenciar outra, disse o mestre. O desembarque foi suspenso até a chegada de uma outra balança. Ih! deu 20 kg de novo! Posteriormente, meu entrevistado me explicou que, como em outros locais, é comum que os atravessadores utilizem balanças que apresentem algum problema de regulagem para se beneficiarem, o mestre ficou preocupado que tal prática pudesse estar sendo utilizada.



Figura 31 - Foto das atividades no Cais de Jurujuba. Foto da autora.

Os dourados, depois de pesados, eram organizados um ao lado do outro, um em cima do outro, intercalados por gelo, fora das caixas plásticas. *É assim que se transporta o dourado! Cada peixe é de um jeito!* Ao finalizar o desembarque do pescado, o mestre e meu entrevistado se deslocaram para um local mais restrito para conferir as pesagens anotadas por mim e pelo mestre e também para acertar a transação. E assim se deu meu primeiro contato neste universo, meu primeiro aprendizado no mundo da comercialização de pescado.

A Associação comercializa pescado ao longo de todo o ano; porém, é durante as safras de peixes nobres que ela faz um investimento maior. O peixe é revendido

principalmente no CEASA. Mas também é negociado com as empresas, que fazem o processamento e revendem o pescado para redes de restaurantes e supermercados. Estas empresas podem fazer encomendas ou o grupo lhes oferece quando há grande quantidade de peixe.

No CEASA, a maior parte do pescado e do marisco é vendida principalmente no espaço externo, diretamente para os compradores. Esta é uma alternativa para o lucro da Associação ser maior. Caso coloquem o produto em uma das bancas no interior do CEASA, os pregoeiros é que irão revender o produto, tirando um percentual de 10% do total comercializado.



Figura 32 - Disposição dos dourados no caminhão da Associação para posterior transporte e comercialização. Foto da autora.

Como é basicamente a comercialização do pescado que mantém as atividades da Associação, é possível que a mesma opte por pagar em dia os pescadores com quem se relaciona, enquanto, com a comunidade de marisqueiros, que são mais próximos, opte pelo pagamento em partes, quando não é possível o pagamento integral.

A Associação tem então duas frentes de trabalho, a da comercialização de pescado, a qual envolve, na prática, somente um grupo de cerca de seis pessoas, e a com

o marisco que envolve grande parte dos associados. Os marisqueiros precisam tanto se adequar às normas internas da Associação, mas também colaborar com a organização no sentido de atender as exigências legais, como a lei do defeso e o licenciamento ambiental.

Estas duas questões serão expostas no capítulo seguinte, pois são exigências que representam a importância para a conservação dos recursos naturais, mas também deflagram situações de conflito socioambiental.

CAPÍTULO 5 – OS MARISQUEIROS FRENTE À PROTEÇÃO AMBIENTAL E SOCIAL

Com a visibilidade que a Associação auferiu ao longo dos anos de atuação e com as novas políticas ambientais, o grupo vem tendo que se adequar às novas exigências dos órgãos que gerenciam e regulam as atividades extrativas e da maricultura (mitilicultura).

A maricultura não conta com uma legislação própria, sendo que é necessário acatar várias normas já existentes relativas ao acesso e uso da terra e da água, à preservação dos espaços ambientais, à produção de alimentos, à saúde pública, ao controle da contaminação e qualidade da água. Neste sentido, o grupo de marisqueiros da ALMARJ vem trabalhando para atender as demandas das agências ambientais. Além das exigências em relação ao processo de beneficiamento, estocagem, índices de concentração de elementos químicos nas amostras de mariscos, entre outros, ainda precisa atender à legislação referente à utilização das águas, ao licenciamento e ao período de defeso.

O DEFESO

A política do defeso foi estabelecida pelos órgãos ambientais no âmbito da discussão sobre a conservação da biodiversidade e do gerenciamento dos recursos naturais, em uma tentativa de estabelecer novas práticas entre os pescadores. A política da SUDEPE que levou a um esgotamento dos estoques pesqueiros demandava normas jurídicas que regulassem a atividade pesqueira.

O defeso consiste na proibição da pesca na época da reprodução das espécies e durante o período em que indivíduos jovens estão atingindo a maturidade. Ele varia de acordo com a região do país e com os aspectos biológicos específicos para cada espécie. Portanto, dependem do conhecimento científico, mas, sobretudo, do conhecimento empírico dos pescadores, que reflete o que acontece no mar, pois é a sazonalidade das espécies de peixes que determinam as pescarias.

Os períodos de defeso são determinados e regulados pelo IBAMA e devem ser respeitados pelos pescadores. Quando dos primeiros anos da implementação desta política, ela provocou uma série de impasses com os pescadores, pois os mesmos ficariam impedidos de pescar acarretando a perda de retorno financeiro. A solução encontrada foi a criação de um seguro desemprego para os pescadores, sendo que durante o defeso recebem um salário mínimo por mês. O defeso tem então dois aspectos a considerar, o ambiental e o social.

Em função da extensão e da diversidade da costa brasileira (o que implica em uma gama de diferentes ambientes e, conseqüentemente, de espécies), aquelas espécies que apresentavam maior fragilidade, foram protegidas pela delimitação de períodos de defeso.

Uma série de problemas se configurou, pois a época do defeso nem sempre estava em consonância com a biologia das espécies¹⁰⁶. Além disso, no passado os órgãos públicos não viam os pescadores como atores importantes para auxiliá-los nesta questão. Em função da carência de estudos biológicos (conhecimento científico) particular a cada região, as informações existentes foram utilizadas para estipular o período de defeso em outras localidades. Por exemplo, grande parte dos períodos de

¹⁰⁶ Uma mesma espécie pode ter seu ciclo biológico e reprodutivo diferente em cada região, pois estes dependem da disponibilidade de recursos e das condições climáticas.

defeso para a região Sudeste foi determinada a partir do conhecimento para a região Sul, onde se tem maior investimento nas pesquisas acerca da biologia das espécies aquáticas.

Ainda hoje o período estipulado pelo IBAMA nem sempre corresponde à realidade observada pelos pescadores. Na Lagoa Feia, no município de Campos de Goytacazes (RJ), Dias Neto (2006) verificou uma inadequação do sistema legal com o conhecimento empírico dos pescadores da região. Em alguns casos específicos o IBAMA tem dialogado com os pescadores (detentores do saber local e empírico), no sentido de estabelecerem juntos as políticas que irão conservar a diversidade biológica e sociocultural. Essa parceria tem resultado em portarias específicas que regulam a pesca em determinados locais, como no caso das Bacias hidrográficas dos rios São Francisco e do Paraná. Na Lagoa de Araruama, no Rio de Janeiro, os pescadores também participaram junto ao IBAMA na elaboração da Portaria que normatiza a pesca na região¹⁰⁷.

Apesar destes exemplos a situação ao longo do país permanece inalterada. Para o mexilhão *Perna perna*, espécie nativa, que é utilizada pelo grupo de marisqueiro em Jurujuba, o defeso estipulado pela portaria do IBAMA N° 09/03-N, de 20/03/2003 correspondia ao período entre 01 de setembro a 30 de novembro e de 01 de janeiro a 28 de fevereiro de cada ano. Ela foi alterada pela Portaria nº105 de 20/07/2006 consistindo, então entre 01 de setembro a 31 de dezembro.

Entretanto, esse processo não se deu simplesmente através da negociação entre marisqueiros – a partir de seus órgãos representativos¹⁰⁸ – e IBAMA. Uma liderança da ALMARJ relatou que foram inúmeras as tentativas de diálogo com a instituição, mas não tiveram êxito. Através de conversas com especialistas, em Brasília, essa mesma liderança, enquanto representante da FAPESCA, recebeu a indicação de levar à Justiça

¹⁰⁷ Informação obtida no site www.uff.br/cienciaambiental/Hidro/12-Lagoa%20de%20Araruama.pdf, em 25/04/2007.

¹⁰⁸ Esta foi uma das “lutas” conquistadas pela FAPESCA-RJ

o problema. Entrou então com uma ação junto ao Ministério Público, através da FAPESCA, solicitando a alteração do período de defeso estipulado para o mexilhão. Este processo teve uma história anterior que levou ao ganho da causa.

No Rio Grande do Sul, uma Associação de Pescadores, anos antes, entrou na Justiça solicitando a alteração do período de defeso. Contudo, tal iniciativa não foi bem sucedida., o que não consubstanciou jurisprudência.

Nesta época, no estado, os pescadores ainda não estavam organizados na Federação Estadual (FAPESCA-RS). Mas os pescadores do Amazonas já tinham criado a sua Federação e vinham reivindicando a alteração do período de defeso. Assim, a FAPESCA – RJ contactou representantes da FAPESCA – AM informando sobre a indicação de Brasília. A organização do Amazonas deu início a um processo judicial e conseguiu alterar o período de defeso na região. Após a conquista no Amazonas, foi a vez da FAPESCA-RJ. Isso dava elementos concretos para que a entidade fluminense pleiteasse na Justiça a alteração do defeso para o mexilhão.

Os principais argumentos para a alteração do período de defeso se baseavam tanto em estudos científicos como no “saber” dos marisqueiros. Segundo relatado, como existem poucos estudos para a região, ousaria dizer que para tal decisão o “saber” dos marisqueiros teve um peso maior. Para uma das lideranças da ALMARJ existem dois momentos de *defeso natural*. Durante os meses de inverno, o mexilhão está mais magro, portanto, desovando. Nos meses de verão, há também um momento de desova, mas em menor escala. Além disso, foi evidenciado que no mês de dezembro, em função das festas de final de ano, trabalha-se somente até meados do mês. Isso indica que o “saber” dos marisqueiros passa também por motivos de ordem prática da vida social.

Assim, o período de defeso ainda poderá ser alterado quando estudos mais precisos acerca da biologia reprodutiva do mexilhão para a região do Rio de Janeiro e

Niterói forem realizados, esclarecendo tal questão. A mesma liderança ainda indicou que é possível que os períodos de defeso para o mexilhão *Perna perna* possam ser diferenciados ao longo da costa do estado do Rio de Janeiro.

Os marisqueiros da ALMARJ, quando indagados sobre o período de defeso estabelecido pelo IBAMA, foram unânimes em afirmar que a época mais adequada para o mesmo seria durante os meses de inverno. A justificativa apresentada se baseava nas condições climáticas, pois o mar fica mais instável dificultando as saídas para a extração do marisco.

No que concerne ao aspecto social, o valor de um salário mínimo mensal não permite que os pescadores mantenham suas famílias durante o defeso, uma vez que muitos pescadores têm renda superior a um salário. Por isso, a forma encontrada pelos pescadores para garantir sua renda é tentar driblar a fiscalização e exercer a atividade, mesmo sabendo de sua ilegalidade. Dias Neto (2006) verificou tal fato na Lagoa Feia. Ao pescarem na Lagoa durante o defeso, os pescadores, percebendo a aproximação dos fiscais, se escondem na vegetação da lagoa ou, alternativamente, saem ainda de madrugada para evitar que sejam pegos e autuados em flagrante.

Para receber o benefício, o pescador deve estar registrado na SEAP há pelo menos um ano; exercer suas atividades de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar¹⁰⁹; sem contratação de terceiros; não pode estar recebendo nenhum benefício da Previdência ou Assistência social; esteja registrado na Previdência Social¹¹⁰ e em dia com as contribuições. Além disso, há necessidade de uma declaração

¹⁰⁹ Art. 1o O pescador profissional que exerça sua atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de parceiros, fará jus ao benefício de seguro-desemprego, no valor de um salário-mínimo mensal, durante o período de defeso de atividade pesqueira para a preservação da espécie.

¹¹⁰ Através do Número de Inscrição do Trabalhador (NIT), no Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Segundo informação de uma moradora o valor da contribuição de INSS para o pescador tem um valor diferente, cerca de R\$30,00 ao mês.

da Colônia atestando que o pescador não tem outra fonte de renda; e que se dedicou à atividade ao longo do curso de um ano.

O pescador pode requerer este benefício do primeiro ao último dia em que foi determinado o defeso, que é pago integralmente (Arana, 2000). Os marisqueiros entrevistados afirmam que mesmo “dando entrada” no processo nos primeiros dias, alguns só receberam quando o defeso estava prestes a acabar. Este fato inviabiliza que os produtores deixem de sair para o mar e processem o marisco nos antigos moldes de produção. Poderia se afirmar que a política do defeso é importante como uma forma de regular a extração de marisco dos costões, embora ela devesse ser mais adequada em termos sociais, viabilizando plenamente que os pescadores pudessem se ausentar da atividade sem comprometer sua sobrevivência.

Apesar da importância da Política do defeso ela ainda necessita ajustes, pois era comum os pescadores burlarem a lei para serem beneficiados. As Colônias de Pesca, por serem muito abrangentes, quando se responsabilizam por assinar a declaração dos pescadores, não tem condições de fiscalizar e garantir que os mesmos tenham se dedicado integralmente à pesca.

Neste sentido, quando da criação da SEAP em 2003, uma série de medidas foram empreendidas. Entre elas a de que os pescadores deveriam fazer então as carteiras da nova instituição, o que foi viabilizado pelo cadastramento dos pescadores (Registro Geral da Pesca - RGP), iniciado em 2004.

Na época do cadastramento pela SEAP¹¹¹ os pescadores deveriam indicar em qual pesca estavam engajados (pesca da sardinha, anchova, mexilhão etc.). De acordo com esta especificação é que se basearia a fiscalização e o recebimento do seguro defeso. Ao término de um segundo recadastramento em 2006, o número de pescadores

¹¹¹ Desde 1967, quando do primeiro RGP, nunca tinha sido realizado um novo processo de cadastramento.

registrados diminuiu de cerca 500 mil para 390.761 no país. Foram excluídos todos os que possuíam Carteira de Trabalho assinada e outras irregularidades, pois só têm direito à Carteira de Pescador aqueles que sobrevivem apenas da atividade pesqueira. Os marisqueiros da ALMARJ tiveram o processo de cadastramento viabilizado pelos técnicos da SEAP que estiveram na comunidade nesse recadastramento.

Outro aspecto a mencionar é que diante o novo cenário, a ALMARJ via FAPESCA, entrou, novamente, na Justiça para pleitear que as Associações de Pescadores tivessem o mesmo direito que as Colônias de Pesca, para assinarem a declaração dos pescadores. O fato de a Associação entrar na justiça para pleitear o direito de assinar as referidas declarações, segundo depoimentos, se justificava como estratégia que lhe garantiria um retorno mais imediato. No caso destas instituições demandarem uma alteração na legislação para a inclusão das Associações, o processo poderia demorar muito tempo.

O principal argumento nessa luta era o de que as Associações são instituições menores que possibilitam um controle de quem efetivamente se dedica à atividade para a qual está cadastrado na SEAP. Esta nova conquista ocorreu no final de 2005/2006. Assim, no âmbito da ALMARJ, somente receberão o benefício aqueles que efetivamente trabalham na Associação.

As mulheres que trabalham no Centro de Beneficiamento estão cadastradas como marisqueiras, portanto gozam também do direito de receber o seguro-defeso. Mesmo aquelas que deixaram o trabalho na *fábrica* alegam ter o *direito*, pois trabalharam por muitos anos na atividade em tempo integral; outras porque, além de terem se dedicado a atividade no passado, os maridos eram marisqueiros. Uma moradora da Travessa, que optou por trabalhar em casa de família, com carteira assinada, mencionou que seu esposo preferia que ela recebesse o defeso ao ter a carteira

assinada. No entanto, para ela, era mais vantajoso continuar com seus direitos trabalhistas.

No que tange à legislação ambiental, um Centro de Beneficiamento só pode funcionar durante a época de defeso com a produção do cultivo¹¹². Isto foi definido pela portaria do IBAMA nº 105 de 20/07/2006. Para que as atividades no Centro continuassem durante o defeso, foi necessário obter uma licença para trabalhar, transportar e comercializar o produto.

Neste sentido, foi elaborado um documento que comprovava que o produto beneficiado era proveniente do cultivo. Este relatório continha o nome dos associados, uma estimativa da produção individual e a quantidade de produto já armazenado no frigorífico da Associação.

Durante o período em que a extração do marisco fica proibida, observei o marisco sendo processado nas bancas da Travessa. Quando indagados sobre a situação, os marisqueiros não respondiam claramente. Em uma ocasião foi dito que era pouca a quantidade e o produto era para um amigo.

Em épocas fora do período de defeso, quando o trabalho era realizado na Travessa, as razões apontadas eram as mais diversas. Os entrevistados indicavam a falta de gás para o cozimento na caldeira; o excesso de mexilhão no Centro; a proximidade do final de semana, que faria o produto estragar se tivesse que esperar até a segunda-feira; ou, contrariamente, a pouca quantidade de mexilhão que não justificava o funcionamento das máquinas e a contratação de desconchadeiras. Isto pode ser verificado a partir do depoimento de um dos entrevistados, irmão de uma das lideranças da Associação e proprietário de barco. No dia em que concedeu entrevista, sua produção estava sendo processada em uma das bancas existentes na Travessa.

¹¹² No início do trabalho de campo a diretoria da Associação afirmou que o Centro de Beneficiamento não funcionava durante o período de defeso, mas que não podia impedir que os marisqueiros continuassem suas atividades.

*P: Hoje a fábrica está funcionando e seu marisco está aqui fora...
E: Porque tem muito mexilhão lá hoje, aí ia ficar para outro dia e eu tenho mesa, material e gente para trabalhar. Eu tenho uma entrega para fazer e X me liberou, eu tenho vínculo com a casa e não posso passar para atravessador, isso é só de vez em quando. As vezes tem alguma entrega rápida e o serviço lá dentro está lento, aí a gente também entrega.*

Quando cozinham o mexilhão fora da ALMARJ a venda pode ser feita para os atravessadores do bairro, como evidenciado no relato acima, mas também pode ser comercializado pelas pessoas encarregadas da ALMARJ. Entretanto, quando isso acontece, é uma negociação externa à Associação. Uma estratégia dos marisqueiros é armazenar algumas embalagens do produto em suas casas, vendendo-as para fregueses que os procuram em busca de pouca quantidade e de um preço melhor do que aquele oferecido pela peixaria. Isso acontece através da rede de amizades do bairro.

Ainda durante o trabalho de campo, presenciei a visita de um técnico que veio conhecer a Associação, acompanhado pelo articulador do Projeto *Mexilhão-Rio*, no sentido de viabilizarem uma parceria. Nesta ocasião, a diretoria da ALMARJ solicitou ao antigo parceiro que não levasse o técnico para conhecer a comunidade, uma vez que moradores da Travessa estavam processando o marisco nas bancas. Esse fato reflete a preocupação dos diretores em preservar a imagem de que todo o marisco é processado no Centro de Beneficiamento. O cenário que se apresenta na Travessa demonstra que o marisco processado é tanto proveniente do cultivo quanto dos costões naturais.

Os relatos e a observação direta evidenciaram que o cultivo serve para complementar a renda dos marisqueiros, mesmo porque a quantidade de cordas por marisqueiro não é suficiente para mantê-los ao longo do ano. Isso pode ser confirmado quando se compara a área de cultivo utilizada pela ALMARJ com as experiências de Santa Catarina.

O cultivo que era realizado nas proximidades da Fortaleza de Santa Cruz foi transferido para a enseada de Jurujuba, em frente à Travessa em 2004, quando a condição da água estava em consonância com as exigências ambientais. Na avaliação do grupo, a área da Fortaleza (próximo à desembocadura da Baía de Guanabara) não era viável em função das intensas correntes que faziam com que as cordas não ficassem na posição vertical, impossibilitando o bom desenvolvimento do mexilhão e também levava à perda de cordas. Além disso, houve ocorrência de roubos e os marisqueiros apontam que a cada troca de comando era necessária uma nova negociação. Diante deste cenário o grupo optou pela nova área de cultivo.

O local foi escolhido por ser mais próximo às residências dos principais envolvidos, pelas águas serem mais tranquilas, não havendo perdas constantes de mexilhão. Isso é demonstrado por Arana (2000) quando afirma que uma zona costeira apropriada para o cultivo de mexilhão deve ser protegida das ondas, ventos, correntes marinhas muito intensas, mas também não devem ser fracas a ponto de impossibilitar uma adequada circulação de água. Assim, os melhores locais apontados pelo autor são baías, enseadas, estuários, canais e fiordes.

Com o cultivo na enseada, uma nova situação se configurou. Como a região concentra os marisqueiros do bairro, foi relatado que ocorreram novos furtos de redes dos espinhéis. A partir desse momento, os demais marisqueiros podiam observar como era feito o trabalho e alguns passaram a realizar seus próprios cultivos¹¹³, alocando-os junto aos da Associação. Os entrevistados apontam que após este momento os furtos diminuíram.

A enseada é ocupada pelos espinhéis dos associados e de outros marisqueiros do bairro. Ainda serve de atracadouro para as baleeiras e barcos de pescadores que moram

¹¹³ Os espinhéis daqueles marisqueiros que não têm vínculo com a ALMARJ foram confeccionados com recursos próprios e utilizando materiais nem sempre adequados.

na região. Passou, também a ser utilizada para esportes náuticos, quando o Projeto Grael ali se instalou. Esta situação deflagrou algumas tensões que serão expostas na seção a seguir.

O MAR É DE QUEM?

Na pesca tradicional, os pescadores dividem o espaço marinho e a “posse” das áreas de pesca é legitimada por mecanismos informais internos a um grupo de pescadores (Cordell, 2001), passando pelo direito consuetudinário. A maricultura, ao contrário, pode ser entendida como uma atividade da modernidade no universo simbólico da pesca, propiciando e até exigindo dos envolvidos uma apropriação formal, uma divisão dos limites aquáticos, gerenciados por grupos de indivíduos sob a regulação do Estado.

Os locais onde são implantados parques de cultivo (a zona costeira do Brasil), geralmente, são pertencentes à União. Portanto, seu acesso encontra-se sob jurisdição federal por meio da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e Capitania dos Portos, do Ministério da Marinha.

Com o crescimento da atividade no país e os locais de cultivo sendo apropriados de forma irregular deflagrando uma série de conflitos socioambientais, foi necessário elaborar normas que regulassem a atividade. Até 2000, as atividades de aquíicultura não necessitavam de licenciamento ambiental para serem desenvolvidas, mas, a partir da instrução normativa interministerial nº 06 de 31/05/2004, hoje já é necessário.

Em Jurujuba, a Associação também teve que se adequar às normas legais, entretanto, isso só se deu no final de 2006 quando a marinha esteve no local solicitando que os marisqueiros organizassem seus cultivos, pois os mesmos estavam atrapalhando

a navegação. A “visita” da marinha à Associação, enquanto instituição representativa dos marisqueiros, se deu, segundo relatos, após uma denúncia. Em um primeiro momento a referida denúncia foi atribuída ao Projeto Social Grael. Este boato gerou um mal estar, uma vez que os representantes do Projeto não teriam ido conversar com a Associação antes de efetivá-la.

Nesta época, um dos membros da diretoria afirmou que a Associação dá sustento a muitas famílias. Além disso, a comunidade de marisqueiros já ocupa a área há mais de 30 anos e as pessoas vinculadas a ela dependem de tal atividade para sua sobrevivência. O marisco e a maricultura gerariam emprego imediato e através da Associação garantiam uma perspectiva de futuro para os associados e também para os moradores da Travessa. Por outro lado, no entendimento dos associados, poucas crianças e jovens que participam do Projeto Grael *se tornariam atletas no futuro*.

Esta situação levou o grupo a atender às exigências legais, dando início a uma nova forma de organização e tentativa de diálogo com aqueles marisqueiros do bairro, com os quais partilham a área de cultivo.

Uma primeira ação foi o esclarecimento de tal denúncia, quando membros da diretoria juntamente com a bióloga e o antigo técnico da FIPERJ se reuniram com os responsáveis do Projeto Grael, que esclareceram que tal denúncia não teria partido da instituição. Deste encontro, resultou uma possibilidade de parceria entre o Projeto Social Grael e a ALMARJ, embora até o presente momento não haja evidências de que a parceria tenha sido efetivamente implementada¹¹⁴.

¹¹⁴ O encontro entre ALMARJ e Projeto Grael se deu nos primeiros meses de 2007. Surgindo a possibilidade de parceria institucional através da incorporação das crianças da comunidade de marisqueiros no projeto Grael, assim como visitas dos membros do Projeto para conhecer o trabalho da Associação a partir de ações de Educação Ambiental. Entretanto até o mês de abril de 2007, a parceria entre as duas instituições ainda não tinha sido elaborada e nem implementada. Caberia relatar que tive a informação de que uma criança da Travessa já estava participando das atividades oferecidas (natação) pelo Projeto Social Grael e algumas mães demonstraram o interesse que seus filhos também participassem.

Caberia lembrar a questão da inserção do grupo de nordestinos no bairro e sua posição social conquistada. Como já foi mencionado foram alvo de denúncias anteriores não comprovadas, ao longo destes anos. Esta seria apenas mais um exemplo dos mecanismos utilizados pelos moradores mais antigos para prejudicar o reconhecimento dos migrantes. Assim, as denúncias poderiam ser pensadas como uma estratégia de enfraquecer e abalar a imagem e o poder da Associação dos Maricultores. Tendo em vista o esclarecimento que a denúncia não seria proveniente do Projeto Grael ela poderia ter sido realizada por algum antigo morador ou pescador que divide o espaço da enseada com os cultivos dos marisqueiros.

A partir da denúncia, a Marinha teria afirmado que os cultivos não legalizados terão de ser retirados. Esta exigência da marinha poderá levar os marisqueiros não associados a participarem da Associação ou até mesmo se organizarem no sentido de pleitearem a legalização de seus cultivos. Pois a solicitação para a legalização de uma área pode ser feita por pessoa física, não necessitando obrigatoriamente passar pela organização institucional. Essa nova situação talvez acarrete mudanças no cenário atual que envolve os marisqueiros da enseada de Jurujuba.

A Associação, para as instituições externas ao bairro, é uma instituição representativa dos maricultores em geral. Mas, aqueles que têm conhecimento da situação dos marisqueiros de Jurujuba, sabem que isto não se dá dessa forma. A Marinha teria atribuído à Associação a tarefa de gerenciar um problema que não é causado por ela, na compreensão da diretoria. Durante a pesquisa foi percebida uma tentativa de alguns associados em convencer os demais marisqueiros a se associarem, especialmente aqueles que mantêm seus cultivos junto aos da Associação. Esta seria uma tentativa de ampliar o diálogo entre Associação e marisqueiros, fortalecendo a instituição e beneficiando os marisqueiros. Embora essa negociação passe por uma re-

elaboração de conflitos travados no passado, não há garantias de que esses marisqueiros aceitem se associar.

Diante da necessidade de atender rapidamente as exigências das agências ambientais e da Marinha, da dificuldade de diálogo com os demais marisqueiros, a Associação resolveu dar início ao processo de ordenamento e legalização da ocupação do espaço marinho, beneficiando os seus associados.

A autorização para empreendimentos de maricultura depende da autorização de uso de espaços físicos de corpos d'água de domínio da união foi instituído através instrução normativa interministerial nº 06 de 31 de maio de 2004. Para esta solicitação é preciso preencher um exaustivo formulário e dar entrada na SEAP que, após esta primeira etapa, encarrega-se de repassar para a ANA e IBAMA que providenciarão o Licenciamento, bem como para a Capitania dos Portos.

A Associação, preocupada em cumprir as exigências legais, solicitou a bióloga¹¹⁵ marinha, antiga parceira, que elaborasse um “projeto” para licenciar junto à FEEMA, tendo em vista que o IBAMA transferiu ao órgão estadual a responsabilidade licenciar as atividades de aquíicultura¹¹⁶. Esta bióloga seria, após o licenciamento ambiental, a responsável técnica pela atividade, o que é exigido quando da aprovação da Licença.

A área utilizada para o cultivo foi demarcada em 100m X 200m (20.000m² o que equivale a 2,0 hectares), utilizando sinalizadores em cada extremidade da área demarcada (*quadrat*)¹¹⁷. O tamanho da área escolhida atende às necessidades dos associados e, segundo a legislação, para áreas de até 2,0 hectares não é necessário o pagamento das taxas de licenciamento. O projeto elaborado pela ALMARJ prevê a

¹¹⁵ Cabe chamar atenção para o fato de que nem sempre os próprios maricultores tem condições de elaborar o preenchimento de tal formulário, devido ao seu baixo grau de instrução. No caso de Jurujuba foi contratada uma bióloga para realizar tal tarefa.

¹¹⁶ Informação obtida no II SEGAP.

¹¹⁷ Segundo informações da bióloga, o empreendimento é avaliado em R\$ 40.000,00.

instalação de 70 espinhéis¹¹⁸ do tipo *long-line* com 45 metros de comprimento cada um, com capacidade de suportar 90 redes de mexilhões, sendo que as redes manterão o comprimento já utilizados de 1,5m de profundidade.

Os *long-lines* estarão dispostos nas margens do *quadrat*, havendo um corredor central para que os maricultores possam transitar com suas baleeiras no sentido de realizar a manutenção dos espinhéis. Está previsto também a colocação de 25 balsas captadoras de sementes, que reduzirão em cerca de 40% a extração das sementes dos costões naturais. Estas estruturas são fundamentais para caracterizar o empreendimento como “cultivo de mexilhões”, e também para garantir a sustentabilidade da espécie, já que a ALMARJ tem realizado a engorda de mexilhões.

A engorda dos mexilhões, prática realizada pelos associados, consiste na passagem das sementes extraídas da natureza para as cordas dos espinhéis até que o marisco esteja no tamanho adequado para a comercialização. Devido à extração das sementes do ambiente natural, a atividade não se caracterizaria como sustentável. Foi relatado pelos marisqueiros que já observam o retorno das sementes fixadas nas baleeiras e atribuem isso ao “cultivo”. Tal fato indica o possível sucesso das estruturas fixadoras de sementes, bastando haver um envolvimento do grupo para mantê-las. Um relato especializado aponta para o fato de que, talvez, o grupo não esteja totalmente consciente do significado de tal mudança, e com o passar do tempo, possa tender a retirar as estruturas de captação de sementes substituindo-as por espinhéis, o que lhes propiciaria um retorno financeiro mais imediato.

Caso a implementação do projeto seja satisfatória para o grupo, outros membros da ALMARJ poderão requerer outras áreas de tamanho igual para ampliar o cultivo. Diante disso, uma entrevistada relatou que um grupo de irmãos associados, mas que não

¹¹⁸ Segundo informações da bióloga, cada espinhél tem um custo médio avaliado em R\$ 1.500,00.

mora na Travessa, teria vislumbrado a possibilidade de pleitear sua própria área de cultivo, já que atuam com certa independência da Associação, pois tem barco próprio e vendem sua produção tanto para a ALMARJ quanto para os atravessadores locais.

Tendo em vista que este processo teve início quando do final da pesquisa de campo, não tenho informações sobre seus desdobramentos, o que abre um leque de possibilidades para novas investigações.

CAPITULO 6 – COMUNIDADE E IDENTIDADE

A diversidade é uma dimensão sem a qual o espaço não pode ser imaginado (Santos e Vogel, 1981:71).

Neste capítulo se analisa a efetivação da vida cotidiana do grupo de migrantes nordestinos que reside na Travessa dos Maricultores após suas conquistas propiciadas, em grande medida, pela implementação do Projeto *Mexilhão-Rio*. Ao mesmo tempo em que o Projeto forneceu elementos para o fortalecimento do grupo e para a construção de uma identidade coletiva, as relações sociais que tinham como base a proximidade física e social foram se transformando.

Os cargos assumidos com a formação da Associação conferiram a determinados membros do grupo posições de poder e, conseqüentemente, prestígio no âmbito da “comunidade”. Com o crescimento da Associação e o investimento em uma nova frente de trabalho que se baseia na comercialização de pescado, novas tensões e insatisfações se configuraram, envolvendo tanto alguns moradores mais antigos como membros do grupo de migrantes. Ao mesmo tempo em que se poderia pensar em uma comunidade, não se pode negar a existência de conflitos internos, em função das relações de poder engendradas com o passar dos anos em Juruuba.

Quando efetivei o primeiro contato na Associação de Maricultores, a sensação que tive, a partir das informações dos dirigentes, era de que “todos” os maricultores e as mulheres que trabalhavam no Centro de Beneficiamento eram da “comunidade”. Para mim, a comunidade à qual faziam referência consistia nos moradores da Travessa dos Maricultores. Somente com o andamento da pesquisa foi possível compreender o verdadeiro sentido daquela “comunidade”, que não dependia somente do espaço físico ocupado, mas da origem, das relações de parentesco e do envolvimento no trabalho da Associação. Assim, “ser da comunidade” seria diferente de “viver na comunidade”.

Foi preciso, num primeiro momento, desconstruir ou re-construir a idéia de comunidade que eu idealizava. Somente a investigação em campo me revelaria que nem todas as famílias da *Travessa* estavam envolvidas no trabalho com o marisco, havendo muitas outras coisas em jogo na constituição e pertencimento ao que seria a “comunidade”.

A comunidade que buscava consistia em um grupo de pessoas que habitava em uma área geográfica específica, mantinha uma coesão interna garantida pelas relações de amizade, de parentesco e de solidariedade, estando submetido às mesmas regras e valores morais, favorecendo uma condição de igualdade a todos os seus membros.

Bauman (2003) expressa esse sentimento quando afirma que a palavra comunidade pode carregar uma carga positiva:

As palavras têm significados: algumas delas, porém, guardam sensações. A palavra ‘comunidade’ é uma dessas. Ela sugere uma coisa boa: o que quer que ‘comunidade’ signifique, é bom ‘ter uma comunidade’, ‘estar numa comunidade’... Comunidade, sentimos, é sempre uma coisa boa... ‘Comunidade’ produz uma sensação boa por causa dos significados que a palavra ‘comunidade’ carrega – todos eles prometendo prazeres e, no mais das vezes, as espécies de prazer que gostaríamos de experimentar, mas que não alcança mais (Bauman, 2003: 7).

Se o espaço físico é importante na medida em que materializa as relações sociais, a delimitação de uma comunidade depende das maneiras que estas relações se estabelecem. Para Bourdieu (1990 e 1993), elas estão relacionadas ao espaço social ocupado por cada membro da comunidade. Para o autor, embora haja uma tendência das pessoas socialmente próximas se encontrarem fisicamente juntas, isso não constitui a regra.

São as relações sociais que delimitam uma comunidade. Tanto Redfield (1989) como Geertz (1999) evidenciaram que a organização social de uma comunidade

depende dos vínculos a outras comunidades e instituições que ultrapassam seus limites. Geertz (1999) mostrou, em seu estudo em aldeias balinesas, que um homem que vive em uma aldeia pode estar vinculado a um templo de outra aldeia e ter suas obrigações de cremação em um terceiro local. Neste sentido, as pessoas não precisam estar no mesmo local para formarem uma comunidade.

No passado, o espaço físico mantinha as pessoas próximas, pois as atividades econômicas dependiam dos recursos naturais disponíveis nas imediações, envolvendo o grupo familiar, a vizinhança e os laços de amizade, favorecendo que a identidade fosse mantida, de forma mais estável, por gerações. Atualmente, com a nova configuração da sociedade, onde as pessoas se locomovem com mais facilidade e não restringem tanto sua vida ao local de moradia (Velho, 1967), ao entrar em contato com diferentes grupos de interesse e novas formas culturais, abre-se um campo de possibilidades em que cada indivíduo pode se identificar ao menos, temporariamente, propiciando novas formas de articulação e a criação de novas identidades ou identidades múltiplas (Hall, 2001). Desse modo, a identidade estaria em constante construção, marcando distinções, e mesmo agrupando pessoas as quais poderiam buscar identidades mais sedutoras (Bauman, 2003).

Ao mesmo tempo em que a comunidade “espacial” pode possibilitar a construção e reconstrução das identidades, ela impõe uma identidade de comunidade que nega outras possibilidades identitárias que transcendam os espaços físicos, desconsiderando as identidades já existentes (Silva e Simon, 2005). As autoras ainda indicam que a idéia de comunidade é útil para aqueles que necessitam dar visibilidade a sua identidade. São grupos que estão, geralmente, em desvantagem ou são marginalizados.

Ocupar o mesmo espaço físico poderia assegurar que os valores e as categorias que ordenam o mundo social e natural fossem as mesmas, sendo que estas categorias seriam responsáveis pela caracterização de uma comunidade (Bailey, 1971). Já Bourdieu (1990) afirma que estas categorias dependem do espaço social ocupado pelos agentes sociais e pelo *habitus*. O *habitus* é um sistema de esquemas de percepção e apreciação, como estruturas cognitivas e avaliatórias que eles adquirem através da experiência durável de uma posição do mundo social (Bourdieu, 1990: 158), sendo que ele produz práticas e é um sistema de avaliação destas práticas.

Desta forma, a idéia de que as comunidades pressupõem grupos de pessoas “iguais”, iguais em termos socioeconômicos, em relação aos valores e normas à que estão submetidas, é contraposto quando se percebe que existem membros entres estes “iguais” que se distinguem, seja pelas relações estabelecidas com pessoas de fora do círculo ou pelas atividades que exercem (Bailey, 1971). Esta diferenciação confere às pessoas diferentes formas de capital (social e econômico) (Bourdieu, 1990), bem como prestígio e autoridade.

Cabe dizer que a reputação dos indivíduos é muito mais do que simplesmente “conquistada”, ela é atribuída pelos seus iguais, os fazendo diferentes e propiciando uma “vida de reputações” (Bailey, 1971). Esta reputação está relacionada, em grande medida, às condutas morais, mas também ao lugar ocupado pelos indivíduos no espaço social comunitário, conferindo *status* diferenciados e que tornam uma comunidade hierarquizada. São as reputações que possibilitam o pertencimento a uma comunidade, independentemente de que elas sejam boas ou más.

A partir desta perspectiva é que será analisado como se efetivam as relações cotidianas do grupo estudado. Ao iniciar pela caracterização do espaço físico da Travessa dos Maricultores enfocar-se-á as relações de solidariedade e as divergências

internas dos moradores, passando, posteriormente, para as tensões com outros grupos do bairro, principalmente, com os demais marisqueiros.



Figura 33 – Placa indicativa em um dos acessos da Travessa dos Maricultores. Foto da autora.

A TRAVESSA DOS MARICULTORES: COMO É ESTE LUGAR?

A Travessa¹¹⁹ está localizada atrás da Escola Fernando Magalhães e, portanto, não é vista por quem chega ao bairro. O acesso dos moradores se dá pela lateral do prédio do Centro de Beneficiamento ou pela praça da Igreja Nossa Senhora da Conceição.

Ao se entrar pelo Centro de Beneficiamento as casas estão localizadas, em sua maioria, do lado esquerdo. Somente na outra extremidade existe, do lado direito, um conjunto de três residências agrupadas, formando uma espécie de prédio. As casas

¹¹⁹ A Travessa é uma “rua” de pedestres, transitando por ela principalmente seus moradores. Alguns moradores de Jurujuba a utilizam para “cortar” caminho. Foi relatado que, vez ou outra, ainda passam por ali pessoas que falam mal do grupo. Quem é de fora geralmente chega à Travessa acompanhado por alguém que tem vínculos com algum morador.

foram construídas de frente para a praia, com exceção das três mencionadas acima, localizadas no acesso da Igreja N. S. da Conceição. A calçada de cimento começa a partir da quinta construção e termina no extremo da praça da Igreja. Este trecho inicial, que não é cimentado, acumula água em pequenas poças, quando o tempo é de chuva.

Ao se olhar para a Baía de Guanabara se avistam barcos de pescadores, a área utilizada para o cultivo dos mariscos e os mastros daquelas embarcações atracadas no Clube Naval. Próximo à praia estão as baleeiras dos marisqueiros e moradores.



Figura 34 – Panorama da Travessa dos Maricultores vista do alto do Morro do Cascarejo. Foto da autora.

Quando da chegada do grupo e do envolvimento com o marisco, o espaço da praia foi sendo apropriado e transformado. A porção de areia foi coberta pelas cascas de mariscos, que só podem ser avistadas quando a maré baixa¹²⁰. Grande parte da praia que existia foi ocupada por “puxados”, áreas cobertas por telhas *Brasilit*, verdadeiras extensões residenciais, podendo ser entendidas como propriedade dos moradores. As áreas cobertas estão localizadas principalmente onde moram as famílias dos

120 Em conversa moradoras da Travessa, em 2007, uma chamava atenção para o acúmulo de conchas de marisco em frente às casas atribuindo ao funcionamento dos catamarãs. Uma outra, assinalou que tal transformação seria o resultado de anos de atuação dos próprios marisqueiros da *praia*.

nordestinos. Elas são utilizadas para vários propósitos, seja para lavar louça (observei tal atividade sendo realizada apenas por uma moradora); para pendurar a roupa, para trabalhar na marcenaria, para abrigar as cisternas de água, para o trabalho no marisco e também para a socialização. Dentre as casas que não possuem esta cobertura, uma única tinha um dormente¹²¹, que servia de banco para as conversas cotidianas entre os membros mais próximos aos proprietários. Em três dessas áreas se localizam bancas de marisco.

Existem duas *barracas*¹²² na Travessa, uma está situada entre as residências dos nordestinos, onde há uma mesa de sinuca e algumas mesas com cadeiras metálicas, típicas de bar, que são montadas conforme a necessidade, para acomodar os fregueses (moradores e gente “de fora”). Este é um local de socialização tanto para os homens quanto para as mulheres. As moradoras quando ali se juntam, o fazem para conversar. Já os moradores, quando não são evangélicos, ali consomem bebidas alcoólicas, sozinhos ou em grupo.

A segunda *barraca*¹²³ localiza-se próximo ao acesso da Igreja e, embora seja caracteristicamente um armazém, reúne os homens para tomar cerveja, quando por algum motivo não o fazem na outra. A escolha por esta segunda *barraca* se dá porque a primeira está fechada, já que o proprietário, às vezes, se ausenta para fazer compras ou resolver problemas em Niterói. Além disso, quando há alguém na segunda *barraca*, e os vizinhos percebem, eles vão se agrupando ali.

A utilização das áreas cobertas fica restrita quando a variação da maré é maior, como na lua cheia ou durante as ressacas. Os depoimentos indicam que as águas da Baía de Guanabara chegam a invadir estes locais, causando transtorno ao cotidiano dos

121 Dormente é um pedaço de madeira que era utilizado para construção das vias férreas. Em visita a comunidade no mês de maio de 2007, observei que tal espaço estava coberto com telhas *Brasilit*.

122 Barraca é o termo utilizado pelos moradores para fazerem referência aos bares e armazéns.

123 Esta *barraca* é de propriedade de um nordestino, irmão de um atravessador do bairro que não se vinculou à Associação.

moradores. Um episódio recente ficou na memória dos moradores. Quando do Tsunami, em 2004, na Ásia, os efeitos foram sentidos na região da praia, tendo a água invadido a maioria das casas. Ainda hoje podem ser vistos parte dos móveis danificados pela água. Alguns moradores assustados com o fenômeno da maré que subia e descia em intervalos irregulares construíram pequenas barreiras de cimento nas suas portas. Hoje em dia apenas uma das casas a mantém.

Na Travessa existem 25 construções, mas nem todas são locais de moradia. Uma delas, ainda de madeira, funciona como oficina para a confecção e conserto de baleeiras. A outra, que é de propriedade de um morador do Ponto Final e está em fase de acabamento, serve como depósito de objetos para os membros desta família.

Das cerca de 30 casas existentes nas construções, 10 são de andar térreo, seis tem dois andares e, em outras seis, existem casas de acesso independente nas quais residem as famílias dos filhos, que vieram ainda pequenos do *Norte*. Em apenas dois casos são alugadas para pessoas “de fora”. Isso se deu porque os filhos casaram e residem em outro local, ou o morador preferiu morar no segundo andar, onde fez uma casa maior, alugando sua casa antiga.

Conforme foi relatado, o segundo andar das casas só pôde ser construído com um diálogo com a escola, que fica no fundo das casas. O acesso às casas do segundo andar se faz por escadas que são localizadas junto às áreas cobertas. Em função disto, ao caminhar pela calçada da Travessa, se tem a impressão de que grande parte da extensão da Travessa é um local coberto.

Já na parte próxima à Igreja, onde residem membros de uma família antiga do bairro, o local é mais aberto. Ao longo da Travessa se distinguem duas áreas: a maior ocupada pelos moradores do *Norte*; e uma outra, ocupada por famílias tradicionais de

Jurujuba e de outras partes do estado do Rio de Janeiro¹²⁴. Já tinha percebido esta divisão, embora as conversas pouco a evidenciassem, talvez uma tentativa de manter a Travessa como local dos nordestinos.



Figura 35 - Vista da Travessa dos Maricultores com as escadas pelas quais se acessa as residências localizadas na laje. Foto da autora.

Em certo momento, fui surpreendida quando um morador mencionou a existência de um *quebra-molas*. Este *quebra-molas* existente no espaço simbólico, na percepção dos moradores, consiste em um simples desnível na calçada, quase imperceptível aos olhos de quem transita por ali, mas que separa os nordestinos das famílias naturais do bairro. Isto tem implicações tanto na sociabilidade quanto nas questões relativas ao trabalho do mexilhão. Conforme comentou um entrevistado: *as informações demoram mais para chegar aqui, às vezes, nem chegam*.

Na área dos nordestinos, a maioria das casas são umas ao lado das outras (parede com parede) sem nenhum espaço entre elas. Em apenas duas residências há um pequeno corredor lateral que permite a circulação dos moradores e separa as residências. Em

124 É importante mencionar que na área dos nordestinos existem pessoas que não são do norte e na área onde residem membros de uma família tradicional de Jurujuba também moram famílias provenientes do nordeste.

outras duas, próximas à Igreja, essa área é um pouco maior servindo como quintal. A configuração das residências implica que não existam janelas nas laterais, somente na parte da frente e dos fundos. Nos fundos, entre as casas e o muro da escola Fernando Magalhães, algumas das residências têm um pátio reduzido, onde depositam o lixo, guardam utensílios e mesmo equipamentos de trabalho.

As casas não têm o mesmo tamanho, algumas são amplas, enquanto outras bastante reduzidas. Segundo relatado, isso se deveu à oportunidade de adquirir os barracos vizinhos, tornando as residências maiores. O tamanho das casas está associado ao poder aquisitivo das famílias, o que torna evidente uma distinção interna. Como afirma Certeau *et al.* (1998:204):

o habitat confessa sem disfarce o nível de renda e as ambições de seus ocupantes. Tudo nele fala sempre e muito:a arquitetura do imóvel, a disposição das peças, o equipamento de conforto, o estado de manutenção.



Figura 36 - Imagem da Travessa dos Maricultores. Foto da autora.

A estrutura interna das casas maiores é semelhante. Logo na entrada, tem-se a sala e depois, na porção dos fundos, a cozinha e os banheiros. Geralmente não há porta entre os cômodos da frente e dos fundos, mas, uma cortina. Nas casas menores, os moradores alocam as camas dos filhos na sala, um espaço que mescla área de socialização com sofás e televisor, com um espaço de privacidade. Em uma das casas que tive oportunidade de entrar, o cômodo da entrada consistia em uma peça estreita com uma cama e geladeira, inexistindo sofá. Isto pode explicar a razão das pessoas ocuparem as áreas externas como local de convívio.

A maioria das portas dá diretamente na calçada, em poucas há uma varanda ou um quintal, sendo comum as reclamações de que as pessoas transitam pela Travessa olhando para o interior das residências.

O fato de residirem em áreas limitadas e utilizarem frequentemente as áreas externas, propicia um controle dos que vem “de fora”. Santos e Vogel (1981) afirmam que o controle e a vigilância dos espaços comuns, no caso do bairro do Catumbi, onde realizaram pesquisa, passava pelo sentimento de seus moradores compreenderem que eram seus proprietários naturais. Fato vinculado com “as relações que mantém com ele ou dentro dele, e graças a ele, por isso o controle é um poder, mas também um dever” (Santos e Vogel, 1981:93). Além disso, favorece o controle da vida dos próprios moradores. Para Segalen (1980), a vizinhança é fundamental na manutenção dos valores “comunitários”, pois o controle público se prolonga e reforça as condutas privadas. Na Travessa, as brigas e as conversas ouvidas podem ser comentadas entre os moradores no dia seguinte, tornando ainda mais evidente o controle exercido pelos mesmos.

Hoje, mesmo com construções de alvenaria, é possível escutar e saber tudo o que se passa dentro de cada casa. Um morador do morro do Preventório, quando indagado porque não morava na *praia*, próximo a sua família, apontou:

P: Porque você foi morar no Preventório?

E: Apesar de eu me dar bem com toda minha família, digo família de sangue e família do norte, né?! Aqui todo mundo é família, alguns são de sangue, e outros de consideração. Minha esposa chegou para mim, e falou olha: eu prefiro morar no pico do morro, mas não quero morar perto de família ...Não muito distante. Mas o que acontece na nossa vida só diz respeito a nós dois. Para ter idéia começa aqui na casa X, de meu sobrinho, e termina na casa de Y, que é minha sobrinha também. Então aqui tem um parentesco tremendo. Então você imagina criar os filhos num ambiente desses...eu também sou muito estressado então quero ficar perto deles e ao mesmo distante. Minha casa é toda murada, só entra lá quem eu quero, eu olho por aquele espelhinho que tem. Graças a Deus, eu não me arrependo não!

P: Mas lá você também tem família!

E: Aquilo que eu te digo, minha sogra mora cá embaixo, da minha casa para casa da minha sogra, é dois, três minutos, mas ela mora aqui [apontando com mão] é diferente, aqui é uma casa colada na outra. Se eu não quiser atender ela eu não vou atender. Aqui não, se você tiver falando com um filho teu, neguinho passa aqui e escuta. É como se eu tivesse dando essa entrevista para ti [em um bar da travessa] passa alguém aqui e fica escutando....aqui é mais ou menos isso...E ela chegou sabiamente e disse não quero, não quero, não quero!

O relato, além de apontar para a falta de intimidade na Travessa, também evidencia as relações de parentesco, que foram importante para a integração no contexto urbano, mesmo que re-organizado e renovado.

O espaço externo das casas é o espaço de socialização para a maioria dos moradores. DaMatta (1997a e 1997b), em sua análise sobre a relação casa-rua, demonstra que embora categorias sociológicas distintas, nas quais atuam códigos próprios, ambos espaços são relacionais e complementares. A casa é o espaço da família, do compadrio, das relações harmoniosas, da hospitalidade, da calma e da consideração. A rua se caracteriza por ser o espaço público, da individualidade, da imprevisibilidade, do trabalho, do movimento. Neste sentido, a rua é o lugar onde se dá o social, é o local no qual se é visto e onde se vê (Santos e Vogel, 1981).

Embora sejam espaços distintos, há casos em que a rua pode ser vista e manipulada como uma extensão da casa, como é o caso das favelas cariocas ou ainda como o velho costume dos brasileiros de colocar cadeiras na calçada (DaMatta, 1997 b).

Santos e Vogel (1981) evidenciaram a utilização dos espaços públicos, como as calçadas, para a socialização dos moradores. No Catumbi, as calçadas pertenciam às casas, o que não significava que fossem propriedade dos moradores, mas seu caráter público contrastava com a sua utilização. Além disso, a apropriação do espaço público depende dos valores atribuídos para que seu uso tenha um sentido para os grupos sociais. A rua era vista, pelos moradores do Catumbi, como uma extensão de suas residências, uma vez que a concebiam como um espaço pertencente a todos e com isso a tendência a privatizá-los. Este é também o caso da Travessa.

Na Travessa, o espaço da rua é apropriado tanto para o trabalho no mexilhão como para a socialização e lazer. É onde se dá as conversas; as reuniões para ouvir *testemunhos* já que são, em sua maioria, evangélicos; a realização de pequenos bazares; algumas refeições, como almoço e café da tarde. Isso também foi evidenciado no bairro do Catumbi (RJ) por Santos e Vogel (1981), onde a rua era utilizada para diversos fins, conjugando trabalho e lazer.

As formas de lazer dos moradores da Travessa se dão através de diversas atividades. Alguns jogam baralho, especialmente os que não são evangélicos. Observei em algumas ocasiões que foi colocada uma mesa com cadeiras na varanda de uma das casas, reunindo pessoas que ou iam participar do jogo ou simplesmente iriam apreciá-lo. Um outro morador, no entanto, prefere reunir-se na praça da Igreja N. S. da Conceição para jogar com outros moradores do bairro, onde há mesas de cimento apropriadas para tal atividade. Em certa ocasião, indaguei-lhe aonde iria e o mesmo me respondeu que iria *trabalhar*. As mulheres com as quais eu conversava prontamente me explicaram que *agora ele vai trabalhar nas cartas*, tendo em vista que era final de tarde e as atividades na Associação já estavam encerradas.

Beber nas duas barracas da Travessa é, sem dúvida, uma das formas de socialização para os homens, após o retorno do mar, nas horas de folga ou finais de semana. Ao se encontrarem conversam sobre o andamento do trabalho, planos para as próximas saídas ao mar, bem como acerca de acontecimentos na “comunidade” ou que envolvem pessoas conhecidas. A bebida pode consumir grande parte dos ganhos dos marisqueiros, servindo também como uma distinção interna do grupo.

Por várias vezes, alguns dos sócios fundadores da ALMARJ, ligados à Igreja, envolvidos a tal ponto com o trabalho na Associação que reclamam faltar tempo para a família; apontaram que existem alguns membros que prezam tanto seu lazer que não se envolvem da mesma maneira nas tarefas da organização. Isso explicita uma diferenciação entre os moradores.

Os rapazes mais novos jogam futebol em um campo gerenciado pela associação de moradores. Eles se reúnem para conversar nas áreas da Travessa ou saem com amigos. Em alguns casos, estas saídas implicam em uma pouca socialização com membros dali. Outros se reúnem com amigos “de fora” e, conforme a visão de alguns moradores, *fazem barulho à noite, atrapalhando o sossego*.

Já as crianças, quando não estão na escola, andam de bicicleta, assistem televisão, brincam com os primos, ajudam os adultos no transporte de materiais, de compras ou se engajam nos projetos oferecidos pela associação de moradores.

Nos meses de verão, as crianças se divertem, tomando banho *na maré*, em frente às casas. Para isso, as mães sempre solicitam a algum vizinho que tome conta de seus filhos. Através do envolvimento com o grupo durante a pesquisa, cheguei a “olhar” as crianças na água, pedido feito por uma das mulheres enquanto preparava o almoço. Os adultos também se refrescam *na maré*. As mulheres usam *top* ou camiseta e uma bermuda, não fazendo uso de biquínis.

As comemorações de aniversários e outras comemorações também são uma forma de agregar parentes e amigos, tanto os da Travessa quanto os “de fora”. Tive a oportunidade de participar de algumas celebrações, sempre convidada por membros de uma mesma família. Durante os eventos foi possível verificar a presença de alguns moradores da Travessa e ausência de outros, o que permitiu esboçar as relações de proximidade da família com os demais membros da Travessa. Gellner (1987) apontou que sempre há uma razão para justificar a presença e a ausência das pessoas em reuniões sociais.

O ato de convidar os moradores da Travessa para tais eventos pode ser entendido como uma obrigação devido às relações estabelecidas. Porém, isso não significa que todos os convidados irão comparecer. As justificativas para o não comparecimento variam desde compromissos previamente estabelecidos, do caráter da festa, se é de criança, se é para mulheres (*chá de bebê* ou *chá de panela*), assim como por situações de tensão, conflito e distância entre os moradores. Ao longo do trabalho de campo, uma única vez observei comentários e a mobilização de quase todos os moradores da Travessa. Isso se deu na ocasião de uma festa de 15 anos, realizada em um clube do bairro. Tratava-se do aniversário da filha de um marisqueiro residente fora dali.

Escutar *cds* de *testemunhos* da *Igreja* é uma atividade freqüente entre os moradores, especialmente quando alguém traz alguma novidade. Esta prática ocorre, principalmente, na área externa das residências. Certa vez, um membro do grupo recebeu um *cd* de *testemunho*, enviado pelo pastor de Jacuípe, demonstrando a importância da religião como elemento que mantém presente o vínculo com a cidade de origem. No caso dos moradores de Jacuípe a crença evangélica já era praticada no local de origem. A família de Marechal Deodoro era católica, mas devido às relações de proximidade com as famílias de Jacuípe optou por freqüentar também a *Igreja*.

Os moradores emprestam *cds* uns aos outros, podendo reproduzi-los para os vizinhos. Como os equipamentos de som se localizam no interior das casas e as reuniões se dão no seu exterior, o volume é bastante alto. Desta forma, mesmo quem não participa diretamente das reuniões, pode escutá-los e, no caso de se interessar, o pede emprestado. Assim, os testemunhos podem ser escutados diversas vezes, agregando moradores diferentes ou o mesmo grupo. Os *testemunhos* são objeto de conversas entre os moradores, e mais ainda, podem servir como elemento para tentar converter os que vêm “de fora”.

Nem todos os moradores são evangélicos, mas em alguns momentos participam desta atividade de socialização, especialmente quando ocorre na “rua”. Quando se trata de assistir algum vídeo ou *Dvd*, as mulheres mais próximas se reúnem nas casas daquelas que possuem o equipamento e a reunião se torna mais restrita.

A maioria das famílias freqüentava uma das Igrejas Evangélicas do bairro, mas com o deslocamento de um dos pastores para um novo local de Niterói, várias moradoras optaram por segui-lo. Assim, as idas à *Igreja* se dão em ônibus da própria instituição que conduz os fiéis de Jurujuba para o culto. Apenas uma das moradoras optou por continuar freqüentando a *Igreja* de Jurujuba, uma vez que sua filha era casada com o filho do pastor responsável pela sede do bairro.

Caberia dizer que, geralmente, são as mulheres que começavam a praticar a religião e influenciavam os demais membros da família. Uma das moradoras retornou para a *Igreja*, influenciada pelos filhos que, por sua vez, *aceitaram Jesus*, depois que suas esposas já eram evangélicas. Existem casais em que o homem optou por não o ser. Os homens que são evangélicos freqüentam a *Igreja* somente nos finais de semana, em função do trabalho.

O fato de nem todos freqüentarem a mesma *Igreja* passa tanto por questões do contexto mais amplo, como também em função de questões pessoais. Nesse sentido, uma moradora optou por procurar uma outra denominação religiosa, pois os fiéis da *Igreja* freqüentada pela maioria das mulheres da Travessa fazem, na sua percepção, uma certa distinção, *eles olham dos pés a cabeça*.

A participação nos eventos promovidos pelas *Igrejas*, mobiliza e pode até transformar o cotidiano das mulheres. Durante as festas de final de ano, aquelas que freqüentam a já referida *Igreja* fora do bairro saíam regularmente para os ensaios do coral, do qual participavam. Uma das moradoras confeccionou, a partir de garrafas PET, lembranças para os fiéis da *Igreja* que freqüenta no bairro.

As atividades na *Igreja* podem ser vistas como compromisso, inviabilizando a presença de alguns em eventos festivos. Em uma oportunidade observei que um casal foi para o culto da *Igreja* e não estava presente em uma das festas de aniversário. Este compromisso com a *Igreja* e com o pastor foi evidenciado também por ocasião do nascimento de uma criança quando a mesma foi “apresentada” oficialmente aos membros da instituição em uma cerimônia específica.

Ao participarem de uma mesma *Igreja* os moradores da Travessa estão submetidos ao controle social dos vizinhos. As condutas individuais podem ser relatadas ao pastor, que tem o poder de inviabilizar a participação dos moradores em algum evento da própria *Igreja*, bem como chamá-lo para uma “conversa”, na qual irá discorrer sobre as condutas e valores morais que um evangélico deve apresentar.

Uma moradora relatou ao pastor a conduta de uma de suas vizinhas. Esta atitude teve dois desdobramentos: tanto resultou no impedimento da pessoa, alvo do comentário, de participar do “batismo das águas”, como criou certo mal estar entre as

mulheres. Isso reflete que todas as condutas são julgadas pelos moradores, resultando na proximidade ou no distanciamento entre eles.

Diante do exposto, verifica-se que a religião ocupa papel central na vida dos moradores da Travessa. Nesse caso, ela é fundamental para estabelecer vínculos de proximidade, mas também de distinção entre os moradores da Travessa.

TRABALHO, FAMÍLIA E VIZINHANÇA

Como já referido anteriormente, na Travessa é realizada parte do processamento de mexilhão. Ela é também utilizada por um morador para trabalhos de marcenaria, confecção e conserto de baleeiras e remos. É no espaço da Travessa que se dão os pequenos reparos de bicicletas, confecção de brinquedos com material de sucata e a estocagem de material de construção para alguma obra.

Além disso, em algumas casas, as mulheres executam um trabalho que não está obrigatoriamente relacionado ao “trabalho do lar”. Algumas costuram, fazem artesanato, revendem produtos naturais, são manicuras. A manicura pode exercer seu ofício, tanto em sua casa, na do “freguês” ou no espaço externo da Travessa. Estas atividades não são divulgadas por placas indicativas, sendo que só quem ali vive e moradores das proximidades sabem de tais serviços, podendo utilizá-los e indicá-los. Santos e Vogel (1981) evidenciaram situação semelhante no bairro do Catumbi (RJ), onde funcionava uma tinturaria, na residência de um morador, a qual não era conhecida senão pelos moradores do local. A única placa existente na Travessa anuncia a venda de sacolés. Ao fim do trabalho de campo observei que um morador estava construindo na frente de sua casa um cômodo para uma das filhas vender doces e salgados que são por ela preparados.

Entre os moradores mais jovens em idade ativa, nem todos são marisqueiros. Podem ser bombeiros, trabalhar no comércio, no setor de vigilância, sendo que destes, somente um mantém o trabalho com o marisco, quando de suas folgas. As mulheres que optaram por trabalhos formais são enfermeiras, domésticas, secretárias e trabalham no comércio. Destas, observei que somente uma moradora atua como desconchadeira no período de férias. Estas evidências reforçam a idéia de que os moradores da Travessa não se dedicam somente ao marisco.

Na Travessa ser parente é quase uma condição para ser vizinho ou vice-versa. Embora Santos e Vogel (1981) apontem a proximidade espacial como sendo a base para a intimidade social, graças a qual se daria a confiança; em Jurujuba, tal proximidade não implica necessariamente em relações de amizade e confiança entre os moradores.

A amizade é uma relação que depende da simpatia entre dois membros e determina uma obrigação mútua, de reciprocidade. Ela implica no empréstimo de bens, ajuda em situações de emergência e na discrição quando se confia um segredo. Esta associação se estabelece por meio de favores que, ao serem aceitos, devem ser retribuídos (Pitt-Rivers, 1971). O favor e as trocas podem ser entendidos como atos que saldaram uma dívida passada, prevêm uma obrigação futura e reafirmam a manutenção do valor que liga os membros de um grupo (Foster, 1961: 151). Entretanto, a amizade será mantida até que persista a confiança e o reconhecimento dos laços.

Ela é baseada na noção de igualdade, porém, em situações de desigualdade moral ela se torna uma relação de clientelismo através do poder econômico de certos indivíduos (Pitt-Rivers, 1971). O autor também afirma que a utilidade prática do sistema de amizade é importante, uma vez que quanto maior o número de amigos fora do seu círculo, maior será o prestígio, a influência, a autoridade e poder perante seu

grupo “de iguais”. Contudo, isso determinaria uma relação assimétrica, de desigualdade e hierarquizada.

Na Travessa, esta hierarquia está vinculada às posições de liderança, autoridade e às funções que desempenham no âmbito da Associação. As decisões tomadas pelos líderes, que possuem autoridade para salvaguardar as virtudes sociais e morais, mantendo a ordem comunitária (Pitt-Rivers, 1971), são, em certa medida, acatadas pelos moradores, mas também resultam em conflitos.

Tais decisões podem determinar as opções na vida pessoal dos moradores. Isso pode ser ilustrado pelo fato relatado por uma moradora que pretendia se separar de seu companheiro tendo sido levada a reavaliar a situação, por uma das lideranças comunitárias.

No que diz respeito às condutas morais, uma moça aparentada a uma das lideranças comunitárias, vinha apresentando um comportamento que se desviava do padrão da comunidade. Os comentários eram que os membros de sua família, estariam pensando em sugerir que a moradora se afastasse do grupo, ao menos temporariamente. O que acabou se concretizando. Esta situação dividiu a opinião dos moradores da Travessa. Para aqueles que não concordaram com tal atitude, é possível que isso esteja relacionado com o fato de que uma das lideranças, não mora mais na Travessa. Como se submeter às decisões de um líder que, de certo modo, deixou a comunidade e, por vezes, tem interesses diferentes dos moradores?

A “igualdade” aparente que reúne os membros da Travessa aos olhos de quem chega pela primeira vez no local (a maioria é de origem nordestina, são todos aparentados e vivem do marisco) pode ser enganadora. Gellner (1987) afirma que a aparente “igualdade” das sociedades modernas funciona como uma forma de camuflar

as diferenças de poder, riqueza e oportunidades. Neste sentido, Bourdieu (1990:153) assinala que

As interações, que proporcionam uma satisfação imediata às disposições empiristas escondem as estruturas que se concretizam nelas. Esse é um daqueles casos em que o visível, o que é dado imediatamente, esconde o invisível que o determina. Assim esquece-se de que a verdade da interação nunca está inteira na interação tal como esta se oferece à observação.

Entretanto a diferença foi se configurando a partir das oportunidades em função do trabalho com o mexilhão. Na Travessa, ela se configura de diversas maneiras. Os meninos que jogavam bola juntos quando crianças, agora são diferentes. Um deles é sócio fundador da Associação (ocupando aí cargo de destaque), teve a possibilidade de adquirir um automóvel e vive em uma casa de dois andares com a família. Já seus amigos de infância são marisqueiros e precisam fazer “bicos” para se manter. Pouco convivem em função da vida corrida que levam os dirigentes da Associação.

Uma das mulheres que por anos trabalhou no marisco, não é chamada com regularidade quando há mexilhão a ser processado na Travessa. Ela é casada com o dono de uma das *barracas da praia*, e, portanto, no entendimento de alguns marisqueiros, “não precisaria mais trabalhar no mexilhão”.

Bourdieu (1990) indica que as estratégias de condescendência, através das quais agentes que ocupam uma posição superior em uma das hierarquias do espaço objetivo negam simbolicamente a distância social. Nem por isso deixa de existir, garantindo assim as vantagens do reconhecimento concedido a uma denegação puramente simbólica da distância, enquanto outras mantêm a distância social garantida pela sua posição original ou conquistada. Para o autor estas estratégias podem ser inconscientes.

Considerando a perspectiva de Bourdieu (1990), pode-se dizer que este é o caso de dois irmãos de nordestinos que vieram para a Travessa em momentos distintos e que

construíram suas histórias a partir das oportunidades que tiveram. Ambos têm cargos importantes na Associação, e o funcionamento da mesma depende das atividades que eles realizam.

Um deles teve a oportunidade de ir para São Paulo, de ampliar suas redes de amizade e, portanto, poderia se dizer que é um articulador político, conquistando uma posição importante no grupo. Vários acontecimentos o levaram a residir em outro município, mas devido ao cargo que ocupa está diariamente na Associação, embora pouco freqüente a Travessa para se socializar, em função de suas atribuições. Este membro sofreu um grave acidente em São Paulo, o que lhe trouxe para a proximidade da família e dos amigos. Vários moradores se dedicaram para auxiliá-lo, levando-o à médicos, às sessões de fisioterapia e estimulando-o com exercícios de fisioterapia na Travessa.

Após sua melhora, devido à responsabilidade assumida nas negociações para a implementação do Projeto *Mexilhão-Rio* e, posteriormente, na Associação, aqueles moradores que o ajudaram reclamam retribuição e reconhecimento, afirmando *hoje não se lembra do que fizeram por ele*. Neste sentido, poderia afirmar que tal representante, em função da posição que ocupa no espaço social da comunidade, acaba mantendo a distância. Outro fato relatado por um entrevistado é que o filho desta liderança, que mora em São Paulo com a mãe, ao vir visitar os familiares em Jurujuba e ao estar na Associação, *chega ali e dá ordens, parece que é o dono!*

Já seu irmão, um dos responsáveis pela comercialização, casou-se com uma pessoa também do *Norte*, e mora na Travessa. Quando começou como atravessador de mexilhão, relatou que gostaria de estabelecer uma relação com os marisqueiros, diferente dos demais atravessadores do bairro, uma relação mais “humana”. Devido à posição ocupada na Associação, é um dos moradores de maior poder aquisitivo da

Travessa. Mora em uma casa de dois andares com a família. Segundo uma sobrinha, é quem se preocupa com os familiares, oferecendo ajuda financeira, quando necessário. Em função da sua situação financeira, é também procurado pelos vizinhos quando estes passam por algum momento difícil e, sempre que pode, os auxilia. É visto pelos moradores como uma pessoa “simples”, o que diante da idéia de Bourdieu (1990:155) indica que “se mantém modestamente em seu lugar”, “negando”, de certa forma, a distância social conquistada através de seu trabalho e suas relações.

Se por um lado, ele mantém a proximidade com os seus, sua esposa, parece preferir marcar sua posição diferenciada na “comunidade”. No entendimento de entrevistados, ao viajar para alguma celebração ou mesmo para visitar a família, ela sempre dá presentes caros. Há pouca interação social entre ela e as demais moradoras da Travessa. Durante a pesquisa, não tive oportunidade de vê-la conversando com suas vizinhas, nem reunida com elas, para escutar os testemunhos da *Igreja* e, tampouco, trabalhando no Centro de Beneficiamento, ou mesmo nas bancas, quando o produto é ali processado.

A tentativa de manter a igualdade entre as moradoras se dá através de pequenas atitudes e opções, como na aquisição de bens semelhantes aos que os vizinhos possuem, como por exemplo, na cor da cortina que separa a sala da cozinha, ou na cor da tinta escolhida para pintar os cômodos da casa. A distinção é, por sua vez, sinalizada por algumas entrevistadas, quando relatam que uma das moradoras, ao saber que alguém adquiriu algo semelhante, doa para algum conhecido e adquire algo novo e diferente.

Se por um lado existe uma diferença interna no grupo, ela também propicia oportunidades e mesmo solidariedades. Formas de solidariedade foram observadas na época em que as pessoas realizaram reformas em suas residências. Para isso, os tijolos foram comprados conjuntamente para que o valor diminuísse, uma vez que o preço de

um caminhão de tijolos compensava mais do que comprá-los individualmente. Quando da chegada do material, vários moradores, inclusive crianças, auxiliaram no seu transporte para frente das casas na Travessa. Ao longo das reformas, o filho de uma moradora, que estava desempregado, foi chamado para realizar serviço de pintura. Em outras oportunidades ele foi solicitado para cozinhar o marisco que era processado na Travessa, recebendo por dia de trabalho.

Além disso, quando de um acidente com uma moradora aqueles vizinhos que possuíam automóveis, se mobilizaram para levá-la ao hospital. Ao longo de sua permanência no hospital os membros se articulavam via rádios da Associação¹²⁵, para alguém ir buscá-la de carro. Essas formas de solidariedade, também são freqüentes nos casos de doenças mais graves ou na ocasião da visita de familiares de fora.

Alguns familiares residem em áreas de Jurujuba, mas também em outras localidades da cidade e mesmo em municípios próximos, como São Gonçalo. Isso se deu por várias razões: a falta de espaço físico, as novas famílias que foram se constituindo com o casamento dos filhos, a possibilidade de ter uma casa mais ampla, as oportunidades de trabalho, a opção por ficar mais distante da família, e, tensões com vizinhos. Quem mora “fora” visita os familiares com certa regularidade, principalmente nas festividades de final ano, mas também em casos de doença. Por várias vezes foi relatado que aqueles que possuem automóveis foram levar os familiares em suas residências, fora do bairro.

Comerford (2003) indica que o fato de residir fora de uma comunidade não significa que tais membros saíam do campo de observação, informação e julgamento do círculo social do grupo. Na mesma perspectiva Certeau *et al.*(1998: 205) assinala que:

125 Os rádios são utilizados pelas pessoas responsáveis pela comercialização, no sentido de organizar o trabalho, consultando preços, avaliando propostas e delegando tarefas.

morar à parte, fora dos lugares coletivos, é dispor de um lugar protegido, onde a pressão do corpo social sobre o corpo individual é descartada, onde o plural dos estímulos é filtrado ou, em todo caso, devia sê-lo, teoricamente.

Os acontecimentos daqueles que não residem em Jurujuba são relatados para os familiares da Travessa e podem se tornar temas de conversas entre os moradores após seu retorno para casa. Em uma ocasião um dos irmãos de duas moradoras da Travessa, que reside fora de Jurujuba, saiu de casa em função de uma briga conjugal. Este fato foi comentado, especialmente pelas mulheres, com ar de preocupação, mas também passava por um juízo de valor moral.

No passado o parentesco foi fundamental para a constituição do grupo, ocupação do espaço (Woortmann, 1995) e como uma estratégia de resistência à pauperização na cidade (Costa, 2001). Hoje ele se mantém importante para definir o pertencimento a uma comunidade, a dos nordestinos.

Apesar de a maioria dos moradores ter alguma relação de parentesco, há famílias que são mais próximas, formando grupos distintos. Isso se dá pela própria constituição da família, pela *Igreja* que freqüentam, pela proximidade espacial, mas também pelas situações (conflituosas) já vivenciadas.

Comerford (2003) observou tal hierarquização em sua pesquisa no interior de Minas Gerais, quando da identificação de famílias que “contam”, no sentido de distinguir as que mandam. Para o autor, o poder das famílias depende da antiguidade no local (grau de união e boa reputação), tamanho da família e a capacidade de mandar, que passa pelas relações internas e, sobretudo, com a articulação com representantes de instituições para além do local, como Estado e Município.

Na Travessa, a coesão interna das famílias e a boa reputação são fundamentais para o bom relacionamento com a diretoria da Associação, tendo em vista que é ela que determina projetos e benefícios para os moradores, associados ou não.

A uma das famílias é atribuída a responsabilidade da maioria dos problemas que já aconteceram por condutas que fogem dos padrões morais do grupo. Apesar disso, continuam residindo na Travessa. Neste sentido, vale lembrar Pitt-Rivers (1971) quando afirma a importância da reputação individual nos grupos comunitários e que, independente desta reputação, é melhor ter estes membros na comunidade a tê-los fora dela, como estranhos. Assim, mesmo com todo o ocorrido com um dos membros desta família, que chegou a ser desligado da Associação, atualmente ele voltou a manter ligação com a instituição.

Ser parente não significa estar no poder. Trabalhar em prol da Associação e assumir responsabilidades é que garante aos associados, reconhecimento, prestígio e autoridade no âmbito da Associação. Tudo isso extrapola para as relações cotidianas em um exercício que Bailey (1971) caracteriza como política da reputação. Além disso, investe alguns moradores da autoridade para falar sobre a comunidade, acompanhar os grupos “de fora”, técnicos e pesquisadores quando isto é de interesse da Associação.

Neste sentido, um dos membros da diretoria da Associação é o responsável no acompanhamento da técnica do Laboratório que faz as análises bioquímicas da água e de amostras de mexilhão. Ele também acompanhou um grupo de técnicos da Secretaria de Habitação quando os mesmos visitaram a Travessa para realizar a medição das casas visando conceder a documentação definitiva para as residências.

Na oportunidade, os técnicos tiveram conhecimento que muitos moradores realizaram obras em suas casas alterando a área construída que constava no documento de cessão de posse de terras. O regime legal em que as terras foram cedidas à

Associação não permitia a alteração da área construída. Além desta constatação, fotografaram o local e com as fotos elaboraram um panfleto, divulgando uma reunião para tratar do assunto.

O panfleto, que estranhamente não trazia autoria, começava com os dizeres *Que futuro desejamos para nossa comunidade?* Sua estrutura dispunha dois blocos de imagens das casas e dos moradores. De um lado, fotos mais claras, onde se lêem legendas como *ventilação, luz, verde, circulação e paisagem*. Do outro, explorando o contraste, imagens mais escuras com legendas indicando *escuridão, abafamento, obstrução e confusão*. Os panfletos foram distribuídos tanto na Travessa quanto na região do Cascarejo. Este fato expôs o grupo perante os demais moradores da área. Um dos moradores da Travessa, preocupado com a repercussão, arrancou os cartazes de convocação, que reproduziam os panfletos.



Figura 37 – Panfleto de divulgação de reunião elaborado por órgão da Prefeitura de Niterói.

Estava na comunidade no dia da referida reunião, a qual foi cancelada em função do mal estar acarretado tanto no processo de divulgação da mesma, quanto pelos termos utilizados no material.

Tal fato suscita a questão da atuação dos técnicos que se apropriaram das informações obtidas e das fotos, elaborando um panfleto sem a ciência e participação dos moradores. A pouca circulação de ar e de luz, na concepção dos técnicos, foi entendida como um problema; mas, não é vista da mesma forma pelos moradores. Neste sentido, uma moradora comentou que *deviam se preocupar com o muro*, o qual evitaria que a água do mar invadisse a área pública da Travessa. Essa sim parece ser uma demanda dos moradores, sendo entendida como prioritária.

Neste sentido, vale mencionar um antigo projeto que surgiu quando da negociação com a Prefeitura, na qual ela aceitou reverter o valor pago na taxa de posse do terreno em obras de urbanização da área. Isso incluía a idéia de se fazer da Travessa *um condomínio fechado*. Para tanto, seria colocado um portão que limitasse o acesso pela praça da Igreja N. S. da Conceição, construído um muro na pequena faixa de areia da praia, servindo como uma barreira para as marés, e retiradas todas as áreas cobertas da frente das casas. Neste local seria construída uma pracinha para as crianças e garagens para aqueles moradores que possuem automóveis¹²⁶.

Este projeto pode ser entendido como uma forma de fazer da área, que é pública, um local restrito. Bauman (2003) ao fazer referência aos estudos de Loïc Wacquant acerca da guetificação afirma que existem guetos reais, dos quais os moradores não podem sair e, os voluntários, onde os moradores buscam o isolamento visando uma “falsa” segurança, onde seus moradores podem entrar e sair livremente, e o grande propósito é impedir a entrada de estranhos, garantindo o que seria “um espírito comunitário”.

Com o referido projeto, toda a organização social da comunidade teria que ser repensada, pois com a retirada das áreas cobertas, o que parece pouco provável, toda a

126 Atualmente, aqueles moradores que possuem carros pagam estacionamento privado, um gasto de cerca de R\$ 80,00 por mês.

socialização dos moradores seria alterada. A remoção das *banças* de mexilhão implicaria em que todo o trabalho estivesse condicionado ao Centro de Beneficiamento. Assim, os moradores e a diretoria da Associação deveriam estar preparados para tal mudança.

Ressalte-se ainda, que foi explicitado por uma das lideranças a expectativa de maior apoio público e político para a realização de vários projetos comunitários. Segundo ele, *não posso entender como um projeto como esse (Projeto Mexilhão-Rio) não ganhe mais atenção dos órgãos públicos.*

Pode-se inferir que, como o grupo tem sido beneficiado desde a formação da Associação e da construção do Centro de Beneficiamento por iniciativas governamentais, alguns de seus membros ficam na expectativa de que o poder público vá solucionar grande parte dos problemas enfrentados. Neste sentido, ao apoiar candidatos durante as eleições, os moradores da Travessa esperam algum retorno, caso o mesmo seja eleito. Uma entrevistada mencionou que a maioria dos moradores vota nos candidatos apoiados pela Associação. Entretanto, assinala que, na sua percepção, não verificou nenhum retorno para a comunidade até aqui.

Reforça-se assim a idéia de que a Associação exerce um grande poder sobre as pessoas que residem na Travessa. Aquelas pessoas que são do *Norte* e ocupam cargos importantes na organização são verdadeiras lideranças “comunitárias”.

Para além da influência nesta comunidade, a ALMARJ, com sua visibilidade, faz com que Jurujuba seja lembrada pelas instituições da área ambiental quanto à concretização de um projeto de desenvolvimento local e sustentável. Contudo, ao se aprofundar o entendimento da situação dos marisqueiros no bairro, percebe-se que a Associação e os nordestinos, ao mesmo tempo em que parecem procurar formas de inserção, também se utilizam do seu reconhecimento como uma estratégia para se

manterem diferenciados e, de certa forma, independentes dos demais moradores e instituições do bairro. Esse fato é verificado quando uma das lideranças relatou que geralmente são membros “de fora” do bairro que trazem algum benefício para o local. Isso indicaria que o grupo ainda se considera externo ao local.

Apesar disso, a Associação, ao ingressar como atravessadora de pescado, redefinindo sua atuação, acaba participando da atividade que caracterizou o bairro, o fazendo em posição superior a dos próprios pescadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho procurei analisar as formas pelas quais um grupo social se apropria do discurso e da prática ambiental em busca de reconhecimento e inserção em uma determinada localidade. Isso foi viabilizado pelo estudo de uma comunidade de marisqueiros no bairro de Jurujuba.

O grupo, objeto desta investigação, é proveniente, em sua maioria, do estado de Alagoas. Os primeiros migrantes se estabeleceram em Jurujuba em função da oferta de emprego nas fábricas de sardinha do bairro. Eles não tinham experiência com a pesca, atividade que caracterizava o local e, portanto, não trabalharam diretamente como pescadores.

Os nordestinos vieram em busca de trabalho, em busca de melhores condições de vida, não importando o ramo de atividade. Embora não tenham conseguido se inserir no bairro diretamente através do trabalho direto na pesca, viram no extrativismo do mexilhão, uma possibilidade de concretizar o sonho que os trouxe para a região Sudeste.

Pelo fato de serem provenientes de uma região estigmatizada e por se ocuparem do marisco que era uma atividade considerada desvalorizada sofreram com o preconceito de famílias mais antigas do local.

O grupo foi se consolidando com a migração de familiares e amigos de seu lugar de origem, corroborando a importância das redes familiares para o estabelecimento de migrantes nas cidades. Os laços de parentesco e amizade foram fundamentais como uma forma de lidar com a situação vivida em Jurujuba.

A incorporação na vida cotidiana de Jurujuba não foi fácil e ainda hoje, diria, não se efetivou totalmente. Isso é evidenciado, em termos do bairro, pela área onde

reside maior parte dos migrantes (na Travessa dos Maricultores), assim como pelo fato de alguns terem optado por residir em outros locais.

É possível dizer que os “novos” moradores ficaram, de certa forma, apartados. A incorporação, que considero parcial, foi se dando aos poucos, principalmente, pelo trabalho no marisco, atividade que aprenderam com algumas famílias que se dedicavam a ela previamente a sua chegada, pelo trabalho nas fábricas de sardinha e, posteriormente, através dos casamentos com pessoas de famílias do bairro. No passado, os homens nordestinos não eram pensados como possíveis cônjuges. Hoje, devido ao seu reconhecimento, um morador afirmou que algumas mulheres *correm atrás deles*.

O extrativismo do mexilhão foi responsável por certa inserção do grupo em Jurujuba e também propiciou o sonho de melhorar de vida, embora fosse, em um determinado momento, apenas uma opção na falta de emprego formal, *fichados*, como dizem. O trabalho no marisco que era realizado por poucas famílias de Jurujuba, com a chegada do grupo tornou-se uma atividade importante, sendo que muitas famílias, mais antigas do bairro, passaram a ela se dedicar. O trabalho de campo permite afirmar que os nordestinos, em função de sua necessidade, acabaram por impulsionar o desenvolvimento de uma atividade que era desvalorizada.

No final dos anos 1980, quando de uma proposta governamental para a organização da atividade marisqueira no Município de Niterói, alguns nordestinos acreditaram que a mesma pudesse transformar suas vidas e investiram no sentido de viabilizar a parceria. Alguns membros do grupo não acreditaram que o projeto Mexilhão-Rio fosse ser aprovado e implementado e, desta forma, se engajaram pouco para sua concretização. Isto se reflete, hoje, na atuação destes membros no âmbito da Associação. Existem membros que se dedicam mais do que outros, e, portanto, ocupam posições importantes na instituição. Os que trabalham e ganham mais são vistos como

tendo o dever de ajudar, o que passa por auxílio financeiro ou mesmo nas negociações internas na Associação.

O projeto *Mexilhão-Rio*, proposto por técnicos da FIPERJ, refletia as discussões em torno da temática do gerenciamento dos recursos naturais e da sustentabilidade. Estes temas ganharam importância com a Conferência de Estocolmo, em 1972 e, mais ainda com os preparativos da RIO-92. O projeto demonstrava a preocupação com a inclusão social de um grupo que tinha pouca representatividade diante o setor público assim como a preocupação de realizar a extração do mexilhão de maneira menos predatória.

Entre os objetivos do projeto estavam previstos a formação de uma Associação, a construção de um Centro de Beneficiamento e a mitilicultura. A Associação Livre dos Maricultores de Jurujuba proporcionou ao grupo uma grande visibilidade. Entretanto, foi necessário um esforço para tornar o grupo de nordestinos, que tinha pouca inserção no debate político no âmbito da pesca, em “pescadores”. O processo de articulação com outros pescadores do estado culminou com o fato de que uma das lideranças da ALMARJ ter chegado à presidência de uma das organizações políticas do estado do Rio de Janeiro, a FAPESCA. Poderia dizer que o projeto *Mexilhão-Rio* impulsionou a consolidação e o fortalecimento de um grupo social que vislumbrava uma nova identidade para driblar a exclusão social vivida em Jurujuba. Este processo, no entanto, não se restringiu aos limites do bairro, e os nordestinos conseguiram se projetar da tal forma que hoje são a referência para alguns setores da sociedade quando se fala da pesca em Jurujuba. Neste sentido, é importante ressaltar que o processo propiciou certa reversão de uma situação de exclusão para uma de reconhecimento.

Embora a maioria dos moradores de Jurujuba reconheça que o grupo conquistou um novo *status*, o processo de articulação com instituições do setor público pode ter

deflagrado e reconfigurado as tensões em termos identitários com o grupo de pescadores mais antigos, pois hoje os marisqueiros são também considerados pescadores.

A construção de um Centro de Beneficiamento foi em grande medida responsável pela visibilidade da atividade em Jurujuba, embora também tenha deflagrado conflitos tanto com os demais marisqueiros como entre os nordestinos.

Para a construção do Centro foram estabelecidas parcerias entre a União, Estado e Município, fato que demonstra como a iniciativa em Jurujuba ia ao encontro das premissas de um desenvolvimento local e sustentável, o qual vislumbra, entre outras, a capacidade de articulação e de gerenciamento de uma atividade. O projeto *Mexilhão-Rio* recebeu o reconhecimento do Fundo Life/PNUD e o grupo foi beneficiado com uma verba para aquisição de equipamentos fundamental para o início das atividades do Centro de Beneficiamento. Esta capacidade de articulação para promover a inclusão social de um grupo através de uma atividade sustentável rendeu um tal reconhecimento, que culminou em prêmios internacionais pelas características sustentáveis que a iniciativa apresenta. Pois, teria ampliado as oportunidades de trabalho para, pelo menos uma parcela da população de marisqueiros do bairro, incrementando a renda familiar e aumentando a qualidade do produto, que teoricamente reverteria em uma maior revenda do mesmo.

O gerenciamento da atividade mexilhoneira proposta pelo Projeto passava pela redução da extração de mexilhões dos costões através da implementação de técnicas de engorda de mexilhão, que consistia na transferência das sementes dos ambientais naturais para os espinhéis. Com a ampliação do conhecimento científico acerca do mexilhão e do debate conservacionista, hoje se estimula o cultivo de mexilhões. A mitilicultura implica em que as sementes não sejam mais retiradas dos costões naturais,

mas sejam fixadas através estruturas artificiais e posteriormente transferidas para os espinhéis até o momento da comercialização.

Até pouco tempo o grupo não realizava este procedimento. Mas a partir do momento que a legislação ambiental impôs a incorporação de novas práticas, a Associação tem se adequadado a elas.

Isso deixa claro que as exigências ambientais são fundamentais para que, no caso analisado, o trabalho com o marisco seja realizado de maneira menos predatória. Mesmo que tenham sido orientados em relação à necessidade de conservar os recursos naturais, através de cursos, palestras e trabalhos de educação ambiental, suas práticas cotidianas não demonstram que tais orientações tenham sido incorporadas em sua totalidade.

Tal fato poderia indicar que o grupo, bem como os demais marisqueiros da região, viu no extrativismo de mexilhão uma forma de sobrevivência, não tendo uma ligação como àquela descrita para as populações pesqueiras tradicionais. Estas populações preservam os recursos pesqueiros, pois sabem que deles necessitam, utilizando técnicas menos predatórias e explorando várias espécies ao longo do ano.

Adicionalmente a isso fica evidente nas falas dos entrevistados quando os mesmos relatam que quando chegaram e iniciaram na atividade, não precisavam sair pela barra da Baía de Guanabara em busca de mexilhões, pois os costões de Jurujuba e do interior da Baía satisfaziam suas necessidades. É preciso esclarecer que, além do extrativismo contínuo/intensivo e o aumento de pessoas que passaram a coletar marisco para viver, o aspecto da poluição das águas da Baía, com as atividades industriais que se desenvolveram ao longo dos anos, também afetaram a produtividade do marisco.

Mas é importante também chamar atenção para o fato de que este processo com os marisqueiros iniciado com o Projeto *Mexilhão-Rio* ainda está em curso, sendo que

uma série de medidas e novas práticas ainda podem ser incorporadas. Um exemplo disso, é que o grupo vem se organizando para realizar “a semeadura” no cultivo de modo que os mexilhões estejam no tamanho adequado para a comercialização na época do defeso, quando são obrigados a parar com a extração. Através desta prática o grupo garantirá a possibilidade de trabalho durante estes meses.

A experiência em Jurujuba poderia ser considerada incipiente se comparada às do estado de Santa Catarina. No caso analisado, o cultivo é realizado em pequena escala e os rendimentos obtidos não são totalmente suficientes para evitar a extração do mexilhão dos bancos naturais. A área utilizada para o “cultivo” de mexilhões pela Associação, que envolve vários marisqueiros, equivale, em muitos casos, a área utilizada por um produtor no estado de Santa Catarina.

Cabe dizer que cada vez mais a mitilicultura vem sendo incentivada pelos órgãos ambientais e, neste sentido, pode se esperar que outros marisqueiros do bairro se interessem pela atividade, mesmo tendo que se adequar às exigências ambientais, as quais passam também pelas formas de processamento do produto. Este fato poderá levar a ampliação no quadro de associados, embora se deva se dizer que seja um processo a longo prazo, em função das tensões anteriores entre os marisqueiros. Além disso, também exigirá uma readequação do cenário no bairro que conta com dois atravessadores que comercializam a produção dos marisqueiros não associados. Estes atravessadores utilizaram estratégias para manter um comércio de mexilhão paralelo à ALMARJ, aumentando o preço pago para os produtores.

A idéia inicial era de que com o Centro o produto ganharia competitividade no mercado devido à sua qualidade, se diferenciando daquele considerado *pirata*, comercializado pelos marisqueiros não engajados na ALMARJ. Entretanto, isso não aconteceu, pois os consumidores (atravessadores, redes de supermercados e

restaurantes) ainda privilegiam o preço e uma qualidade que não passa pelas formas de processamento, mas pelas características externas do mexilhão. Como disse um maricultor, *mexilhão é como Cd pirata*.

O preço do mexilhão beneficiado no Centro de Beneficiamento acaba sendo mais elevado para a população em geral e nem sempre tem o mesmo tamanho daquele extraído e beneficiado fora do âmbito da Associação. Além disso, grande parte da comercialização do mexilhão fica restrita aos mercados de abastecimento que não exigem nota fiscal, pois legalmente uma associação não pode utilizar este instrumento, pois não se caracteriza como uma instituição de comercialização.

Neste sentido, houve iniciativas externas de formar uma cooperativa o que facilitaria a comercialização do mexilhão. Entretanto, em função dos diferentes interesses dos associados, a diretoria avaliou que esta não seria a melhor forma de resolver o problema. Assim, recentemente, alguns membros do grupo optaram por formalizar a pequena empresa, que resultaria na ampliação da rede de comercialização de seus produtos (mexilhões e pescado).

O funcionamento do Centro não parece ter garantido que toda a produção local fosse processada no seu interior. Nem os marisqueiros nem as desconchadeiras se adaptaram plenamente à nova organização. Apesar dos esforços para atrair os marisqueiros do bairro e das proximidades para a Associação, isso não foi plenamente conseguido. O trabalho de campo permitiu verificar que isso pode estar relacionado à sua origem, a não incorporação do grupo no bairro e pelas estratégias utilizadas para atrair os demais marisqueiros.

As necessidades podem levar os marisqueiros a processarem o produto nas *bancas* da Travessa e o revenderem para os atravessadores locais. Algumas mulheres optaram por não trabalhar mais no Centro, quando o pagamento passou a ser por

produção, pois os rendimentos eram maiores quando trabalhavam no sistema familiar. Outras optaram por salários inferiores, mas regulares, a dependerem da sazonalidade do mexilhão. Apesar disso, algumas se revezam entre o Centro de Beneficiamento e as *bancas* espalhadas por Jurujuba, garantindo seu vínculo com a atividade e ampliando sua fonte de renda. Tal prática se efetiva já que o trabalho no Centro depende de inúmeras questões, como por exemplo, a quantidade de marisco, a legislação ambiental e o clima. Pesam também fatores de ordem técnica, como barcos e gás. Já os *piratas*, só são impedidos de extrair seu produto em função das condições climáticas.

No entanto, a partir da pesquisa pôde se verificar que com a consolidação da Associação vieram novas demandas e problemas a gerenciar. Diante de tal situação os marisqueiros tiveram necessidade de se adaptar ao novo cenário, e passaram a trabalhar com a comercialização de pescado, o qual é comprado dos barcos de Jurujuba e de outras regiões do Estado. O pescado é comercializado em empresas do Rio de Janeiro e de Niterói e é responsável pela manutenção das atividades da Associação. Isso poderia indicar certa descaracterização da organização, pois a representatividade do grupo para as instituições externas se dá em função da atividade mexilhoneira. É possível que isso também justifique a resistência encontrada por algumas lideranças quando do início deste trabalho.

Minha avaliação ao longo do processo é que, aparentemente, não havia interesse por parte de alguns diretores da Associação que este trabalho fosse realizado, pois não resultaria em nenhum benefício concreto para o grupo, como explicitado nas primeiras conversas com representantes da organização. Neste sentido, o apoio recebido das lideranças, foi relativo. As dificuldades encontradas podem também estar associadas aos resultados das pesquisas e projetos anteriores.

Apesar dos esforços empreendidos, este estudo de caso abre uma gama de questões que possibilitam seu desdobramento. Foi possível verificar o papel do Estado enquanto promotor de uma iniciativa socioambiental em termos locais. Contudo, é importante chamar atenção para o fato de que se por um lado as agências estatais são fundamentais para impulsionar experiências como a de Jurujuba elas nem sempre mantêm o suporte técnico e financeiro tão importantes para que os grupos sociais possam manter as práticas e para que haja uma incorporação das novas tendências.

Tal situação sugere pensar que certas experiências incentivadas e promovidas por agências externas podem levar a uma sustentabilidade “induzida”. Em alguns casos, por falta de apoio e incentivo, os grupos envolvidos adotam estratégias para a manutenção de suas práticas que nem sempre permitem a consonância com os objetivos iniciais das propostas.

O apelo e estímulo às iniciativas ditas sustentáveis provenientes de um discurso global, apesar de serem fundamentais no que concerne à conservação ambiental, devem apresentar-se com certa cautela. Tais propostas podem apresentar uma série de limitações devido às formas de implementação, mas também em relação aos grupos envolvidos. Estas experiências deveriam contar com maior apoio institucional, especialmente quando os grupos sociais não apresentam “tradição” na atividade que passam a realizar. No que concerne à temática da pesca, pesquisas realizadas com pescadores indicam que as populações tradicionais exercem a atividade de forma sustentável, mesmo antes de tal conceito ter sido proposto e divulgado.

A “tradição” em uma determinada atividade pode refletir a relação que determinados grupos estabelecem com a natureza e seus recursos, apresentado interesses e conduzindo suas práticas de forma mais condizente à idéia da sustentabilidade. Neste estudo, esta situação fica claramente colocada quando se

compara a forma em que a extração de mexilhões e ostras era realizada pelos antigos moradores e pescadores de Jurujuba. Outro aspecto a considerar diz respeito a pouca identidade com a questão pesqueira dos nordestinos e seu engajamento na proposta governamental. Se por um lado esta parceria propiciou uma reconfiguração em termos identitários, por outro, a falta da continuidade de estímulo governamental levou o grupo a procurar formas de se manter na atividade. A estratégia implementada tem levado, inclusive, a uma preocupação em termos da identidade da organização, como foi demonstrado.

Os resultados ainda abrem a possibilidade de pensar a questão dos espaços coletivos. A Associação analisada é vista como representativa dos marisqueiros do bairro por algumas instituições externas à Jurujuba. Entretanto, ela representa os interesses de uma parcela deste grupo, isto significa dizer de seus associados, mas principalmente daqueles que ocupam cargos de liderança no âmbito da organização.

Ainda nesta mesma linha, os dados obtidos apontam também para a questão da apropriação dos espaços públicos para a efetivação dos cultivos de marisco. Estudos realizados com pescadores tradicionais indicam que a apropriação e manutenção das áreas pesqueiras são realizadas conforme o saber do pescador que é passado de geração a geração. Assim, tal propriedade está relacionada ao direito consuetudinário e não está formalmente colocada. Já a apropriação, em certa medida, privada das áreas públicas para a maricultura está legalmente assegurada, sendo que os maricultores gerenciam os empreendimentos a partir da autorização e regulação do Estado.

Contudo, apesar da série de temas abordados, dados os prazos para a consecução do trabalho, alguns temas não puderam ser contemplados, os quais poderão ser melhor analisados em momento posterior, como desdobramentos desta pesquisa. Entre os pontos a destacar temos, por exemplo, a importância de identificar e entrevistar os

marisqueiros do bairro com quem os nordestinos aprenderam a realizar o trabalho no mexilhão, dada sua inexperiência com a pesca. As entrevistas com os marisqueiros não associados poderão fornecer elementos para melhor esclarecer o seu não engajamento na associação, a situação da comercialização do produto, a realização de cultivos por alguns, a sua interação com os órgãos ambientais e engajamento e representatividade política no setor pesqueiro. No que diz respeito à comercialização do mexilhão será possível identificar tanto as relações políticas, mas principalmente a razão de, no caso de Jurujuba, o mexilhão considerado *pirata* ter maior escoamento.

Outro tema a investigar com os associados está relacionado a este próprio aprendizado. Conhecer o mar, sua diversidade, as marés, as condições climáticas, elementos desconhecidos para os nordestinos, assim como a própria atividade de extração. Diante disso, é possível imaginar que tal processo tenha levado a alguns acidentes de trabalho, fato que poderá surgir com a continuidade da pesquisa.

Também vale mencionar que diante do cenário encontrado no local de pesquisa uma série de informações resultantes do trabalho em campo não pode ser explicitada neste trabalho. Isso se deu no sentido de preservar tanto a identidade dos entrevistados, como também a organização. No entanto, por se tratar de um estudo acadêmico, algumas questões não poderiam deixar de ser exploradas e apresentadas em sua complexidade, no sentido de mostrar os avanços, as contradições e os limites do processo.

Finalizaria dizendo que talvez o maior ganho para os nordestinos com a formalização da Associação esteja relacionado ao incremento do capital social e simbólico do grupo. Quando seus membros afirmam que *passaram da favela a Alphaville* ou que *mudaram da Rocinha para a Avenida Atlântica*, indicam que a dedicação ao trabalho com o marisco propiciou tanto a aquisição de bens materiais

quanto uma posição de destaque em Jurujuba, tendo uma importância significativa para o grupo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, Henri. A política ambiental no governo Collor: Uma luta pelo controle dos recursos naturais. 115-127. In: Henri Acselrad (Org). **Meio Ambiente e Democracia**. Rio de Janeiro: IBASE. 1992.
- ADAMS, Cristina. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. **Rev. Antropol.** 43 (1): 145-182. 2000.
- AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. Pp. 07-25. In: **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas. 1996.
- ARANA, Luis Alejandro Vinatea. Modos de apropriação e gestão patrimonial de recursos costeiros estudo de caso sobre o potencial e os riscos do cultivo de moluscos marinhos na baía de Florianópolis, Santa Catarina. Tese de doutorado do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. 250p. 2000.
- BACKHEUSER, Everardo. **Minha terra e minha vida. Niterói há um século**. Prefeitura de Niterói. Secretaria de Cultura. 1994.
- BASTOS, Marcos; MELLO, Silvia; SAAD, Adriana; MOSCHEN, Fernando; COSTA, Alexandre. **Desenvolvimento e Apoio de Atividades de Maricultura Sustentáveis no Estado do Rio de Janeiro**. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Belo Horizonte. 2004.
- BACHELET, Bernard. **L'espace**. PUF-Paris. Coleção Que sais je?. 1998.
- BAILEY, F.G. Gifts and poison. In: Bailey, F.G ,(ed). **Gifts and poison :the politics of reputation**. Oxford :Blackwell. 1971.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade. A busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2003.
- BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. p. 11-72. In: Beck, U.; Giddens, A. e Lash, S. **Modernização reflexiva. Política tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP. 1995.

BECKER, Howard S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Ed. Hucitec. 1993.

BERGUER, Peter L.; LUKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**. (Antropologia 5). Petrópolis: Vozes. 1991.

BESSA, E. S.; D'AVIGNON, A.; VALLE, R.; TEIXEIRA, M. G. Integrating economic development and the environment: artisan fishing production in Guanabara Bay, Rio de Janeiro. **Environmental Management**, 34 (3): 332-340. 2004.

BLANCO, E. Maior preocupação com o meio ambiente. **Revista de Educação Ambiental do SENAC**. 2:16-17. 2002.

BORGES, Aline Pinheiro. **Comportamento da microbiota presente em mexilhões (*Perna perna*) processado, embalado em atmosfera modificada e mantido sob refrigeração**. Mestrado em Medic. Veterin. (Hig. Veter. Proc. Tec. Prod. Orig. Animal). Universidade Federal Fluminense. 101p. 2002.

BOSI, Ecléa. Memória-sonho e memória-trabalho. p. 5-29. *In: Memória e Sociedade. Lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz. 1983.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense. 1990.

_____. **La Misère du Monde**. Paris: Ed. du Seuil. 1993.

_____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1998.

_____. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva. 2003.

BUARQUE, Sergio. **Construindo o Desenvolvimento Sustentável: Metodologia de Planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond. 2002.

CANDAU, Joel. **Antropologie de la memoire**. PUF-Paris. 1996.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. Geografia e Pesca: Aportes para um modelo de gestão. **Revista do Departamento de Geografia**. 14: 79-88. 2001.

- CARVALHO, Julia Manso Paes. **Diagnóstico sobre a situação econômica e ambiental da colônia de pesca da praia de Ramos (Z-11): pescadores urbanos.** Monografia de conclusão do curso de geografia da UFRJ. 2004.
- CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do Cotidiano 2.** Morar , cozinhar. Petrópolis: Vozes. 2ª ed. 1998.
- CICCOUREL, Aaron. Teoria e método em pesquisa de campo. IN: Guimarães, Alba Zaluar (Org.) **Desvendando Máscaras Sociais.** p.87-123. Livraria Francisco Alves Editora S.A. Rio de Janeiro. 1975.
- COMERFORD, Jonh Cunha. **Como uma família. Sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural.** Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia Política/UFRJ. 2003.
- CORDELL, John. Marginalidade social e apropriação territorial marítima na Bahia. p. 139-160. *In:* Diegues, A. C. e Moreira A. de Castro (Org.). **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum.** São Paulo: NUPAUB. 2001.
- COSTA, Icléia T.M. Cidadania, ética e alteridade. *In:* Costa, I.T.M. e Gondar, J. (Orgs). **Memória e Espaço.** Rio de Janeiro. 7Letras. 2000.
- COSTA, Maria Cristina Silva. Nós das redes. **Revista Travessia.** (Maio-Agosto). p. 25-27. 2001.
- COSTA, Terezinha. Marisqueiro cultiva esperança, carangueijo vive de lembrança. Pp. 16-22. *In:* Lima, E.P (Org.). **Retratos da Baía.** Rio de Janeiro: FAPERJ. 1994.
- COSTA, Ana Maria Kosawa. **Considerações sanitárias, ambientais e sociais para a implantação de miticultura em Itaipu, Niterói, RJ.** Dissertação de Mestrado do Programa de pós-graduação de Ciências Ambientais da Universidade Federal Fluminense (UFF). 2003.
- D'ARAUJO, Maria Celina. **Capital social.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2003.
- DAGNINO, Evelina. **A sociedade civil no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra. 2002.

DaMATTA, Roberto. **A casa & a rua. Espaço. Cidadania, mulher e morte no Brasil.** 5 ed. Rio de Janeiro: Rocco. 1997a.

DaMATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis. Para uma sociologia do dilema brasileiro.** 6ª ed. Rio de Janeiro. Rocco. 1997b.

DANTAS, Leiliam Cruz. Valorização dos produtos do setor sucroalcooleiro artesanal no contexto de um processo de desenvolvimento local: o caso do brejo paraibano. **Revista Virtual de Gestão de Iniciativas Sociais (GIS)**, nº 7: 10 -16. 2006. <http://www.ltds.ufrj.br/gis/anteriores/rvgis7.pdf>

D'ANTONA, A. O. **O lugar do Parque Nacional na lógica dos Lençóis Maranhenses.** XXII Reunião Brasileira de Antropologia. Fórum de Pesquisa 03. "Conflitos socioambientais e unidades de conservação". Brasília-DF. 2000.

D'AVIGNON, Alexandre L. A. **A inovação e os sistemas de gestão ambiental na produção; o caso da maricultura em Jurujuba.** Tese de doutorado do Programa de Pós graduação de Engenharia da UFRJ. 2001.

D'ÁVILA, Maria Inácia & MACIEL, Tania. Pantanal: um ecodesenvolvimento necessário. (Pp.69-90). In: Maciel, T. (Org). **O Ambiente inteiro. A contribuição crítica da Universidade à questão ambiental.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ. 1992.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista.** São Paulo: Cortez. 2001.

DIAS NETO, José Colaço. **Quem tem medo do IBAMA? Um relato sobre os conflitos entre pescadores artesanais e a Agência Brasileira de Meio Ambiente na Lagoa Feia/RJ.** 30º Encontro anual da ANPOCS. ST 09 - Representações da natureza em locais de interesse ecológico. 2006.

DIEGUES, Antonio Carlos S. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar.** São Paulo: Ática. 1983.

_____. A pesca artesanal no litoral brasileiro: cenários e estratégias para sua sobrevivência. p. 2-8. In: Pescadores artesanais – entre o passado e o presente. **Revista Proposta/FASE.** Rio de Janeiro. 1988.

_____. Realidades e falácias sobre pescadores artesanais. Pg 85-104. In: **Povos e Mares: Leituras em sócio-antropologia marítima.** São Paulo: NUPAUB/USP. 1995.

- _____. **Aspectos Sócio-Culturais e Políticos do uso da Água.** NUPAUB/USP. TEXTO PUBLICADO NO PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS-MMA. 2005.
- DIOGO, Hugo Ricardo Lamas. **O cooperativismo no setor da maricultura: Estudo de caso da cooperativa de Canto grande, Bombinhas, Santa Catarina.** Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Aqüicultura da UFSC. 2002.
- DUARTE, Lílian C.B. **Política externa e meio ambiente.** Coleção Descobrimo o Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor. 2003.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. Identidade social e padrões de agressividade verbal em um grupo de trabalhadores urbanos. Pp. 171-202. In: Lopes, J.S.L. (coord.). **Cultura & Identidade Operária. Aspectos da cultura da classe trabalhadora.** 1987.
- _____. **As redes de suor. A reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba.** Niterói. EdUFF. 1999.
- EDER, Klaus. **The social construction of nature.** London, Thousand Oak's, New Delhi: SAGE Publications. 1996.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2000.
- ESTERCI, Neide. Conflitos Ambientais e Processos Classificatórios na Amazônia Brasileira. **Boletim da Rede Amazônia** (Diversidade Socioambiental e Políticas Ambientais). Rio de Janeiro, 1(1): 51-64. 2002.
- FERNANDES, Rubem César. Elos de uma cidadania planetária. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** 28: 15-34. 1995.
- FERNANDES, Marciolina. Desenvolvimento Sustentável. – Antinomias de um conceito. **Raízes. Revista de Ciências Sociais e econômicas.** Campina Grande. 21(02): 246-260. jul/dez 2002.
- FERREIRA, Marcelo Costa. Associativismo e contato político nas regiões metropolitanas do Brasil: 1988-1996. revisando o problema da participação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** 14 (41): 90-102. 1999.

FERREIRA, Edna. A pesca nossa de cada dia. Pp. 28-31. In: Lima, E.P (Org.). **Retratos da Baía**. Rio de Janeiro: FAPERJ. 1994.

FERREIRA, Jaime Fernando. **A produção de sementes de mexilhões em laboratório e sua captação através de coletores industriais**. II Seminário de Aqüicultura, Maricultura e Pesca. Florianópolis – SC http://www.cnpsa.embrapa.br/sgc/sgc_publicacoes/publicacao_h390r3x.pdf. 2005

FOSTER, George. The Dyadic Contract: a model for the social structure of a Mexican peasant village. Pp. 213-230. In: Potter, J.M. et al. **Peasant Society: a Reader**. Boston, Little Brown. 1967.

FURTADO, Lourdes G. Riqueza e exploração da Pesca. Pp. 263-315. In: **Amazônia. Uma proposta Interdisciplinar de educação Ambiental**. Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). 1994.

_____. Dinâmicas sociais e conflitos da pesca na Amazônia. Pp. 57-71. IN: Acselrad, H. (Org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 2004.

FRANCO, Maria S. C. O código do sertão Pp. 20-59. In: **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Ática. 1976.

GALESKI, Boguslaw. **Sociologia del campesinato**. Barcelona: Península. 1977.

GARCIA, JR., Afrânio Raul. **O Sul: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. Coleção Pensamento Antropológico. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: Editora da UNB; MCT-CNPq. 1989.

GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Antropologia Social. Rio de Janeiro. Rocco. 1978.

GEERTZ, Clifford. Forma e variação na estrutura da aldeia balinesa. **Mosaico. Revista de Ciências Sociais**, 1(1): 279-303. 1999.

GELLNER, Ernest. **Culture, Identity and Politics**. Cambridge: Cambridge University Press. 1987.

GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós tradicional. In: Beck, U.; Giddens, A. e Lash, S. **Modernização reflexiva. Política tradição e estética na ordem social moderna.** São Paulo, UNESP. 1995.

GOFFMAN, Erving. **Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Rio de Janeiro: Zahar editores. 1975.

HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva.** São Paulo. Vértice. 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro, DP&A. 2001.

HAMMERSLEY, Martin e ATKINSON, Paul. **Etnography. Principles in practice.** London and New York: Routledge. 1995.

HÔ, Pham Nhu. O desenvolvimento endógeno como alternativa. Potencialidades e obstáculos ao seu desdobramento. Pp. 35-92. IN: Maciel, Tania Barros (Org). **Caminhos para o Desenvolvimento. Século XXI.** Rio de Janeiro: UFRJ/ Cátedra UNESCO de Desenvolvimento Durável da UFRJ/EICOS. 2006.

JORGE, L. C.; GARCIA, L. M.; MARTINS, V. B.; KOSAWA, A.; PAULS, E. Interações dos processos sócio-ambientais nas bacias das Enseadas de Icaraí e São Francisco, Niterói (RJ). 2. Organismos Aquáticos como Bioindicadores da Qualidade Ambiental com enfoque no mexilhão Perna perna (Linnaeus, 1798), em Niterói-RJ. **Revista Mundo & Vida** vol. 3 (2): 108-115. 2002.

KISIL, Marcus. Organização Social e Desenvolvimento Sustentável: projetos de base comunitária. In: Ioschpe, Evelyn Berg (Org.). **Terceiro Setor. Desenvolvimento Social Sustentado.** São Paulo, Paz e Terra. 2000.

KNOWLES, Eleanor; ONESTINI, Maria. **Parcerias para o Desenvolvimento Sustentável. Cooperação Norte-Sul no marco da Agenda 21 Local. Um guia de boas práticas: América Latina.** Programa de Acordos da Agenda 21 Local: União Internacional de Autoridades Locais (IULA); Conselho Internacional de Iniciativas Ambientais (ICLEI); Towns & Development Local Initiatives for Global Development. s/d.

LARRÈRE, Catherine; LARRÈRE, Raphael. **Du bon usage de la nature. Pour une philosophie de l'environnement.** Paris, Aubier. 1997.

LAYRARGUES, P. P. Educação para gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos sócio-ambientais. Pp. 87-156. In: **A sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. São Paulo: Ed. Cortez. 2000.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez. 2002.

LEIS, Héctor Ricardo. Ambientalismo: um projeto realista-utópico para a política mundial. Pp. 15-44. In: **Meio Ambiente, desenvolvimneto e cidadania: desafio para as ciências sociais**. 3 ed. São Paulo: Cortez; Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. 2001.

LEITÃO, Wilma Marques. **Ilha de Paquetá: Cotidiano e história social de um bairro carioca**. Tese de doutorado do Programa de pós-graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais do Rio de Janeiro da UFRJ. 2003.

LENZI, Cristiano Luis. Ulrich Beck e Antony Giddens: Sociedade de risco e política ecológica. p. 129-181. In: **Sociologia Ambiental. Risco e sustentabilidade na modernidade**. Bauru (SP): Edusc. 2005.

LOPES, José Sérgio Leite. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2006.

LOUREIRO, Carlos Frederico. Teoria Social e a Questão Ambiental: pressupostos para uma práxis crítica em Educação Ambiental. Pp. 13-52. In: Loureiro, C.F., Layrargues, P.P, Castro, R.S. (Orgs). **Sociedade e Meio Ambiente: a educação ambiental em debate**. São Paulo: Cortez. 2000.

MACIEL, Tania e D'ÁVILA NETO, Maria Inácia. Comunidades e participação: desafios para a pesquisa e ação: O caso do Pantanal. Pp. 243-261. In: D'Ávila Neto, M. I. **Desenvolvimento Social, desafios e estratégias**. Rio de Janeiro; UFRJ/UNESCO/FINEP. 1995.

MACIEL, Tania B. “Contribuições da ecologia humana para a psicologia social moderna: Perspectivas para uma ecologia social”. **Arquiv. Bras. de Psicologia**, 50 (4): 22-33. 1998.

MACIEL, Tania B. Paradigmas e desafios da Ecologia Social: aplicações das teorias e das práticas de um projeto de desenvolvimento local. In: CAMPOS, R. H. de F.;

- GUARESCHI, P. (Orgs.) **Paradigmas em Psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MACIEL, Tania B. Da sustentabilidade à sustentabilidade do ser: por um desenvolvimento humano durável. In: D'Avila, Maria Inácia, Rosa Pedro (Orgs.) **Tecendo o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Mauad, bapera, Cátedra da Unesco de Desenvolvimento Humano Durável. 2003.
- MAIMON, Dália. Mudança da Política Ambiental. Pp. 265-285. In: Tania Maciel (Org.) **O ambiente inteiro. A contribuição crítica da Universidade à questão ambiental**. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ. 1992.
- MALDONADO, Simone C. A caminho das Pedras. Pp. 59-68. In: Diegues (org.). **A imagem das águas**. São Paulo: Hucitec. 2000a.
- _____. No mar: conhecimento e produção. Pp. 95-100. In: Diegues (org.). **A imagem das águas**. São Paulo: Hucitec. 2000b.
- MANZONI, Gilberto. **Cultivo de Mexilhões Perna Perna: Evolução da atividade no Brasil e avaliação econômica da realidade de Santa Catarina**. Tese defendida no Centro de Aqüicultura da UNESP, Jaboticabal. 2005.
- MENEZES, Marilda Aparecida. **Redes e enredos na trilha dos migrantes. Um estudo de famílias de camponeses-migrantes**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa, PB: EDUFPB. 2002.
- MENEZES, Marcos Bezerra. Projeto mexilhão-Rio: cultivo e beneficiamento comunitário de mexilhão. Artigo publicado na **Revista eletrônica ComCiência**. <http://www.comciencia.br/reportagens/litoral/lit17.shtml#ref3>. 2003.
- MINAYO, Maria Cristina S. Ciência, técnica e arte: O desafio da pesquisa social. Pp. 9-29. In: Minayo, M. C. S. (org). **Pesquisa social. Teoria, método e criatividade**. 21ªed. Petrópolis: Vozes. 2002.
- MINC, C. **Ecologia e Cidadania**. Coleção Polêmica. São Paulo: Ed. Moderna. 1997.
- MORAES, Luiz Edmundo de Oliveira. **A Cooperação na Cadeia Produtiva da Maricultura do Estado de São Paulo**. Tese apresentada à Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. 2005.

- MOSCOVICI, Serge. **De la nature. Pour penser l'écologie**. Paris: Éditions Métailié. 2002.
- NOAL, Fernando Oliveira. Os ritmos e os riscos: considerações sobre globalização, ecologia e contemporaneidade. Pp. 67-86. In: Loureiro, C.F., Layrargues, P.P, Castro, R.S. (Orgs). **Sociedade e Meio Ambiente: a educação ambiental em debate**. São Paulo: Cortez. 2000.
- PASSET, Rene. **Elogio da globalização: por um contestador assumido**. Rio de Janeiro-São Paulo: Record. 2003.
- PAULILO, Maria Ignez. Maricultura e Território em Santa Catarina-Brasil. **Cadernos de Pesquisa. Revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina**. n.31. 2002.
- PENNA, Maura. Caçando um lugar: Identidade regional no trajeto da exclusão. Pp.17-19. **Revista Travessia** (Maio-Agosto). 1994.
- PEREIRA, Christiane Soares. **Isolamento de Vibrio sp e enumeração de Vibrio parahaemolyticus, a partir de moluscos bivalves marinhos, comercializados in natura, em restaurantes da cidade do Rio de Janeiro**. Mestrado em Medic.Veterin. (Hig. Veter. Proc. Tecn. Prod. Org. Animal). Universidade Federal Fluminense, UFF, Brasil. 1998.
- PESSANHA, Elina G. F. **Os companheiros. Trabalho e sociabilidade na pesca de Itaipu**. Niterói: EdUFF. 2003.
- PIMENTEL, Maria das Dores Mendes. **Memórias e Narrativas de Pescadores da Pedra de Guaratiba: urbanização e espaço social (1973-2003)**. Dissertação de Mestrado do Programa de pós graduação em Memória Social da UNIRIO.2004.
- PINHEIRO Jr., Alfredo Artur. **Colimetria de águas marinhas e mexilhões [*Perna perna* (Linnaeus, 1758)]; em áreas de cultivo e extrativismo no município de Niterói**. Mestrado em Medic. Veterin. (Hig. Veter. Proc. Tecn. Prod. Org. Animal). Universidade Federal Fluminense, UFF, Brasil. 2000.
- PITT-RIVERS, Juian. Friendship and Authority. Pp. 137-160. In:**The People of the Sierra**. London: The University of Chicago Press. 1971.

- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, vol.2 n.3. Rio de Janeiro. 1989.
- POVOA NETO, Helio. A produção de um estigma: Nordeste e nordestinos no Brasil. Pp. 20-22. **Revista Travessia** (Maio-Agosto). 1994.
- PROGRAMA LIFE.
http://www.programmelifepnud.org/index.php?option=com_content&task=view&id=21&Itemid=31
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Relatos Oraís: do “indizível” ao “dizível”. Pp. 14-44. In: Von Simson, Olga de Moraes (Org.). **Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)**. Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais. São Paulo:Vértice. 1988.
- REDFIELD, Robert. **The little community and peasant society and culture**.Chicago: Midway Reprint. 1989.
- REIGOTA, Marcus. **Meio ambiente e representação social**. 4º ed. São Paulo: Cortez. 2001.
- SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond. 2004.
- SALES, Teresa e BAENINGER, Rosana. Migrações internas e internacionais no Brasil. Panorama deste século. Pp.33-44. **Revista Travessia** (Janeiro-Abril). 2000.
- SANTANA, Marco Aurélio. Militância, repressão e silêncio: relato de uma experiência com a memória operária. **Revista da Associação Brasileira de História Oral**, 3 (03): 35-48. São Paulo. 2000.
- SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos. Proteção Jurídica à diversidade biológica e cultural**. São Paulo: Peiropolis.2005.
- SANTOS, Carlos N. F. dos e VOGEL, Arno. **Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro**. Trabalho realizado pelo Centro de Pesquisas do IBAM. Rio de Janeiro: IBAM/FINEP. 1981.
- SANTOS, Miriam Sepúlveda. **Memória Coletiva e Teoria Social**. São Paulo: Annablume, 2003.

- SARTI, Cynthia Andersen. São os migrantes tradicionais?. Pp. 11-13. **Revista Travessia** (Setembro-Dezembro). 1995.
- SAYAD, Abdemalik. **Un Nanterre Algérien, terre de bidonvilles**. Paris: Éditions Autrement. 1995.
- SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Ed da Universidade de São Paulo. 1998.
- SEGALEN, M. Mari et Femme dans la Société Paysanne. Pp. 4-85. In: **Couple, Menage, Communauté**. Paris: Flamarion. 1980.
- SIGAUD, Ligia M. **Os Clandestinos e Os Direitos**. São Paulo: Duas Cidades. 1979.
- SILVA, Gláucia O. da. **Tudo que tem na terra tem no mar**. Rio de Janeiro, Funarte/Instituto Nacional do Folclore. 1989.
- SILVA, Luis Geraldo Santos. História e meio ambiente. A pequena pesca marítima no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba. N.10/11. 1998.
- SILVA, R. C. e SIMON, C. P. Sobre a diversidade de sentidos de comunidade. **Revista Psico (PUC-RS)**. 36 (1): 39-46, jan./abr. 2005.
- SOARES, Maria Tereza Costa, Gilson Brito Alves Lima, André Augusto Pereira Brandão. **Revista Pesquisa e Desenvolvimento Engenharia de Produção** 4: 39-54. 2005.
- TAVOLARO, S. B. F. **Movimento ambientalista e modernidade: sociabilidade, risco e moral**. São Paulo: Annablume/FAPESP. 2001.
- TEIXEIRA, Maria Gracinda e BESSA, Eliane. **Criando uma Cultura de Meio Ambiente. Existe alguma chance de transformação social a partir de uma idéia global desenvolvida em esfera local?** Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, M.G. 2002.
http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MA_ST5_Teixeira_texto.pdf

- _____. Dilemas Culturais Locais na Absorção de Tecnologias Inovadoras. **Organizações e Sociedade**, Salvador- Bahia, 13 (38): 107-118. 2006.
- THOMPSON, Paul. A voz do passado. História Oral. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1998.
- TURECK, C. R.; OLIVEIRA, T. N. **Sustentabilidade ambiental e maricultura**. http://www.univille.br/pagina_pdf.phtml?id_pagina=3746. Univille. 2003.
- VALENTE, Angélica Moreira. **Efeito da irradiação sobre mexilhões [*Perna perna* (Linnaeus, 1758)]; Coliformes termotolerantes e enterococcus; ação antimicrobiana e análise sensorial das amostras**. Mestrado em Medic. Veterin. (Hig. Veter. Proc. Tecn. Prod. Org. Animal). Universidade Federal Fluminense, UFF, Brasil. 2004.
- VELHO, Otávio Guilherme. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar 1967.
- VIOLA, Eduardo. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): Do ambientalismo à Eopolítica. Pp. 63-110. In: Jose Augusto Pádua (org.). **Ecologia e Política no Brasil**. 1992.
- VIOLA, Eduardo. Confronto e legitimação (1970 a 1990). Pp. 27-36. In: Svirsky, E. e Capobianco, J. P. R. (Orgs.). **Ambientalismo no Brasil. Passado, presente e futuro**. São Paulo: Instituto Socioambiental, Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. 1997.
- VIOLA, Eduardo J. e LEIS, Héctor Ricardo O ambientalismo multisetorial no Brasil para além da Rio-92: O desafio de uma estratégia globalista viável. Pp. 134-160. In: **Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafio para as ciências sociais**. São Paulo: Cortez; Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. 2001.
- WEHRS, Carlos. **Niterói. Cidade sorriso. A história de lugar**. Rio de Janeiro. 1984.
- WERNESBACH, Maria Luisa.A. **Construções socio-técnicas no espaço da pesca: O alcance e impacto comunitário das políticas públicas**. Dissertação de Mestrado. Engenharia de Produção/UFF. 2002.
- WIEVIORKA, Michel. **Avant-propos**. Pp. 11-23. In: Elias, N. et Scotson, J.L. **Logiques de l'exclusion**. Paris: Fayard. 1997.

WIEVIORKA, Michel. La production des différences. P. 122-136. IN: **La différence. Identités culturelles: enjeux, débats et politiques.** Paris. Editions de l'Aube. 2005.

WOORTMANN, Ellen F. O sítio: descendência e lugar. P. 241-256. IN: **Herdeiros, parentes e compadres. Colonos do Sul e Sítiantes do Nordeste.** São Paulo: Hucitec, Brasília: Edunb. 1995.

ZANELLI, J. C. Pesquisa qualitativa para estudos na gestão de pessoas. **Estudos Psicol.** (Natal). 7: 79-88. 1992.

ANEXO I

PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Esta seção visa apresentar os entrevistados e relatar em que condições as entrevistas foram realizadas. Optou-se por subdividi-la de acordo com a atuação e/ou moradia de cada um dos envolvidos. Cabe mencionar que os nomes das pessoas entrevistadas foram substituídos com o objetivo de preservar suas identidades. A maioria das pessoas teve suas entrevistas registradas em fitas K-7. Entretanto, como algumas pessoas durante as conversas informais foram fundamentais para o entendimento das questões deste estudo, estarão incluídas neste perfil porém com a menção de que suas entrevistas não foram gravadas.

Dos moradores de Jurujuba

1 – Sr. Adão – De família de pescadores proveniente de Itaipu, morador antigo de Jurujuba, reside na região da Salinas e concedeu uma entrevista, que foi gravada em 24/03/2004 em sua residência. Apontou aspectos relevantes do bairro e da temática pesqueira. Esteve vinculado à Associação União de Pescadores (AUPJ) e na época da entrevista, com 82 anos, ainda mantinha barcos de pesca na área do Forte Rio Branco, próximo a sua residência no bairro.

2 - Leopoldo – De família de pescadores, foi da marinha, reside em Jurujuba, isto é, em uma das sub-áreas de Jurujuba conhecida como Ponto Final. Profundo conhecedor da memória do bairro de Jurujuba. Foi entrevistado duas vezes, uma informalmente e a segunda foi gravada em 06/08/2004. Durante as entrevistas, relatou as mudanças no

bairro e na pesca, assim como aspectos da organização da Festa de São Pedro na comunidade, da qual participava como leiloeiro.

3 - Alberto – Antigo presidente da Associação de Moradores, reside no Morro do Lazareto. Foi quem me apresentou o bairro, um dos principais atores na formação da rede de entrevistados da primeira etapa da pesquisa. Teve entrevista gravada em 20/08/2004, além disso, esteve presente em várias entrevistas dando contribuições, ao longo da primeira etapa, uma vez que estas eram realizadas, em sua maioria, na Sede da Associação de Moradores. Além disso, inúmeras vezes conversamos sobre aspectos do bairro, os quais eram de grande relevância para a pesquisa. Sempre interessado em apresentar e divulgar os trabalhos desenvolvidos pela Associação em prol da melhoria do bairro.

4 – Marlene e Ivone – Marlene é sobrinha de seu Alberto. Moradora do Ponto Final de Jurujuba, estudante de matemática. Funcionária, na época, do Rede-Fácil sediado na Associação de Moradores. Foram realizadas inúmeras conversas informais, altamente elucidativas para a compreensão das questões comunitárias. Me apresentou sua prima Ivone e, as duas, em uma entrevista em que ambas estavam presentes relataram a organização da Festa de São Pedro, da qual participavam. A entrevista foi realizada em 04/09/2004 na casa de Ivone, no Ponto Final e, foi registrada.

5 - Seu Felipe – Morador do Morro do Lazareto, envolvido nas atividades da Associação de Moradores. Trabalhou na CONERJ atual Barcas S.A, na pesca, e no marisco, hoje é aposentado. Embora tenha relatado suas percepções acerca da história de Jurujuba, em conversas informais, não teve entrevista registrada. Seu Felipe me

levou para conhecer as doçuras e as tristezas do Morro onde reside, mostrando os benefícios conquistados a partir da mobilização comunitária e relatando alguns dos conflitos entre moradores e um ambientalista que se mudou para o local, bem como as relações de alguns moradores com um clube local. Neste agradável “passeio”, me mostrou as áreas de “beneficiamento” de mexilhão, o cais de Jurujuba e as transformações ambientais ocorridas na área.

6 - Seu Roberto – Natural de Jurujuba, morador do Morro do Cascarejo, morou no Ponto Final na época em que seus pais tomavam conta de um sítio, área adjacente àquela onde houve tentativa de construir um condomínio. Trabalhou na pesca e no marisco na década de 1980. Foi presidente da Associação de Moradores de 1996 a 2000. Durante a primeira etapa da pesquisa trabalhava na Policlínica e era motorista da ambulância da instituição. Durante sua entrevista, em 01/09/2004, que foi gravada, na Associação de Moradores, traçou um panorama sobre as mudanças na pesca em Jurujuba e a atuação das Fábricas de Sardinha. Indicou seu pai Sr. Celso para que o mesmo me relatasse como era Jurujuba “antigamente”.

7 – Sr. Celso – Natural de Minas Gerais, veio para Niterói em 1942, residindo em Santa Rosa e, posteriormente, em Jurujuba. Teve sua entrevista gravada em 09/10/2004, em sua residência, no Morro do Cascarejo, cuja vista é magnífica, relatando a sua vida e as transformações sócio-espaciais da comunidade. Morou no Ponto Final, trabalhando no cuidado de um sítio e depois adquiriu um terreno no morro onde construiu sua casa, na época de barro. Logo na sua chegada a Niterói, trabalhou na construção da estrada que liga o Ponto Final a Fortaleza de Santa Cruz e também em estaleiros do Rio de Janeiro e

de Niterói. Não foi uma entrevista fácil, pois seu Francisco tinha problema de surdez, o que dificultou o diálogo, necessitando da ajuda da nora.

8 - Júlio – Morador do bairro veio da cidade Corumbá em Mato Grosso em 1962, se envolveu profundamente na pesca, estabelecendo vínculos de amizades e de inimizades no bairro. Participou da Colônia de Pesca Z-8 de 1988 até meados dos anos 1990, quando foi presidente. Na primeira etapa da pesquisa era o Presidente da Associação União de Pescadores (AUPJ) e membro da Federação das Associações de Moradores de Niterói. Foi entrevistado uma vez em 18/06/2004 na sede da Associação de Moradores e durante a entrevista, que foi registrada em fita K-7, relatou sua atuação na Colônia de Pesca bem como a situação da Associação União de Pescadores de Jurujuba.

9 – Raul - Liderança Comunitária que, na primeira etapa da pesquisa, iniciava seu primeiro mandato como Presidente da Associação de Moradores do bairro, embora há 16 anos estivesse envolvido na diretoria da referida Associação. Na época da entrevista era funcionário público, porém, devido à ocupação de um cargo que lhe possibilitava maior flexibilidade de horários, assumiu a Presidência da AMORJ. Foi entrevistado em 21/10/2005, na sede da Associação, em presença de várias pessoas, ligadas à instituição. Relatou em termos gerais as melhorias no bairro em função das “lutas” da Associação junto ao poder público em termos de saúde, escola e esgotamento sanitário.

10 - Vinícius – Liderança Comunitária, Morador do Morro do Peixe-Galo, era, durante a primeira etapa da pesquisa, representante do Orçamento Participativo de Niterói. Foi entrevistado em 13/11/2004, sede da Associação de Moradores. Sua entrevista,

registrada em fita K-7, foi focada na participação de Jurujuba no Orçamento Participativo de Niterói.

11 – Dione e Daniel – Casal de marisqueiros que vive quase exclusivamente desta atividade. Ela é de família de pescadores, a família da mãe residia no Ponto Final e a do pai na Várzea. Alguns dos irmãos ainda se mantêm na pesca e moram no Ponto Final. Morou, quando solteira, no Ponto Final, e depois de casada viveu na “praia” (Travessa dos Maricultores). Atualmente mora com a família no morro do Cascarejo. Daniel é proveniente de Campos e seus pais construíram a casa onde o casal reside. Começou como marisqueiro em Jurujuba há 27 anos, e hoje essa continua sendo sua principal atividade. Eles mantêm uma banca para processamento do mexilhão na praia próximo a sua residência, junto com outros seis marisqueiros que, como o casal, não estão vinculados à Associação de Marisqueiros (ALMARJ), e, sendo assim, seu produto é considerado, pelos associados como “pirata”. Dione que tornou-se uma amiga querida, foi entrevistada pelo menos quatro vezes, em duas ocasiões (em 25/10/2004 e 13/11/2004) teve seus relatos registrados. O casal foi importante nesta etapa, pois foi com eles que conheci como se dá o processamento do mexilhão fora do âmbito da ALMARJ.

Do Projeto “Mexilhão-Rio”

12 - Cláudio – Natural de Niterói, membro de família tradicional do município, formou-se em Medicina Veterinária. Envolveu-se com a temática da pesca por interesses pessoais, e através sua inserção na política local ampliou sua atuação. Ministrou aulas na Faculdade Maria Tereza e atualmente é funcionário público estadual.

Trabalhou na Extensão Pesqueira da FIPERJ e foi neste contexto que elaborou o Projeto “Mexilhão-Rio” em conjunto com sua equipe. Auxiliou no processo de articulação para a formação da FAPESCA (Federação das Associações de Pesca do Rio de Janeiro). As entrevistas foram registradas em dois momentos, em 26/10/2005 e 03/11/2005. Através de conversas informais esclareceu muitos aspectos da situação atual da ALMARJ e compartilhou, de certa maneira suas preocupações em relação ao futuro da Associação.

13 - Gabriela – De nacionalidade argentina, é bióloga marinha, formada pela Faculdade Maria Tereza. Participou ativamente do processo de articulação da comunidade de marisqueiros em Jurujuba e de outros projetos na Associação. Concedeu entrevista em 11/01/2007, a qual foi gravada, na área externa da Fortaleza de Santa Cruz em Jurujuba. O fato de sua entrevista ter sido realizada em um contexto exterior à Associação de Maricultores não significou que ela se sentisse à vontade para falar sobre temas mais polêmicos. Sua entrevista consistiu em um discurso mais estruturado, apontando basicamente aspectos gerais do processo. Atualmente é responsável pelo projeto de legalização da área de cultivo na ALMARJ.

14 - Rafael – Biólogo marinho, funcionário público estadual, Coordenador de Pesca na FIPERJ, onde trabalha desde 1987. Não participou diretamente do Projeto Mexilhão-Rio, porém, em sua entrevista, realizada na sede da FIPERJ, apontou algumas questões interessantes em relação à situação da pesca e dos Marisqueiros de Jurujuba. Concedeu entrevista formal em 21/10/2005.

Da Federação das Associações de Pescadores do Estado do Rio de Janeiro

15 - Fernando – Pescador desde os nove anos de idade, e funcionário público federal. Atualmente mantém sua atividade pesqueira em uma das Lagoas da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro. Tem formação em jornalismo e marketing. É um articulador político, e na época da entrevista era vice-presidente da Fapesca (Federação das Associações de Pesca do Estado do Rio de Janeiro). Reside no Rio de Janeiro, teve um barco em Jurujuba e, a partir da sua inserção no bairro e no movimento político da pesca, iniciou sua participação como “conselheiro político” na Associação de Maricultores. Teve sua entrevista gravada, na sede da ALMARJ, em 24/10/2005.

Dos vinculados a ALMARJ

16 – Vitor Hugo – Presidente da Fapesca e da Associação de Maricultores, liderança da comunidade envolvida com o marisco, especialmente, daqueles que vieram “do Norte”. Foi entrevistado formalmente três vezes (12/04/2004; 24/10/2005; 07/12/2006) e mantivemos conversas informais que foram esclarecedoras. Todas as conversas foram realizadas na sede da Associação de Maricultores. É importante mencionar que seu discurso é bastante formal e estruturado. Natural da cidade de Jacuípe, foi um dos primeiros a chegar em Jurujuba, depois de Dalila. Trabalhou nas fábricas de sardinhas, depois mudou-se para São Paulo, em função de um relacionamento pessoal, retornando para Jurujuba após um grave acidente. Em Jurujuba, após sua recuperação, envolveu-se com o marisco, principalmente no que diz respeito à organização e formalização da Associação. É sócio fundador e o presidente da associação praticamente desde sua fundação, em 1992. Atualmente reside em São Gonçalo com a nova família, formada a

partir de um relacionamento que se iniciou na própria comunidade de marisqueiros. Morou na “Travessa dos Marisqueiros” até seu deslocamento para São Gonçalo, e hoje é sua mãe que mora na sua “antiga” casa na praia (Travessa dos Marisqueiros).

17 - Hermes – Secretário da Associação e sócio fundador. Natural de Jacuípe onde trabalhava como lenhador. Veio com a família, esposa e quatro filhos, em 1979 para a casa do cunhado no morro do Cascarejo. Atualmente mora na Travessa dos Maricultores com a esposa e um dos filhos, dois dos outros filhos, casados, também residem na Travessa. É casado com Leda, que também concedeu entrevista. Na associação realiza trabalhos de banco; auxilia nas atividades com pescado, carregando os caminhões; na organização do trabalho das mulheres no processo de beneficiamento do mexilhão. Sua entrevista se deu em 07/11/2005, na sede ALMARJ e foi registrada.

18 – Alexandre– Natural de Jacuípe, filho de Hermes e Leda veio com os pais quando criança. Mora na Travessa dos Maricultores com a esposa (Suzana, que é filha de Vilma) e dois filhos, nascidos no Rio de Janeiro. Sócio fundador e tesoureiro da Associação desde sua fundação. Trabalha com a comercialização de pescado. Em sua entrevista que foi parcialmente gravada em 26/11/2006 explicou como se dá o processo de comercialização. É importante registrar que no início da “conversa” Alexandre não foi muito preciso nas suas informações, quando decidi então desligar o gravador, e a partir de então ele ficou mais à vontade, explicando aspectos relevantes sobre a comercialização de peixe e marisco.

19 – Urias - Natural de Jacuípe, é irmão de Vitor Hugo, marisqueiro e sócio fundador da Associação. Reside na Travessa dos Maricultores desde 1979, vindo direto da cidade

de Jacuípe. Quando chegou iniciou diretamente seu trabalho no mexilhão, como segurador e cozinheiro e, posteriormente, começou a freqüentar o mercado da Praça XV (RJ) para auxiliar na comercialização do mexilhão, juntamente com um conhecido que já atuava como atravessador. A partir das relações estabelecidas no mercado e com os marisqueiros de Jurujuba, passou a atuar como atravessador. Nesta função diferenciava-se dos demais que mantinham uma relação de exploração com os marisqueiros. Hoje na Associação é o principal articulador da comercialização tanto de mexilhão como de pescado. Concedeu uma entrevista, que foi registrada, em 03/02/2007, na sede da associação. Na sua entrevista, foram enfatizados aspectos do processo de migração, mas principalmente o processo de comercialização.

20 - Neri – Natural de Saquarema veio para Jurujuba em 1967, aos 11 anos de idade, para a casa de um tio, na atual “Travessa dos Marisqueiros”. Esta família foi uma das primeiras a “viver” do marisco na “praia”. Através de sua família é que os primeiros migrantes nordestinos aprenderam a atividade com o marisco. Concedeu entrevista em sua casa, na Ponta da Ilha, em 11/12/2006, que foi gravada. É sócio fundador e responsável por um dos barcos da Associação de Maricultores.

21 - Lúcia – Natural de Niterói, cresceu em Jurujuba e mora no morro do Cascarejo. Atualmente é secretária da Associação de Maricultores. Começou como descarnadeira de mexilhão ainda nos tempos de escola. Trabalhou por muitos anos para seu Hermes, e por esta proximidade com o grupo de marisqueiros, por ter estudo, diferente das mulheres dos marisqueiros, foi chamada para auxiliar no trabalho burocrático da Associação. Entre as funções que realiza pode-se mencionar a organização e digitalização da produção de marisco tanto dos produtores quanto das descascadeiras;

auxilia também, no pagamento dos marisqueiros e das mulheres. Além disso, ainda trabalha no “salão” nas diferentes tarefas, ora auxilia carimbando as embalagens, ora na lavagem e ainda descascando. Sua irmã atua como descarnadeira e é responsável pelo trabalho no “salão” do Centro de Beneficiamento, isso implica em anotar a produção individual de cada descascadeira, chamar as mulheres quando haverá trabalho e divulgar a necessidade de trabalhadoras em época de maior demanda. Lúcia teve seu relato registrado em 27/11/2006, na sede da Associação.

22 – Tomás – Natural de Jacuípe, veio para Jurujuba com a família de sua irmã Dalila, estimulados por Carmen, a primeira da família a se estabelecer no local. Morou em Maceió, onde trabalhou com a família no comércio de verduras. Em Jurujuba, trabalhou no mexilhão em parceria com seu irmão que era atravessador de mexilhão e ainda hoje exerce a atividade, embora não seja vinculado à ALAMRJ. Reside na parte baixa do morro do Cascarejo. É sócio fundador da Associação e, atualmente, trabalha na comercialização do mexilhão e do pescado na Associação de Maricultores. Foi entrevistado, na primeira fase da pesquisa, em 16/08/2004. Em sua entrevista relatou aspectos gerais da vida no bairro.

23 – Tereza e Matheus - Naturais de Jacuípe, ele trabalhava na cana e morava em um engenho da região com sua família. Ao mudar para a cidade conheceu Tereza (sobrinha de Vitor Hugo), que lavava roupa no rio junto com conhecidas e ainda era professora do Mobral. O casal decidiu vir para Jurujuba estimulados por Tomás, conhecido da família, que já morava em Jurujuba e foi visitar familiares na cidade natal, relatando as oportunidades de trabalho na região. Matheus veio primeiro com dinheiro emprestado da sogra e Tereza veio depois que o marido já estava estabelecido na, atual, Travessa

dos Maricultores, onde residem. Concederam uma entrevista em sua casa em 18/12/2006, a qual foi registrada com o uso de gravador. Além dos aspectos da vinda a entrevista também revelou aspectos importantes da formação da Associação e do trabalho com o mexilhão.

24 – Leon - Natural de Jacuípe é sócio fundador da Associação e responsável por um dos barcos da instituição. Filho de Dalila, veio criança juntamente com os pais (Dalila e o pai, que é falecido) e com a irmã. Na viagem vieram também três tios (irmãos da mãe), uma tia (Vanda, irmã do pai) uma prima que tinha ficado no “Norte”, filha de Carmen e, a avó materna (falecida). Mora na Travessa dos Maricultores junto com sua segunda esposa (cujo pai era pescador de Jurujuba) e dois filhos. Conheceram-se através de um primo da moça que trabalhava como segurador de barco para os marisqueiros do nordeste. Leon foi entrevistado informalmente em 03/02/2007 e sua entrevista foi fundamental para a compreensão do processo de trabalho de extração e cultivo do mexilhão.

25 – Vanda - Natural de Marechal Deodoro, irmã de Vilma e cunhada de Dalila (seu irmão, já falecido, era marido de Dalila). Trabalhou tanto em Marechal Deodoro como em Maceió como empregada doméstica, ou como se referem a profissão, “em casa de família”. Sempre morou na praia, atual “Travessa dos Maricultores. Veio solteira, em 1975, com a família da esposa de seu irmão. Casou-se em Jurujuba, seu esposo é natural de São Fidélis, e tem dois filhos. Ambos trabalharam nas fábricas de sardinha, ela, durante muito tempo no mexilhão. No início do trabalho no Centro de Beneficiamento da Associação, “trabalhava lá dentro”, mas por motivos pessoais se afastou e, eventualmente, trabalha nas bancas de marisco quando é requisitada. O marido é

proprietário de uma barraca na “praia” e isso faz com que exista um certo consenso, por parte dos moradores, de que ela não precisaria mais trabalhar no mexilhão. Atualmente dedica-se ao artesanato de garrafas PET, conchas de mexilhão e outros materiais que sua imaginação permitir criar algum objeto decorativo. Ainda cuida da casa, dos netos, auxilia o esposo na “barraca”. Vanda me abriu as porta para os moradores da Travessa, e a primeira a me apresentar sua casa e fazer com que eu me sentisse “em casa”. Suas entrevistas, que foram gravadas, ocorreram em sua casa em 18/09/2006 e 04/10/2006. Relatou sua história, a vida no Norte, a vinda para o Sul, as dificuldades da chegada e as conquistas através do trabalho no mexilhão. Não posso deixar de mencionar que os inúmeros “bibelôs” com os quais fui presenteada estão espalhados por minha casa fazendo com que a comunidade esteja sempre presente.

26 – Dalila – Natural de Jacuípe, morou em Maceió dos 15 aos 24 anos quando veio para Jurujuba já casada e com filhos. Foi para Maceió, após a morte do pai, com a família, pois um de seus irmãos já morava na capital. Em Maceió trabalhou em um mercado de legumes junto com a irmã, Carmen. Veio com o esposo, já falecido, os dois filhos e vários membros da família (três irmãos), a cunhada, uma sobrinha (filha de Carmen) que estava sob a guarda de sua mãe, e sua mãe. Seu marido faleceu há 10 anos, e atualmente mora com Lucas. Trabalhou no marisco e ainda, eventualmente, trabalha, mas sua principal atividade é na “barraca” da irmã Carmen, no morro do Preventório. Mora na Travessa dos marisqueiros desde que chegou e, teve sua entrevista registrada, uma vez, em sua residência em 23/11/2006. Durante a entrevista abordou sua história de vida e o trabalho no marisco.

27 – Lucas – Irmão de Vitor Hugo e Urias. Natural de Jacuípe, atualmente com 53 anos, casado, mantém sua família na cidade natal e todo ano viaja para visitá-la. Segundo um de seus irmãos, é o irmão “turista”, tendo em vista suas viagens. Está em Jurujuaba desde 1975 e reside com Dalila. Trabalha exclusivamente com o mexilhão de sua “plantação” e o vende para a associação, da qual não é sócio fundador, apesar de ser membro da família dos dirigentes. Concedeu uma entrevista que foi registrada, em sua casa, em 18/12/2006. Em sua entrevista, abordou a dificuldade de trabalhar no local de origem e traçou um paralelo das mudanças ocorridas no processo de produção e comercialização de mexilhão antes e após a criação da Associação, apontando para o tratamento que recebiam dos atravessadores.

28 – Leda – Natural de Jacuípe, casada com seu Hermes. Enquanto seus parentes estavam vivos viajava quase todos os anos para visitá-los no Nordeste. Chegou com a família, esposo e quatro filhos, em 1979, hospedando-se na casa de um irmão que mora na Ponta da Ilha e cujos filhos já trabalhavam no mexilhão. Foram os sobrinhos de Leda que ensinaram sua família a nova atividade com o mexilhão. Este irmão, que antes de emigrar trabalhava em uma fazenda de cana, é que estimulou sua vinda para Jurujuaba. Atualmente, ela se dedica ao cuidado da casa, dos familiares e, eventualmente, realiza alguma costura, atividade a qual se dedicava quando morava no norte. Na Associação de Maricultores, é sócia fundadora e ocupa o cargo de suplente do conselho fiscal. Quando algum membro de sua família extrai mexilhão, é chamada para descascá-lo. Concedeu uma entrevista, em 05/10/2006, a qual foi gravada, em sua casa.

29 – Vilma – Proveniente de Marechal Deodoro, trabalhava com artesanato de “filé”, o qual vendia em Maceió. Veio com a família, pois os irmãos já estavam em Jurujuaba e

falavam das possibilidades de trabalho, inclusive com o mexilhão. Emigrou e imigrou cerca de quatro vezes, pois ela não se adaptou mais ao “Norte” depois que conheceu o Sul e o esposo não se adaptava a Jurujuba, embora tenham fixado residência na praia. Seu esposo trabalha em serviços gerais no Iate Clube de Jurujuba. Quando decidiram se estabelecer no Rio de Janeiro, moraram em um primeiro momento na Travessa dos Marisqueiros, depois se mudaram para o morro do Preventório e alguns anos depois para o Parque da Colina, no bairro do Cantagalo, em Niterói. Na década de 1980 tiveram oportunidade de adquirir uma moradia na Travessa dos Marisqueiros, onde moram até hoje com seus dois filhos homens (o mais velho é bombeiro). Ela costura, é responsável pela manutenção da casa, além de trabalhar com mexilhão quando é chamada. Trabalhou por muitos anos descascando marisco, mas nunca trabalhou na “fábrica” (no Centro de Beneficiamento da Associação) por motivos de saúde. Foi nesta família que me senti “da família”. Estabeleci uma relação de amizade muito importante com seus membros, conquistei a confiança, talvez dos outros moradores, através deste relacionamento. Mesmo com a diferença existente, os vários apelidos com os quais eu era privilegiada (“branquela”, “barata descascada”) demonstravam uma intimidade e um carinho imensuráveis. Foi entrevistada uma vez em sua casa, e foi a primeira a me mostrar sua intimidade, o segundo andar de casa. Sua entrevista foi registrada com uso de gravador em 11/10/2006, embora muitas outras entrevistas informais tenham sido realizadas no sentido de esclarecer a vida comunitária na “praia”.

30 – Suzana – Natural de Marechal Deodoro veio pequena com os pais (é filha de Vilma) e irmãos, e suas indas e vindas para o “Norte” estão relacionadas às opções de seus pais. Casou-se com Alexandre há 13 anos, trabalhou como babá, antes do casamento, mas não se adaptou ao emprego. Desde que chegou a Niterói e aprendeu a

descascar mexilhão, se manteve vinculada ao trabalho, mesmo morando em outras regiões da cidade. Com o casamento marcado, envolveu-se ainda mais no trabalho, sendo que com o início das atividades no Centro de Beneficiamento, foi trabalhar na “fábrica”, mas com a chegada dos filhos, afastou-se quase que totalmente do mexilhão. Dedicou-se a casa, ao cuidado dos filhos, mas quando seu cunhado retira mexilhão e o cozinha em uma das bancas da travessa, é convidada para descascar o mexilhão. Mora na Travessa desde que casou e, depois disso nunca mais voltou pra sua cidade de origem. Concedeu entrevista, que foi registrada, em sua residência em 19/10/2006 e, relatou sua história de vida, abordou aspectos comunitários e, do trabalho no mexilhão.

31- Luiza - Natural de Marechal Deodoro veio pequena com os pais (é filha de Vilma) e irmãos. É casada com um dos filhos de Hermes e Leda, e o casal mora em cima da casa dos sogros de Luiza, na Travessa dos Maricultores. Trabalhou com mexilhão nas bancas e na “fábrica” (no Centro de Beneficiamento), tem dois filhos e esta é uma das razões pelas quais não trabalha mais no mexilhão. Além disso, demonstra interesse por outras atividades, realiza curso de informática no Telecentro sediado na Escola Municipal Lucia Maria Silveira Rocha e fez curso de guardiã de piscina. Vende sacolés maravilhosos, que faz em casa, para as pessoas da redondezas, como uma forma de complementar a vida familiar. Seu esposo trabalha como vigia noturno na Policlínica de Jurujuba através de uma empresa prestadora de serviços, mantém espinheis de cultivo de mexilhão e, ocasionalmente, retira marisco com o grupo que sai para o mar com o barco da Associação. O casal não teve suas entrevistas gravadas, mas nas inúmeras conversas, em sua casa ou na casa de sua família, sempre acompanhadas de um cafezinho, esclareceram muitos detalhes importantes que concernem à atividade no mexilhão, bem como os aspectos comunitários.

32 – Eliane – Natural de Maceió, conheceu seu esposo na capital alagoana quando o mesmo foi passar uma temporada no Norte. Engravidou e foi estimulada pela família a vir com o pai de seus filhos, que hoje são três. Mora na Travessa há, cerca de, 12 anos. Trabalha no marisco quando é solicitada, e também trabalha eventualmente na Associação como descarnadeira¹. Concedeu entrevista, que foi gravada, em sua residência no dia 16/11/2006 quando relatou o trabalho com o mexilhão e algumas “questões” comunitárias e familiares.

33 – Rubens – Casado com Eliane é natural de Maceió, onde se conheceram. Veio com a tia em 1980, aos 11 anos. Já tinha membros da família morando na Travessa dos Maricultores, que vieram em função das relações de amizade estabelecidas em Maceió com a família de Dalila. Trabalhou no marisco como segurador para membros do grupo, depois optou por trabalhar embarcado, como pescador, em um barco cujo dono reside na área da Várzea. Em sua entrevista apontou aspectos do gerenciamento da Associação de Maricultores. Concedeu entrevista em área externa, próximo à Igreja da Conceição em 03/12/2007, o que comprometeu a qualidade da gravação.

34 – Poliana – Natural de São Lourenço em Minas Gerais, veio através de um contato com familiar para trabalhar como acompanhante de uma senhora, originária de sua cidade. Foi na Igreja Evangélica que conheceu seu esposo (que é sobrinho de Vitor Hugo). Depois de casada passou a morar na Travessa dos Maricultores e a partir desse momento passou também a trabalhar no mexilhão. É uma das únicas mulheres da Travessa que trabalha com regularidade no Centro de Beneficiamento. Sua entrevista foi gravada em sua casa em 08/12/2006, em uma prazerosa conversa onde relatou sua

¹ Descarandeira, despincadeira são outros termos utilizados para as mulheres que descascam mexilhão.

história e o trabalho no mexilhão. Se emocionou ao relatar sua condição atual quando comparou a vida difícil de trabalhar na roça que a família leva em sua cidade natal.

35 – Joaquim – Natural de Niterói, marisqueiro, e vive só na Travessa dos Marisqueiros, na casa que era do padrasto. Sua ex-esposa casou-se e foi morar em São Gonçalo com os filhos. Chegou em Jurujuba aos 24 anos, quando sua mãe se casou com um pescador do bairro. Concedeu entrevista que foi registrada, na área externa de sua casa em 17/01/2007. Nesta oportunidade, relatou alguns conflitos internos do grupo de marisqueiros em relação às diretrizes da Associação.

36 - Artur - Natural de Niterói, criado em Jurujuba, o pai era pescador e a mãe trabalhou em uma das fábricas de sardinha do bairro e como em “casa de família”. Com 29 anos, se dedica, há quase 10 anos, junto com os dois irmãos. Quando o trabalho com mexilhão é dificultado seja pela escassez, pelas condições climáticas ou ainda pelo fato do barco da Associação estar enguiçado, ele e os irmãos fazem “bicos”, trabalhando na construção civil. Os três irmãos mantêm cerca de quatro espinheis de cultivo e vendem seu mexilhão para a Associação. Além do cultivo de mexilhão, ainda extraem marisco dos costões quando o barco da Associação sai para o mar. Na Travessa dos Maricultores, mora sozinho, na casa que era de seu pai, que está sendo reformada, próximo da residência de um dos irmãos, pois o outro mora no morro do Cascarejo. O irmão de Artur que reside na Travessa, com a família, concedeu entrevista informal, na qual detalhou o processo produtivo do trabalho no mexilhão, e também algumas tensões comunitárias. Artur, em sua entrevista que foi gravada, realizada em frente a sua residência, em 19/12/2006, abordou sua trajetória pessoal e “a arte” do trabalho com mexilhão.

Dos Nordestinos que moram no Morro do Preventório

37 – Carmen– Natural de Jacuípe chegou no Rio de Janeiro em 1972 aos 21 anos, hoje tem 56 anos. Aos 17 anos, após a morte do pai, foi para Maceió, buscar melhores condições de trabalho, pois já tinha um irmão na capital alagoana. Foi a primeira a vir para o Rio de Janeiro, estimulando sua família a imigrar para Jurujuba. Trabalhou em casa de família, depois na fábrica de enlatamento de sardinha Atlantic em Jurujuba, se estabeleceu em um dos barracos na praia (Travessa dos Maricultores). Trabalhou no marisco como descascadeira e a única mulher que participava da extração, mergulhando como os homens. Quando a situação começou a melhorar, deixou o barraco na praia e foi morar na Ponta da Ilha, posteriormente fixou residência no morro do Preventório, pois seu irmão abriu uma barraca da qual tomava conta. Carmen reside com seu esposo Lúcio e sua família (filhas e alguns irmãos) no Preventório, onde é dona do seu próprio comércio. Depois de sua chegada, nunca mais voltou pro “Norte”, “se sente uma carioca”. Em sua entrevista, que foi registrada em 21/12/2006, relatou sua trajetória, o trabalho no marisco e algumas tensões familiares, que de certa forma estão relacionadas com a formação da Associação de Maricultores.

38- Lúcio – Natural de Jacuípe é irmão de Vitor Hugo, mora no morro do Preventório com sua esposa, Carmen. Veio para Jurujuba em 1975 junto com dois irmãos da sua esposa. Trabalhou em uma das fábricas de sardinha, em um estaleiro no Rio de Janeiro e atualmente na revenda de gelo no Cais de Jurujuba. Concedeu entrevista em 17/01/2007, na varanda da casa de um amigo nas proximidades da Igreja Nossa Senhora da Conceição, onde jogavam cartas. Sua entrevista foi registrada. Não ficou à vontade

para relatar sua experiência inicial com o marisco em Jurujuba, pois seu cunhado, que é atravessador de mexilhão e não é vinculado à Associação, estava próximo.

39 – Adeir – Natural de Jacuípe, é o irmão mais novo de Vitor Hugo e, por isso, sempre acompanhou a mãe, tanto no trabalho na cana como também nas visitas que fazia à família em Jurujuba. A primeira vez que veio foi em 1979 com 11 anos e já começou o trabalho no marisco. Retornou ao Norte com a mãe, e aos 17 anos veio para Jurujuba para ficar. Trabalhou em uma fábrica de sorvete da região, em uma pizzaria, mas sempre se manteve vinculado ao trabalho no mexilhão. É um dos poucos que vive do mexilhão, tem uma embarcação, o que lhe dá autonomia para o trabalho. É casado com a filha de Carmen e mora no Preventório. Não é sócio fundador da associação mas, em sua entrevista concedida em, um bar da Travessa, no dia 09/02/2007, não “soube” explicar o motivo de não participar da Associação com este status.

QUADRO DE ENTREVISTADOS

Nº	Data da entrevista	Nome	Idade	atividade	Cidade de origem	Data de chegada	Primeiras atividades	Local de residência	Instituição a que é vinculado	Atividade no local de origem
01	24/03/2004	Adão	82	Aposentado	Niterói, Jurujuba	----	Oficial do exército Pesca	Salinas, Jurujuba	----	----
02	18/062004	Júlio	s.d	Líder Comunitário	Corumbá-MT	1962	pesca	s.d	AUPJ	s.d
03	06/08/2004	Leopoldo	84	Aposentado	Niterói, Jurujuba	----	Pesca Oficial de marinha	Ponto Final, Jurujuba	----	----
04	20/08/2004	Alberto	s.d	Líder Comunitário Aposentado	Niterói, Jurujuba	----	Cia. Barca	Morro do Lazareto	AMORJ	----
05	01/09/2004	Roberto	55	Aposentado, Líder Comunitário	Niterói, Jurujuba	----	Carpinteiro Naval EstaleirosMauá e Mclaren TELERJ pesca	Morro do Lazareto	AMORJ	----

Nº	Data da entrevista	Nome	Idade	atividade	Cidade de origem	Data de chegada	Primeiras atividades	Local de residência	Instituição a que é vinculado	Atividade no local de origem
06	04/09/2004	Marlene e Ivone	41/55	Universitária/ enfermeira	Jurujuba, Niterói	----	s.d	Ponto Final, Jurujuba	----	----
07	09/10/2004	Celso	94	Aposentado	Minas Gerais	1943	Abriu estrada Caseiro,estaleiro	Morro do Cascarejo	----	s.d
08	25/10/2004 13/11/2004	Dione	44	Marisqueira	Niterói, Jurujuba	----	marisco	Morro do Cascarejo, Jurujuba	----	----
09	13/11/2004	Vinicius	44	Líder Comunitário	Niterói, Jurujuba	----	s.d	Peixe-Galo, Jurujuba	AMORJ	----
10	26/10/2005 03/11/2005	Cláudio	s.d	Funcionário Público Estadual	Niterói	----	Emater Faculdade FIPERJ	Região Oceânica, Niterói	ALMARJ	----
11	21/10/2005	Rafael	s.d	Funcionário Público Estadual	Niterói	----	FIPERJ	s.d		----
12	24/10/2005	Fernando	s.d	Funcionário Público	s.d	s.d	Pesca	s.d	FAPESCA	s.d
13	12/04/2004 24/10/2005 07/12/2006	Vitor Hugo	s.d	Líder Comunitário	Jacuípe, AL	1973	Atlantic Sta. Iria Estaleiro Mc Laren Oficina –SP marisco	São Gonçalo	ALMARJ	Maceió (exército) Jurujuba São Paulo (empresas prestadoras de serviço, oficina) Jurujuba

Nº	Data da entrevista	Nome	Idade	atividade	Cidade de origem	Data de chegada	Primeiras atividades	Local de residência	Instituição a que é vinculado	Atividade no local de origem
14	07/11/2005	Hermes	s.d	Marisqueiro	Jacuípe, AL	1979	Faxineiro Marisco	Travessa dos Maricultores	ALMARJ	Lenhador
15	18/09/2006 04/10/2006	Vanda	53	Dona de casa Descarnadeira Auxilia na barraca do esposo Artesanato de PET, etc.	Marechal Deodoro, AL	1975	Sta. Iria Descarnadeira	Travessa dos Maricultores	----	Casa de família em Mal. Deodoro e Maceió
16	05/10/2006	Leda	55	Dona de casa Descarnadeira Costureira	Jacuípe, AL	1979	Descarnadeira	Travessa dos Maricultores	ALMARJ	Costureira
17	11/10/2006	Vilma	53	Costureira Descarnadeira	Marechal Deodoro, AL	1986	Sta. Iria Descarnadeira Cozinheira	Travessa dos Maricultores	----	Marechal Deodoro Maceió (casa de família) Comércio de artesanato de filé
18	19/10/2006	Suzana	32	Dona de casa Descarnadeira	Marechal Deodoro, AL	1986	Babá Descarnadeira	Travessa dos Maricultores	----	----

Nº	Data da entrevista	Nome	Idade	atividade	Cidade de origem	Data de chegada	Primeiras atividades	Local de residência	Instituição a que é vinculado	Atividade no local de origem
19	23/11/2006	Dalila	55	Atendente em Barraca Descarnadeira	Jacuípe, AL	1975	Doméstica Fábrica de Sardinha	Travessa dos Maricultores	----	Maceió – mercado de verduras
20	16/11/2006	Eliane	36	Descarnadeira Dona de casa	Maceió, AL	1994	Casa de família (doméstica)	Travessa dos Maricultores	----	----
21	26/11/2006	Alexandre	36	Marisqueiro	Jacuípe, AL	1979	marisco	Travessa dos Maricultores	ALMARJ	----
22	27/11/2006	Lúcia	37	Secretária Descarnadeira	Niterói, Jurujuba	----	marisco	Morro do Cascarejo	----	----
23	11/12/2006	Néri	50	Marisqueiro Aposentado como pescador	Saquarema RJ	1967	marisco	Ponta da Ilha	ALMARJ	Cana de açúcar
24	18/12/2006	Lucas	53	Marisqueiro	Jacuípe, AL	1975	Estaleiro McLaren Servente-RJ Oficina -SP	Travessa dos Maricultores/ Jacuípe	----	Pedreira
25	18/12/2006	Tereza e Matheus	s.d	Ela: Doméstica Ele: Aposentado	Jacuípe, AL	1977	Marisco Estaleiro McLaren Porteiro Peixaria ALMARJ	Travessa dos Maricultores	ALMARJ	Cana de açúcar
26	19/12/2006	Artur	29	Marisqueiro obras	Niterói, Jurujuba	----	----	Travessa dos Marisqueiros	----	----

Nº	Data da entrevista	Nome	Idade	atividade	Cidade de origem	Data de chegada	Primeiras atividades	Local de residência	Instituição a que é vinculado	Atividade no local de origem
27	21/12/2006	Carmen	52	Proprietária de armazém “barraca”	Jacuípe, Al	1972	Babá Doméstica Atlantic Marisco Comércio do irmão	Morro do Preventório	----	Jacuípe – auxiliava os pais na feira Maceió – feira de verdura
29	11/01/2007	Gabriela	s.d	Bióloga marinha, professora de línguas	Argentina	s.d	Projetos ambientais	Região Oceânica, Niterói	----	----
30	03/02/2007	Urias	42	Marisqueiro	Jacuípe, Al	1979	Marisco atravessador	Travessa dos Maricultores	ALMARJ	Cana de açúcar, olaria, vendedor de picolé
28	03/02/2007	Leon	35	Marisqueiro	Jacuípe, Al	1975	Marisco Vigia Iate Clube de Jurujuba Porteiro	Travessa dos Maricultores	ALMARJ	----
31	03/02/2007	Rubens	38	Marisqueiro Pescador	Maceió, Al	1979	Fáb. sardinha Sta. Iria Pesca Auxiliar na ALMARJ	Travessa dos Maricultores	----	abatedouro frango

Nº	Data da entrevista	Nome	Idade	atividade	Cidade de origem	Data de chegada	Primeiras atividades	Local de residência	Instituição a que é vinculado	Atividade no local de origem
32	08/12/2006	Poliana	29	Descarnadeira	São Lourenço MG	1995	Acompanhante de idosos, Marisco	Travessa dos Maricultores	----	Roça
33	17/01/2007	Joaquim	33	Marisqueiro	Niterói	1997	Marisco Posto gasolina	Travessa dos Maricultores	----	----
34	17/01/2007	Lucio	49	Fábrica de gelo	Jacuípe, AL	1975	Fáb. Sardinha Atlantic Estaleiro Mauá	Morro do Preventório	----	Maceió (exército)
35	09/02/2007	Adeir	39	Maricultor	Jacuípe, AL	1979 1985	Sorveteria Pizzaria	Morro do Preventório	----	s.d

ANEXO II

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)